



Contas anuais  
e Relatório de gestão 2018



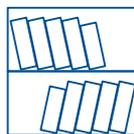




# Contas anuais e Relatório de gestão 2018







## Índice

05

Auditoria

13

Informação econômica  
do Grupo Elecnor

21

Relatório Anual Consolidado

129

Relatório de gestão

183

Informação econômica  
da Elecnor, S.A.





## Auditoria



# Júlio César Leal

Tradutor Público e Intérprete Comercial  
Matrícula JUCEB nº 023 – CGA 227.023/001-08  
Tradução número T 5147/2019, folha 514a, Livro 01-A

Eu, Júlio César Leal Pereira, Tradutor Público e Intérprete Comercial da JUCEB, em conformidade com o Decreto Federal nº 13.609 de 21 de outubro de 1943, Instrução Normativa nº 84 de 29 de fevereiro de 2000 do Deptº. Nacional de Registro do Comércio (DNRC) e Resolução nº 05 de 1º de março de 2005 da Junta Comercial do Estado da Bahia, CERTIFICO que este documento foi traduzido do **espanhol** para o **português**, de acordo com as **cópias digitais** que me foram apresentadas no dia 15 de março de 2019, sendo a respectiva tradução registrada sob o número T 5147/2019, folha 514, do livro 01-A. Constavam apostos, ao longo do documento, os respectivos timbres, carimbos, selos e assinaturas devidos, não sendo necessário apor nesta tradução senão a assinatura do Tradutor. **Tradução oficial** válida em todos os Estados Federados do território nacional e no exterior.

*Tradução do documento:*

**KPMG**

KPMG Auditores, S.L.  
Torre Iberdrola  
Plaza Euskadi, 5  
Planta 17  
48009 Bilbao

## Parecer dos Auditores sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas emitido por um Auditor Independente

Aos acionistas da Elecnor, S.A.:

### RELATÓRIO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Elecnor, S.A. (Sociedade controladora) e de suas sociedades controladas (Grupo), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018, a conta de resultados, a demonstração do resultado global, a demonstração das mutações no patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas, todos eles consolidados, respeitantes ao exercício encerrado na referida data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam, em todos os aspectos significativos, a imagem fiel do patrimônio e da situação financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2018, bem como de seus resultados e fluxos de caixa, todos eles consolidados, respeitantes ao exercício encerrado na referida data, e em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira, adotadas pela União Europeia (NIIF-UE), e demais disposições do quadro normativo de informação financeira aplicáveis na Espanha.

#### Fundamento da opinião

Nossa auditoria foi realizada em conformidade com a norma reguladora da atividade de auditoria de contas em vigor na Espanha. Nossa responsabilidade, de acordo com a referida norma, é descrita mais adiante na seção *Responsabilidades do auditor no que diz respeito à auditoria das demonstrações financeiras consolidadas* do nosso relatório.

Somos independentes do Grupo, de acordo com os requerimentos de ética, incluindo os de independência, que são aplicáveis a nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas na Espanha, conforme é exigido pela norma reguladora da atividade de auditoria de contas. Nesse sentido, não prestamos serviços que não sejam de auditoria de contas e não ocorreram situações nem circunstâncias que, de acordo com o estabelecido na citada norma reguladora, tenham afetado a independência necessária de tal modo que ela possa estar comprometida.

Consideramos que a evidência de auditoria que obtivemos proporciona uma base suficiente e adequada para emitirmos nossa opinião.

## Questões-chave da auditoria

As questões-chave da auditoria são aquelas que, conforme o nosso entendimento profissional, tiveram uma importância maior em nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período atual. Estas questões foram tratadas no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas no seu conjunto, e na formação de nossa opinião sobre elas, e não expressam uma opinião em separado sobre as referidas questões.

Receitas por Contratos de construção Ver Nota 3.v das demonstrações financeiras consolidadas	
Questão-chave da auditoria	Como foi abordada a questão em nossa auditoria
<p>Grande parte das receitas do Grupo Elecnor é gerada por contratos de construção e prestação de serviços, nos quais a receita é reconhecida ao longo do tempo pelo método de recursos baseado nos custos incorridos sobre os custos totais esperados, isto é, com base no grau de realização do contrato no final de cada período contábil, sendo necessário para determinar a receita a reconhecer que o Grupo faça estimativas dos custos, receitas e resultado previstos de cada um dos contratos.</p> <p>Por isso, a aplicação deste método exige um alto grau de discernimento por parte dos Administradores e um exaustivo controle das estimativas realizadas e dos desvios que possam ocorrer ao longo da duração do contrato. As estimativas devem levar em consideração todos os custos e receitas relacionados com os contratos, incluindo qualquer custo adicional ao que foi inicialmente orçado, os riscos por reclamações que se encontrarem em disputa. Nesse sentido, as receitas são reconhecidas apenas quando podem ser avaliadas de forma confiável, é provável que a sociedade receba benefícios econômicos da transação e os custos incorridos e os a incorrer, bem como o grau de realização do contrato na data do encerramento, possam ser avaliados de forma confiável.</p> <p>Devido à incerteza associada às mencionadas estimativas e a que as mudanças nas mesmas poderiam ocasionar diferenças materiais nas receitas registradas, considerou-se uma questão-chave da auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Avaliação da elaboração e implementação dos controles relacionados com o processo de reconhecimento e avaliação de receitas pelo método de recurso e com o processo de controle orçamentário e teste dos controles-chave identificados;</li><li>- Comprovação de que a metodologia utilizada pelo Grupo para a determinação das receitas, calculadas tomando como base a proporção dos serviços realizados em relação ao total de serviços a prestar, é uma das metodologias aceitas pelo quadro normativo de informação financeira aplicável;</li><li>- Avaliação das hipóteses utilizadas na elaboração dos orçamentos dos contratos;</li><li>- A partir de determinados critérios de seleção quantitativos e qualitativos, selecionamos uma amostra dos contratos de construção para avaliar as estimativas realizadas na elaboração da previsão de resultados do contrato e no reconhecimento de receitas. Nesse sentido, obtivemos os contratos e a documentação de suporte adicional na qual se baseiam essas estimativas e nas ponderações feitas, no caso, pelo Grupo;</li><li>- Análise comparativa do resultado dos contratos finalizados com o resultado orçado, analisando a evolução histórica, o controle orçamentário realizado pelo Grupo e o critério aplicado, e avaliando se, em geral, os orçamentos representam a melhor estimativa, considerando os riscos existentes em cada momento.</li></ul>

*Júlio César*

Contratos de construção Ver Nota 3.v das demonstrações financeiras consolidadas	
Questão-chave da auditoria	Como foi abordada a questão em nossa auditoria
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação de se as previsões reconhecidas no encerramento do exercício, relativas a cada um dos contratos, mostram de forma razoável obrigações presentes, que provavelmente gerem uma saída de benefícios econômicos no futuro, de acordo com o estabelecido nos contratos e obtendo o suporte documental que justifica seu reconhecimento e avaliando o critério aplicado pelo Grupo em suas estimativas; e</li> <li>- Avaliação de se a informação revelada nas demonstrações financeiras consolidadas cumpre os requisitos do quadro normativo de informação financeira aplicável ao Grupo.</li> </ul>

#### Outra informação: Relatório da administração consolidado \_\_\_\_\_

A outra informação compreende, exclusivamente, o relatório da administração consolidado do exercício de 2018, cuja elaboração é responsabilidade dos administradores da Sociedade controladora, e não faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas não cobre o relatório da administração consolidado. Nossa responsabilidade sobre a informação contida no relatório da administração consolidado se encontra definida na norma reguladora da atividade de auditoria de contas, que estabelece dois níveis diferentes sobre a mesma:

- a) Um nível específico que é aplicável à demonstração da informação não financeira consolidada, bem como a determinada informação incluída no Relatório Anual de Governo Corporativo, conforme definido no art. 35.2. b) da Lei 22/2015, de Auditoria de Contas, que consiste em comprovar apenas que a referida informação foi disponibilizada no relatório da administração consolidado ou, se for o caso, que foi incluída neste a referência respeitante ao relatório separado sobre a informação não financeira na forma prevista na norma e, em caso contrário, a informar sobre isso.
- b) Um nível geral aplicável ao resto da informação incluída no relatório da administração consolidado, que consiste em avaliar e informar sobre a concordância da citada informação com as demonstrações financeiras consolidadas, a partir do conhecimento do Grupo obtido na realização da auditoria das referidas demonstrações e sem incluir informação diferente da obtida como evidência durante a mesma, bem como avaliar e informar se o conteúdo e a apresentação desta parte do relatório da administração consolidado estão de acordo com a norma que é aplicável. Se, baseando-nos no trabalho que realizamos, concluirmos que existem incorreções materiais, somos obrigados a informar sobre isso.

Com base do trabalho realizado, conforme o acima referido, comprovamos que a informação mencionada na alínea a) anterior é disponibilizada no relatório da administração consolidado e que o resto da informação contida no relatório de gestão consolidado concorda com a das demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2018 e que seu conteúdo e apresentação estão de acordo com a norma que é aplicável.

*Guilherme*

## **Responsabilidade dos administradores e do comitê de auditoria no que diz respeito às demonstrações financeiras consolidadas**

---

Os administradores da Sociedade controladora são responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas anexas, de forma que expressem a imagem fiel do patrimônio, da situação financeira e dos resultados consolidados do Grupo, em conformidade com as NIIF-UE e demais disposições do quadro normativo de informação financeira aplicável ao Grupo na Espanha, e do controle interno que considerem necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras consolidadas sem incorreção material, devida a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações consolidadas, os administradores da Sociedade controladora são responsáveis pela avaliação da capacidade do Grupo para continuar como empresa em funcionamento, revelando, conforme o caso, as questões relacionadas com a empresa em funcionamento e utilizando o princípio contábil de empresa em funcionamento, exceto no caso de os citados administradores terem intenção de liquidar o Grupo ou de cessar suas operações, ou então quando não existir outra alternativa realista.

O comitê de auditoria da Sociedade controladora é responsável pela supervisão do processo de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

## **Responsabilidades do auditor no que diz respeito ao seu parecer sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

---

Nosso objetivo é obter uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, em seu conjunto, não possuem incorreção material devida a fraude ou erro, e emitir um parecer de auditores que contenha nossa opinião.

Segurança razoável significa ter um alto grau de segurança, mas não garante que uma auditoria realizada conforme a norma reguladora da atividade de auditoria de contas em vigor na Espanha detecte, sempre, uma incorreção material, quando esta exista. As incorreções podem dever-se a fraude ou a erro e consideram-se materiais quando, individualmente ou de forma agregada, se pode prever, razoavelmente, que influem nas decisões econômicas que os usuários tomam com base nas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria, em conformidade com a norma reguladora da atividade de auditoria de contas na Espanha, aplicamos nosso critério profissional e mantemos uma atitude de ceticismo profissional durante toda a auditoria. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de incorreção material nas demonstrações financeiras consolidadas, devida a fraude ou erro, criamos e aplicamos procedimentos de auditoria para dar resposta a esses riscos e obtemos uma evidência de auditoria suficiente e adequada para proporcionar uma base para nossa opinião. O risco de não detectar uma incorreção material decorrente de fraude é mais elevado que no caso de uma incorreção material devida a erro, já que a fraude pode implicar colusão, falsificação, omissões deliberadas, manifestações intencionalmente erradas, ou esquivar o controle interno.
- Obtemos conhecimento do controle interno relevante para a auditoria com o fim de criar procedimentos de auditoria que sejam adequados em função das circunstâncias, e não com a finalidade de exprimir uma opinião sobre a eficácia do controle interno do Grupo.
- Avaliamos se as políticas contábeis aplicadas são adequadas, bem como a razoabilidade das estimativas contábeis e a respectiva informação revelada pelos administradores da Sociedade controladora.
- Concluimos sobre o fato de ser adequada ou não a utilização pelos administradores da Sociedade controladora do princípio contábil de empresa em funcionamento e, baseando-nos na evidência de auditoria obtida, concluimos se existe ou não a incerteza material relacionada com fatos ou condições

*g. P. P.*

que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para continuar como empresa em funcionamento. Se chegarmos à conclusão de que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção em nosso parecer de auditores sobre a respectiva informação revelada nas demonstrações financeiras consolidadas ou, se essas revelações não são adequadas, expressar uma opinião modificada. Nossas conclusões se baseiam na evidência de auditoria obtida até a data do nosso parecer de auditores. No entanto, as condições ou fatos futuros podem ser a causa de que o Grupo deixe de ser uma empresa em funcionamento.

- Avaliamos a apresentação global, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a informação revelada, bem como se as demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e fatos subjacentes de um modo que consigam expressar a imagem fiel.
- Obtemos evidência suficiente e adequada, quanto à informação financeira das entidades ou atividades empresariais dentro do grupo, para podermos emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e realização da auditoria do Grupo. Somos os únicos responsáveis pela nossa opinião de auditoria.

Mantemos contato com o comitê de auditoria da Sociedade controladora para informar, entre outras questões, sobre o alcance e o momento de realizar a auditoria planejada e os descobrimentos significativos desta, bem como sobre qualquer deficiência importante do controle interno identificada durante a auditoria.

Também disponibilizamos ao comitê de auditoria da Sociedade controladora uma declaração de cumprimento dos requerimentos de ética aplicáveis, incluindo os de independência, e informamos o mesmo daquelas questões que, de forma razoável, possam significar uma ameaça para nossa independência e, neste caso, das respectivas garantias.

Entre as questões comunicadas ao comitê de auditoria da Sociedade controladora, determinamos as que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período atual e que são, em consequência disso, as questões-chave da auditoria.

Essas questões são descritas no nosso parecer de auditores, a não ser que as disposições legais ou regulamentares proibam revelá-las publicamente.

## **RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUERIMENTOS LEGAIS E REGULAMENTARES \_\_\_\_\_**

### **Relatório adicional para o comitê de auditoria da Sociedade controladora \_\_\_\_\_**

A opinião apresentada neste relatório é coerente com o que foi relatado em nosso relatório adicional para o comitê de auditoria da Sociedade controladora no dia 26 de fevereiro de 2019.

### **Período de contratação \_\_\_\_\_**

Fomos nomeados auditores do Grupo na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que teve lugar no dia 1º de junho de 2018, por um período de um ano, iniciado no dia 1º de janeiro de 2018.

Anteriormente fomos designados por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas para um período de 3 anos com renovação anual, motivo pelo qual temos realizado o trabalho de auditoria de contas de forma ininterrupta desde o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

KPMG Auditores, S.L.  
Inscrita no R.O.A.C n.º S0702

[Assinatura]  
Bernardo Rücker-Emden  
Inscrito no R.O.A.C.: 18836  
26 de fevereiro de 2019

INSTITUTO DE  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS DA ESPANHA

KPMG AUDITORES, S.L.

2018 N.º 03/18/01100

96,00 EU  
CARIMBO CORPORATIVO

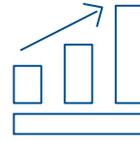
.....  
Parecer dos auditores sobre  
demonstrações financeiras, sujeito à  
norma de auditoria de contas  
espanhola ou internacional.  
.....

E nada mais havendo a constar e,  
após fiel tradução do documento  
que me foi apresentado, aponho a  
minha assinatura em sinal de fé.

Salvador, 15 de março de 2019.

  
Dr. Júlio César Leal Pereira  
TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO  
JUCEB - Matr. 23  
Trad. 5147 FL 514e Liv. 01-A





## Informação econômica do Grupo Elecnr

# Elecnor, S.A. e Sociedades controladas

## Demonstração da Situação Financeira Consolidada

em 31 de dezembro de 2018 (Milhares de euros)

ATIVO	2018	2017
<b>Ativo não circulante:</b>		
<b>Ativo intangível-</b>		
Fundo de comércio (Nota 7)	28.840	28.826
Outros ativos intangíveis (Nota 8)	117.776	114.698
	146.616	143.524
Imobilizado tangível (Nota 9)	1.123.276	1.149.941
Investimentos contabilizados aplicando o método de equivalência patrimonial (Nota 10)	164.078	155.997
<b>Ativos financeiros não circulantes (Nota 11)</b>		
Participações financeiras	4.400	2.687
Outros ativos financeiros	766.235	782.620
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	109	1.036
	770.744	786.343
Ativos por impostos diferidos (Nota 18)	102.198	106.200
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>2.306.912</b>	<b>2.342.005</b>
<b>Ativo circulante:</b>		
Estoque (Nota 3.q)	8.241	8.703
Ativos por contratos com clientes (Nota 12.a)	258.756	-
Devedores comerciais e outras contas a receber (Nota 12.a)	675.106	931.514
Devedores comerciais, empresas relacionadas (Nota 26)	6.349	12.645
Administração Pública, devedora	41.115	61.067
Ativos por impostos sobre os ganhos circulantes	14.230	13.626
Outros devedores	19.799	19.826
Investimentos em empresas relacionadas no curto prazo	1.804	1
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	871	4.031
Outros ativos circulantes	6.545	10.909
Caixa e outros ativos líquidos equivalentes (Nota 12 b)	426.837	398.161
Ativos não circulantes mantidos para a venda (Nota 10)	24.114	423
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.483.767</b>	<b>1.460.906</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>3.790.679</b>	<b>3.802.911</b>

As notas explicativas consolidadas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	Reexpresso 2017
<b>Patrimônio líquido (Nota 13):</b>		
<b>Patrimônio atribuído a detentores de instrumentos de patrimônio líquido da matriz -</b>		
Capital	8.700	8.700
Ações próprias	(21.884)	(21.232)
Outras reservas	736.498	714.947
Diferenças de conversão (Nota 13)	(228.906)	(183.763)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 13)	(55.580)	(61.244)
Resultado do exercício atribuído à Sociedade controladora	74.262	71.227
Dividendo por conta entregue no exercício (Nota 5)	(4.795)	(4.611)
	<b>508.295</b>	<b>524.024</b>
<b>Participações não controladoras (Nota 13)</b>	<b>332.412</b>	<b>380.037</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>840.707</b>	<b>904.061</b>
<b>Passivo não circulante:</b>		
Subvenções oficiais (Nota 3.s)	6.979	7.829
Provisões para riscos e despesas (Nota 16)	29.994	30.718
Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis (Nota 14)	669.228	538.796
Passivos financeiros com instituições de crédito (Nota 14)	730.470	910.709
Instrumentos financeiros derivativos (Notas 14 e 15)	11.413	9.077
Outros passivos não circulantes	26.920	27.052
Passivos por impostos diferidos (Nota 18)	81.403	87.750
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.556.407</b>	<b>1.611.931</b>
<b>Passivo circulante:</b>		
Provisões para riscos e despesas (Nota 16)	68.029	48.992
Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis (Nota 14)	180.577	113.350
Passivos financeiros com instituições de crédito (Nota 14)	104.939	90.059
Instrumentos financeiros derivativos (Notas 14 e 15)	6.569	1.140
Credores comerciais, empresas coligadas e relacionadas (Nota 26)	34	2.474
<b>Credores comerciais e outras contas a pagar-</b>		
Dívidas por compras ou por prestação de serviços	508.534	483.447
Adiantamentos de clientes e faturamento antecipado (Nota 17)	67.543	371.442
	<b>576.077</b>	<b>854.889</b>
<b>Passivos por contratos com clientes (Nota 17)</b>	<b>320.310</b>	<b>-</b>
<b>Passivos por impostos sobre os ganhos circulantes</b>	<b>26.533</b>	<b>26.573</b>
<b>Outras dívidas-</b>		
Administração Pública, credora	51.859	55.912
Outros passivos circulantes (Nota 13 e 21)	58.638	93.530
	<b>110.497</b>	<b>149.442</b>
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>1.393.565</b>	<b>1.286.919</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>3.790.679</b>	<b>3.802.911</b>

As notas explicativas consolidadas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

# Elecnor, S.A. e Sociedades controladas

## Demonstração de resultados consolidada

correspondente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 (Milhares de euros)

	2018	2017
<b>Operações continuadas:</b>		
Valor líquido do volume de negócios (Nota 21)	2.273.057	2.316.786
Varição do estoque de produtos acabados e em elaboração (Nota 3.q)	(1.055)	(4.064)
Aprovisionamentos (Nota 21)	(1.092.220)	(1.148.654)
Outras receitas operacionais (Notas 2.f, 3.i e 3.s)	62.383	88.197
Despesas com pessoal (Nota 21)	(609.556)	(620.054)
Outras despesas operacionais (Nota 21)	(368.737)	(356.588)
Despesas com amortizações, deterioração e dotações para provisões (Nota 21)	(112.012)	(93.875)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>151.860</b>	<b>181.748</b>
Receitas financeiras (Notas 11 e 21)	108.683	80.592
Despesas financeiras (Nota 21)	(98.946)	(91.431)
Diferenças de câmbio	11.381	(39.694)
Deterioração e resultado por alienação de instrumentos financeiros	274	64
Varição do valor justo de instrumentos financeiros	(385)	(517)
Participação no resultado do exercício dos investimentos contabilizados aplicando o método de equivalência patrimonial (Nota 10)	(3.831)	587
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>169.036</b>	<b>131.349</b>
Impostos sobre lucros (Nota 19)	(57.086)	(35.504)
Resultado do exercício proveniente de operações continuadas	111.950	95.845
<b>Resultado do exercício</b>	<b>111.950</b>	<b>95.845</b>
<b>Atribuível a:</b>		
Acionistas da Sociedade controladora	74.262	71.227
Juros minoritários (Nota 13)	37.688	24.618
<b>Lucro por ação (em euros) (Nota 28)</b>		
Básico	0,88	0,84
Diluído	0,88	0,84

As notas explicativas consolidadas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

# Elecnor, S.A. e Sociedades controladas

## Demonstração do Resultado Global Consolidado

do exercício anual encerrado a 31 de dezembro de 2018 (Milhares de euros)

	Notas explicativas	Exercício 2018	Reexpresso Exercício 2017
<b>RESULTADO CONSOLIDADO DA DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>		<b>111.950</b>	<b>95.845</b>
<b>Outro resultado global:</b>			
<b>Itens que serão reclassificados para resultados</b>			
<b>Itens que serão reclassificados para resultados</b>			
- Cobertura dos fluxos de caixa		7.999	(6.641)
- Diferenças de conversão das demonstrações financeiras de negócios no estrangeiro		(83.758)	(112.981)
- Participação em outro resultado global dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	Nota 10	(1.163)	(1.714)
- Efeito tributário		3.131	(2.490)
<b>Outro resultado global do exercício, líquido de imposto</b>		<b>(73.791)</b>	<b>(123.826)</b>
<b>Resultado global total atribuível a:</b>		<b>38.159</b>	<b>(27.981)</b>
a) Detentores de instrumentos de patrimônio líquido da matriz		28.979	7.686
b) Participações não controladoras		9.180	(35.667)

# Elecnor, S.A. e Sociedades controladas

## Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido Consolidado

correspondente ao exercício anual encerrado a 31 de dezembro de 2018 (Milhares de euros)

	Capital	Reservas Acumuladas	Ações Próprias	Dividendo por conta entregue no exercício	Cobertura de fluxos de numerário	Diferenças de conversão	Resultado líquido do exercício	Participações não controladoras	Total Patrimônio
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	8.700	721.155	(21.989)	(4.481)	(71.796)	(150.368)	68.465	430.354	980.040
<b>Ajustes por mudanças nos critérios contábeis (Nota 2.h)</b>	-	(40.698)	-	-	-	40.698	-	-	-
<b>Saldos ajustados em 1 de janeiro de 2017</b>	8.700	680.457	(21.989)	(4.481)	(71.796)	(109.670)	68.465	430.354	980.040
Total das receitas e despesas reconhecidas do exercício de 2017	-	-	-	-	10.552	(74.093)	71.227	(35.667)	(27.981)
Distribuição do resultado:									
Para reservas	-	44.467	-	-	-	-	(44.467)	-	-
Para dividendo complementar (Notas 5 e 13)	-	-	-	-	-	-	(19.517)	(2.758)	(22.275)
Para dividendo por conta do exercício de 2016	-	-	-	4.481	-	-	(4.481)	-	-
Compra de ações próprias	-	-	(3.124)	-	-	-	-	-	(3.124)
Venda de ações próprias	-	1.027	3.881	-	-	-	-	-	4.908
Dividendo por conta entregue no exercício de 2017	-	-	-	(4.611)	-	-	-	-	(4.611)
Variações de participações em sociedades controladas (Nota 13.e)	-	(9.162)	-	-	-	-	-	(19.911)	(29.073)
Outras operações societárias	-	-	-	-	-	-	-	5.006	5.006
Ajuste por hiperinflação	-	974	-	-	-	-	-	-	974
Outros	-	(2.816)	-	-	-	-	-	3.013	197
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reexpressos)</b>	8.700	714.947	(21.232)	(4.611)	(61.244)	(183.763)	71.227	380.037	904.061
Ajuste por aplicação inicial da NIIF 15	-	(19.364)	-	-	-	2.311	-	-	(17.053)
Ajuste por aplicação inicial da NIIF 9	-	(323)	-	-	-	-	-	-	(323)
<b>Ajustes por mudanças nos critérios contábeis (Nota 2.h)</b>	-	(3.493)	-	-	-	3.493	-	-	-
Total das receitas e despesas reconhecidas do exercício de 2018	-	-	-	-	5.664	(50.947)	74.262	9.180	38.159
Distribuição do resultado:									
Para reservas	-	46.270	-	-	-	-	(46.270)	-	-
Para dividendo complementar (Notas 5)	-	-	-	-	-	-	(20.346)	(5.698)	(26.044)
Para dividendo por conta do exercício de 2017	-	-	-	4.611	-	-	(4.611)	-	-
Compra de ações próprias	-	-	(1.563)	-	-	-	-	-	(1.563)
Venda de ações próprias	-	334	911	-	-	-	-	-	1.245
Dividendo por conta entregue no exercício de 2018	-	-	-	(4.795)	-	-	-	-	(4.795)
Variações de participações em sociedades controladas (Nota 13.e)	-	-	-	-	-	-	-	158	158
Reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	(51.261)	(51.261)
Ajuste por hiperinflação	-	390	-	-	-	-	-	-	390
Outros	-	(2.263)	-	-	-	-	-	(4)	(2.267)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	8.700	736.498	(21.884)	(4.795)	(55.580)	(228.906)	74.262	332.412	840.707

# Elecnor, S.A. e Sociedades controladas

## Demonstração do fluxo de caixa Consolidado

Nos exercícios emcerrados em 31 dezembro de 2018 (Milhares de euros)

	2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>		
Resultado consolidado do exercício	111.950	95.845
Ajustes por-		
Amortizações	68.942	67.115
Depreciação e Resultado líquido por alienação de imobilizado tangível e outros ativos intangíveis	(145)	1.827
Variação de provisões para riscos e despesas e outras provisões (Nota 21)	43.070	23.115
Imputação das subvenções de imobilizado	(478)	(492)
Resultado líquido de sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)	3.831	(587)
Deterioração e resultado líquido por alienação de instrumentos financeiros (Notas 2.f)	-	(16.348)
Receitas e despesas financeiras (Nota 21)	(9.737)	10.839
Diferenças de câmbio	(11.381)	39.694
Outras receitas e despesas	2.325	1.415
Imposto sobre sociedades	57.086	35.504
<b>Recursos provenientes das operações</b>	<b>265.463</b>	<b>257.927</b>
<b>Variação do capital circulante:</b>		
Devedores comerciais e outras contas a receber	(62.589)	66.116
Inventários	462	6.244
Credores comerciais e outras contas a pagar	31.575	(216.788)
Variação em outros ativos e passivos circulantes	6.535	(15.143)
Imposto sobre lucros pagos	(52.865)	(55.637)
<b>Fluxos líquidos de caixa de atividades operacionais (I)</b>	<b>188.581</b>	<b>42.719</b>
<b>Fluxos de caixa por atividades de investimento:</b>		
Pagamentos pela aquisição de ativos intangíveis (Nota 8)	(6.866)	(11.120)
Pagamentos pela aquisição de investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)	(24.777)	-
Pagamentos pela aquisição de ativos não circulantes mantidos para a venda (Nota 10)	(23.691)	-
Pagamentos pela aquisição de ativos financeiros (Nota 11)	(45.167)	(138.752)
Pagamentos pela aquisição de ativos fixos tangíveis (Nota 9)	(61.110)	(98.226)
Cobrança de dividendos de empresas coligadas (Nota 10)	11.186	8.399
Cobrança de juros	87.713	60.046
Cobranças por alienação de empresas do grupo, coligadas e entidades controladas conjuntamente (Notas 2.f)	9.234	24.011
Cobranças derivadas da venda de ativos intangíveis e ativos fixos tangíveis (Notas 8 e 9)	3.759	5.006
Cobranças derivadas de ativos financeiros, líquido (Nota 11)	23.617	31.908
<b>Fluxos líquidos de caixa das atividades de investimento (II)</b>	<b>(26.102)</b>	<b>(118.728)</b>
<b>Fluxos de caixa por atividades de financiamento:</b>		
Entradas de caixa por dívida financeira e outra dívida no longo prazo (Nota 14)	924.404	1.414.091
Juros pagos	(97.392)	(108.236)
Reembolso de dívida financeira e outra dívida no longo prazo (Nota 14)	(845.044)	(1.129.070)
Dividendos pagos (Nota 13)	(35.450)	(26.755)
Pagamentos pela aquisição de ativos fixos tangíveis (Nota 13)	(28.900)	-
Cobranças/Pagamentos líquidos derivados de contribuições/devoluções de fundos por/aos sócios não controladores (Nota 13)	(51.103)	5.006
Entradas de caixa por alienação de ações próprias (Nota 13)	1.245	4.908
Saídas de caixa por compra e venda de ações próprias (Nota 13)	(1.563)	(3.124)
<b>Fluxos líquidos de caixa das atividades de financiamento (III)</b>	<b>(133.803)</b>	<b>156.820</b>
<b>Efeito das variações no perímetro de consolidação (IV)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa (I+II+III+IV)</b>	<b>28.676</b>	<b>80.811</b>
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	398.161	317.350
<b>Caixa e equivalentes a caixa no fim do período</b>	<b>426.837</b>	<b>398.161</b>

As notas explicativas consolidadas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.





# Relatório Anual Consolidado

(Junto com o Parecer dos Auditores)  
Preparadas em conformidade com as  
Normas Internacionais de Informação  
Financeira adotadas pela União Europeia

# Elecnor, S.A. e Sociedades controladas

## Relatório da Diretoria consolidado

correspondente ao exercício anual encerrado em 31 de dezembro de 2018

### 1. NATUREZA, ATIVIDADES E COMPOSIÇÃO DO GRUPO

A Elecnor, S.A. (a Sociedade controladora) foi constituída por tempo indeterminado no dia 6 de junho de 1958, e sua sede social está situada na Calle Marqués de Mondéjar 33, Madrid (Espanha).

A Sociedade controladora tem por objeto, de acordo com seus Estatutos Sociais:

- a mais ampla atividade comercial com base na engenharia, projeto, construção, montagem, reparação, manutenção e conservação de toda classe de obras e instalações de qualquer gênero ou espécie, no sentido mais amplo da palavra, isto é, a execução completa das mesmas com ou sem fornecimento de material, por conta própria e de terceiros, de forma exclusiva ou através de associação em qualquer uma de suas modalidades;
- a prestação de serviços públicos e privados de coleta de todo tipo de resíduos, varredura e limpeza das ruas, transferência e transporte dos resíduos até o lugar de depósito final, destino final dos mesmos, reciclagem, tratamento e depósito de resíduos públicos, privados, industriais, hospitalares, patológicos, limpeza, manutenção e conservação de esgotos e, em geral, serviços de saneamento urbano, e qualquer outro serviço complementar dos mesmos relacionado direta ou indiretamente com aqueles, entendido em sua mais ampla aceção;
- o projeto, pesquisa, desenvolvimento, construção, exploração, manutenção e comercialização de estações e instalações de tratamento, recuperação e eliminação de resíduos, bem como a compra e venda dos subprodutos originados dos referidos tratamentos;
- o projeto, pesquisa, desenvolvimento, construção, exploração, manutenção e comercialização de fábricas e instalações de tratamento de águas e depuração de águas residuais e resíduos, a recuperação e a eliminação de resíduos, bem como a compra e a venda dos subprodutos que forem originados desses tratamentos;
- o aproveitamento, transformação e comercialização de toda classe de água;

As atividades enumeradas também poderão ser desenvolvidas pela Sociedade controladora, total ou parcialmente, de modo indireto, através da participação em outras sociedades com objeto análogo, tanto na Espanha como no exterior. O Grupo Elecnor não desenvolverá nenhuma atividade para as quais as Leis exijam condições ou limitações específicas enquanto não cumprir integralmente as mesmas.

As sociedades controladas realizam, basicamente, as diferentes atividades que integram o objeto social acima indicado, bem como a exploração de parques de geração de energia eólica, termossolar e fotovoltaica, prestação de serviços de pesquisa, assessoramento e desenvolvimento de software aeronáutico e aeroespacial, bem como a fabricação e distribuição de painéis solares e usinas de exploração fotovoltaica.

No site [www.elecnor.com](http://www.elecnor.com) e em sua sede social podem ser consultados os Estatutos Sociais e demais informação pública sobre a Sociedade.

Adicionalmente às operações que realiza diretamente, a Elecnor, S.A., tal como foi comentado, é líder de um grupo de sociedades controladas, que se dedicam a diversas atividades e que constituem, junto com ela, o Grupo Elecnor (daqui em diante denominado o "Grupo" ou o "Grupo Elecnor"). Consequentemente, a Sociedade controladora é obrigada a elaborar, além das suas próprias demonstrações financeiras individuais, demonstrações financeiras consolidadas, que também incluem as participações em negócios conjuntos e investimentos em sociedades coligadas.

No Anexo I se inclui a informação sobre as sociedades controladas e coligadas, contabilizadas aplicando o método da equivalência patrimonial, incluídas na consolidação do Grupo Elecnor.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO

### a) Bases de apresentação e quadro normativo de informação financeira aplicável ao Grupo-

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos registros contábeis da Elecnor, S.A. e das entidades consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2018 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira adotadas pela União Europeia (NIIF-UE) e com as demais disposições do quadro normativo de informação financeira que são aplicáveis, com o objetivo de mostrar a imagem fiel do patrimônio consolidado e da situação financeira consolidada da Elecnor, S.A. e sociedades dependentes em 31 de dezembro de 2018 e do rendimento financeiro consolidado, dos seus fluxos de caixa consolidados e das mudanças no patrimônio líquido consolidado correspondentes ao exercício anual encerrado nessa data.

O Grupo adotou as NIIF-UE no dia 1º de janeiro de 2004 e aplicou, nessa data, a NIIF 1 "Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Informação Financeira".

Os Administradores da Sociedade controladora entendem que as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2018, que foram elaboradas no dia 20 de fevereiro de 2019, serão aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas sem alteração alguma.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Elecnor correspondentes ao exercício de 2017 foram aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas da Elecnor, S.A. realizada em 1 de junho de 2018.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas sob a hipótese de empresa em funcionamento, utilizando o princípio de custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que tenham sido registrados pelo valor justo.

Importa mencionar que os saldos provenientes das empresas argentinas e venezuelanas do Grupo foram expressos em custo corrente antes de serem incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Elecnor, de acordo com a NIC 29 "Informações Financeiras em Economias Hiperinflacionárias", considerando estes países como de economia hiperinflacionária (ver seções "g" e "h").

### b) Adoção das Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF)-

#### Normas aplicadas pela primeira vez

O Grupo aplicou as seguintes normas e interpretações pela primeira vez nas suas demonstrações financeiras consolidadas, que se iniciam a 1 de janeiro de 2018:

#### **NIIF 15 Rendimentos de contratos de clientes**

Essa Norma substitui as seguintes normas: (a) a NIC 11 Contratos de Construção; (b) a NIC 18 Receitas de Atividades Ordinárias, bem como interpretações relacionadas: CINIIF 13 Programas de Fidelização de Clientes; CINIIF 15 Acordos para a Construção de Imóveis; CINIIF 18 Transferências de Ativos de Clientes e SIC-31 Receitas - Permutas de Serviços de Publicidade.

De acordo com a NIIF 15, as receitas ordinárias se reconhecem em função do valor que se espera receber do cliente quando se produz a transferência do controle de um bem ou serviço para o cliente. A transferência de controle pode ocorrer em um momento determinado ou ao longo do tempo. Quando um único contrato incluir mais de uma obrigação de cumprimento para com o cliente, a receita será reconhecida com base nos preços de venda independente relativos das diferentes obrigações de cumprimento.

El principal cambio en las políticas contables del Grupo Elecnor se corresponde con el cambio en el criterio de reconocimiento de ingresos procedentes de modificaciones de contratos y transacciones sujetas a contraprestación variable debido a que, en el caso de ingresos procedentes de modificaciones de contrato, la NIIF 15 requiere aprobación por parte del cliente, criterio más exigente que los requisitos de probabilidad y fiabilidad en la estimación de la anterior normativa y, de la misma forma, en las transacciones sujetas a contraprestación variable se establecen unos requisitos más exigentes para el reconocimiento de ingresos, incluyendo requisitos de alta probabilidad.

O Grupo Elecnor optou pela transição estabelecida na Norma, que acarreta aplicar a NIIF 15 retroativamente com o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, sem proceder à reexpressão das informações apresentadas em 2017 sob as normas citadas anteriormente. A aplicação dessa norma tem um impacto nas reservas de 19 milhões de euros, líquido do efeito fiscal, e um impacto positivo na demonstração de resultados consolidada do exercício 2018 de 6,5 milhões de euros (ver nota 12.a).

## NIIF 9 Instrumentos financeiros

### (i) Reconhecimento e classificação de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se converte em parte obrigada do contrato ou do negócio jurídico, conforme as disposições do mesmo.

O critério de classificação dos ativos financeiros dependerá tanto da forma como uma entidade gere os seus instrumentos financeiros (o seu modelo de negócios) como da existência e características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros. Com base no acima exposto, o ativo será avaliado pelo custo amortizado, pelo valor justo, por meio de alterações noutro resultado integral ou pelo valor justo, com as alterações no resultado do período, como segue:

- Se o objetivo do modelo de negócios for manter um ativo financeiro com a intenção de cobrar fluxos de caixa contratuais e, segundo os termos do contrato, os fluxos de caixa são recebidos em datas específicas que constituem exclusivamente os pagamentos do capital acrescido de juros, o ativo financeiro será mensurado pelo custo amortizado.
- Se o modelo de negócios tiver como objetivo a aquisição de fluxos de caixa contratuais e a sua venda e, de acordo com os termos do contrato, os fluxos de caixa são recebidos em datas específicas que constituem exclusivamente pagamentos do capital acrescido de juros, os ativos financeiros serão mensurados pelo valor justo com alterações noutro resultado integral (patrimônio).

Fora desses cenários, os ativos restantes serão mensurados pelo valor justo com alterações nas perdas e ganhos. Todos os instrumentos de patrimônio (por exemplo, ações) são mensurados por padrão nessa categoria. Isso ocorre porque os seus fluxos contratuais não cumprem a característica de serem apenas pagamentos de capital e juros. Os derivativos financeiros também são classificados como ativos financeiros pelo valor justo por meio dos resultados, a menos que sejam designados como instrumentos de cobertura.

Para fins da sua avaliação, os ativos financeiros devem ser classificados numa das seguintes categorias, sendo as políticas contábeis de cada um deles detalhadas a seguir:

- a) Ativos financeiros ao custo amortizado: Esses ativos são registrados após o seu reconhecimento inicial pelo custo amortizado de acordo com o método da taxa de juros efetiva. Esse custo amortizado será reduzido por qualquer perda por desvalorização. Os ganhos ou perdas serão reconhecidos no resultado do período quando o ativo financeiro for reduzido ou tiver sido depreciado, ou devido a diferenças de câmbio. Os juros calculados usando-se o método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração de resultados na seção "receitas financeiras".
- b) Ativos financeiros pelo valor justo com alterações nos resultados: Os ativos financeiros pelo valor justo com alterações nos resultados são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo valor justo, sem considerar os custos da transação, que são reconhecidos na demonstração de resultados. Os ganhos ou perdas decorrentes de alterações no valor justo são apresentados na demonstração de resultados dentro de "outras receitas/(despesas) financeiras" no período em que se originaram. Qualquer dividendo ou juro é também transportado para os resultados financeiros.
- c) Instrumentos de dívida pelo valor justo com alterações em outro resultado global: São subsequentemente contabilizados pelo valor justo, reconhecendo as alterações no valor justo em "Outro resultado global". As receitas de juros, as perdas por desvalorização recuperável e as diferenças de câmbio são reconhecidas na demonstração de resultados. Quando vendidos ou dados baixos, os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos em "Outro resultado global" são incluídos na demonstração de resultados como "outras receitas/(despesas) financeiras".
- d) Instrumentos patrimoniais pelo valor justo com alterações noutro resultado global: A sua medição subsequente é o valor justo. Apenas são reconhecidos como resultados os dividendos, a menos que esses dividendos representem claramente uma recuperação do custo do investimento. Outras perdas ou ganhos são reconhecidos como "Outro resultado global" e nunca são reclassificados como resultados.

Dada a natureza dos ativos financeiros do Grupo, a alteração nos critérios de apresentação contidos na NIIF 9 não foi relevante.

#### **(ii) Desvalorização de ativos financeiros**

O modelo de desvalorização é aplicável aos Ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado.

O modelo da depreciação de valor baseia-se numa abordagem de avaliação dupla, segundo a qual haverá uma provisão por depreciação com base nas perdas esperadas para os próximos 12 meses ou nas perdas esperadas ao longo de toda a vida do ativo. O fato que determina a passagem da primeira abordagem para a segunda é existir um significativo agravamento na qualidade de crédito.

Esta norma, que substitui parcialmente a NIC 39, simplifica os critérios de reconhecimento e avaliação dos instrumentos financeiros, conservando um modelo misto de avaliação e estabelecendo apenas duas categorias principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. O critério de classificação é fundamentado no modelo de negócio da entidade e nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Do mesmo modo, simplifica e confere maior flexibilidade para a contabilização de coberturas.

Para as contas a receber comerciais, o Grupo aplica a política contábil do prejuízo esperado calculado com base na porcentagem de dotações de insolvências dos últimos anos nas vendas históricas.

Para determinar se um ativo financeiro sofreu um agravamento significativo no seu risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, ou para estimar as perdas de crédito esperadas durante toda a vida do ativo, o Grupo considera todas as informações razoáveis e sustentáveis relevantes e que esteja disponível sem esforço ou custo desproporcional. Isso inclui informações quantitativas e qualitativas, baseadas na experiência do Grupo ou de outras entidades sobre perdas históricas de crédito, e informações constatadas de mercado sobre o risco de crédito do instrumento financeiro específico ou instrumentos financeiros semelhantes.

O Grupo aplica a abordagem simplificada permitida pela NIIF 9, que exige que as perdas esperadas durante a sua vida sejam reconhecidas a partir do momento do reconhecimento inicial das contas a receber.

Com relação ao novo modelo de cálculo da depreciação do valor de ativos financeiros baseado no modelo de perdas de crédito esperadas ao longo da vida do ativo, o Grupo implementou esse novo método a 1 de janeiro de 2018, cujo impacto implicou um ajuste em reservas de 4,5 milhões de euros, líquido da incidência fiscal.

#### **(iii) Contabilidade de coberturas**

A NIIF 9 relaxa os requisitos para a eficácia da cobertura. Nos termos da NIC 39 anterior, uma cobertura deve ser altamente eficaz, tanto de forma prospectiva como retrospectiva. A NIIF 9 substitui essa consideração, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura e que o coeficiente coberto seja o mesmo que a entidade usa para a sua gestão do risco. A norma procura aproximar a contabilidade de coberturas à gestão de risco, com uma abordagem baseada em objetivos e tentando eliminar inconsistências e fragilidades no modelo anterior.

O Grupo utiliza contratos sobre taxas de juros principalmente para cobrir a variabilidade nos tipos de endividamento contratados a taxas de juros variáveis. A contabilidade das coberturas está alinhada com o modelo de gestão de risco do Grupo, motivo pelo qual não houve nenhuma alteração na contabilização das coberturas.

#### **(iv) Refinanciamentos de passivos financeiros**

Na aplicação da interpretação feita pelo IASB em 2017 sobre o tratamento dos refinanciamentos de passivos financeiros de acordo com a NIIF 9, os fluxos contratuais da dívida refinanciada devem ser descontados à taxa de juros efetiva original, revista com as comissões associadas, em vez da nova taxa resultante da operação de refinanciamento.

A diferença obtida terá impacto na conta de resultados consolidada como despesa ou receita na data do refinanciamento, embora, dada a natureza retroativa dessa interpretação, para as operações realizadas antes de 1 de janeiro de 2018 a diferença existente seja registrada contra reservas.

Neste sentido, os refinanciamentos anuais realizados pela Sociedade controladora desde o exercício 2014, data de início do financiamento sindicado, tiveram impacto em 1 de janeiro de 2018 de 1,2 milhões de euros de aumento das reservas, líquido da incidência fiscal.

Adicionalmente, o impacto dos refinanciamentos realizados pelas empresas coligadas Dioxipe Solar, S.L. e Aries Solar Termoelétrica, S.L., teve impacto em 1 de janeiro de 2018 de 3 milhões de euros de aumento de reservas, líquido da incidência fiscal.

A tabela a seguir resume o impacto da adoção da NIIF 15 e da NIIF 9 na Demonstração da Situação Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2018 por cada uma das epígrafes afetadas. O efeito na Demonstração de Resultados Consolidada e na Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada em 31 de dezembro de 2018 não foi significativo.

### Impacto na Demonstração da Posição Financeira Consolidada

31 de dezembro de 2018 Milhares de euros	Montantes	Ajustes NIIF 15	Ajustes NIIF 9	Montante sem adoção NIIF 15 e 9
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo não circulante</b>				
Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	164.078	-	2.693	161.385
Ativos por impostos diferidos	102.198	4.821	1.500	95.877
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>2.306.912</b>	<b>4.821</b>	<b>4.193</b>	<b>2.297.898</b>
<b>Ativos circulantes</b>				
Ativos por contratos com clientes	258.756	258.756	-	-
Devedores comerciais e outras contas a receber	675.106	(274.112)	(6.000)	955.218
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.483.767</b>	<b>(15.356)</b>	<b>(6.000)</b>	<b>1.505.123</b>
<b>Total ativos</b>	<b>3.790.679</b>	<b>(10.535)</b>	<b>(1.807)</b>	<b>3.803.021</b>
<b>Passivo e Patrimônio líquido</b>				
<b>Patrimônio líquido</b>				
Outras reservas	736.498	(19.364)	(323)	756.185
Diferenças de conversão	(228.906)	2.311	-	(231.217)
Resultado do exercício atribuído à Sociedade controladora	74.262	6.518	779	66.965
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>840.707</b>	<b>(10.535)</b>	<b>456</b>	<b>850.786</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Passivos financeiros com instituições de crédito	730.470	-	(3.018)	733.488
Passivos por impostos diferidos	81.403	-	755	80.648
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.556.407</b>	<b>-</b>	<b>(2.263)</b>	<b>1.558.670</b>
<b>Passivo circulante</b>				
Adiantamento de clientes	67.543	(320.310)	-	387.853
Passivos por contratos com clientes	320.310	320.310	-	-
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>1.393.565</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.393.565</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>3.790.679</b>	<b>(10.535)</b>	<b>(1.807)</b>	<b>3.803.021</b>

### Normas e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor, mas que podem ser adotadas com antecedência

Na data de preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas, as normas emitidas que não entraram em vigor e que o Grupo espera adotar a partir de 1 de janeiro de 2019 ou posteriormente são:

## NIIF 16 Arrendamentos

A NIIF 16 elimina o modelo de contabilidade dual para arrendatários que diferencia os contratos de arrendamento financeiro, registrados no balanço, dos arrendamentos operativos para os quais não se exige o reconhecimento das quotas de arrendamento futuras. Em vez disso, é desenvolvido um modelo único, dentro do balanço, que é semelhante ao arrendamento financeiro atual. No caso do arrendador se mantém a prática atual, isto é, os arrendadores continuam classificando os arrendamentos como arrendamentos financeiros e operativos.

A NIIF 16 substitui as diretrizes existentes sobre arrendamentos, o que inclui a NIC 17 Arrendamentos, a CINIIF 4 Determinação se um acordo contém um arrendamento, a SIC-15 Arrendamentos operacionais-Incentivos e a SIC-27 Avaliação da essência das transações que adotam a forma legal de um arrendamento.

A adoção da NIIF 16 é obrigatória para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019. A sua aplicação antecipada é permitida para entidades que utilizam a NIIF 15 Receitas de Atividades Ordinárias de Contratos com Clientes antes da data da aplicação inicial da NIIF 16. O Grupo aplicará a NIIF 16 pela primeira vez em 1 de janeiro de 2019. Seguem-se as principais políticas, estimativas e critérios para a aplicação da NIIF 16:

- Forma de transição: O Grupo optou por implementar a NIIF 16 com o método retroativo modificado, reconhecendo o ativo por direito de uso por um valor igual ao seu valor contábil, como se a norma tivesse sido aplicada desde a data de início, embora descontada aplicando-se a taxa de juros incremental do endividamento do arrendatário na data da aplicação inicial. Ao aplicar essa abordagem, o Grupo não reafirma a informação comparativa.
- Taxas de desconto: para a medição inicial do passivo de arrendamento, utilizou-se a taxa de juros incremental, que representa a taxa de juros que um arrendatário teria de pagar por um empréstimo para um prazo similar, e com uma garantia semelhante, os fundos necessários para obter um ativo de valor similar ao ativo pelo direito de uso num ambiente económico similar.
- Prazo de arrendamento para cada contrato: o prazo considerado para os arrendamentos depende, fundamentalmente, se o contrato de arrendamento contém ou não um período de cumprimento obrigatório, bem como cláusulas unilaterais de rescisão e/ou renovação que conferem ao Grupo o direito de rescindir antecipadamente ou a prolongar os contratos. O Grupo não aplicou essa norma aos arrendamentos de máquinas para o uso nas obras por estimar que a duração destes é inferior ou próxima a um ano, dado que, devido à sua própria atividade, são arrendadas pelo período igual ao da obra para a qual são arrendadas.
- Políticas contábeis aplicáveis em transição: O Grupo decidiu utilizar as seguintes soluções práticas ao aplicar o método simplificado para arrendamentos classificadas anteriormente como arrendamentos operacionais utilizando a NIC17 Arrendamentos:
  - Não aplicar a NIIF 16 a contratos que não tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento aplicando-se a NIC 17 e a CINIIF 4 “Determinação se um contrato contém um arrendamento”.
  - Utilização de diferentes taxas de desconto para cada país e em função dos prazos de arrendamento restantes.
  - Exclusão dos custos diretos iniciais da medição do ativo pelo direito de uso na data da aplicação inicial.
  - Exclusão de arrendamentos cujo prazo termine dentro de 12 meses após a data da aplicação inicial.
  - Exclusão de arrendamentos nos quais o ativo subjacente é de baixo valor.
  - Em vez de realizar uma revisão da depreciação de valor na data da aplicação inicial, a Sociedade baseou a sua avaliação da natureza onerosa dos arrendamentos aplicando-se a NIC 37 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes imediatamente antes da data de aplicação inicial, de modo que o ativo do direito de uso seja ajustado na data da aplicação inicial para o valor da provisão para contratos onerosos reconhecida, conforme o caso, na demonstração da situação financeira imediatamente antes da data da aplicação inicial.

O Grupo Elecnor estima que o impacto dessa nova norma representará um maior valor de ativo por Ativos por Direito de Uso e um maior valor dos passivos financeiros entre 20-30 milhões de euros, não tendo um impacto significativo no seu património líquido.

Destacar que, sob a norma em vigor, a maioria dos contratos de cessão de uso de terrenos onde se encontram as instalações de geração eólica são considerados arrendamentos operacionais. De acordo com a NIIF 16, o Grupo Elecnor interpreta que a maioria desses contratos não contém um arrendamento, uma vez que permitem que o proprietário do terreno aceda ao mesmo e continue a realizar as atividades económicas, desde que não interfiram com o bom funcionamento da própria atividade desenvolvida pelo Grupo Elecnor. Conseqüentemente, o Grupo Elecnor interpreta

que esses contratos que concedem o uso partilhado do terreno ao proprietário e ao Grupo Elecnor não contêm um arrendamento de acordo com a NIIF 16.

### **CINIIF 23 A incerteza quanto aos tratamentos do imposto nos lucros**

O Comitê de Interpretações das NIIF (CINIIF) emitiu o a CINIIF 23, que estabelece como reconhecer e medir os ativos e passivos fiscais diferidos e circulantes se existir incerteza quanto a um tratamento fiscal. Um tratamento fiscal incerto é qualquer tratamento fiscal aplicado por uma entidade no qual exista incerteza se tal abordagem será aceita pela autoridade tributária. A interpretação analisa:

- como determinar a unidade de conta adequada e que cada tratamento fiscal incerto deve ser considerado separadamente ou em conjunto, de acordo com a abordagem que melhor preveja a resolução da incerteza.
- que a entidade deve assumir que uma autoridade fiscal examinará os tratamentos fiscais incertos e terá total conhecimento de todas as informações relacionadas, ou seja, o risco de detecção deve ser ignorado.
- que a entidade deve refletir o efeito da incerteza na contabilização do imposto sobre o lucro quando não é provável que as autoridades fiscais aceitem o tratamento.
- que o impacto da incerteza deve ser avaliado utilizando-se o método do montante mais provável ou o valor esperado, dependendo do método que melhor prevê a resolução da incerteza, e que os julgamentos e estimativas devem ser reavaliados sempre que as circunstâncias mudarem ou quando existirem novas informações que afetem os julgamentos.

A interpretação é efetiva para os períodos anuais iniciados em ou após dia 1 de janeiro de 2019. Permite-se a aplicação antecipada. Uma entidade pode, na aplicação inicial, optar por aplicar essa interpretação: 1) aplicando-se retrospectivamente a NIC 8, se possível sem o uso de retrospectiva; ou 2) retrospectivamente, com o efeito cumulativo de aplicar inicialmente a interpretação reconhecida na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo inicial dos lucros acumulados (ou outro componente de patrimônio, consoante o caso).

O Grupo está atualmente avaliando o impacto que a adoção dessa interpretação poderia ter nas suas demonstrações financeiras consolidadas do exercício 2019.

### **Normas, modificações e interpretações das normas existentes que não podem ser adotadas antecipadamente ou que não foram adotadas pela União Europeia**

Na data de elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, o IASB e o Comitê de Interpretações das NIIF publicaram as normas, modificações e interpretações detalhadas a seguir, que estão pendentes de adoção por parte da União Europeia:

- NIC 19 (Alteração) "Modificação, redução ou liquidação do plano".
- NIC 28 (Alteração) "Juros a longo prazo em coligadas e empreendimentos conjuntos".
- NIIF 10 (Alteração) e NIC 28 (Alteração) "Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e as suas coligadas ou empreendimentos conjuntos" (atualmente a data de vigência dessas modificações foi adiada, uma vez que o IASB está a planejar uma revisão mais vasta que pode resultar na simplificação da contabilização dessas transações e de outros aspectos da contabilização de coligadas e empreendimentos conjuntos.
- NIC 1 (Alteração) e NIC 8 (Alteração) "Definição de material"
- NIIF 3 (Alteração) "Definição de um negócio"
- Melhorias anuais da NIIF – Ciclo 2015 - 2017

Dadas as atividades do Grupo, o efeito da aplicação das novas normas, alterações ou interpretações nas demonstrações financeiras consolidadas da entidade quando são aplicadas pela primeira vez é considerado não relevante para o Grupo.

### **c) Moeda funcional e moeda de apresentação-**

As Demonstrações de resultados do exercício consolidadas são apresentadas em milhares de euros, arredondadas para o milhar mais próximo, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade controladora.

#### **d) Estimativas contábeis relevantes e hipóteses e julgamentos relevantes na aplicação das políticas contábeis-**

A informação contida nestas demonstrações financeiras consolidadas é responsabilidade do Conselho de Administração da Elecnor.

A preparação das Demonstrações de resultados do exercício consolidadas em conformidade com a NIIF-UE requer a aplicação de estimativas contábeis relevantes e a realização de julgamentos, estimativas e hipóteses no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Neste sentido, resume-se a seguir um detalhe dos aspectos que requereram um maior grau de julgamento, complexidade, ou nos quais as hipóteses e estimativas são significativas para a preparação das Demonstrações de resultados do exercício consolidadas

- O Grupo realiza o ensaio de depreciação anual do fundo de comércio. A determinação do valor recuperável de uma divisão à qual se atribuiu o fundo de comércio implica o uso de estimativas. O valor recuperável é o maior do valor justo menos os custos de alienação ou disposição por outra via e o seu valor em uso. O Grupo geralmente utiliza métodos de desconto de fluxos de caixa para determinar esses valores. Os cálculos de desconto de fluxos de caixa se baseiam nas projeções para 5 anos dos orçamentos aprovados pelo Grupo para os ativos de infraestruturas, e nas projeções de toda a vida útil regulamentar para os ativos de concessão. Os fluxos consideram a experiência passada e representam a melhor estimativa sobre a evolução futura do mercado. Os fluxos de caixa a partir do 5º ano para os ativos de infraestruturas se extrapolam utilizando taxas de crescimento individuais. As hipóteses chave para avaliar o valor razoável menos os custos de alienação ou disposição por outra via e o valor em uso incluem as taxas de crescimento, a taxa de desconto e as taxas tributáveis. As estimativas, incluindo a metodologia utilizada, podem ter um impacto significativo nos valores e na perda por depreciação de valor (Nota 7).
- A dedução de valorização por insolvências de clientes, a revisão de saldos individuais com base na qualidade de crédito dos clientes, as tendências atuais do mercado e a análise histórica das insolvências a nível agregado implicam um elevado julgamento.
- O Grupo realiza uma parte significativa de suas atividades em contratos de construção com clientes. O Grupo reconhece os contratos de construção segundo o método de grau de avanço. Este método implica a necessidade de realizar estimativas do custo total e da receita total de cada obra, incluindo, se for o caso, reclamações e incentivos, e constituindo provisões caso haja estimativa de perdas no contrato (Nota 16). O Grupo revisa continuamente todas as estimativas dos contratos e as ajusta conseqüentemente.
- O cálculo de provisões por reclamações de clientes, garantias, litígios e responsabilidades de natureza fiscal está sujeito a um elevado grau de incerteza.

Do mesmo modo, apesar de as estimativas realizadas pelos Administradores da Sociedade terem sido calculadas em função da melhor informação disponível em 31 de dezembro de 2018, podem ocorrer acontecimentos no futuro que obriguem a sua modificação nos exercícios seguintes. O efeito nas Demonstrações de resultados do exercício consolidadas das modificações que, conforme o caso, sejam decorrentes dos ajustes a serem realizados durante os próximos exercícios será registrado de forma prospectiva.

#### **e) Comparação da informação-**

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício 2018 apresentam, para fins de comparação, com cada um dos itens das demonstrações financeiras consolidadas, da demonstração de resultados consolidada, da demonstração de resultado global consolidada, da demonstração de alterações no patrimônio consolidado, da demonstração de fluxos de caixa consolidados e do relatório das demonstrações financeiras consolidadas, além dos valores do exercício 2018, os correspondentes ao exercício anterior, que diferem dos aprovados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Sociedade controladora em 1 de junho de 2018 para as modificações detalhadas na seção h) e para a reclassificação dos seguintes valores:

##### **Reclassificação de valores comparativos do exercício anterior**

Alguns valores correspondentes ao exercício de 2017 foram reclassificados nas presentes demonstrações financeiras consolidadas com o propósito de torná-las comparáveis com as do exercício atual e, assim, facilitar sua confrontação. A reclassificação mais significativa foi a seguinte:

	Milhares de euros	
	Dr	Cr
Passivo por imposto circulante		(7.497)
Administração Pública, credora	7.497	
Provisões para riscos e despesas não circulantes		(15.482)
Dívidas por compras ou por prestação de serviços	15.482	
Outros passivos circulantes	4.120	
Provisões para riscos e despesas circulantes		(4.120)

#### f) Variações no perímetro de consolidação-

Durante o exercício 2018, não houve variações significativas no perímetro de consolidação, exceto conforme explicado na nota 10.

As variações mais significativas ocorridas no perímetro de consolidação no exercício de 2017 foram as seguintes:

- O Grupo alienou a sua participação na sociedade Bulgana Wind Farm PTY LTD pelo valor de 15 milhões de euros, aproximadamente, registrando-se a mais valia respectiva na epígrafe de "Outras receitas operacionais" da demonstração de resultados consolidada do exercício de 2017.
- O Grupo alienou sua participação na sociedade Barcaldine Remote Community Solar Farm PTY LTD no valor aproximado de 33,4 milhões de dólares australianos, sendo a respectiva mais valia registrada na epígrafe "Outras receitas operacionais" da demonstração de resultados consolidada do exercício de 2017. O Grupo classificou em 31 de dezembro de 2016 todos os ativos e passivos associados a esta sociedade como Ativos não circulantes mantidos para venda e Passivos associados a ativos não circulantes mantidos para venda, com base nos acordos adotados na ata do Conselho de Administração com data de 19 de outubro de 2016.

#### g) Avaliação da Argentina como país hiperinflacionário-

Durante o exercício 2018, foram revelados diversos fatores da economia argentina que levaram à necessidade de reconsiderar o tratamento que o Grupo Elecnor segue na conversão das demonstrações financeiras da sociedade participada nesse país.

De acordo com as disposições com as NIIF-EU, a Argentina é considerada uma economia hiperinflacionária para efeitos contábeis para períodos que terminem após o dia 1 de julho de 2018. A aplicação da NIC 29 pela primeira vez na Argentina nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício 2018 do Grupo foi efetuada de acordo com os seguintes critérios:

- Os valores comparativos para o exercício 2017 não foram alterados.
- A contabilização da hiperinflação foi aplicada a todos os ativos e passivos da empresa controlada Elecnor Argentina antes da conversão.
- O custo histórico dos ativos e passivos não monetários e os diferentes itens do patrimônio líquido dessa empresa desde a sua data de aquisição ou incorporação na demonstração da situação financeira consolidada foram ajustados até o fim do exercício para refletir as alterações no poder de compra da unidade monetária derivadas da inflação.
- O patrimônio líquido inicial apresentado na moeda estável é afetado pelo efeito acumulado da reexpressão por inflação de itens não monetários a partir da data em que foram reconhecidos pela primeira vez e o efeito da conversão desses saldos ao modo de fecho no início do ano. O Grupo optou por reconhecer a diferença entre o patrimônio líquido do ano anterior e o patrimônio líquido no início do ano corrente em reservas, juntamente com as diferenças de conversão acumuladas até esta data, 1 de janeiro de 2018.

O Grupo ajustou a demonstração de resultados de 2018 para refletir o correspondente ao impacto da inflação nos ativos monetários líquidos.

#### **h) Mudanças nas políticas contábeis-**

Continuando com a aplicação do indicado na alínea g) acima, e para melhorar a imagem fiel das demonstrações financeiras consolidadas, no exercício 2018 o Grupo fez uma mudança na política contábil que consiste no registro, numa conta de Reservas, das diferenças de conversão geradas na conversão para euros das demonstrações financeiras atualizadas das filiais venezuelanas, previamente registradas no item "Diferenças de conversão".

O Grupo fez essa mudança na política contábil porque entende que, de acordo com as disposições da NIC 8, oferece e fornece informações mais confiáveis e relevantes sobre as operações na Venezuela. Do mesmo modo, e conforme o previsto na norma, a informação refletida nas demonstrações financeiras consolidadas do ano anterior foi reexpressa, havendo-se reclassificado 39.724 milhares de euros e 40.698 milhares de euros da epígrafe "Diferenças de conversão" a "Reservas" em 31 de dezembro e 1 de janeiro de 2017, respectivamente. A reclassificação correspondente ao dia 1 de janeiro de 2017 é registrada como "Ajustes por mudanças nos critérios contábeis" na Demonstração das alterações no Patrimônio Líquido consolidado. Nessa Demonstração, no "Ajuste por hiperinflação" das reservas estão reunidas tanto as diferenças de conversão como os efeitos da reexpressão por inflação dos exercícios 2018 e 2017. (Ver Nota 3 e))

### **3. PRINCÍPIOS CONTÁBEIS**

#### **a) Entidades controladas-**

São consideradas controladas aquelas sociedades sobre as quais a Sociedade, direta ou indiretamente através de controladas, exerce o controle. A Sociedade controla uma entidade controlada quando, por seu envolvimento na mesma, está exposta ou tem direito, a rendimentos variáveis e tem capacidade de influência em relação a esses rendimentos através do poder que exerce sobre a mesma. A Sociedade tem o poder quando possui direitos substantivos em vigor que lhe outorgam a capacidade de dirigir as atividades relevantes. A Sociedade está exposta, ou tem direito, a rendimentos variáveis pelo seu envolvimento na entidade controlada, quando os rendimentos que obtém por esse envolvimento podem variar em função da evolução econômica da entidade.

Os rendimentos, despesas e fluxo de caixa das entidades controladas são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data de aquisição, que é aquela em que o Grupo obtém o controle efetivo das mesmas. As entidades controladas foram excluídas da consolidação da perda de controle

As transações e saldos mantidos com empresas do Grupo e os lucros ou perdas não realizadas foram eliminados no processo de consolidação. No entanto, as perdas não realizadas foram consideradas como um indicador de depreciação de valor dos ativos transmitidos.

As políticas contábeis das entidades controladas se adaptaram às políticas contábeis do Grupo para transações e outros eventos que, sendo similares, ocorreram em circunstâncias parecidas.

As Demonstrações de resultados do exercício ou demonstrações financeiras das entidades controladas utilizadas no processo de consolidação foram referidas na mesma data de apresentação e no mesmo período que as da Sociedade controladora.

As participações não controladoras nos ativos líquidos das sociedades controladas são identificadas dentro do patrimônio de forma separada do patrimônio da Sociedade controladora. As quotas não controladoras nos resultados consolidados do exercício (e no resultado global total consolidado do exercício) também são apresentadas de forma separada na conta de resultados consolidada.

As alterações na participação de uma sociedade controlada que não originam uma perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio, isto é, qualquer diferença é reconhecida diretamente no patrimônio.

#### **b) Combinaciones de negocios-**

O Grupo aplicou a exceção contemplada na NIIF 1 "Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Informação

Financeira”, motivo pelo qual só as combinações de negócios efetuada a partir de 1º de janeiro de 2004, data de transição às NIIF-UE, foram registradas pelo método de aquisição. As aquisições de entidades efetuadas antes dessa data foram registradas de acordo com os PCGA anteriores, uma vez consideradas as correções e ajustamentos necessários na data de transição.

O Grupo aplicou a NIIF 3 “Combinações de negócio” revisada em 2008 nas transações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2010.

Nas combinações de negócios, o Grupo aplica o método de aquisição.

A data de aquisição é quando o Grupo obtém o controle do negócio adquirido.

A contraprestação entregue pela combinação de negócios é determinada na data de aquisição pela soma dos valores justos dos ativos entregues, dos passivos incorridos ou assumidos, dos instrumentos de patrimônio líquido emitidos e de qualquer contraprestação contingente que dependa de fatos futuros ou do cumprimento de determinadas condições em troca de controle do negócio adquirido.

Os custos relacionados com a aquisição se reconhecem como gastos à medida que ocorrem.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são medidos pelo seu valor justo na data de aquisição, e a participação não controladora é avaliada pela parte proporcional dessa participação nos ativos líquidos identificáveis. Os passivos assumidos incluem os passivos contingentes na medida em que representem obrigações atuais que surjam de acontecimentos passados e seu valor justo possa ser medido com confiabilidade.

O excesso existente entre a contraprestação entregue, mais o valor atribuído às quotas não controladoras e o valor líquido dos ativos adquiridos e os passivos assumidos, é registrado como fundo de comércio. Se for o caso, a falta, depois de avaliar o valor da contraprestação entregue, o valor atribuído às quotas não controladoras e a identificação e avaliação dos ativos líquidos adquiridos, é reconhecida em resultados.

### **Perda de controle**

Quando o Grupo perde o controle sobre uma sociedade controlada, dá de baixa os ativos (incluindo o Fundo de Comércio) e passivos da controlada e a participação não controladora pelo seu valor contábil na data em que perder o controle, reconhecer a contraprestação recebida e a participação mantida na referida sociedade pelo seu valor justo na data em que se perde o controle, reconhecendo-se o resultado pela diferença. O outro resultado global correspondente à sociedade controlada é transferido integralmente para resultados ou para reservas, de acordo com sua natureza.

### **Participações não controladoras**

As participações minoritárias nas entidades controladas adquiridas a partir de 1º de janeiro de 2004 se registram na data de aquisição pela porcentagem de participação no valor justo dos ativos líquidos identificáveis. As participações minoritárias nas entidades controladas adquiridas antes da data de transição foram reconhecidas pela porcentagem de participação no patrimônio líquido destas na data da primeira consolidação.

As participações minoritárias são apresentadas no patrimônio líquido consolidado de forma separada do patrimônio atribuído aos acionistas da Sociedade controladora. As participações minoritárias nos resultados consolidados do exercício (e no resultado global total consolidado do exercício) são igualmente apresentadas de forma separada na demonstração de resultados consolidada (estado do resultado global consolidado).

A participação do Grupo e as participações minoritárias nos resultados consolidados do exercício (o resultado global total consolidado do exercício) e nas mudanças no patrimônio líquido das entidades controladas, uma vez considerados os ajustes e eliminações derivados da consolidação, é determinada a partir das participações na propriedade no encerramento do exercício, sem considerar o possível exercício ou conversão dos direitos de voto potenciais e uma vez descontado o efeito dos dividendos, acordados ou não, de ações preferenciais com direitos cumulativos que tenham sido classificados nas demonstrações de patrimônio líquido. No entanto, a participação do Grupo e as participações minoritárias são determinadas considerando o exercício eventual de direitos de voto potenciais e outros instrumentos

financeiros derivados que, de maneira geral, outorguem acesso atualmente aos benefícios econômicos associados com as participações na propriedade, ou seja, o direito de participar nos dividendos futuros e mudanças no valor das entidades controladas.

A partir de 1º de janeiro de 2010, os resultados e cada componente do outro resultado global se destinam ao patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Sociedade controladora e às participações minoritárias em proporção a sua participação, embora isso implique um saldo devedor de participações minoritárias. Os acordos celebrados entre o Grupo e as participações minoritárias se reconhecem como uma transação separada.

### c) Entidades coligadas-

São consideradas entidades coligadas aquelas sociedades sobre as quais a Sociedade, direta ou indiretamente através de controladas, exerce influência significativa. A influência significativa é o poder de intervir nas decisões de política financeira e de exploração que uma entidade tem, sem que suponha a existência de controle ou de controle conjunto sobre a mesma. Na avaliação da existência de influência significativa são considerados os direitos de voto potenciais exercíveis ou conversíveis na data de encerramento de cada exercício, considerando, também, os direitos de voto potenciais que o Grupo ou outra entidade possam.

Os investimentos em entidades coligadas são registrados pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que se exerce influência significativa até a data em que a Sociedade não puder continuar justificando a existência da mesma. Segundo este método, inicialmente, o investimento é registrado pelo seu custo de aquisição, incluindo com caráter adicional qualquer custo diretamente atribuível à aquisição.

O excedente entre o custo do investimento e a porcentagem correspondente ao Grupo nos valores justos dos ativos líquidos identificáveis se registra como fundo de comércio, que se inclui no valor contábil do investimento. O faltante, depois de avaliados os valores do custo de investimento e a identificação e avaliação dos ativos líquidos da coligada, se registra como receita na determinação da participação do investidor nos resultados da coligada do exercício em que tiver sido adquirida.

Se o investimento resulta da perda de controle de uma sociedade controlada que não era constitutiva de um negócio, o custo do investimento é o valor justo, líquido das eliminações dos resultados derivados da perda de controle.

As políticas contábeis das entidades coligadas foram objeto de uniformização temporal e valorativa nos mesmos termos aos que se faz referência nas entidades controladas.

A participação do Grupo nos lucros ou nas perdas das sociedades coligadas obtidas a partir da data de aquisição é registrada como um aumento ou uma diminuição do valor dos investimentos com crédito ou débito na rubrica "Participação no resultado do exercício dos investimentos contabilizadas aplicando o método da equivalência patrimonial" da conta de resultados. Igualmente, a participação do Grupo em "outro resultado global" das coligadas obtido a partir da data de aquisição é registrada como um aumento ou diminuição do valor dos investimentos nas coligadas, sendo reconhecida a contrapartida por natureza em "outro resultado global" da Demonstração do Resultado Global Consolidado. As distribuições de dividendos são registradas como reduções do valor dos investimentos. Para determinar a participação do Grupo nos lucros ou nas perdas, incluindo as perdas por deterioração de valor reconhecidas pelas coligadas, são consideradas as receitas ou as despesas derivadas do método de aquisição.

A participação do Grupo nos lucros ou perdas das entidades coligadas e nas mudanças no patrimônio líquido é determinada com base na participação na propriedade no encerramento do exercício, sem considerar o possível exercício ou conversão dos direitos de voto potenciais. No entanto, a participação do Grupo se determina considerando o exercício eventual de direitos de voto potenciais e outros instrumentos financeiros derivados que, de maneira geral, outorguem acesso atualmente aos benefícios econômicos associados com as participações na propriedade, ou seja, o direito de participar nos dividendos futuros e mudanças no valor das entidades coligadas.

As perdas nas sociedades coligadas que correspondem ao Grupo se limitam ao valor do investimento líquido, exceto naqueles casos nos quais tiver sido assumido, por parte do Grupo, obrigações legais ou implícitas, ou tiverem sido efetuados pagamentos em nome das sociedades coligadas. Para efeitos de reconhecimento das perdas por deterioração em coligadas, considera-se investimento líquido o resultado de acrescentar ao valor contábil resultante da aplicação

do método da equivalência patrimonial o correspondente a qualquer outra rubrica que, em resumo, faça parte do investimento nas coligadas. O excesso das perdas sobre o investimento em instrumentos de patrimônio é aplicado ao resto de rubricas em ordem inversa à prioridade na liquidação. Os lucros obtidos posteriormente por aquelas coligadas nas quais se tiver limitado o reconhecimento de perdas ao valor do investimento serão registrados na medida em que excedam as perdas não reconhecidas previamente.

Neste sentido, se a parte que corresponder ao Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou exceder sua participação nessa coligada, deixará de reconhecer a parte que lhe possa corresponder em ulteriores perdas. Para esses efeitos, a participação na coligada será igual ao valor contábil registrado do investimento, calculado segundo o método da equivalência patrimonial, ao que será acrescentado o valor de qualquer outra parte no longo prazo que, em resumo, fizer parte do investimento líquido do Grupo na coligada.

Os lucros e perdas não realizados nas transações realizadas entre o Grupo e as entidades coligadas só são reconhecidos na medida em que correspondem a participações de outros investidores não relacionados. Se isenta da aplicação deste critério o reconhecimento de perdas não realizados que constituam uma evidência da depreciação de valor do ativo transmitido. Apesar disso, os lucros e perdas derivados de transações entre o Grupo e as entidades coligadas de ativos líquidos constitutivos de um negócio se reconhecem em sua totalidade.

#### **Depreciação de valor**

Uma vez aplicado o método da equivalência patrimonial, o Grupo avalia se existe evidência objetiva de desvalorização do investimento líquido na entidade coligada.

O cálculo da depreciação se determina como resultado da comparação do valor contábil associado ao investimento líquido na coligada com seu valor recuperável, entendendo-se por valor recuperável o maior do valor em uso ou valor justo menos os custos de alienação ou disposição por outra via. Neste sentido, o valor em uso se calcula em função da participação do Grupo no valor atual dos fluxos de caixa estimados das atividades ordinárias e dos valores que possam ter resultado da alienação final da coligada.

#### **d) Negócios conjuntos-**

São considerados acordos conjuntos aqueles nos que existe um acordo contratual para compartilhar o controle sobre uma atividade econômica, de forma que as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime do Grupo e do resto de participantes ou operadores. A avaliação da existência de controle conjunto é realizada considerando a definição de controle das entidades controladas.

- Negócios conjuntos: Os investimentos nos negócios conjuntos são registrados aplicando o método da equivalência patrimonial acima exposto.
- Operações conjuntas: Nas operações conjuntas, o Grupo reconhece nas demonstrações financeiras consolidadas seus ativos, incluída sua participação nos ativos controlados de forma conjunta; seus passivos, incluída sua participação nos passivos nos que tenha incorrido conjuntamente com os outros operadores; as receitas auferidas pela venda da sua parte da produção derivada da operação conjunta, sua parte das receitas obtidas da venda da produção derivada da operação conjunta e suas despesas, incluída a parte que lhe corresponder das despesas conjuntas. O Grupo inclui dentro desta categoria as UTEs (União Temporária de Empresas) e determinadas sociedades estrangeiras consideradas como um veículo semelhante ao da UTE através das quais desenvolver parte da sua atividade.

#### **e) Transações e saldos em moeda estrangeira-**

##### **Transações, saldos e fluxos em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas em moeda funcional mediante a aplicação das taxas de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira nas datas em que forem realizadas as transações.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos em euros aplicando a taxa existente no encerramento do exercício, ao passo que os não monetários avaliados pelo custo histórico são convertidos aplicando as taxas de câmbio aplicadas na data em que a transação ocorreu. Por último, a conversão em euros dos

ativos não monetários avaliados pelo valor justo foi efetuada aplicando a taxa de câmbio na data em que se procedeu à quantificação do mesmo.

### **Conversão de negócios no estrangeiro**

O Grupo se valeu da isenção contemplada na NIIF 1 “Adoção pela primeira vez das NIIF” relativa a diferenças de conversão acumuladas, pelo que as diferenças de conversão reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas geradas antes do dia 1º de janeiro de 2004 foram incluídas nas reservas por ganhos acumulados. A partir da referida data, a conversão em euros de negócios no estrangeiro cuja moeda funcional não é a de um país hiperinflacionário foi realizada através da aplicação do seguinte critério:

- Os ativos e passivos, incluindo o fundo de comércio e os ajustes aos ativos líquidos derivados da aquisição dos negócios, incluindo os saldos comparativos, são convertidos à taxa de câmbio de encerramento na data de cada balanço;
- As receitas e despesas, incluindo os saldos comparativos, são convertidas às taxas de câmbio em vigor na data de cada transação; e
- As diferenças de câmbio que resultarem da aplicação dos critérios acima referidos são reconhecidas como diferenças de conversão em outro resultado global.;

Este mesmo critério é aplicável à conversão das demonstrações financeiras das sociedades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, reconhecendo as diferenças de conversão relativas à participação do Grupo em outro resultado global. As diferenças de conversão registradas em outro resultado global se reconhecem nos resultados como um ajuste feito ao resultado na venda seguindo os critérios expostos nas seções de entidades controladas e coligadas.

### **Negócios estrangeiros em economias hiperinflacionárias**

As demonstrações financeiras das sociedades do Grupo cuja moeda funcional é a de uma economia hiperinflacionária são expressas novamente em termos da unidade de medida corrente na data do balanço.

Os resultados e a situação financeira dos negócios no estrangeiro do Grupo, cuja moeda funcional é a moeda de uma economia hiperinflacionária são convertidos em euros como segue:

- Os ativos e passivos, incluindo o fundo de comércio e os ajustes aos ativos líquidos derivados da aquisição dos negócios, rubricas do patrimônio líquido, despesas e receitas e fluxos de caixa, são convertidos à taxa de câmbio de encerramento na data do balanço mais recente.
- Os saldos comparativos são os apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício anterior e não são ajustados pelas variações posteriores ocorridas no nível de preços ou nas taxas de câmbio. O efeito do ajuste sobre os saldos do exercício anterior é reconhecido como uma reserva de revalorização em outro resultado global.

Nenhuma das moedas funcionais das sociedades consolidadas e coligadas radicadas no estrangeiro corresponde a economias consideradas hiperinflacionárias, conforme os critérios estabelecidos a esse respeito pelas Normas Internacionais de Informação Financeira, salvo no caso da Venezuela e da Argentina, esta última desde 1 de janeiro de 2018.

A adoção desse critério contábil nas operações mantidas pelo Grupo na Argentina por meio de uma sociedade controlada resultou num impacto nas reservas de 335 milhares de euros incluídas no “Ajuste por hiperinflação” na Demonstração das Alterações no Patrimônio líquido consolidado em anexo (ver seção g).

No encerramento contábil dos exercícios de 2018 e 2017 foram expressas novamente as referidas demonstrações financeiras em termos da unidade de medida corrente em 31 de dezembro de 2018 e 2017. As demonstrações financeiras da Venezuela estavam elaboradas utilizando o método do custo histórico e foram expressas novamente aplicando um índice geral de preços 334.402% (2.873,96% em 2017). Em 31 de dezembro de 2018 o impacto acumulado no patrimônio líquido, pelo fato de terem sido expressas novamente, ascende a 1.656 milhares de euros aproximadamente (6.483 milhares de euros, aproximadamente, em 31 de dezembro de 2017).

#### f) Custos por juros-

O Grupo reconhece os custos por juros diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados como maior valor destes. Os ativos qualificados são aqueles que requerem um período de tempo substancial antes de poderem ser utilizados ou ser passíveis de alienação. Quando o financiamento tiver sido obtido especificamente para o ativo qualificado, o valor dos juros a capitalizar se determina em função dos custos reais incorridos durante o exercício menos os rendimentos obtidos pelos investimentos temporários realizados com tais fundos.

A capitalização dos juros começa quando se houver incorrido nas despesas relacionadas com os ativos, tiverem incidido os juros e se está realizando as atividades necessárias para preparar os ativos ou partes destes para seu uso desejado ou venda, e termina quando forem concluídas todas ou praticamente todas as atividades necessárias para preparar os ativos ou partes de ativos para seu uso pretendido ou venda. No entanto, a capitalização de juros é suspensa durante os períodos em que se interrompe o desenvolvimento das atividades, se estes se alongam de maneira significativa no tempo, exceto quando o atraso temporal for necessário para deixar o ativo em condições de funcionamento ou para a venda.

#### g) Ativos não circulantes mantidos para a venda-

Os ativos não circulantes ou grupos alienáveis de elementos cujo valor contábil será recuperado fundamentalmente através de uma transação de venda, em vez de por uso continuado, se classificam como ativos não circulantes mantidos para venda. Para classificar os ativos não circulantes ou grupos alienáveis de elementos como mantidos para venda, estes devem, em suas condições atuais, encontrar-se disponíveis para alienação, sujeita exclusivamente aos termos usuais e habituais às transações de venda, sendo igualmente necessário que a transação se considere altamente provável.

Os ativos não circulantes ou grupos alienáveis de elementos classificados como mantidos para a venda não são amortizados, sendo avaliados pelo seu menor valor contábil e justo valor, menos os custos de alienação ou disposição por outra via.

#### h) Ativos Intangíveis-

##### Fundo de comércio

O fundo de comércio se determina seguindo os critérios expostos na seção de combinações de negócios.

O fundo de comércio não se amortiza, mas se comprova a sua depreciação com periodicidade anual ou mais frequente se existirem indícios de uma potencial perda do valor do ativo. Para este efeito, o fundo de comércio resultante da combinação de negócios se destina a cada uma das unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades do Grupo que se espera que beneficiem das sinergias da combinação, e se aplicam os critérios referidos na seção j) depreciação de valor. Depois do reconhecimento inicial, o fundo de comércio é avaliado por seu custo menos as perdas por depreciação de valor acumuladas.

As perdas por deterioração relacionadas com os fundos de comércio não são objeto de reversão posterior.

O fundo de comércio gerado internamente não é reconhecido como um ativo.

##### Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis se apresentam na demonstração da situação financeira consolidada por seu valor de custo diminuído do valor das amortizações e perdas por depreciação acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizados linearmente ao longo das suas vidas úteis.

##### Depreciação do valor dos ativos

O Grupo avalia e determina as perdas e as reversões das perdas por depreciação de valor do ativo intangível de acordo com os critérios mencionados na seção j).

**i) Imobilizado tangível-****Reconhecimento inicial**

O imobilizado tangível é reconhecido por seu custo, subtraída a amortização acumulada e, conforme o caso, a perda acumulada por depreciação do valor. No entanto, antes do dia 1º de janeiro de 2004, o Grupo Elecnr atualizou o valor de determinados ativos do imobilizado tangível de acordo com os diversos dispositivos legais a esse respeito. O Grupo Elecnr, de acordo com as NIIF, considerou o valor dessas revalorizações como parte do custo dos referidos ativos por entender que elas equivaliam à evolução dos índices dos preços.

O custo do imobilizado tangível inclui a estimativa dos custos de desmontagem ou remoção, bem como da reabilitação do lugar sobre o qual se encontra localizado, sempre que essas constituírem obrigações incorridas como consequência do seu uso e com propósitos distintos da produção de inventários. Com relação a isso, dado que o Grupo Elecnr não tem a obrigação de fazer face a custos significativos em relação ao fechamento das suas instalações, a demonstração da situação financeira consolidada anexa não inclui nenhuma provisão para este item,, a não ser por uma provisão por desmontagem no valor de 5 milhões de euros referente ao parque de Canadá (Nota 16).

Os custos capitalizados incluem as despesas financeiras relativas ao financiamento externo incorridas durante o período de construção em obras com um período superior a um ano.

Os trabalhos realizados pelo Grupo para seu próprio imobilizado são expressos pelo custo acumulado que resulta de acrescentar aos custos externos os custos internos, determinados em função dos consumos próprios de materiais de armazém e dos custos de fabricação, sendo estes determinados segundo as taxas horárias de absorção semelhantes às usadas para a avaliação de estoques. Durante o exercício de 2018 o valor registrado por este item ascende a 57.528 milhares de euros (57.528 milhares de euros em 2017), e foram registrados na rubrica "Outras receitas operacionais" da demonstração de resultados consolidada, correspondentes, principalmente, à construção de parques eólicos e linhas de transmissão de energia.

**Custos posteriores**

Posteriormente ao reconhecimento inicial do ativo, só se capitalizam os custos incorridos que venham a gerar benefícios econômicos futuros que possam ser qualificados como prováveis e cujo valor puder ser estimado com confiabilidade. Neste sentido, os custos derivados da manutenção diária do imobilizado tangível se registram nos resultados à medida que se incorrem.

As substituições de elementos do imobilizado tangível susceptíveis de capitalização supõem a redução do valor contábil dos elementos substituídos. Nos casos em que o custo dos elementos substituídos não tiver sido amortizado de forma independente e não seja viável determinar o seu valor contábil, utiliza-se o custo da substituição como indicativo do custo dos elementos no momento de sua aquisição ou construção.

**Amortizações**

A amortização dos elementos de imobilizado tangível é feita distribuindo o seu valor amortizável de forma linear ao logo de sua vida útil.

A amortização dos elementos do imobilizado tangível se determina mediante a aplicação dos seguintes critérios:

	<u>Anos de vida útil estimada</u>	
	2018	2017
Construções	33-50	33-50
Instalações técnicas e maquinaria (*)	10-25	10-25
Aparelhos e ferramentas	3 -10	3 -10
Móveis e Utensílios	3-10	3-10
Equipamentos para Processamento Eletrônico de Dados	3-5	3-5
Elementos de Transporte	2-10	2-10
Outro imobilizado	3-10	3-10

(\*) Inclui a maquinaria e instalações relacionadas com projetos eólicos, basicamente aerogeradores.

O Grupo revisa o valor residual, a vida útil e o método de amortização do imobilizado tangível no encerramento de cada exercício. As modificações dos critérios inicialmente estabelecidos se reconhecem como uma mudança de estimativa.

### **Depreciação do valor dos ativos**

O Grupo avalia e determina as perdas e as reversões das perdas por depreciação de valor do imobilizado tangível de acordo com os critérios mencionados na seção j).

Os Administradores da Sociedade controladora consideram que o valor contábil dos ativos não ultrapassa o valor recuperável dos mesmos, sendo este calculado em função dos fluxos de caixa futuros que esses ativos geram (Nota 3.j).

#### **j) Depreciação de valor dos ativos não financeiros sujeitos a amortização ou depreciação-**

O Grupo segue o critério de avaliar a existência de indícios que possam revelar a potencial depreciação de valor dos ativos não financeiros sujeitos a amortização ou depreciação, com o intuito de comprovar se o valor contábil dos mencionados ativos excede seu valor recuperável.

Do mesmo modo e independentemente da existência de qualquer indício de depreciação de valor, o Grupo averigua pelo menos uma vez por ano a potencial depreciação do valor que possa afetar o fundo de comércio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida.

O valor recuperável dos ativos é o maior entre o seu valor justo menos os custos de alienação e o seu valor em uso.

O cálculo do valor em uso do ativo se realiza em função dos fluxos de caixa futuros esperados decorrentes da utilização do ativo, das expectativas sobre possíveis variações no valor ou da distribuição temporal dos fluxos, do valor temporal do dinheiro, do preço a pagar por tolerar a incerteza relacionada com o ativo e de outros fatores que os participantes do mercado poderiam considerar ao fazer a avaliação dos fluxos de caixa futuros relacionados com o ativo.

Em caso de o valor recuperável ser inferior ao valor líquido contábil do ativo, a respectiva perda por deterioração é registrada com débito na rubrica "Amortizações, deterioração e dotações para provisões" da conta de resultados consolidada anexa.

O Grupo avalia em cada data de encerramento se existe algum indício de que a perda por depreciação de valor reconhecida nos exercícios anteriores deixou de existir ou se pode ter diminuído. As perdas por depreciação do valor correspondentes ao fundo de comércio não são reversíveis. As perdas por depreciação do resto de ativos só se revertem se tiver havido uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo.

#### **k) Arrendamentos-**

O Grupo classifica como arrendamentos financeiros os contratos que, no início, transferem de forma substancial os riscos e lucros inerentes à propriedade dos ativos para o arrendatário. Caso contrário, se classificam como arrendamentos operacionais.

O Grupo tem cedido o direito de uso de determinados ativos sob contratos de arrendamento.

#### **Arrendamento mercantil**

No começo do prazo do arrendamento, o Grupo reconhece um ativo e um passivo pelo menor do valor justo do bem arrendado ou do valor atual dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os custos diretos iniciais se incluem como maior valor do ativo. Os pagamentos mínimos se dividem entre os encargos financeiros e a redução da dívida pendente de pagamento. As despesas financeiras se atribuem à demonstração de resultados consolidada mediante a aplicação do método da taxa de juros efetiva.

Os princípios contábeis que se aplicam aos ativos utilizados pelo Grupo em virtude da celebração de contratos de arrendamento classificados como financeiros são os mesmos que são desenvolvidos na seção i). No entanto, se não existe uma segurança razoável de que o Grupo vai obter a propriedade no final do prazo de arrendamento dos ativos, estes se amortizam durante o menor período, seja sua vida útil ou o prazo do arrendamento.

### Arrendamentos operacionais

As cotas derivadas dos arrendamentos operacionais se reconhecem como despesas na epígrafe “Outras despesas operacionais” da demonstração de resultados consolidada de forma linear durante o prazo do arrendamento, exceto quando outra base sistemática de distribuição for mais representativa por refletir mais adequadamente o padrão temporal dos lucros do arrendamento.

Os contratos de arrendamento operacional mais significativos que o Grupo Elecnr têm nos exercícios de 2018 e 2017 são os que se referem à maquinaria e aos elementos de transporte, bem como aos imóveis utilizados no desenvolvimento de sua atividade.

No encerramento do exercício de 2018 e 2017 o Grupo tem contratadas com as partes arrendadoras as seguintes quotas de arrendamento mínimas, de acordo com as atuais em vigor, sem ter em conta a repercussão de despesas comuns, aumentos futuros pelo IPC, nem atualizações futuras de rendimentos pactuados contratualmente (em milhares de euros):

Arrendamentos operacionais - quotas mínimas	Valor Nominal	
	2018	2017
Menos de um ano	17.623	16.270
Entre um e cinco anos	28.982	30.259
Mais de cinco anos	37.329	37.308
<b>Total</b>	<b>83.934</b>	<b>83.837</b>

As quotas mínimas de arrendamentos operacionais não incluem os arrendamentos de maquinaria e de elementos de transporte que são arrendados durante o período de duração das obras que o Grupo executa, já que os Administradores da Sociedade controladora estimam que não há compromissos no longo prazo em relação a esses arrendamentos.

### **I) Concessões administrativas-**

O Grupo faz a exploração de diversos ativos mediante contratos de concessão de serviços outorgados por diferentes entidades públicas.

O Grupo analisa em função das características dos contratos se estes são abrangidos pela CINIIF 12 Contratos de Concessão de Serviços.

Nos contratos de concessão abrangidos pela CINIIF 12, os serviços de construção e prestação de serviços são reconhecidos seguindo a política contábil de receitas ordinárias. Neste sentido, os contratos de construção ou melhoria da infraestrutura são registrados em conformidade com a política contábil aplicável aos mesmos, e os serviços de manutenção e exploração são reconhecidos seguindo o disposto na política contábil de prestação de serviços.

Dado que com base nesses contratos o Grupo presta vários serviços (construção, manutenção e serviços de operação), as receitas são reconhecidas de acordo com os valores razoáveis de cada serviço prestado.

O Grupo reconhece a contraprestação recebida pelos contratos de construção como um ativo financeiro, apenas na medida em que existir um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro, quer diretamente do cedente quer de um terceiro

Neste sentido:

- As concessões de transmissão do Brasil das quais o Grupo Elecnr participa são reguladas no respectivo Contrato de Concessão assinado entre a Concessionária de Transmissão (a Concessionária) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
- O Contrato de Concessão regula a obrigação, por parte da Concessionária, de construir infraestruturas e operá-las durante um prazo de 30 anos. Como contrapartida é estabelecido o direito incondicional da Concessionária de receber dinheiro, mediante a fixação de uma remuneração exata e quantificada, Receita Anual Permitida (RAP), que o concessionário receberá durante o período de operação das infraestruturas.

- A RAP é atualizada periodicamente para registrar o efeito de certas variáveis econômicas, principalmente a inflação.
- A responsabilidade da Concessionária se limita a manter a infraestrutura disponível para ser utilizada, e sua remuneração não é afetada pelo fato de ela ser usada ou não..
- Existe um protocolo de penalidades aplicadas pela ANEEL para hipóteses de indisponibilidade da infraestrutura por causa atribuível à Concessionária, porém estas estão limitadas a um valor máximo de 2% da RAP dos 12 últimos meses, isto é, 98% da RAP é cobrado em qualquer caso. Do mesmo modo, estas penalidades foram mínimas nos últimos exercícios.

### **Serviços de construção**

O valor recebido ou a receber pela construção das infraestruturas por explorar é registrado pelo seu valor justo.

Este valor será contabilizado como um ativo financeiro se a concessionária tiver um direito contratual incondicional de receber essas quantias por parte da entidade concedente, isto é, independentemente da utilização do serviço público em questão por parte dos usuários do mesmo. Em compensação, serão contabilizados como um ativo intangível se o recebimento desses valores estiver submetido ao risco de demanda do serviço.

Esses ativos, após o seu reconhecimento inicial, serão contabilizados de acordo com o referido para cada tipo de ativo nas normas de avaliação correspondentes.

### **Serviços de manutenção e operação**

Se contabilizarão de acordo com o explicado na seção v).

### **m) Instrumentos financeiros-**

#### **Reconhecimento e classificação de instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são classificados no momento de seu reconhecimento inicial como um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de patrimônio, em conformidade com o fundo econômico do acordo contratual e com as definições de ativo financeiro, passivo financeiro ou de instrumento de patrimônio desenvolvidas na NIC 32 "Instrumentos financeiros: Apresentação".

Para a sua avaliação, o Grupo classifica os instrumentos financeiros nas categorias de ativos e passivos financeiros com o valor justo com alterações nos resultados, separando os designados inicialmente dos mantidos para negociar ou avaliados obrigatoriamente com o valor justo com alterações nos resultados, ativos e passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado e ativos financeiros avaliados pelo valor justo com alterações noutros resultados globais, separando os instrumentos de patrimônio como tais dos restantes ativos financeiros. O Grupo classifica os ativos financeiros, diferentes dos designados pelo valor justo com alterações nos resultados e os instrumentos patrimoniais designados pelo valor justo com alterações em outro resultado global, de acordo com o modelo de negócios e as características dos fluxos contratuais. O Grupo classifica os passivos financeiros como avaliados pelo custo amortizado, exceto os designados pelo valor justo com alterações em resultados e os mantidos para negociação.

O Grupo classifica um ativo financeiro pelo custo amortizado se ele se mantiver no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para obter fluxos de caixa contratuais, e as condições contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital pendente (UPPI).

O Grupo classifica um ativo financeiro pelo valor justo com alterações em outro resultado global se ele se mantiver no âmbito de um modelo de negócios cujo objetivo é cumprido por meio da obtenção de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros, e as condições contratuais do ativo financeiro dão lugar, em datas especificadas, a fluxos de caixa que são UPPI.

O modelo de negócios é determinado pelo pessoal-chave do Grupo e num nível que reflete a forma pela qual gerem conjuntamente grupos de ativos financeiros para atingir um objetivo de negócio específico. O modelo de negócios do Grupo representa a forma pela qual este gere os seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa.

Os ativos financeiros que fazem parte de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais são geridos para gerar fluxos de caixa na forma de cobranças contratuais durante a vida do instrumento. O Grupo gere os ativos mantidos na carteira para receber esses fluxos de caixa contratuais específicos. Para determinar se os fluxos de caixa são obtidos por meio da recolha de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros, o Grupo considera a frequência, o valor e o calendário das vendas em exercício anteriores, os motivos dessas vendas e as expectativas relativas à atividade de vendas futuras. No entanto, as vendas em si não determinam o modelo de negócios e, portanto, não podem ser consideradas de forma isolada. Em vez disso, são as informações sobre vendas passadas e expectativas de vendas futuras que oferecem dados indicativos da forma de atingir o objetivo declarado do Grupo relativamente à gestão de ativos financeiros e, mais especificamente, à forma como se obtêm os fluxos de caixa. O Grupo considera as informações sobre as vendas passadas no contexto dos motivos dessas vendas e das condições que existiam nesse momento em comparação com as atuais. Para esses efeitos, o Grupo considera que os devedores comerciais e contas a receber que serão objetos de cessão para terceiros e que não levem ao seu cancelamento devem permanecer neste modelo de negócios.

Embora o objetivo do modelo de negócios do Grupo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, não por isso o Grupo manterá todos os instrumentos até o vencimento. Assim, o Grupo tem como modelo de negócios a manutenção de ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, mesmo que tenham ocorrido ou se espera que ocorram nas vendas futuras desses ativos. O Grupo entende que esse requisito está cumprido quando as vendas se deverem a um aumento no risco de crédito dos ativos financeiros. Em todos os outros casos, a nível individual e agregado, as vendas devem ser pouco significativas, mesmo que sejam frequentes ou pouco frequentes, caso sejam significativas.

Os fluxos de caixa contratuais que são UPPI são consistentes com um contrato de empréstimo básico. Num contrato de empréstimo básico, os elementos do juro mais significativos são normalmente a contraprestação pelo valor temporal do dinheiro e do risco de crédito. No entanto, num contrato desse tipo, os juros também incluem a retribuição por outros riscos, como o de liquidez e custos, como os administrativos de um empréstimo básico associados à manutenção do ativo financeiro por um determinado período. Além disso, os juros podem incluir uma margem de lucro consistente com um contrato de empréstimo básico.

O Grupo designa um passivo financeiro no momento inicial pelo valor justo com alterações nos resultados se isso eliminar ou reduzir significativamente alguma inconsistência na avaliação ou reconhecimento que surgiria de outra forma, se a avaliação dos ativos ou passivos ou o reconhecimento dos resultados tiverem sido feitos em bases diferentes ou um grupo de passivos financeiros ou ativos financeiros e passivos financeiros se gere e o seu rendimento é avaliado, com base no valor justo, de acordo com uma estratégia de investimento ou de gestão de riscos documentada, e as informações relacionadas com o referido grupo são fornecidas internamente na mesma base para o pessoal-chave da diretoria do Grupo.

O Grupo classifica o restante dos passivos financeiros como passivos financeiros pelo custo amortizado, exceto os contratos de garantia financeira, os compromissos de concessão de empréstimo a uma taxa de juros inferior à do mercado e os passivos financeiros resultantes de uma transferência de ativos financeiros que não cumprem os requisitos do seu desreconhecimento ou que são contabilizados utilizando-se a abordagem de envolvimento contínuo.

### **Categoria de instrumentos financeiros pelo valor justo**

A seguir é mostrada uma análise dos instrumentos financeiros que em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são avaliados pelo valor justo depois do seu reconhecimento inicial, agrupados por níveis de 1 a 3, dependendo do sistema de cálculo do valor justo:

- Nível 1: seu valor justo é obtido da observação direta de sua cotação em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: seu valor justo é determinado mediante a observação no mercado de inputs, diferentes dos preços incluídos na categoria 1, que são observáveis para os ativos e passivos, quer diretamente (preços), quer indiretamente (v.gr. que são obtidos dos preços).
- Nível 3: seu valor justo é determinado mediante técnicas de avaliação que incluem inputs para os ativos e passivos não observados diretamente nos mercados.

	Valor justo em 31 de dezembro de 2018			
	Milhares de euros			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros não circulantes</b>				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	109	-	109
<b>Ativos financeiros circulantes</b>				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	871	-	871
<b>Passivo não circulante</b>				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(11.413)	-	(11.413)
<b>Passivo circulante</b>				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(6.569)	-	(6.569)
	-	(17.002)	-	(17.002)

	Valor justo em 31 de dezembro de 2017			
	Milhares de euros			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros não circulantes</b>				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	1.036	-	1.036
<b>Ativos financeiros circulantes</b>				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	4.031	-	4.031
<b>Passivo não circulante</b>				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(9.077)	-	(9.077)
<b>Passivo circulante</b>				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(1.140)	-	(1.140)
	-	(5.150)	-	(5.150)

### Ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado reconhecem-se inicialmente pelo seu valor justo, mais ou menos os custos de transação incorridos, e avaliam-se posteriormente pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

### Ativos financeiros avaliados pelo custo

Os investimentos em instrumentos de patrimônio para os quais não existe informação suficiente para serem avaliados ou nos quais existe um vasto leque de avaliações e os instrumentos derivados que lhes estão associados e que devem ser liquidados pela entrega dos referidos investimentos, são avaliados pelo custo. No entanto, se o grupo puder dispor, em qualquer momento, de uma avaliação fiável do ativo ou contrato, estes são reconhecidos nessa altura pelo valor justo, registrando os ganhos ou perdas nos resultados ou noutra resultado global, se o instrumento for designado pelo valor justo com alterações noutra resultado global.

### Depreciação de valor

O Grupo reconhece nos resultados uma correção de valor por perdas de crédito esperadas dos ativos avaliados pelo custo amortizado, valor justo com alterações noutra resultado abrangente, contas a receber por arrendamentos financeiros, ativos por contrato, compromissos de empréstimos e garantias financeiras.

Para os ativos financeiros avaliados pelo valor justo com alterações noutro resultado global, a perda de crédito esperada é reconhecida noutro resultado global e não reduz o valor justo dos ativos.

O Grupo avalia em cada data de fecho a correção de avaliação num valor igual às perdas de crédito esperadas nos doze meses seguintes, para os ativos financeiros para os quais o risco de crédito não aumentou significativamente desde a data do reconhecimento inicial ou quando considera que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente.

Não obstante o acima exposto, o Grupo reconhece a perda esperada de crédito ao longo da vida do instrumento para devedores comerciais ou ativos por contrato.

Ao avaliar se existe um aumento significativo do risco de crédito, o Grupo considera todas as informações prospectivas razoáveis e suportáveis, especificamente:

- Classificações de risco de crédito internas e externas;
- Alterações adversas atuais ou esperadas no negócio, nas condições financeiras ou econômicas que possam provocar uma alteração significativa na capacidade do devedor de cumprir as suas obrigações;
- Alterações significativas atuais ou esperadas nos resultados de exploração do devedor;
- Aumentos significativos no risco de crédito noutros instrumentos financeiros do mesmo devedor;
- Alterações significativas no valor da garantia que suporta a obrigação ou na qualidade das garantias ou melhorias de crédito de um terceiro;

Não obstante o acima exposto, o Grupo reconhece a perda esperada de crédito ao longo da vida do instrumento para devedores comerciais ou ativos por contrato.

### **Juros e dividendos**

O Grupo reconhece os juros pelo método da taxa de juros efetiva, que é a taxa de atualização que iguala o valor em livros de um instrumento financeiro com os fluxos de caixa estimados ao longo da vida esperada do instrumento, a partir das suas condições contratuais e sem considerar as perdas de crédito esperadas, exceto para os ativos financeiros adquiridos ou originados com perdas incorridas.

As receitas por dividendos provenientes de investimento em instrumentos de património são reconhecidas em resultados quando tenham surgido para o Grupo os direitos a recebê-las, é provável que receba os benefícios econômicos e o valor pode ser estimado de forma fiável.

### **Exclusões e alterações de passivos financeiros**

O Grupo dá baixa a um passivo financeiro ou uma parte deste quando tiver cumprido com a obrigação contida no passivo, ou quando estiver legalmente dispensado da responsabilidade principal contida no passivo, seja em virtude de um processo judicial ou pelo credor.

A troca de instrumentos de dívida entre o Grupo e a contraparte ou as modificações substanciais dos passivos inicialmente reconhecidos se contabilizam como um cancelamento do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro, sempre que os instrumentos tiverem condições substancialmente diferentes.

O Grupo considera que as condições são substancialmente diferentes se o valor atual dos fluxos de caixa descontados sob as novas condições, incluindo qualquer comissão paga líquida de qualquer comissão recebida, e utilizando para o desconto a taxa de juros efetiva original, difere ao menos em 10% do valor atual descontado dos fluxos de caixa que ainda restarem do passivo financeiro original.

Se a troca se registra como um cancelamento do passivo financeiro original, os custos ou comissões se reconhecem em resultados, passando a fazer parte do resultado desta. Caso contrário, os fluxos alterados são descontados à taxa de juros efetiva original, reconhecendo-se qualquer diferença relativamente ao valor contábil anterior, em resultados. Desta forma, os custos ou comissões ajustam o valor contábil do passivo financeiros e se amortizam pelo método de custo amortizado durante a vida restante do passivo modificado.

O Grupo reconhece a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro ou de parte dele que tenha sido cancelada ou cedida para um terceiro e a contraprestação paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos em resultados.

O Grupo contratou com diversas entidades financeiras operações de confirming para a gestão dos pagamentos aos fornecedores. O Grupo aplica os critérios anteriores para avaliar se deve dar baixa ao passivo original com os credores comerciais e reconhecer um novo passivo com as entidades financeiras. Os passivos comerciais cuja liquidação se encontra gerenciada pelas entidades financeiras são apresentados na ementa de credores comerciais e outras contas a pagar, quando o Grupo só tiver cedido a gestão de pagamento às entidades financeiras, mantendo-se como principal responsável pelo pagamento das dívidas perante os credores comerciais.

Da mesma forma, as dívidas a instituições financeiras como resultado da venda dos passivos comerciais são reconhecidas sob o conceito de credores comerciais para operações de confirming, da epígrafe "Credores comerciais e outras contas a pagar" da demonstração da situação financeira consolidada.

### **Contabilidade de operações de cobertura**

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente seguindo os critérios estabelecidos acima para os ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros derivados, que não cumprem com os critérios da contabilidade de coberturas expostos a seguir se classificam e avaliam como ativos ou passivos financeiros de valor justo com mudanças em resultados. Os instrumentos financeiros derivados que cumprem os critérios da contabilidade de coberturas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, mas, conforme o caso, os custos de transação diretamente atribuíveis à sua contratação ou menos, se houver, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos, conforme o caso, os custos de transação diretamente atribuíveis à sua emissão. Não obstante, os custos de transação são subsequentemente reconhecidos nos resultados, na medida em que não fazem parte da variação efetiva da cobertura.

No início da cobertura, o Grupo designa e documenta formalmente as relações de cobertura, bem como o objetivo e a estratégia que assume em relação às mesmas. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item coberto, a natureza do risco coberto e a forma como o Grupo avalia a eficácia da cobertura.

A contabilização das operações de cobertura apenas pode ser aplicada quando existe uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura. O risco de crédito não exerce um efeito dominante sobre as alterações de valor resultantes dessa relação econômica e o coeficiente de cobertura da relação de cobertura é a mesma que a resultante do montante do item coberto que o Grupo usa efetivamente para cobrir esse montante do item coberto. No entanto, essa designação não deve refletir um desequilíbrio entre as ponderações do item coberto e do instrumento de cobertura que gera ineficácia de cobertura, seja ou não reconhecido que pode levar a um resultado contábil contrário à finalidade da contabilidade de coberturas.

Do mesmo modo, nas coberturas dos fluxos de caixa das transações previstas ou um componente delas, o Grupo avalia se essas transações são altamente prováveis e se apresentam uma exposição às variações nos fluxos de caixa que poderiam, em último caso, afetar o resultado do exercício.

No início da relação de cobertura e de forma contínua, o Grupo avalia se a relação cumpre os requisitos da eficácia de forma prospectiva. O Grupo avalia a eficácia em cada fecho contábil ou quando ocorrem alterações significativas que afetam os requisitos de eficácia.

O Grupo realiza uma avaliação qualitativa da eficácia sempre que as condições fundamentais do instrumento e do item coberto coincidam. Quando as condições fundamentais não coincidem totalmente, o Grupo utiliza um derivado hipotético com condições fundamentais equivalentes ao item coberto para avaliar e medir a ineficiência.

O Grupo designa apenas como itens cobertos os ativos, passivos, compromissos definitivos e transações previstas altamente prováveis. O item coberto pode ser um item único ou um grupo de itens.

O Grupo designa apenas como itens cobertos os que envolvem uma parte externa ao Grupo.

O Grupo designa instrumentos financeiros derivados, essencialmente contratos a prazo e opções em moeda estrangeira e permutas de taxas de juro para cobrir os diferentes riscos.

### **Cobertura dos fluxos de caixa**

O Grupo reconhece noutro resultado global as perdas ou ganhos da avaliação pelo valor justo do instrumento de cobertura que correspondem à parte que foi identificada como cobertura eficaz. A parte da cobertura considerada ineficaz, bem como o componente específico da perda ou ganho ou dos fluxos de caixa relacionados com o instrumento de cobertura, excluídos da avaliação da efetividade da cobertura, são reconhecidos com débito ou crédito em demonstrações de despesas ou receitas financeiras.

Nas coberturas de transações previstas que dão origem ao reconhecimento de um ativo ou passivo financeiro, os ganhos ou perdas associadas que foram reconhecidos noutro resultado global são reclassificados para resultados no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o ativo adquirido ou passivo assumido afeta o resultado e no mesmo item da demonstração de resultados consolidada.

### **Interrupção da contabilidade de coberturas**

Se a relação de cobertura não cumprir os requisitos de efetividade relacionados com o coeficiente de cobertura, mas o objetivo de gestão de risco continua o mesmo para essa relação, o Grupo ajusta o coeficiente de cobertura para que se continuem a cumprir os critérios das relações de cobertura (reequilíbrio). O reequilíbrio refere-se aos ajustes realizados nas quantidades designadas do item coberto ou do instrumento de cobertura ou uma relação existente para manter o coeficiente de cobertura que cumpra os requisitos da eficácia das coberturas. O Grupo contabiliza o reequilíbrio como uma continuação da relação de cobertura. Na data do reequilíbrio, o Grupo determina a ineficácia da relação e reconhece qualquer ineficácia nos resultados.

O Grupo interrompe a relação de cobertura prospectivamente apenas quando toda ou parte da relação de cobertura deixar de cumprir os requisitos qualificados. Isso inclui situações em que o instrumento de cobertura expira ou é vendido, finalizado ou exercido. Para esses fins, a substituição ou renovação de um instrumento de cobertura não é uma expiração ou rescisão desde que a operação seja consistente com o objetivo documentado de gestão de risco do Grupo.

Nas coberturas dos fluxos de caixa, o montante acumulado noutro resultado global não é reconhecido nos resultados até que ocorra a transação prevista. Não obstante o acima exposto, os valores acumulados noutro resultado global são reclassificados como receitas ou despesas financeiras no momento em que o Grupo não espera que a transação prevista ocorra.

### **n) Ações próprias em carteira-**

A aquisição pelo Grupo de instrumentos patrimoniais da Sociedade controladora é apresentada separadamente pelo custo de aquisição como uma redução do patrimônio líquido na demonstração da situação financeira consolidada, independentemente do motivo que justificou a sua aquisição. Nas transações realizadas com instrumentos de patrimônio próprio não se reconhece nenhum resultado.

A amortização posterior dos instrumentos da Sociedade dominante dá lugar a uma redução de capital no valor nominal de tais ações, e a diferença positiva ou negativa entre o preço de aquisição e o nominal das ações se debita ou credita nas contas de reservas.

### **o) Distribuições a Acionistas-**

Os dividendos em dinheiro ou em espécie se reconhecem como uma redução de patrimônio líquido no momento em que tem lugar a sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

### **p) Lucros por ação-**

O lucro básico por ação é calculado como quociente entre o lucro líquido do período atribuível à Elecnr e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante esse período, sem incluir o número médio de ações da Elecnr em carteira.

Por sua parte, o lucro por ação diluído é calculado como o quociente entre o resultado líquido do período atribuível aos

acionistas ordinários e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, ajustado pela média ponderada das ações ordinárias que seriam emitidas se todas as ações ordinárias potenciais fossem convertidas em ações ordinárias da sociedade.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o lucro básico por ação coincide com o diluído, dado que não existiram ações potenciais em circulação durante esse exercício.

#### q) Inventários-

Esta rubrica da demonstração da situação financeira consolidada registra os ativos que o Grupo Elecnor:

- Tem em processo de produção, construção ou desenvolvimento com essa finalidade, salvo no que diz respeito às obras em andamento para as quais o reconhecimento de receitas é feito conforme o indicado na seção v.1), ou
- Prevê consumi-los no processo de produção ou na prestação de serviços.

Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo e seu valor líquido realizável. O custo inclui todas as despesas derivadas de sua aquisição e transformação, incluindo aquelas em que tenha incorrido para dar-lhes sua condição e localização atuais.

Se os estoques forem produtos que habitualmente não são intercambiáveis entre si, seu custo será estabelecido de forma específica, ao passo que para o resto será utilizado o método do custo médio ponderado.

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda menos os custos estimados para terminar sua produção e os necessários para realizar a venda.

A composição da rubrica “Estoques” do Grupo Elecnor para os exercícios de 2018 e 2017 é que segue:

	Milhares de euros	
	31/12/18	31/12/17
Matérias-primas e outros aprovisionamentos	5.016	6.318
Estoques comerciais	488	291
Produtos em elaboração e acabados	2.737	2.094
	<b>8.241</b>	<b>8.703</b>

#### r) Numerário e outros meios líquidos equivalentes-

O dinheiro e outros meios líquidos equivalentes incluem o montante em caixa e os depósitos bancários à vista em entidades de crédito. Também se incluem sob este conceito outros investimentos a curto prazo de grande liquidez, desde que sejam facilmente conversíveis em valores determinados de dinheiro e estejam sujeitos a um risco insignificante de mudanças de valor. Para este efeito se incluem os investimentos com vencimentos inferiores a três meses desde a data de aquisição.

O Grupo classifica os fluxos de caixa correspondentes aos juros recebidos e pagos e aos dividendos recebidos e pagos como atividades de financiamento e investimento.

#### s) Subvenções oficiais de Administração Pública-

As subvenções oficiais de Administração Pública se reconhecem quando existe uma segurança razoável do cumprimento das condições associadas à sua concessão e cobrança.

#### Subvenções de capital

As subvenções de capital concedidas na forma de ativos monetários se reconhecem com crédito na epígrafe “Passivo não circulante – Subvenções Oficiais” da demonstração da situação financeira consolidada, e se atribuem à ementa outras receitas à medida que se amortizam os correspondentes ativos financiados.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo Elecnor tem recebidas e pendentes de atribuir aos resultados subvenções de capital no valor de 6.979 milhares de euros (7.829 milhares de euros em 2017). O valor das subvenções oficiais de capital atribuído ao resultado no exercício 2018 elevou-se a 478 milhares de euros, aproximadamente (492 milhares de euros em 2017) dentro da epígrafe "Outras receitas de exploração" da conta de resultados consolidada em anexo.

### **Subvenções de exploração**

As subvenções à exploração são atribuídas aos resultados no exercício em que se incorre nas despesas subvencionadas correspondentes. A epígrafe "Outras receitas operacionais" da demonstração de resultados consolidada correspondente aos exercícios de 2018 e 2017 inclui valores de aproximadamente 3.377 milhares de euros e 3.361 milhares de euros, aproximada e respectivamente. A maior parte das subvenções à exploração recebidas pelo Grupo Elecnor no exercício de 2018 e 2017 estão relacionadas com os custos suportados pela Deimos Space, S.L.U. e pelas suas filiais no desenvolvimento de suas atividades.

#### **t) Provisões-**

A política do Grupo é a de constituir provisões no valor estimado necessário para fazer face adequadamente a responsabilidades, quer sejam legais, quer implícitas, prováveis ou certas, provenientes de contingências, litígios em andamento ou obrigações, que surjam como resultado de acontecimentos passados, sempre que for provável aqueles que significarem para o Grupo desprender-se de recursos e que seja possível realizar uma estimativa razoável do valor das mesmas. Sua dotação é efetuada no nascimento da responsabilidade ou da obrigação (Nota 16) com débito na rubrica da demonstração de resultados que corresponder conforme a natureza da obrigação, pelo valor presente da provisão quando o efeito da atualização da obrigação for significativo.

Os valores reconhecidos na demonstração da situação financeira consolidada correspondem à melhor estimativa feita à data de encerramento dos pagamentos necessários para liquidar a obrigação presente, depois de considerados os riscos e incertezas relacionados com a provisão.

As provisões não incluem o efeito fiscal.

As provisões se revertem contra resultados quando não for provável que exista uma saída de recursos para cancelar tal obrigação. A reversão se realiza contra a ementa de resultados em que se tiver registrado o gasto correspondente e o excedente, se houver, se reconhece na ementa outras receitas.

Por outro lado, os passivos contingentes não são reconhecidos, dado que se referem a obrigações possíveis (dependem da ocorrência ou não de eventos futuros incertos) ou a obrigações presentes que não cumprem o reconhecimento de provisão (porque não é provável ou seu valor não pode ser medido com confiabilidade) (Nota 16 e 20).

#### **Provisões por desmontagem**

As provisões a que se faz referência nesta seção se reconhecem seguindo os critérios gerais de reconhecimento de provisões e se registram como o maior valor de custo dos elementos de imobilizado tangível com os que estiverem relacionadas (ver seção i).

#### **u) Indenizações por demissão-**

As indenizações por cessação são reconhecidas na data anterior, entre a que o Grupo já não pode retirar a proposta e quando se reconhecem os custos de uma reestruturação que significa o pagamento de indenizações por cessação.

Nas indenizações por cessação, conseqüência da decisão dos funcionários de aceitarem uma proposta, considera-se que o Grupo já não pode retirar a proposta, na data anterior entre a que os funcionários aceitam a proposta e quando surtir efeito uma restrição sobre a capacidade do Grupo de retirar a proposta.

Nas indenizações por cessação involuntária, considera-se que o Grupo já não pode retirar a proposta quando comunicou aos funcionários afetados, ou aos representantes sindicais, o plano; e, quando as ações necessárias para completá-lo indicam que é improvável que sejam feitas alterações significativas no plano, identifica-se o número de funcionários que

irão cessar, sua categoria de emprego ou funções e o local de trabalho e a data de cessação esperada, e se estabelecem as indenizações por cessação que os funcionários irão receber com suficiente detalhamento, de forma que os funcionários possam determinar o tipo e o valor das remunerações que receberão quando cessarem.

## v) Reconhecimento de receitas de contratos com clientes-

### v.1 Receitas de venda de contratos de construção

O Grupo realiza diferentes projetos de construção para clientes. Os projetos são considerados uma única obrigação de execução cumprida ao longo do tempo. Isso deve-se ao fato de os projetos serem concebidos especificamente para clientes e se tratarem de projetos com alto nível de integração. As receitas dos projetos são reconhecidas ao longo do tempo devido ao fato de a execução do Grupo produzir um ativo controlado pelos clientes e também sem uso alternativo para o Grupo, podendo receber o pagamento pela execução concluída até o fechamento do exercício.

O Grupo registra a receita dos contratos pelo método de recursos com base nos custos incorridos no total dos custos esperados. O Grupo faz ajustes à medida da progressão por ineficiências não contempladas inicialmente no contrato. Por outro lado, o Grupo reconhece apenas a receita pelo custo incorrido na medida em que o Grupo entrega um bem que não é diferente, o cliente espera obter o controle do bem antes de obter o seu serviço, o custo do bem entregue é significativo em relação aos custos totais esperados e o Grupo adquire o bem de um fornecedor e não está significativamente envolvido na concepção e no fabrico do bem.

O Grupo ajusta a medida da progressão conforme as circunstâncias mudam e registra o impacto como uma alteração na estimativa de forma prospectiva.

A receita reconhecida pela medida da progressão é reconhecida como um ativo contratual, na medida em que o valor não é exigível e como uma conta a receber, se houver um direito incondicional de cobrança. Se o pagamento recebido pelo cliente exceder a receita reconhecida, é reconhecido um passivo por contrato. Se o período de tempo entre a periodização da receita e a data de cobrança esperada for superior a doze meses, o Grupo reconhece a receita pelo valor atual esperado do valor a cobrar descontado a uma taxa de juro que reflita o risco de crédito do cliente. Posteriormente, o Grupo reconhece uma receita financeira. Se o período de tempo entre a cobrança do valor do cliente e o registro da receita pela medição da progressão for superior a doze meses, o Grupo reconhece uma despesa financeira creditada para o passivo a partir do momento em que se cobra o adiantamento até que a receita seja reconhecida. A taxa de juros utilizada para reconhecer as despesas financeiras é determinada pela taxa de juros incremental do Grupo.

### v.2 Prestação de serviços

As receitas ordinárias derivadas da prestação de serviços se reconhecem considerando o grau de avanço da prestação na data de encerramento, quando o resultado da transação pode ser estimado com confiabilidade. Esta circunstância se produz quando o montante das receitas, o grau de avanço, as despesas já incorridas e as pendentes puderem ser avaliados com confiabilidade e for provável que se recebam os lucros econômicos derivados da prestação do serviço.

### v.3 Alterações contratuais

O Grupo reconhece as alterações contratuais quando tiverem sido aprovadas pelas partes.

O Grupo reconhece uma alteração contratual como um contrato separado quando:

- a) O âmbito do contrato vê-se aumentado devido à adição de bens ou serviços diferentes e
- b) O preço do contrato aumenta num valor que reflita o preço individual dos bens ou serviços adicionais, além de quaisquer ajustes para refletir as circunstâncias particulares do contrato.

Se não existir um contrato separado, existe uma rescisão do contrato original, na medida em que os bens ou serviços residuais são diferentes dos anteriormente entregues. Nesse caso, o Grupo reconhece a contraprestação residual e a nova, prospectivamente com as obrigações, bens ou serviços diferentes de uma obrigação, pendente de entrega.

Caso contrário, o valor da alteração é atribuído a todas as obrigações, incluindo as que podem ter sido entregues anteriormente, reconhecendo-se um ajuste na receita acumulada até o fechamento.

O Grupo atribui as mudanças no preço da transação às obrigações do contrato da mesma forma que no início do contrato, de maneira que o Grupo não reatribui o preço da transação para refletir as mudanças nos preços de venda independentes após o início do contrato. Os valores atribuídos às obrigações cumpridas são reconhecidos como receita ou redução da receita quando a modificação ocorre. O Grupo registra uma mudança no preço da transação, aplicando-se os critérios acima em alterações contratuais.

No entanto, no caso de uma mudança no preço da transação que ocorra após uma alteração contratual, o Grupo atribui o efeito da mudança às obrigações identificadas antes da alteração, na medida em que a mudança no preço é atribuível a um valor de contraprestação variável prometido antes da alteração e a alteração não é contabilizada como um contrato separado, mas como uma rescisão do contrato original. Nas outras ocasiões em que a alteração não é contabilizada como um contrato separado, o Grupo atribui a mudança no preço da transação às obrigações do contrato modificado, ou seja, às obrigações que estavam pendentes ou parcialmente pendentes de execução após a alteração.

Nas alterações contratuais aceitas pelas partes, mas nas quais ainda falta aprovar o preço da transação, o Grupo reconhece a alteração pelo valor que se espera que seja altamente provável não ocorrer uma reversão significativa da receita. O Grupo ajusta as estimativas do preço da transação em cada fecho contábil.

#### w) Imposto sobre lucros-

A despesa ou receita pelo imposto sobre os ganhos compreende tanto o imposto circulante como o imposto diferido.

O imposto circulante é a quantidade a pagar ou a recuperar pelo imposto sobre os ganhos relativo ao ganho ou perda fiscal consolidada do exercício. Os ativos ou passivos por imposto sobre os ganhos correntes se avaliam pelas quantias que se espera pagar ou recuperar das autoridades fiscais, utilizando a norma e as alíquotas de impostos aprovadas ou em vias de serem aprovadas na data de encerramento.

Os passivos por imposto diferido são os montantes a pagar no futuro a título de imposto sobre sociedades relacionados com as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os ativos por imposto diferido são os montantes a recuperar a título de imposto sobre sociedades devido à existência de diferenças temporárias dedutíveis, bases tributáveis negativas compensáveis ou deduções pendentes de aplicação. Para este efeito se entende por diferença temporária a diferença existente entre o valor contábil dos ativos e passivos e sua base fiscal.

O imposto sobre os ganhos corrente ou diferido se reconhece em resultados, exceto quando surgir de uma transação ou acontecimento econômico que tenha sido reconhecido no mesmo exercício ou em outro diferente contra patrimônio líquido ou de uma combinação de negócios.

Se existir incerteza sobre se será aceitado um tratamento fiscal pela autoridade fiscal correspondente, o Grupo reconhece o possível ativo ou passivo de acordo com as normas de ativos contingentes e provisões.

#### **Reconhecimento de passivos por imposto diferido**

O Grupo reconhece os passivos por imposto diferido em todos os casos.

#### **Reconhecimento de ativos por imposto diferido**

O Grupo reconhece os ativos por imposto diferido sempre que:

- seja provável que existam ganhos fiscais futuros suficientes para sua compensação ou quando a legislação fiscal contemplar a possibilidade de conversão futura de ativos por imposto diferido em um crédito exigível perante a Administração Pública. No entanto, os ativos que surgirem do reconhecimento inicial de ativos ou passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e, na data da transação, não afetar nem o resultado contábil nem a base tributável fiscal, não são objeto de reconhecimento;

- correspondam a diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e negócios conjuntos na medida em que as diferenças temporárias sejam revertidas em um futuro previsível e se espere gerar ganhos fiscais futuros positivos para compensar as diferenças.

Considera-se provável que o Grupo disponha de ganhos fiscais suficientes para recuperar os ativos por imposto diferido sempre que existirem diferenças temporárias tributáveis em quantia suficiente, relacionadas com a mesma autoridade fiscal e referidas ao mesmo sujeito passivo, cuja reversão se espere em um mesmo exercício fiscal no qual se preveja que se revertam as diferenças temporárias dedutíveis, ou em exercícios nos que uma perda fiscal, surgida por uma diferença temporária dedutível, possa ser compensada com ganhos anteriores ou posteriores.

Com o intuito de determinar os ganhos fiscais futuros, o Grupo leva em conta as oportunidades de planejamento fiscal sempre que tiver a intenção de adotá-las ou for provável que as venha a adotar.

### **Avaliação de ativos e passivos por imposto diferido**

Os ativos e passivos por impostos diferidos se avaliam pelas alíquotas de impostos que se aplicarem nos exercícios em que se espera realizar os ativos ou pagar os passivos, a partir da normativa e alíquotas que estiverem aprovadas ou estejam a ponto de serem aprovadas, e depois de considerar as conseqüências fiscais que decorrerão da forma em que o Grupo espera recuperar os ativos ou liquidar os passivos. Para este efeito, o Grupo considerou a dedução por reversão de medidas temporárias desenvolvida na disposição transitória trigésima sétima da Lei 27/2014 espanhola, de 27 de novembro, do Imposto sobre Sociedades, como um ajuste à alíquota de impostos aplicável à diferença temporária dedutível associada à não dedutibilidade das amortizações praticadas nos exercícios 2013 e 2014 e à atualização de balanços da Lei 16/2012, de 27 de dezembro.

O Grupo revisa na data de encerramento do exercício o valor contábil dos ativos por impostos diferidos, com o objetivo de reduzir esse valor na medida em que não seja provável que venham a existir suficientes bases tributáveis positivas futuras para compensá-los.

Os ativos por impostos diferidos que não cumprirem as condições anteriores não são reconhecidos na demonstração da situação financeira consolidada. O Grupo reconsidera, no encerramento do exercício, se se cumprem as condições para reconhecer os ativos por impostos diferidos que previamente não haviam sido reconhecidos.

### **Classificação**

Os ativos e passivos por impostos diferidos se reconhecem na demonstração da situação financeira consolidada como ativos ou passivos não circulantes, independentemente da data esperada de realização ou liquidação.

### **x) Demonstração dos fluxos de caixa-**

O Grupo apresenta a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto, utilizando-se as seguintes expressões das seguintes formas:

- Fluxos de caixa. Entradas e saídas de dinheiro e dos seus equivalentes, entendendo isso como os investimentos no curto prazo de grande liquidez e sem risco significativo de alterações em seu valor.
- Atividades operacionais. Atividades típicas das entidades que formam o Grupo Elecnor, bem como outras atividades que não podem ser qualificadas de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimento. As de aquisição, alienação ou disposição por outros meios de ativos no longo prazo e outros investimentos não incluídos no numerário e os seus equivalentes.
- Atividades de financiamento. Atividades que causam alterações no tamanho e na composição do patrimônio líquido e dos passivos que não fazem parte das atividades operacionais.

Os fluxos de dinheiro correspondentes à atividade de exploração dos exercícios 2018 e 2017 se correspondem com a atividade ordinária do Grupo. Neste sentido, durante o exercício 2018 observou-se uma notável melhoria na variação do capital circulante em relação ao exercício 2017, o que favoreceu a conversão em fluxo de caixa de uma parte significativa dos recursos procedentes das operações. Com impacto nessa mesma epígrafe, a Sociedade controladora cancelou, durante o exercício 2018, todos os descontos de faturas de clientes que mantinha nas suas linhas de factoring no fechamento do exercício 2017.

Com relação a isso, durante o exercício 2017 se executaram projetos para os quais foram recebidos adiantamentos no exercício 2016, com seu correspondente impacto na variação do capital circulante. Com impacto nessa mesma epígrafe, a Sociedade controladora mantinha descontadas faturas de clientes em suas linhas de factoring no encerramento de 2017 por um montante substancialmente menor em relação ao encerramento do exercício precedente.

Além disso, os fluxos de caixa líquidos da atividade de investimento dos exercícios 2018 e 2017 foram impulsionados principalmente por novos ativos fixos tangíveis e ativos de concessão, conforme descrito nas notas 9, 10 e 11.

Adicionalmente, os fluxos líquidos de dinheiro das atividades de financiamento do exercício 2018 correspondem principalmente ao valor de notas promissórias emitido e cancelado no Mercado Alternativo de Renda Fixa em 2018, à emissão de financiamento garantida com projetos eólicos na Espanha e às sociedades concessionárias de transmissão elétrica no Brasil, bem como à amortização antecipada de 100 milhões de euros no contexto da novação do financiamento sindicado corporativo (Nota 14).

Os fluxos líquidos de dinheiro das atividades de financiamento do exercício 2017 correspondiam principalmente ao valor de notas promissórias emitido e cancelado no Mercado Alternativo de Renda Fixa em 2017, assim como pela emissão de bônus de projeto destinada ao financiamento das linhas de transmissão do Chile.

#### **y) Informação financeira por segmentos-**

Um segmento de exploração é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais se pode obter receitas ordinárias e incorrer em despesas, e cujos resultados de exploração são revistos de forma regular pela máxima autoridade na tomada de decisões de exploração do Grupo, para decidir sobre os recursos que devem ser atribuídos ao segmento, avaliar seu rendimento e em relação ao qual se dispõe de informação financeira diferenciada.

#### **z) Meio ambiente-**

O Grupo realiza operações cujo propósito principal é prevenir, reduzir ou reparar o dano que, como resultado de suas atividades, possa causar ao meio ambiente.

As despesas derivadas das atividades ambientais são reconhecidas como Outras despesas de exploração no exercício em que ocorrem.

Os elementos do imobilizado tangível adquiridos com o propósito de serem utilizados de forma duradoura na sua atividade e cuja finalidade principal é minimizar o impacto ambiental e a proteção e a melhoria do meio ambiente, incluindo a redução ou a eliminação da poluição futura das operações do Grupo, são reconhecidos como ativos mediante a aplicação de critérios de avaliação, apresentação e detalhamento condizentes com os que são mencionados na seção i).

## **4. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS**

A Elecnor está exposta a determinados riscos financeiros, que gere através do agrupamento de sistemas de identificação, medição, limitação de concentração e supervisão. O gerenciamento e a limitação dos riscos financeiros são efetuados coordenadamente entre a Diretoria Corporativa e as diversas Unidades de Negócio e Filiais que compõem o Grupo. As operações ligadas à gestão dos riscos financeiros são aprovadas ao mais alto nível de decisão e conforme as normas, políticas e procedimentos estabelecidos.

#### **Risco de taxa de câmbio-**

O risco de mercado pelo risco de taxa de câmbio é consequência das operações que o Grupo efetua nos mercados internacionais no decorrer dos seus negócios. Uma parte das receitas e custos com aprovisionamentos está denominada em moeda diferente da moeda funcional. Por esse motivo, poderia existir o risco de as flutuações nas taxas de câmbio destas moedas em relação a moeda funcional afetarem os resultados do Grupo.

Com o objetivo de gerir e minimizar este risco, a Elecnor utiliza estratégias de cobertura, dado que o objetivo é gerar lucros apenas através do desenvolvimento das atividades ordinárias que ela desempenha, e não através da especulação sobre as flutuações na taxa de câmbio.

Os instrumentos utilizados para conseguir essa cobertura são, basicamente, o endividamento indexado na moeda de cobrança do contrato, seguros de câmbio e operações de permuta financeira, através das quais a Elecnor e a Instituição Financeira trocam as correntes de um empréstimo expresso em euros pelas correntes de outro empréstimo expresso em outra moeda, bem como a utilização de “cesta de moedas” para cobrir financiamentos mistos indexados em diferentes moedas.

Em 31 de dezembro de 2018, se o euro tivesse desvalorizado/valorizado em 10% com relação ao dólar estado-unidense, mantendo as demais variáveis constantes, o lucro consolidado depois dos impostos teria sido superior e inferior em 2.666 milhares de euros e 1.749 milhares de euros, respectivamente (14.885 milhares de euros e 12.179 milhares de euros, respectivamente, em 2017), principalmente como resultado da conversão de devedores comerciais e contas a pagar.

O Grupo está exposto principalmente ao risco da taxa de câmbio por operações com a moeda dólar.

A seguir são detalhadas as principais exposições do Grupo ao risco da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2018 e 2017. As tabelas anexas refletem o valor contábil dos instrumentos financeiros ou classes de instrumentos financeiros do Grupo denominados em moeda estrangeira:

#### Exercício de 2018

	Milhares de euros					
	Créditos a empresas do grupo a longo prazo	Devedores comerciais e outras contas a receber	Outros investimentos para CP	Investimentos em empresas do grupo a curto prazo	Numerário e outros ativos líquidos equivalentes	Credores comerciais e contas a pagar
MXN	-	316	-	-	15	(48)
EURO	-	4.347	17	-	1.509	(1.217)
USD	26.628	41.953	19.995	15.689	57.428	(17.337)
DZD	-	22.788	-	-	364	(22.914)
GBP	-	208	-	-	1	(8)
HTG	-	9.402	-	-	-	(1.120)
JOD	-	5.451	-	-	761	(3.752)
OMR	-	2.120	-	21	98	(1.051)
AOA	-	867	-	-	896	(7.225)
AUD	-	64	-	430	-	-
NOK	-	7.005	-	-	1.518	(4.221)
RB	-	1.792	-	-	-	-
CLP	-	21.843	19.939	-	63.369	(11.606)
PESOS	-	1.599	-	-	4.286	(41)
DOP	-	25.222	-	-	2.795	(6.211)
PAB	-	14.859	-	899	1.388	(5.819)
XAF	-	2.381	-	-	390	-
MAD	-	1.099	-	-	3.403	-
MRO	-	5.533	-	-	1.698	(4.031)
OUTROS	-	7.479	-	109	3.168	(2.601)
VES	-	-	-	-	-	(2.372)
<b>Total</b>	<b>26.628</b>	<b>176.328</b>	<b>39.951</b>	<b>17.148</b>	<b>143.087</b>	<b>(91.574)</b>

**Exercício de 2017**

	Milhares de euros				
	Créditos a empresas do grupo a longo prazo	Devedores comerciais e outras contas a receber	Investimentos em empresas do grupo a curto prazo	Numerário e outros ativos líquidos equivalentes	Credores comerciais e contas a pagar
MXN	-	2.034	-	-	-
USD	29.655	107.967	42.285	3.226	(4.510)
DZD	-	21.184	-	-	(12.255)
GBP	5.099	-	-	-	-
HTG	-	10.050	-	-	(9.255)
JOD	-	5.950	-	-	(6.747)
OMR	-	7.347	-	2.792	-
AOA	-	1.125	-	1.069	-
HNL	-	-	-	-	(5.320)
<b>Total</b>	<b>34.754</b>	<b>155.657</b>	<b>42.725</b>	<b>7.087</b>	<b>(38.087)</b>

**Risco da taxa de juros-**

As variações nas taxas de juros alteram o valor justo daqueles ativos e passivos nos quais incide uma taxa de juros fixa, bem como os fluxos futuros dos ativos e passivos indexados a uma taxa de juros variável. A Elecnor dispõe de financiamento externo para a realização das suas operações, fundamentalmente no que respeita à promoção, construção e exploração dos parques eólicos, projetos termossolares e concessões de infraestruturas elétricas, e que são realizadas sob a modalidade de "Project Finance". Este tipo de contratação exige que sejam fechados contratualmente os Riscos de Juros através da contratação de instrumentos de cobertura de taxas.

Tanto para os financiamentos do tipo "Project Financing" como para os financiamentos corporativos o endividamento é em sua maioria contratado a taxas de juros variáveis, utilizando, conforme o caso, instrumentos de cobertura para minimizar o risco de juros do financiamento. Os instrumentos de cobertura, que se destinam, especificamente, a dívida financeira e que têm, no máximo, os mesmos valores nominais e as mesmas datas de vencimento que os elementos cobertos, são, basicamente, swaps de taxas de juros (IRS), cuja finalidade é ter um custo de juros fixo para os financiamentos inicialmente contratados a taxas de juros variáveis. De qualquer modo, as coberturas de taxa de juros são contratadas com um critério de eficiência contábil.

Se as taxas de juros em 31 de dezembro de 2018 tivessem sido 5 pontos base maiores ou menores mantendo o restante das variáveis constantes, o lucro consolidado antes dos impostos teria sido 1.684 milhares de euros e 2.075 milhares de euros superior/inferior respectivamente, principalmente devido a uma despesa financeira maior/menor pelas dívidas a taxa variável (1.431 milhares de euros e 1.730 milhares de euros superior/inferior, respectivamente, em 2017)

**Outros riscos de preço-**

Do mesmo modo, o Grupo está exposto ao risco de que os seus fluxos de caixa e resultados sejam afetados, entre outras questões, pela evolução do preço da energia. Nesse sentido, para gerir e minimizar este risco, o Grupo utiliza, pontualmente estratégias de cobertura.

**Riesgo de liquidez-**

O risco de liquidez é mitigado mediante a política de manter tesouraria e instrumentos altamente líquidos e não especulativos no curto prazo, como a aquisição temporária de Letras do Tesouro com pacto de recompra não opcional e depósitos em dólares em muito curto prazo, através de instituições de crédito importantes para poder cumprir seus compromissos futuros, bem como a contratação de facilidades creditícias comprometidas por um valor suficiente para suportar as necessidades previstas.

Na nota 14 se discriminam os vencimentos dos passivos financeiros.

#### Risco de crédito-

O principal Risco de Crédito é atribuível às contas a cobrar por operações comerciais, na medida em que uma contraparte ou um cliente não responder às suas obrigações contratuais. Para mitigação deste risco, opera-se com clientes com um apropriado histórico de crédito; além disso, dada a atividade e os setores nos quais opera, a Elecnor conta com clientes de alta qualidade creditícia. No entanto, em vendas internacionais a clientes não recorrentes, são utilizados mecanismos como a carta de crédito irrevogável e a cobertura de apólices de seguros para garantir a cobrança. Adicionalmente, é efetuada uma análise da solidez financeira do cliente e são incluídas no contrato condições específicas, que visam garantir a cobrança do valor.

No caso dos parques eólicos, a energia gerada, de acordo com o quadro regulatório elétrico em vigor, é vendida no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), cobrando as receitas do operador do mercado OMIE, com um sistema de garantia de pagamentos e da Comissão Nacional de Energia e proficiência (CNMC), entidade reguladora dos mercados energéticos da Espanha, dependente do Ministério da Indústria. Por sua vez, Ventos do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A., Ventos do Litoral Energia, S.A. e Ventos dos Índios Energia, S.A. (Brasil) assinaram contratos de venda da energia elétrica que gerarão por um período de 20 anos com as companhias de distribuição elétrica brasileiras correspondentes. Do mesmo modo, Éoliennes de L'Érable tem celebrado um contrato de venda da energia elétrica que gerar por um período de 20 anos com a companhia elétrica canadense Hydro-Québec.

Por sua vez, quanto às linhas de transmissão, mais especificamente as que prestam seus serviços no Brasil em regime de concessão, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) tem a responsabilidade de coordenar as cobranças e pagamentos do sistema, e indica mensalmente à Concessionária as sociedades que deverão pagar-lhe: geradoras, grandes consumidoras e transmissoras conectadas ao sistema. Essas sociedades depositam, previamente à sua conexão ao sistema, uma garantia que será executada em caso de não pagamento, sendo imediatamente desconectadas do sistema, e a obrigação de pagamento é, neste momento, distribuída entre o resto de usuários do sistema. Deste modo, a concessionária tem a cobrança garantida pelo sistema elétrico nacional. A respeito disso, nos anos durante os quais o Grupo operou nestas linhas, não se produziu nenhuma falta de pagamento por parte dos usuários das linhas.

Em relação às linhas de transmissão do Chile, estas pertencem ao sistema de transmissão nacional (antes denominado troncal), no qual o Coordenador Elétrico Nacional (CEN) é o responsável por coordenar o fluxo de pagamentos às empresas transmissoras. Até dezembro do ano 2018 se aplica o regime no qual as responsáveis por efetuar o pagamento às empresas transmissoras são as empresas geradoras. A partir do ano 2019 se incorporarão as empresas distribuidoras às responsáveis por efetuar os pagamentos, pelo que a partir dessa data se conta com uma carteira de pagadores mais diversificada. A garantia de cobrança do sistema de transmissão nacional se sustenta em um Procedimento do CEN que estabelece que, diante de eventuais faltas de pagamento por parte de um coordenado (empresa sujeita a coordenação por parte do CEN), esse incumpridor é desligado do sistema, repartindo a obrigação de pagamento pelas demais empresas coordenadas.

Elecnor trata sempre de tomar todas as medidas que vêm sendo adotadas para mitigar esse risco, e realiza análises periódicas da sua exposição ao risco creditício, realizando as correspondentes correções valorativas por depreciação. Na nota 12.a) se inclui um detalhamento do montante vencido de Dívidas comerciais e outras contas a receber e a depreciação em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

#### Risco regulatório-

Quanto ao Risco Regulatório e, particularmente, àquele que diz respeito às energias renováveis, a Elecnor faz um acompanhamento pormenorizado que visa registrar adequadamente seu impacto nas contas de resultados consolidadas.

## 5. DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração da Elecnor, S.A. (Sociedade controladora do Grupo Elecnor) proporá, em sua reunião do mês de março, tal como nos exercícios anteriores, a distribuição do resultado do exercício de 2018, estabelecendo nesse momento, portanto, a parte do mesmo que será destinada a dividendo complementar e a reservas voluntárias.

Na Assembleia Geral de 1 de junho de 2018 foi distribuído um dividendo complementar no valor de 20.346 milhares de euros e relativo a um dividendo por ação de 0,29 euros, considerando o dividendo por conta do exercício de 2017 pago em janeiro de 2018 no valor de 4.611 milhares de euros.

O Conselho de Administração da Sociedade controladora aprovou, em sua reunião de 17 de outubro de 2018, a distribuição de um dividendo por conta do exercício de 2018, no valor de 4.795 milhares de euros, o qual foi registrado diminuindo o patrimônio líquido na rubrica "Dividendo por conta do exercício" do passivo da demonstração da situação financeira consolidada anexa, o qual foi creditado com data de 12 de dezembro de 2018.

Estas quantidades a distribuir não excediam dos resultados obtidos desde o fim do último exercício pela Sociedade controladora, deduzida a estimativa do Imposto sobre sociedades a ser pago sobre tais resultados, de acordo com o estabelecido no artigo 277 do Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital espanhola.

O balanço contábil de previsão formulado de acordo com os requisitos legais anteriores e que evidenciava a existência de liquidez suficiente para a distribuição do mencionado dividendo foi o seguinte:

### Situação do circulante em 30 de setembro de 2018 (Excluídos os Estoques e Ajustes por Periodização)

	Milhares de euros
Valores realizáveis-	
Clientes	633.344
Outras contas	98.170
	<b>731.514</b>
Dívida no curto prazo-	
Fornecedores	272.380
Empréstimos no curto prazo	203.026
Outras contas	194.208
	<b>669.614</b>
<b>Total circulante</b>	<b>61.900</b>
Disponibilidade de numerário-	
Contas caixa/bancos (incluída moeda estrangeira)	76.796
<b>Total disponibilidades</b>	<b>76.796</b>
Dividendo bruto por conta proposto-	
(0,055 euros por 87.000.000 de ações)	4.795
% sobre lucro líquido na data	37,31%
% sobre saldo circulante + disponibilidades	3,46%

## 6. INFORMAÇÃO FINANCEIRA POR SEGMENTOS

A NIIF 8 exige que os segmentos operativos sejam identificados com base na informação que a gerência da entidade utiliza para tomar decisões sobre questões relativas às operações. Neste sentido, os Administradores da Sociedade controladora consideram que os segmentos sobre os que deve informar, por constituírem a base sobre os quais o Grupo toma suas decisões para destinar recursos e cujos resultados de operação são revistos de forma regular pela máxima autoridade para avaliar seu rendimento, são os de Infraestruturas e Concessionário (anteriormente denominados Patrimonial). Do mesmo modo, em cada um destes mercados são obtidas receitas correspondentes às diferentes atividades que o Grupo desenvolve.

O segmento concessional engloba tanto a atividade de concessões quanto a de exploração de parques eólicos devido a que a evolução e o acompanhamento dos resultados gerados por ambas são medidos e geridos conjuntamente, bem como a tomada de decisões empresariais.

#### a) Informação sobre segmentos de operação-

Os ativos e passivos de uso geral, bem como os resultados gerados por eles, não foram objeto de atribuição ao resto de segmentos. Da mesma forma, não foram objeto de atribuição as rubricas de conciliação que surgem ao comparar o resultado de integrar as demonstrações financeiras dos diferentes segmentos de operação (que são elaboradas com critérios de gestão) com as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Elecnor. Na informação assinalada a seguir estes elementos aparecerão sob a rubrica "Corporativos".

A informação relativa aos segmentos de operação é discriminada a seguir:

a) O detalhamento dos ativos e passivos por segmentos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é o seguinte:

#### Exercício de 2018

	Milhares de euros				Total em 31.12.18
	Infraestruturas	Concessional	Corporativos	Intersegmentos	
<b>Demonstração de resultados</b>					
Valor líquido do volume de negócios	2.096.049	222.102	-	(45.094)	2.273.057
Resultado operacional	106.473	79.959	(29.787)	(4.785)	151.860
Receias financeiras	6.826	100.434	1.423	-	108.683
Despesas financeiras	(20.476)	(78.915)	-	445	(98.946)
Varição do valor justo de instrumentos financeiros	(3)	(382)	-	-	(385)
Diferenças de câmbio	14.222	(2.758)	-	(83)	11.381
Deterioração e resultado por alienação de instrumentos financeiros	169	105	-	-	274
Participação em ganhos líquidos de coligadas	1.619	(5.450)	-	-	(3.831)
Imposto sobre lucros	(43.648)	(29.944)	15.326	1.180	(57.086)
Resultados minoritários	(78)	(37.610)	-	-	(37.688)
Resultado consolidado sociedade controladora	65.104	25.439	(13.038)	(3.243)	74.262

**Exercício de 2017**

	Milhares de euros				Total em 31.12.17
	Infraestruturas	Concessional	Corporativos	Intersegmentos	
<b>Demonstração de resultados</b>					
Valor líquido do volume de negócios	2.119.434	232.018	-	(34.666)	2.316.786
Resultado operacional	117.612	86.529	(22.351)	(42)	181.748
Receitas financeiras	17.212	63.380	-	-	80.592
Despesas financeiras	(15.738)	(75.770)	-	77	(91.431)
Varição do valor justo de instrumentos financeiros	(97)	(420)	-	-	(517)
Diferenças de câmbio	(41.588)	2.536	(607)	(35)	(39.694)
Deterioração e resultado por alienação de instrumentos financeiros	75	(11)	-	-	64
Participação em ganhos líquidos de coligadas	653	(66)	-	-	587
Imposto sobre lucros	(15.925)	(26.865)	7.861	(575)	(35.504)
Resultados minoritários	70	(25.345)	-	657	(24.618)
Resultado consolidado sociedade controladora	62.274	23.968	(15.097)	82	71.227

b) O detalhamento dos ativos e passivos por segmentos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é o seguinte:

**Exercício de 2018**

	Milhares de euros				Total em 31.12.18
	Infraestruturas	Concessional	Corporativos	Intersegmentos	
<b>Ativo-</b>					
Imobilizado Tangível	176.861	966.955	-	(20.540)	1.123.276
Ativos Intangíveis	33.749	112.867	-	-	146.616
Impostos diferidos ativos	68.345	27.233	1.648	4.972	102.198
Inventários	7.262	979	-	-	8.241
Devedores e ativos por contrato	962.853	53.252	6.349	(554)	1.021.900
Investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	7.978	137.217	18.883	-	164.078
Ativos financeiros não circulantes	51.539	713.643	5.562	-	770.744
Ativos não circulantes mantidos para a venda	423	23.691	-	-	24.114
Resto de ativos (*)	235.169	192.566	1.803	(26)	429.512
<b>Total Ativo</b>	<b>1.544.179</b>	<b>2.228.403</b>	<b>34.245</b>	<b>(16.148)</b>	<b>3.790.679</b>
<b>Passivo e Patrimônio-</b>					
Passivos financeiros não circulantes	15.182	1.141.932	253.997	-	1.411.111
Provisões para riscos e despesas	16.778	13.216	-	-	29.994
Receitas diferidas e subvenções	5.169	1.810	-	-	6.979
Outros Passivos não circulantes	7.256	19.664	-	-	26.920
Impostos diferidos passivos	21.992	58.756	755	(100)	81.403
Provisões a curto prazo	62.667	5.362	-	-	68.029
Dívida Financeira circulante	203.252	87.086	1.747	-	292.085
Dívidas não Financeiras circulantes	960.590	70.895	2.411	(445)	1.033.451
Patrimônio líquido	89.182	857.889	532.877	(639.241)	840.707
<b>Total Passivo</b>	<b>1.382.068</b>	<b>2.256.610</b>	<b>791.787</b>	<b>(639.786)</b>	<b>3.790.679</b>

(\*) Inclui, fundamentalmente, a rubrica "Numerário e outros ativos líquidos equivalentes".

**Exercício de 2017**

	Milhares de euros				Total em 31.12.17
	Infraestruturas	Concessional	Corporativos	Intersegmentos	
<b>Activo-</b>					
Imobilizado Tangível	116.072	1.033.946	-	(77)	1.149.941
Ativos Intangíveis	34.881	108.643	-	-	143.524
Impostos diferidos ativos	63.642	36.312	2.147	4.099	106.200
Inventários	7.371	1.332	-	-	8.703
Devedores	973.900	63.241	12.645	(198)	1.049.588
Investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	68.637	84.491	18.969	(16.100)	155.997
Ativos financeiros não circulantes	38.914	743.693	3.736		786.343
Ativos não circulantes mantidos para a venda	423	-	-	-	423
Resto de ativos (*)	137.596	226.131	45.203	(6.738)	402.192
<b>Total Activo</b>	<b>1.441.436</b>	<b>2.297.789</b>	<b>82.700</b>	<b>(19.014)</b>	<b>3.802.911</b>
<b>Passivo e Patrimônio-</b>					
Dívida Financeira não circulante	19.875	1.069.095	369.612	-	1.458.582
Provisões para riscos e despesas	6.479	5.104	-	3.653	15.236
Receitas diferidas e subvenções	5.896	1.933	-	-	7.829
Outros Passivos não circulantes	14.072	12.980	-	-	27.052
Impostos diferidos passivos	22.193	65.373	-	184	87.750
Dívida Financeira circulante	129.347	72.847	2.356	-	204.550
Dívidas não Financeiras circulantes	989.155	102.010	6.829	(142)	1.097.852
Patrimônio líquido	121.530	950.186	506.073	(673.729)	904.060
<b>Total Passivo</b>	<b>1.308.547</b>	<b>2.279.528</b>	<b>884.870</b>	<b>(670.034)</b>	<b>3.802.911</b>

(\*) Inclui, fundamentalmente, a rubrica "Numerário e outros ativos líquidos equivalentes".

**b) Informação sobre produtos e serviços-**

As atividades nas quais o Grupo Elecnor opera são:

- Eletricidade
- Geração de energia
- Telecomunicações e espaço
- Construção, meio ambiente e água
- Manutenção
- Instalações
- Gás
- Ferrovias

A geração de energia elétrica (enquadrada no setor de Geração de Energia) através de parques eólicos e usinas termossolares, principalmente, é um dos negócios do Grupo Elecnor que é realizado através do subgrupo Enerfin, no que respeita aos parques eólicos, e da Celeo Termosolar, S.L. (Subgrupo Celeo), no que se refere às usinas termossolares. Ambas as atividades se encontram enquadradas no segmento concessional.

A atividade de geração elétrica das sociedades controladas espanholas integradas no Grupo Elecnor estão reguladas pela Lei 24/2013 de 26 de dezembro que derroga a Lei 54/1997, de 27 de novembro, do setor elétrico, bem como pelas disposições regulamentares posteriores que desenvolvem a mesma.

Com data de 28 de dezembro de 2012 foi publicada a Lei 15/2012, de 27 de dezembro, de medidas fiscais para a sustentabilidade energética, a qual estabelece um novo imposto sobre o valor da produção de energia elétrica que

onera a realização de atividades de produção e incorporação ao sistema elétrico de energia elétrica no sistema elétrico espanhol. A base tributável do imposto é constituída, portanto, pelo valor total que corresponder ao contribuinte receber pela produção e incorporação ao sistema de energia elétrica no período tributário, que coincide com o ano civil, sendo a alíquota de 7% sobre a mesma.

Esta lei também estabelece, em seu dispositivo final primeiro, uma alteração na Lei 54/1997, em virtude da qual a energia elétrica imputável à utilização de um combustível numa instalação de geração que utilizar como energia primária alguma das energias renováveis não consumíveis, não será objeto de regime econômico primado, aspecto pelo qual poderiam ser afetadas as usinas termossolares que o Grupo está construindo.

Com data de 2 de fevereiro de 2013 foi publicado o Real Decreto-lei 2/2013, de 1º de fevereiro, de medidas urgentes no sistema elétrico e no setor financeiro que contemplou, entre outras questões, as seguintes:

- Com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013, a atualização das remunerações, tarifas e prêmios recebidos pelos sujeitos do sistema elétrico e que até a entrada em vigor deste Real Decreto-lei fosse calculada de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), passaria a ser calculadas em virtude do Índice de Preços ao Consumidor a impostos constantes sem alimentos não elaborados nem produtos energéticos.
- Também é alterado o Real Decreto 661/2007, de 25 de maio, pelo qual é regulada a atividade de produção de energia elétrica em regime especial, de forma que é estabelecida uma fórmula única de remuneração para as instalações de regime especial: é estabelecido que essa remuneração seja realizada sob a fórmula de tarifa regulada, salvo se o titular da instalação decidir receber apenas o preço de mercado (sem prêmio). É eliminada, portanto, a opção "pool" mais prêmio, sistema utilizado habitualmente neste tipo de instalações.

Com data de 13 de julho de 2013 foi aprovado o Real Decreto-Lei 9/2013, de 12 de julho, pelo qual são tomadas medidas urgentes para garantir a estabilidade financeira do sistema elétrico que contempla, entre outras questões, as seguintes:

- É anunciado que o Governo é habilitado para aprovar um novo regime jurídico e econômico para as instalações de produção de energia elétrica existentes a partir de fontes de energia renovável, cogeração e resíduos. Assim, é alterado o artigo 30.4 da Lei 54/1997, de 27 de novembro, do Setor Eléctrico para introduzir os princípios concretos sobre os que esse regime será articulado, com o fim de limitar a margem de atuação do Governo no desenvolvimento dos regimes de remuneração para estas instalações. Este será baseado no recebimento das receitas derivadas da participação no mercado, com uma remuneração adicional que, em caso de ser necessário, cubra aqueles custos de investimento que uma empresa eficiente e bem administrada não recupere no mercado. Neste sentido, conforme a jurisprudência comunitária entender-se-á por empresa eficiente e bem administrada aquela empresa dotada dos meios necessários para o desenvolvimento de sua atividade, cujos custos são os de uma empresa eficiente nessa atividade e considerando as receitas correspondentes e um lucro razoável pela realização de suas funções.
- Para o cálculo da remuneração específica será considerada uma instalação-tipo, as receitas pela venda da energia gerada avaliada pelo preço do mercado de produção, os custos de exploração médios necessários para realizar a atividade e o valor do investimento inicial da instalação-tipo, tudo isso para uma empresa eficiente e bem administrada. Deste modo é instaurado um regime de remuneração sobre parâmetros padrões em função das diferentes instalações-tipo que forem estabelecidas.
- Para articular este novo regime se procede à derrogação do artigo 4 do Real Decreto-lei 6/2009, de 30 de abril, pelo qual são tomadas determinadas medidas no setor energético e é aprovado o bônus social, do Real Decreto 661/2007, de 25 de maio, pelo qual é regulada a atividade de produção de energia elétrica em regime especial e do Real Decreto 1578/2008, de 26 de setembro, de remuneração da atividade de produção de energia elétrica mediante tecnologia solar fotovoltaica para instalações posteriores à data limite de manutenção da remuneração do Real Decreto 661/2007, de 25 de maio, para essa tecnologia. No entanto, com o fim de manter tanto os fluxos de remunerações para as instalações quanto o resto de procedimentos, direitos e obrigações, dispõe-se que o que está previsto nas normas citadas será aplicável, salvo certos pormenores, com caráter transitório enquanto não tiver sido aprovado o desenvolvimento regulamentar do presente Real Decreto-Lei.
- Deste modo, as instalações serão objeto, se for o caso, de uma liquidação por conta, ao abrigo deste regime transitório e, posteriormente, após serem aprovados os dispositivos normativos necessários para a aplicação do novo regime econômico, serão submetidas à regularização correspondente pelos direitos de cobrança ou obrigações de pagamentos decorrentes da aplicação da nova metodologia, com efeitos a partir da entrada em vigor do presente real decreto-lei.
- Por conseguinte, mesmo quando for fixada a efetividade dos dispositivos normativos de remunerações que forem

aprovados com efeitos a partir da entrada em vigor do presente real decreto-lei, a norma outorga a necessária previsibilidade aos agentes já que estabelece o mecanismo de remuneração, com participação no mercado e cobrança de uma remuneração do investimento, e determina, além disso, a taxa de rentabilidade razoável para a instalação-tipo.

- Por outro lado, para as instalações que tiveram direito ao regime econômico primado na entrada em vigor do presente real decreto-lei, se determina uma rentabilidade, antes de impostos, que poderá ser revisada ao fim de seis anos.

Do mesmo modo, com data de 10 de junho de 2014, é publicado o RD 403/2014 de 6 de junho de 2014 pelo qual é regulada a atividade de produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis, cogeração e resíduos. Posteriormente, com data de 21 de junho de 2014, é publicada a Portaria IET/1045/2014, de 16 de junho, pela qual são aprovados “os parâmetros de remunerações das instalações-tipo” aplicáveis a determinadas instalações de produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis, cogeração e resíduos.

De acordo com o referido, e considerando que o objetivo do Governo era reduzir os prêmios ao setor de energias renováveis, o Grupo Elecnor recalculou os fluxos futuros de todos os ativos ligados à referida norma, ao considerar que podia ser um indício de deterioração dos mesmos.

A esse respeito, a regulação do setor sofreu mudanças ao longo de 2014, consolidando as reformas iniciadas no exercício 2013. Conseqüentemente, as principais normas que regulam o setor são:

- Lei 24/2013 do Setor Elétrico de 26 de dezembro. Essa lei revoga a Lei 54/1997 de 27 de novembro sobre o Setor Elétrico, exceto as disposições adicionais sexta, sétima, vigésima primeira e vigésima terceira, e os artigos 3.º e 4.º do Decreto Real-Lei 2/2013.
- Real Decreto 413/2014 em junho e Portaria de parâmetros associada IET/1045/2014 atualizada para o período 2017-2019 pela Portaria ETU/130/2017, de 17 de fevereiro, que sublinham o avançado no Real Decreto-Lei 9/2013 e as instalações passam a operar no mercado recebendo algumas delas um sistema de remuneração específico fixo anual em função da sua natureza, antiguidade e rentabilidade (remuneração do investimento e compensação para a operação). As reformas na regulação do setor elétrico em 2013 e 2014 não alteraram a Lei 15/2012, de 27 de dezembro, pela qual o governo espanhol aprovou um imposto geral de 7% sobre a geração de eletricidade, bem como novos impostos sobre a energia nuclear e hidrelétrica de grande porte, além de um novo imposto sobre o carvão. O imposto aplica-se desde janeiro de 2013.

Por outro lado, os parques eólicos situados no Brasil e no Canadá têm assinados contratos de compra e venda de energia elétrica, durante um período de 20 anos, com diversos compradores (Eletrobras, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Hydroquebec), sendo que estes contratos foram assinados no marco dos programas desenvolvidos pelo Governo Federal do Brasil.

Os Administradores consideram que não existem outras regulações sobre energias renováveis que possam afetar significativamente as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018.

### c) Informação geográfica-

A seguir detalhamos, para os países mais significativos, as receitas ordinárias provenientes de clientes externos e os ativos não correntes que não são instrumentos financeiros, correspondentes a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

**Receitas ordinárias**

País	Milhares de euros	
	2018	2017
Espanha	985.681	938.520
Brasil	263.693	303.668
Angola	63.830	83.780
EUA	181.030	161.378
Austrália	159.874	52.395
Chile	74.770	133.930
México	55.355	94.927
Outros	488.824	548.188
	<b>2.273.057</b>	<b>2.316.786</b>

**Ativos não circulantes 2018**

País	Milhares de euros		
	Imobilizado intangível	Fundo de comércio	Imobilizado tangível
Canadá	-	-	180.243
Brasil	-	-	258.255
Chile	71.861	-	433.550
Portugal	-	4.385	-
Reino Unido	-	5.690	-
EUA	1.004	310	10.554
Espanha	44.649	18.455	222.841
Resto	262	-	17.833
	<b>117.776</b>	<b>28.840</b>	<b>1.123.276</b>

**Ativos não circulantes 2017**

País	Milhares de euros		
	Imobilizado intangível	Fundo de comércio	Imobilizado tangível
Canadá	-	-	192.282
Brasil	204	-	305.251
Chile	64.843	-	394.468
Portugal	-	4.385	-
Reino Unido	-	5.690	89
EUA	1.206	296	-
Espanha	48.358	17.861	240.979
Resto	87	594	16.872
	<b>114.698</b>	<b>28.826</b>	<b>1.149.941</b>

**7. FUNDO DE COMÉRCIO**

A seguir é apresentado o detalhamento do saldo da rubrica "Ativo intangível – Fundo de comércio" das demonstrações da situação financeira consolidadas dos exercícios de 2018 e 2017, em função das sociedades que as originam, bem como o movimento ao longo dos referidos exercícios:

**Exercício de 2018**

	Milhares de euros				Saldo em 31.12.18
	Saldo em 31.12.17	Desvalorização (nota 21)	Baixa	Outros	
<b>Sociedades consolidadas por consolidação global:</b>					
Parques eólicos:					
- Galicia Vento, S.L.	8.702	-	-	-	8.702
- Aerogeneradores del Sur, S.A.	3.630	-	-	-	3.630
Outros negócios:					
- Deimos Space, S.L.U.	158	-	-	-	158
- Deimos Engenharia, S.A.	4.227	-	-	-	4.227
- Ehis Construcciones y Obras, S.A.	1.932	-	-	-	1.932
- Hidroambiente, S.A.U.	388	-	-	-	388
- Instalaciones y Proyectos de Gas, S.A.U. – fusionada con Elecnor, S.A.	1.031	-	-	-	1.031
- Helios Inversión y Promoción Solar, S.L.U.	1.125	-	-	-	1.125
- Jomar Seguridad, S.L.U.	1.647	-	-	-	1.647
- Belco Elecnor Electric, Inc.	296	-	-	14	310
- IQA Operations Group Limited	5.690	-	-	-	5.690
	<b>28.826</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14</b>	<b>28.840</b>

**Exercício de 2017**

	Milhares de euros				Saldo em 31.12.17
	Saldo em 31.12.16	Desvalorização (nota 21)	Baixa	Outros	
<b>Sociedades consolidadas por consolidação global:</b>					
Parques eólicos:					
- Eólicas Páramo de Poza, S.A	513	(513)	-	-	-
- Galicia Vento, S.L.	8.702	-	-	-	8.702
- Aerogeneradores del Sur, S.A.	3.630	-	-	-	3.630
- Bulgana Wind Farm Pty LTD	349	-	(349)	-	-
Outros negócios:					
- Deimos Space, S.L.U.	158	-	-	-	158
- Deimos Engenharia, S.A.	4.227	-	-	-	4.227
- Ehis Construcciones y Obras, S.A.	1.932	-	-	-	1.932
- Hidroambiente, S.A.U.	388	-	-	-	388
- Instalaciones y Proyectos de Gas, S.A.U. – fusionada con Elecnor, S.A.	1.031	-	-	-	1.031
- Helios Inversión y Promoción Solar, S.L.U.	1.125	-	-	-	1.125
- Zaragoza 2005, S.L.U	290	(290)	-	-	-
- Ditra Cantabria, S.A.U	2.096	(2.096)	-	-	-
- Jomar Seguridad, S.L.U.	1.647	-	-	-	1.647
- Belco Elecnor Electric, Inc.	329	-	-	(33)	296
- IQA Operations Group Limited	5.690	-	-	-	5.690
	<b>32.107</b>	<b>(2.899)</b>	<b>(349)</b>	<b>(33)</b>	<b>28.826</b>

Tal como é indicado na Nota 3.j) o Grupo avalia anualmente a deterioração de seus fundos de comércio.

As unidades geradoras de numerário, consideradas para efeitos dos correspondentes testes de deterioração dos fundos de comércio, incluídos no quadro anterior, são identificadas com as próprias sociedades às quais foram atribuídos os mesmos já que, e com caráter geral, essas sociedades são configuradas como entidades monoprojeto.

O valor recuperável é o maior entre o valor de mercado diminuído pelos custos de venda e o valor de uso, entendendo este como o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, aprovados pela Diretoria e considerados razoáveis. Para o cálculo do valor de uso as hipóteses utilizadas incluem as taxas de desconto, taxas de crescimento e alterações esperadas nos preços de venda e nos custos. Os Administradores da Sociedade controladora estimam as taxas de desconto que registram o valor do dinheiro no tempo e os riscos associados à unidade geradora de numerário.

Em particular, e em relação aos testes de deterioração dos fundos de comércio atribuídos a parques ou projetos eólicos situados na Espanha, os quais são feitos considerando-se o valor destes conjuntamente com o valor registrado dos ativos imobilizados correspondentes, que chega a 60 milhões de euros (94 milhões de euros em 2017 tendo em conta Eólicas Páramo de Poza, S.A), as estimativas relativas ao volume de negócios são realizadas tendo em conta as previsões setoriais em relação ao preço pool e a legislação aplicável (Nota 6.b), considerando-se aumentos anuais de acordo com uma estimativa prudente da evolução do índice de preços, bem como os níveis de produção médios obtidos em exercícios anteriores ou estimados pelos estudos realizados para tal efeito por peritos independentes. As principais hipóteses utilizadas pelos Administradores da Sociedade controladora na realização dos testes de deterioração de 2018 foram as seguintes:

- Receitas: com base em estimativas internas e, se for o caso, em fontes externas. O preço pool aplicado para o ano de 2019 foi estimado em 50,30 €/MWh.
- Taxa de desconto: 5,32% (\*).
- Período das projeções: em função da vida útil restante do imobilizado (nota 3.i).

(\* Taxa após o efeito fiscal devido a que neste tipo de projetos o componente fiscal é muito significativo, e uma variável fundamental na hora de tomar a decisão de investir. Nestes testes foram empregados fluxos líquidos de impostos.

Os resultados obtidos nesses testes, assim como as análises de sensibilidade realizadas pela Diretoria, não mostraram deterioração.

Do mesmo modo, das análises de sensibilidade realizadas pela Diretoria, que incluem variações em função dos desvios ocorridos nas principais estimativas do exercício anterior, também não foi deduzida nenhuma depreciação.

Por outro lado, e em relação aos testes de depreciação do restante dos fundos de comércio, as taxas de desconto empregadas ficam entre 5% e 9%. As taxas de crescimento e as variações em preços e custos se baseiam nas previsões internas e setoriais e na experiência e expectativas futuras, respectivamente, não sendo, em geral, superiores a 8%. Nos casos em que estes cálculos contemplam a estimativa de uma renda perpétua se considera um crescimento de 2%.

Como resultado destas análises tão pouco se evidenciou qualquer depreciação adicional, apesar de que a análise de sensibilidade sobre o fundo de comércio da Deimos Engenharia, S.A. que pressupõe uma redução da margem estimada de cerca de 13%, reflete uma depreciação de aproximadamente um milhão de euros.

Além disso, desta análise se conclui que, apesar de a sociedade do grupo IQA Operations Group Ltd se encontrar em uma situação de perdas e com fundos próprios negativos, os fluxos estimados não evidenciam nenhuma depreciação. É necessário ressaltar que esses fluxos se baseiam na melhoria a curto prazo pela formalização de novos contratos que se iniciaram no exercício 2018.

Em relação à queda no exercício 2017 do fundo de comércio da sociedade Ditra Cantabria, S.A., essa correspondia à liquidação da referida sociedade, o que representou uma perda de 2 milhões de euros registrada na epígrafe de "Amortizações, deterioração e dotações para provisões" da demonstração de resultados consolidada.

## 8. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento havido neste capítulo da demonstração da situação financeira consolidada nos exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	Milhares de euros					Total
	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial	Aplicativos informáticos	Concessões administrativas	Outros ativos intangíveis	
<b>Saldo em 01.01.17</b>	<b>1.219</b>	<b>3.207</b>	<b>10.134</b>	<b>51.480</b>	<b>87.888</b>	<b>153.928</b>
Adições	190	-	3.188	-	7.742	11.120
Baixas	-	-	(30)	-	-	(30)
Transferências	-	-	(23)	-	-	(23)
Diferenças de conversão	-	(97)	(71)	-	(3.030)	(3.198)
<b>Saldo em 31.12.17</b>	<b>1.409</b>	<b>3.110</b>	<b>13.198</b>	<b>51.480</b>	<b>92.600</b>	<b>161.797</b>
Varição no perímetro de consolidação	38	-	-	-	-	38
Adições	312	-	2.539	150	3.865	6.866
Baixas	(102)	-	(93)	-	(342)	(537)
Transferências	-	-	-	-	(36)	(36)
Diferenças de conversão	(1)	39	49	-	3.171	3.258
<b>Saldo em 31.12.18</b>	<b>1.656</b>	<b>3.149</b>	<b>15.693</b>	<b>51.630</b>	<b>99.258</b>	<b>171.386</b>
<b>Amortização Acumulada -</b>						
<b>Saldo em 01.01.17</b>	<b>952</b>	<b>2.516</b>	<b>7.934</b>	<b>18.989</b>	<b>10.749</b>	<b>41.140</b>
Varição no perímetro de consolidação						
Dotações (Nota 21)	147	136	1.199	2.578	1.972	6.032
Baixas	-	-	(23)	-	-	(23)
Transferências	-	-	(19)	-	-	(19)
Diferenças de conversão	-	(34)	3	-	-	(31)
<b>Saldo em 31.12.17</b>	<b>1.099</b>	<b>2.618</b>	<b>9.094</b>	<b>21.567</b>	<b>12.721</b>	<b>47.099</b>
Dotações (Nota 21)	30	85	1.767	2.610	1.972	6.464
Baixas	67	-	(94)	-	-	(27)
Transferências	-	(15)	15	-	-	-
Diferenças de conversão	-	20	54	-	-	74
<b>Saldo em 31.12.18</b>	<b>1.196</b>	<b>2.708</b>	<b>10.836</b>	<b>24.177</b>	<b>14.693</b>	<b>53.610</b>
<b>Total Outros Ativos Intangíveis, líquidos</b>	<b>460</b>	<b>441</b>	<b>4.857</b>	<b>27.453</b>	<b>84.565</b>	<b>117.776</b>

O capítulo "Outros ativos intangíveis" do quadro anterior inclui um valor bruto de 27.507 milhares de euros, correspondente ao valor justo estimado dos contratos com as administrações públicas para a manutenção e conservação de rodovias da sociedade controlada Audeca, S.L.U. na data de aquisição da mesma por parte do Grupo Elecnor, o que aconteceu em 2010. O Grupo amortiza este ativo num período de 15 anos, que é o período médio de duração estimado dos referidos contratos, com base na experiência histórica e tendo em conta as respectivas renovações. A amortização dos exercícios de 2018 e 2017 por este título ascendeu a 1.972 milhares de euros, aproximadamente e respectivamente.

Além disso, o capítulo "Outros ativos intangíveis" do quadro anterior inclui em 31 de dezembro de 2018 um valor bruto de 71.751 milhares de euros (64.718 milhares de euros em 2017) correspondente ao fornecimento elétrico das linhas de transmissão no Chile cuja vida útil é indefinida, pelo que não estão sujeitas a um processo de amortização mas sim de avaliação da depreciação anual. Estas avaliações permitem concluir que não existe nenhum risco de depreciação, uma vez que em análises de sensibilidade muito abrangentes não se identificou nenhum tipo de depreciação.

Dentro do capítulo de "Concessões administrativas" estão registrados, no valor de 27.160 milhares de euros (29.721 milhares de euros em 2017), aproximadamente, correspondente à estimativa do seu valor justo (calculado com base no valor justo da contraprestação entregue, que é a construção), líquido das respectivas amortizações, os investimentos realizados em diferentes centrais de tratamento de águas cuja construção e exploração é feita em regime de concessão, em virtude das respectivas concessões administrativas conferidas pelo Instituto Aragonés del Agua. Através dessas concessões, o Grupo Elecnr explora as mencionadas centrais de tratamento de águas obtendo suas receitas em função do volume de m<sup>3</sup> de água que depurar. Em 31 de dezembro de 2018 estão sendo exploradas todas as centrais de tratamento de águas, e a duração das concessões é de 20 anos.

Durante a fase de exploração, o pagamento das obrigações decorrentes dos contratos por parte do Instituto Aragonés del Agua para os correspondentes exercícios será realizado através da aprovação das relações avaliadas que mensalmente sejam emitidas, e da apresentação de faturas, sobre a base das tarifas estabelecidas, as quais poderão ser objeto de revisão ao longo da vida do contrato.

O concessionário terá a seu cargo a gestão das centrais de tratamento de águas, devendo zelar, em todo momento, pelo bom funcionamento das mesmas. Em caso de interrupção dos serviços das centrais de tratamento de águas, o concessionário deverá restaurá-los com a maior diligência, sem que tenha direito de cobrar nenhuma tarifa pela instalação afetada durante o período da interrupção.

A concessão será considerada extinta por cumprimento quando decorrer o prazo inicialmente estabelecido ou, se for o caso, o que resultar das prorrogações ou reduções que tiverem sido acordadas. O concessionário ficará obrigado a entregar à Administração concedente, em bom estado de conservação e uso e de forma gratuita, as obras incluídas na concessão, bem como os bens e instalações necessários para sua exploração.

No exercício de 2018, as receitas geradas por estas concessões ascenderam a 6.589 milhares de euros (6.373 milhares de euros no exercício de 2017), aproximadamente, as quais se encontram registradas na rubrica "Valor líquido do volume de negócios" da conta de resultados consolidada anexa.

O custo dos ativos intangíveis em exploração totalmente amortizados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2018	2017
Despesas de desenvolvimento	910	792
Propriedade Industrial	2.265	2.320
Aplicativos Informáticos	6.807	6.277
	<b>9.982</b>	<b>9.389</b>

## 9. IMOBILIZADO TANGÍVEL

O movimento havido neste capítulo da demonstração da situação financeira consolidada nos exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	Milhares de euros								Total
	Terrenos	Construções, Instalações Técnicas e Maquinaria	Aparelhos e Ferramentas	Móveis e Utensílios	Equipamentos para Processamento Eletrônico de Dados	Elementos de Transporte	Otro Imobilizado	Imobilizado em andamento	
<b>CUSTO:</b>									
Saldo em 1 de janeiro de 2017	27.031	1.613.185	15.539	9.628	14.227	26.723	6.989	63.923	1.777.245
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.f)	-	(756)	-	-	-	-	-	-	(756)
Adições	-	14.715	4.414	530	1.678	4.308	1.721	87.530	114.896
Baixas	-	(26.291)	(2.768)	(1.323)	(630)	(2.638)	(384)	(2.118)	(36.152)
Transferências	1.274	93.193	59	191	(941)	139	(123)	(93.792)	-
Diferenças de conversão	931	(110.311)	(651)	28	4	5.925	(157)	(9.724)	(113.955)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>29.236</b>	<b>1.583.735</b>	<b>16.593</b>	<b>9.054</b>	<b>14.338</b>	<b>34.457</b>	<b>8.046</b>	<b>45.819</b>	<b>1.741.278</b>
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	20.765	4.611	780	1.679	4.556	5.662	23.057	61.110
Baixas	-	(6.885)	(2.781)	(85)	(574)	(3.007)	(607)	(278)	(14.217)
Transferências	-	6.016	19	(20)	391	(161)	(239)	(18.759)	(12.753)
Diferenças de conversão	706	(30.143)	344	186	227	3.770	5	2.097	(22.808)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>29.942</b>	<b>1.573.488</b>	<b>18.786</b>	<b>9.915</b>	<b>16.061</b>	<b>39.615</b>	<b>12.867</b>	<b>51.936</b>	<b>1.752.610</b>
<b>AMORTIZAÇÃO ACUMULADA:</b>									
Saldo em 1 de janeiro de 2017	-	523.369	3.371	6.101	9.545	16.647	4.597	-	563.630
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.f)	-	(24)	-	-	-	-	-	-	(24)
Dotaciones (Nota 21)	-	53.895	1.239	678	1.500	2.920	851	-	61.083
Baixas	-	(19.863)	(259)	(373)	(337)	(2.055)	(212)	-	(23.099)
Transferências	-	(916)	224	(96)	(932)	267	105	-	(1.348)
Diferenças de conversão	-	(18.638)	(319)	164	111	6.733	(101)	-	(12.050)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>-</b>	<b>537.823</b>	<b>4.256</b>	<b>6.474</b>	<b>9.887</b>	<b>24.512</b>	<b>5.240</b>	<b>-</b>	<b>588.192</b>
Variação no perímetro de consolidación (Nota 2.f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dotaciones (Nota 21)	-	54.552	1.196	864	1.552	2.627	1.687	-	62.478
Baixas	-	(3.385)	(134)	(214)	(549)	(1.348)	(523)	-	(6.153)
Transferências	-	(13.026)	(7)	(5)	400	(74)	-	-	(12.712)
Diferenças de conversão	-	(10.212)	217	259	252	3.845	23	-	(5.616)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>-</b>	<b>565.752</b>	<b>5.528</b>	<b>7.378</b>	<b>11.542</b>	<b>29.562</b>	<b>6.427</b>	<b>-</b>	<b>626.189</b>
<b>DESVALORIZAÇÃO</b>									
Saldo em 1 de janeiro de 2017	1.278	4.731	-	-	-	-	-	-	6.009
Baixas	-	(3.476)	-	-	-	-	-	-	(3.476)
Transferências	155	457	-	-	-	-	-	-	612
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.433</b>	<b>1.712</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.145</b>
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.433</b>	<b>1.712</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.145</b>
<b>Custo líquido, em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>28.509</b>	<b>1.006.024</b>	<b>13.258</b>	<b>2.537</b>	<b>4.519</b>	<b>10.053</b>	<b>6.440</b>	<b>51.936</b>	<b>1.123.276</b>

A rubrica "Construções, Instalações Técnicas e Maquinaria" inclui, principalmente, o valor bruto e a amortização acumulada dos parques eólicos em funcionamento que foram construídos em exercícios anteriores, bem como das linhas de transmissão no Chile que começaram a ser exploradas em 2015 e 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 a epígrafe de "Imobilizado em curso" do quadro anterior corresponde, principalmente, aos investimentos

realizados nos exercícios de 2018 e 2017 nas linhas de transmissão no Chile, no valor aproximado de 50,7 milhões de euros, cuja data estimada de implementação é o primeiro semestre do exercício 2019 (investimentos nas linhas de transmissão no Chile no valor aproximado de 27 milhões de euros e adições a um parque eólico espanhol no valor de 17 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017).

As principais adições ao imobilizado tangível do exercício 2018 corresponderam aos investimentos acima mencionados em linhas de transmissão no Chile (investimentos em linhas de transmissão no Chile e um parque eólico espanhol no exercício 2017).

O valor de ativos tangíveis destinados à garantia do cumprimento de determinados empréstimos bancários ascende, antes de amortizações, em 31 de dezembro de 2018 a 44.413 milhares de euros (17.445 milhares de euros em 2017), aproximadamente, a maioria decorrentes de projetos eólicos empreendidos por empresas do Grupo (Nota 14).

Os escritórios utilizados pelo Grupo no desenvolvimento de sua atividade, com exceção dos adquiridos no exercício de 2007 mediante um contrato de leasing, referem-se, na maior parte, a espaços comerciais alugados.

O custo dos elementos do imobilizado tangível do Grupo que em 31 de dezembro de 2018 e 2017 se encontra integralmente amortizado e em uso é o seguinte:

	Milhares de Euros	
	2018	2017
Construções, Instalações Técnicas e Maquinaria	59.894	58.662
Móveis e Utensílios	2.703	2.459
Equipamentos para Processamento Eletrônico de Dados	5.138	5.241
Elementos de transporte	2.940	2.244
	<b>70.675</b>	<b>68.606</b>

A política do Grupo é formalizar apólices de seguro para cobrir os possíveis riscos a que estão sujeitos os diversos elementos de seu imobilizado tangível, bem como as possíveis reclamações que possam ser apresentadas pelo exercício de sua atividade, entendendo que essas apólices cobrem suficientemente os riscos aos que estão submetidos.

## 10. INVESTIMENTOS CONTABILIZADOS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 as participações em empresas coligadas do Grupo Ecnor que foram avaliadas pelo método da equivalência patrimonial (Nota 3.c) são as seguintes:

Sociedade	Milhares de Euros	
	2018	2017
Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.	17.647	-
Woolsthorpe Holding TRUST	548	-
Cosemel Ingeniería, A.I.E	56	78
Parque Eólico Gaviota, S.A.	-	36
Jauru Transmissora de Energía, S.A.	26.357	22.305
Brilhante Transmissora de Energia, S.A.	30.761	32.045
Sociedad Aguas Residuales Pirineos, S.A.	4.248	3.851
Gasoducto de Morelos, S.A.P.I. de C.V.	17.913	14.089
Dioxipe Solar, S.L.	24.025	27.310
Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	34.360	40.112
Brilhante Transmissora de Energia, S.A. II	3.781	3.873
Morelos O&M, SAPI de C.V.	275	209
Morelos EPC, SAPI de C.V.	4.107	12.089
	<b>164.078</b>	<b>155.997</b>

Em 26 de dezembro de 2018, o Grupo Elecnor, por meio da sua sociedade filial Celeo Redes Brasil, S.A., concluiu a compra de ações de duas empresas (33% das ações da Jaurú Transmissora de Energia S.A. (JTE) e 100% das ações da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (CPTe)) à Isolux Energia e Participações S.A. pelo valor total de 46,7 milhões de euros. Essas aquisições são enquadradas dentro de um contrato com um fundo de investimento pelo qual esses investimentos serão integrados numa sociedade na qual a Celeo Redes Brasil, S.A. e o referido grupo de investidores participam conjuntamente, cada um com 50%. Em 31 de dezembro de 2018 ainda não se aperfeiçoou a incorporação do fundo de investimento, embora não exista um acordo entre ambas as partes segundo o qual concordaram tomar juntos as decisões pertinentes relativas às participações acima mencionadas, por exemplo, com relação a decisões de política financeira e/ou sobre questões operacionais durante o período até a incorporação mencionada.

Considerando-se o conteúdo desses contratos e o objetivo final dos investimentos, em 31 de dezembro de 2018, o Grupo Elecnor não possui controle sobre essas empresas. Além disso, considerando que o Grupo Elecnor prevê manter apenas 50% dos investimentos nessas sociedades, estas são apresentadas como coligadas pelo valor de 23,7 milhões de euros.

As participações restantes, 16,5% da JTE e 50% da CPTe, que, durante o ano de 2019, prevê-se que sejam transferidas para o grupo de investimento por um montante equivalente a 50% do preço de compra, são apresentadas como ativos não circulantes mantidos para venda.

A partir da data de aquisição, o Grupo Elecnor apenas reconhece resultados pela parte de patrimônio que vai ser mantida nessas sociedades, com base no método da equivalência patrimonial

Até a data de elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo Elecnor encontra-se no processo de atribuição do preço de compra correspondente à participação nas sociedades coligadas seguindo os princípios da NIIF 3, portanto o montante do investimento deve ser considerado como provisório e, se necessário, será reapresentado durante o exercício 2019, seguindo-se os critérios estabelecidos na referida norma.

Os movimentos efetuados nos exercícios de 2018 e de 2017 nesta rubrica da demonstração da situação financeira consolidada foram os seguintes:

	Milhares de Euros	
	2018	2017
Saldo no início do exercício	155.997	165.615
Adquisiciones	24.777	-
Participación en beneficios/(pérdidas)	(3.831)	587
Pérdidas por deterioro de valor	(161)	-
Diferencias de conversión	(5.353)	(12.107)
Dividendos cobrados	(11.186)	(8.399)
Participación en otro resultado global	4.190	10.393
Otros movimientos	(355)	(92)
<b>Saldo final</b>	<b>164.078</b>	<b>155.997</b>

No Anexo III são apresentados os principais valores das sociedades registradas pelo método da equivalência patrimonial.

Nos exercícios 2018 e 2017, a depreciação do real brasileiro relativamente ao euro levou a uma diminuição do patrimônio líquido das sociedades brasileiras avaliadas utilizando-se o método da equivalência patrimonial no processo de conversão das suas demonstrações financeiras para a moeda funcional do Grupo.

No exercício de 2010, o Grupo adquiriu 55% das sociedades controladas Dioxipe Solar, S.L. e Aries Solar Termoeléctrica, S.L., cujo objeto social consiste na construção e na exploração de três usinas termossolares de tecnologia cilindro-parabólica em Extremadura e em Castilla La Mancha. No referido exercício também foram assinados diversos acordos entre os sócios das mesmas, os quais regulavam suas relações como sócios, suas relações com as próprias sociedades, a gestão e a administração das mesmas, bem como os diferentes aspectos do desenvolvimento dos projetos e suas fases posteriores. Em particular, eram estabelecidas uma série de matérias reservadas sobre as quais qualquer decisão a tomar exige unanimidade.

As matérias reservadas, cuja decisão sobre as mesmas exige a unanimidade de todos os sócios da Assembleia Geral, são as seguintes:

- a) Devolução do Prêmio, aumento ou redução de capital social, alterações dos estatutos e, em particular, a aprovação de quaisquer cláusulas em matéria de restrições à transmissão de participações,
- b) Fusão, cisão, transformação, dissolução, cessão global de ativos e passivos e disposição de uma parte substancial dos ativos,
- c) Participação em qualquer joint venture, sociedade ou associação, ou a aquisição de qualquer participação no capital social ou dos ativos e negócios de qualquer outra sociedade,
- d) Celebração, alteração, modificação e/ou finalização de quaisquer contratos assinados com os sócios ou sociedades que façam parte de seu Grupo, ou a aprovação de qualquer operação com entidades vinculadas às anteriores,
- e) Aprovação da concessão aos sócios ou entidades relacionadas de empréstimos, penhores ou garantias de qualquer tipo,
- f) Alteração do número de conselheiros,
- g) Nomeação ou cessação de auditores,
- h) Alteração da política de maximização de distribuições aos sócios,
- i) Acordos relativos a decisões fundamentais do Projeto sobre qualquer alteração de atividade, assinatura de qualquer operação, contrato ou operação que altere a natureza do negócio ou o âmbito do Projeto ou o altere de forma substancial, e o abandono do Projeto, bem como a celebração de qualquer contrato que não se refira à atividade habitual, ou que não seja realizada no decorrer habitual do negócio da Sociedade,
- j) Alteração do regime fiscal,
- k) Acordos relativos à assinatura do Financiamento do Projeto e a qualquer possível refinanciamento, e
- l) Alteração dos termos dos contratos de crédito que constituam o Financiamento do Projeto que afetem a TIR sobre o Investimento da Data de Encerramento Financeiro ou as garantias do Financiamento, ou a rescisão desses contratos.

No que diz respeito às matérias reservadas, cuja decisão sobre as mesmas por parte dos Administradores do Conselho de Administração deve ser unânime, estas seriam as seguintes:

- a) Concessão de empréstimos, créditos ou qualquer outra forma de financiamento ou a prestação de qualquer garantia a um terceiro,
- b) Assunção de qualquer endividamento, e a outorga de garantias diferentes das exigidas pelos fornecedores correntes,
- c) Aprovação do Plano de Negócio e o primeiro Orçamento de Exploração,
- d) Aprovação do Orçamento de Exploração quando este comportar um aumento de despesas totais que ultrapasse 10% do orçamento do exercício anterior,
- e) Outorga de procurações relativas a matérias reservadas,
- f) Alteração de contratos de financiamento relativos ao Financiamento do projeto,
- g) Constituição de filiais ou aquisição de ações em outras sociedades,
- h) Aumentos do Capital Social,
- i) Outorga do Certificado de Aceitação Provisória e Definitiva da estação, conforme o contrato EPC, aprovação de waivers e variações do contrato EPC, O&M e/ou "Owner's Engineering".

Dada a natureza das matérias reservadas, e dos regimes de maiorias estabelecidos para a tomada de deliberações relativa às mesmas, o GRUPO Elecnor considerou, de acordo com os princípios de consolidação descritos na Nota 3.c, que a participação nestas sociedades deve ser qualificada como um negócio conjunto, e em particular como entidades controladas em conjunto; por isso, essas participações foram consolidadas conforme o método da equivalência patrimonial. Na data de formulação destas demonstrações financeiras consolidadas, as três usinas termossolares nas quais estes projetos são concretizados estão em funcionamento.

O Grupo analisou o impacto das alterações regulatórias ocorridas no exercício de 2012 nas referidas sociedades coligadas, revendo em 2013 as projeções financeiras desses projetos, e realizando os respectivos testes de deterioração das imobilizações tangíveis dos mesmos, considerando tanto a situação regulatória do momento quanto as diferentes incertezas existentes em relação ao desenvolvimento e futuro desempenho do setor.

Todas as hipóteses e estimativas realizadas pelos administradores em relação aos testes de deterioração das participações nas Sociedadad Dioxipe Solar, S.L. e Aries Solar Termoeléctrica, S.L., registram os valores contemplados na Portaria IET/1045/2014, pela qual são aprovados os parâmetros retributivos das instalações-tipo, aplicáveis a determinadas

instalações de produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis, cogeração e resíduos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve variações nas principais hipóteses nas análises prévias, portanto, ao não haver indícios de depreciação, não foram realizados novos testes.

Neste sentido deve-se destacar que os projetos termossolares em que o Grupo teve participação estão sujeitos a uma regulação que garante uma rentabilidade razoável de projeto para uma empresa eficiente e bem administrada, até determinado valor de investimento inicial.

Visando manter no tempo esta rentabilidade razoável, a retribuição regulatória é construída sobre o rendimento médio das Obrigações do Estado a dez anos no mercado secundário, acrescida de um diferencial. Assim, as variações no custo de capital são transferidas para as receitas esperadas, de modo que essas variações no custo de capital não afetam o valor recuperável.

Adicionalmente, existem determinadas obrigações assumidas pelas entidades acreditadas cujo descumprimento poderia ser causa de resolução antecipada obrigatória dos referidos empréstimos. Na opinião dos Administradores da Sociedade controladora, essas obrigações foram cumpridas no exercício de 2018 para a maior parte dos financiamentos, e não se esperam eventuais incumprimentos das mesmas no futuro.

A respeito disso, o acordo de reestruturação formalizado pela Aries Solar Termoelétrica, S.L. registra o compromisso de amortizar antecipadamente 31 milhões de euros num prazo de 5 anos, de acordo com o calendário a seguir (valor acumulado em cada exercício), tendo sido amortizado um valor total de 27 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018:

Exercício	Milhares de Euros
2015	2.500
2016	8.180
2017	14.880
2018	22.320
2019	31.000

Nos Anexos I e III é incluída uma relação das participações em empresas coligadas e negócios conjuntos na qual é detalhada a informação legal e financeira mais significativa das mesmas.

## 11. ATIVOS FINANCEIROS NÃO CIRCULANTES

O detalhamento dos instrumentos financeiros não circulantes diferentes das sociedades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial é o seguinte:

	Ativos financeiros ao custo amortizado						Total
	Instrumentos patrimoniais a custo	Derivados de cobertura (Nota 15)	Empréstimos no longo prazo (Nota 26)	Concessões administrativas	Devedores comerciais e outras contas a receber	Outros ativos não circulantes	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>4.432</b>	<b>523</b>	<b>31.576</b>	<b>682.170</b>	<b>-</b>	<b>64.883</b>	<b>783.584</b>
Varição no perímetro de consolidação (Nota 2.f)	-	-	-	-	-	3.598	3.598
Adições	1.150	513	875	119.774	-	10.974	133.286
Baixas	-	-	-	(6.640)	-	(25.268)	(31.908)
Transferências	(2.895)	-	-	-	-	2.895	-
Outros	-	-	(2.665)	-	-	-	(2.665)
Diferenças de conversão	-	-	-	(94.375)	-	(5.177)	(99.552)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.687</b>	<b>1.036</b>	<b>29.786</b>	<b>700.929</b>	<b>-</b>	<b>51.905</b>	<b>786.343</b>
Adições	1.713	-	-	36.058	-	31.107	68.878
Baixas	-	(927)	(13.472)	(577)	-	(9.562)	(24.538)
Transferências	-	-	-	-	26.455	(1.142)	25.313
Diferenças de conversão	-	-	-	(78.331)	173	(4.083)	(82.241)
Reclassificações a curto prazo	-	-	-	(3.011)	-	-	(3.011)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>4.400</b>	<b>109</b>	<b>16.314</b>	<b>655.068</b>	<b>26.628</b>	<b>68.225</b>	<b>770.744</b>

#### a) Participações líquidas no capital-

As participações líquidas no capital incluem o custo de várias sociedades excluídas da consolidação porque têm interesse insignificante para a imagem fiel que as demonstrações financeiras consolidadas devem expressar.

O efeito nas demonstrações financeiras consolidadas de se ter consolidado as sociedades controladas não seria significativo.

#### b) Empréstimos no longo prazo-

O capítulo "Empréstimos no longo prazo" do quadro anterior em 31 de dezembro de 2018 inclui, principalmente, diversos empréstimos concedidos a empresas coligadas do Grupo Elecnor.

No exercício 2012, o Grupo realizou diversas contribuições à sociedade coligada Gasoducto de Morelos S.A.P.I. de C.V. a título de futuros aumentos de capital por um valor total de 33.483 milhares de dólares aproximadamente, explorando parte delas em vários empréstimos cujo saldo, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, ascendia a 16.176 milhares de euros e 21.674 milhares de euros, respectivamente (18.255 milhares de dólares e 25.588 milhares de dólares, respectivamente), e que geram juros anuais de 7,5%. Durante o exercício 2018, o Grupo cobrou aproximadamente 6 milhões de euros em relação a esses créditos. O montante em 31 de dezembro de 2017 teve de acrescentar juros corridos e não cobrados no valor de 7.981 milhares de euros, totalmente cobrados durante o exercício 2018, juntamente com os juros gerados no exercício em curso.

#### c) Concessões administrativas-

Atualmente o Grupo Elecnor se encontra desenvolvendo e executando em regime de concessão diversos projetos para a construção e exploração e manutenção de diversas linhas de transmissão de energia elétrica no Brasil, através de suas filiais constituídas para isso, e cuja sociedade líder no mencionado país é a Celeo Redes Brasil, S.A. De acordo com os contratos de concessão, o Grupo cobrará um valor determinado ao longo do período da concessão como remuneração, tanto pelos trabalhos de construção, quanto pelos de exploração e manutenção, o que não depende da utilização que, se for o caso, for feita das citadas linhas de transmissão. Os períodos de concessão se situam em torno a 30 anos, aproximadamente. Esse valor determinado a receber será objeto de atualização periódica em função de determinadas variáveis, tais como as taxas de juros, o índice geral de preços ao consumidor e outras taxas de referência do mercado segundo é estabelecido pelos diferentes contratos, embora as alterações não sejam significativas.

O Grupo se compromete, em virtude dos acordos de concessão, a implantar integralmente as instalações de transmissão num período determinado, bem como a prestar os serviços de operação e manutenção utilizando materiais, equipamentos de qualidade e mantendo as instalações e os métodos operativos adequados que garantam bons níveis de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, esforço permanente na redução de custos, integração social e conservação do meio. A entidade concessionária não poderá ceder ou dar em garantia os ativos associados ao serviço público de transmissão sem a autorização da ANEEL.

A extinção da concessão ocorrerá nos seguintes casos: termo final do contrato, vencimento, rescisão, anulação por vício ou irregularidade ou extinção da transmissora. A extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente de todos os bens ligados ao serviço, iniciando-se as avaliações das análises correspondentes, as quais servirão, se for o caso, para determinar a indenização da transmissora. Os bens deverão estar em condições adequadas de operação e técnicas, mantidas de acordo com os procedimentos de redes aprovados pela ANEEL que permitam a continuidade do serviço público de transmissão de energia.

Na conclusão final do contrato, é facultado à ANEEL, por critério exclusivo dela, prorrogar o contrato. O prazo de renovação máxima é pelo mesmo período da concessão e através de requerimento da transmissora. Também poderá ser acordada uma eventual prorrogação do prazo de concessão em função do interesse público e das condições estipuladas no contrato.

A transmissora poderá promover a rescisão do contrato em caso de descumprimento pelo poder concedente das normas estabelecidas no contrato. Neste caso, a transmissora não poderá interromper a prestação do serviço até a aprovação, por decisão judicial, que decreta a extinção do contrato.

De acordo com os critérios descritos na Nota 4.I), o Grupo possui no momento inicial um ativo financeiro pelo valor justo das importâncias a receber pela construção das infraestruturas, o que é avaliado pelo seu custo amortizado a partir daí, utilizando o método de juros efetivos. De acordo com este critério, o Grupo registrou, no exercício de 2018, com crédito na rubrica "Receitas financeiras" da conta de resultados do exercício mencionado, o valor de 92.613 milhares de euros (48.264 milhares de euros no exercício de 2017), aproximadamente, correspondente ao efeito financeiro da aplicação do referido método. Ao longo do ano de 2017, concluiu-se o investimento na linha de transmissão da Cantareira Transmissora de Energia, S.A., que começou a operar no início do presente exercício, o que levou ao reconhecimento do ativo financeiro correspondente e que levou ao reconhecimento no exercício 2018 de uma receita financeira superior com a aplicação do método de juros efetivos de aproximadamente 23 milhões de euros.

As adições do exercício 2018 e 2017 correspondem principalmente à nova concessão no Brasil, que entrou em operação no início do exercício 2018, conforme mencionado na seção anterior.

A seguir é detalhado o calendário esperado de cobranças relativas ao saldo não corrente em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Milhares de euros
	31.12.18
2020	4.678
2021	2.593
2022	-
2023	-
2024 e seguintes	647.797
<b>Total</b>	<b>655.068</b>

	Milhares de euros
	31.12.17
2019	3.392
2020	5.270
2021	2.921
2022	-
2023 e seguintes	689.346
<b>Total</b>	<b>700.929</b>

**d) Devedores comerciais e outras contas a receber-**

Em 31 de dezembro de 2018, a epígrafe “Devedores comerciais e outras contas a receber” do ativo não circulante corresponde inteiramente aos saldos mantidos pela sociedade controlada Elecnor Perú, S.A.C. com o cliente Consorcio Constructor Ductos del Sur, cujo vencimento, na seqüência do acordo alcançado no presente exercício, foi estabelecido principalmente no ano de 2021. Em 31 de dezembro de 2017, estavam registrados na epígrafe “Devedores comerciais e outras contas a receber” do ativo circulante.

Em 31 de janeiro de 2017, o Consórcio notificou a Elecnor Perú, S.A.C. sobre a conclusão do contrato de construção como resultado da rescisão do contrato da Gasoducto Sur Peruano, que tinha assinado com o Governo peruano e, a partir desse momento, a sociedade controlada iniciou todos os procedimentos necessários para a cobrança das dívidas pendentes. A sociedade controlada apresentou um pedido de arbitragem contra o Consorcio Constructor Ductos del Sur e, em meados do exercício 2018, ambas as partes chegaram a um acordo em que o Consorcio Constructor Ductos del Sur reconhece a dívida a pagar à sociedade Elecnor Perú, S.A.C. e um calendário de pagamentos que, até a data da formulação destas demonstrações financeiras consolidadas, serão cumpridos. Essa dívida acumula uma taxa de juros anual correspondente à Taxa Libor 30 Dias + 1,5 %.

**e) Outros ativos não circulantes-**

A composição do capítulo “Outros ativos não circulantes” do quadro anterior é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2018	2017
Conta de reserva do serviço da dívida	44.050	25.173
Fianças	4.743	3.072
Outros	19.432	23.660
	<b>68.225</b>	<b>51.905</b>

O capítulo “Conta de reserva de serviços da dívida” inclui os valores que as sociedades controladas espanholas e brasileiras envolvidas na operação de parques eólicos devem manter em depósitos bancários nos termos dos contratos de financiamento por elas assinados (Nota 14), totalizando 15.511 milhares de euros em 31 de dezembro de 2018 (12.729 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017).

Além disso, esse capítulo inclui o valor da conta de reserva do serviço da dívida das sociedades concessionárias brasileiras por um valor total de 24.822 milhares de euros, aproximadamente (12.444 milhares de euros, aproximadamente, em 31 de dezembro de 2017), e das concessionárias espanholas e fotovoltaicas no valor de 3.717 milhares de euros.

Sobre esses depósitos incide uma taxa de juros de mercado.

A Elecnor, S.A. também tem fianças e depósitos, em 31 de dezembro de 2018, principalmente por arrendamentos no valor de 3.523 milhares de euros, aproximadamente (3.025 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017).

Os ativos financeiros não circulantes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão registrados pelo seu custo amortizado, exceto os instrumentos derivados que são registrados por seu justo valor.

**12. ATIVOS FINANCEIROS CIRCULANTES****a) Devedores comerciais e outras contas a receber-**

O capítulo “Devedores comerciais e outras contas a receber” do ativo circulante da demonstração da situação financeira registra as contas a receber que o Grupo tem como consequência das operações realizadas com terceiros.

Em 31 de dezembro de 2017, essa rubrica incluía um valor aproximado de 24 milhões de euros referentes a reclamações em andamento das filiais Belco (USA) e Elecnor do Brasil, relativas aos seguintes projetos:

- Projeto Los Angeles Federal Court House: o valor da reclamação ascendia a 3,1 milhões de euros. Foram documentadas reivindicações no valor de 17,8 milhões de euros e se iniciou um procedimento judicial.
- Projeto de Santa Mónica Community College: o valor da reivindicação ascendia a 4,9 milhões de euros devido a mudanças na abrangência do contrato original. Essa reclamação foi concluída no exercício com o pagamento pelo Grupo de aproximadamente 4,2 milhões de euros (5 milhões de dólares).
- Projetos de concessões de Integração Maranhense TE e Caiuá TE: o montante em reivindicação ascendia a 16 milhões de euros; foram reivindicados 19 milhões de euros com base em perícias independentes e se iniciou um procedimento de arbitragem.

Na implementação da nova norma internacional NIIF 15, o Grupo ajustou contra reservas em 01 de janeiro de 2018 o valor dessas reclamações recolhidas sob a epígrafe de Devedores comerciais e outras contas a receber (Nota 2.b).

A 31 de dezembro de 2017 "Devedores comerciais e outras contas a receber" incluía um montante aproximado de 303,6 milhões de euros correspondentes aos trabalhos em curso executados pendentes de faturação, valor que a 31 de dezembro de 2018 está registrado sob a epígrafe "Ativos por contratos com clientes" do ativo circulante da demonstração financeira consolidada em anexo.

Adicionalmente, os valores relativos às retenções nos pagamentos efetuados pelos clientes ascendem a 23.490 milhares de euros e a 33.369 milhares de euros, respectivamente, para os exercícios de 2018 e de 2017, e estão registrados na rubrica "Devedores comerciais e outras contas a receber" do ativo da demonstração da situação financeira consolidada anexa.

Do mesmo modo, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Grupo não possui contratos de obra com margens negativas cuja perda estimada seja significativa.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Grupo mantém direitos de cobrança formalizados em notas promissórias e recebidos como adiantamento de uma obra em andamento na Venezuela com um valor nominal de 166.250 milhares de dólares. Estas notas promissórias geram uma taxa de juros de 6,5% e têm vencimento em 2018 e 2019. Devido às circunstâncias em que se encontra este país e às conseqüências que estas provocam sobre o projeto, os Administradores da Sociedade controladora não deram valor a estas notas promissórias e o avanço e a abrangência definitiva do projeto se encontram condicionados à efetiva cobrança destes. Neste sentido, no exercício 2018 o Grupo não recebeu qualquer pagamento (23.750 milhares de dólares em 2017), tendo reconhecido receitas no valor de 11.580 milhares de euros (21.740 milhares de euros em 2017) correspondentes à faturação antecipada cobrada em exercícios anteriores por trabalho executado no exercício 2018. Da mesma forma, não foram cobrados quaisquer juros (12.350 milhares de dólares de juros em 2017), pelo que não foram reconhecidas receitas financeiras (11 milhares de euros em 2017) (ver nota 21).

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 existiam contas a receber vencidas não depreciadas no valor de 79.680 milhares de euros e de 150.853 milhares de euros, respectivamente. A variação deve-se principalmente à dotação, no exercício 2018, dos saldos vencidos e, na transferência da dívida pendente de pagamento da sociedade controlada Elecnor Perú, S.A.C., ao ativo não circulante (ver nota 11).

A análise de antiguidade destas contas é a seguinte:

Descrição	Milhares de euros	
	2018	2017
Saldos não vencidos	595.426	780.661
Até 6 meses	56.830	82.552
Entre 6 e 12 meses	15.620	20.354
Superior a 12 meses	7.230	47.947
<b>Total</b>	<b>675.106</b>	<b>931.514</b>

O Grupo também dota uma provisão para a cobertura das dívidas em situação irregular por pagamento atrasado, suspensão de pagamentos, insolvência ou outras causas, após um estudo individualizado sobre a possibilidade de receber as mesmas. As dotações são realizadas em função das melhores estimativas no encerramento do exercício.

A seguir é apresentado o movimento havido durante os exercícios de 2018 e de 2017, bem como a composição da rubrica “Deterioração de contas a receber” em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Milhares de euros						31.12.18
	31.12.17	Dotações	Aplicação	Reversão	Reclasificaciones	Diferenças de conversão	
Desvalorização	75.098	22.619	(2.254)	(128)	3.383	(297)	98.421

	Milhares de euros						31.12.17
	31.12.16	Dotações	Aplicação	Reversão	Diferenças de conversão		
Desvalorização	70.720	4.577	(506)	(6)	(313)	75.098	

#### b) Numerário e outros meios líquidos equivalentes

A composição deste capítulo da demonstração da situação financeira consolidada anexa é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2018	2017
Outros ativos líquidos equivalentes	69.456	49.181
Tesouraria	357.381	348.980
	<b>426.837</b>	<b>398.161</b>

O saldo da rubrica “Outros ativos líquidos equivalentes” em 31 de dezembro de 2018 e 2017 inclui, principalmente, valores de renda fixa e depósitos a prazo fixo com vencimento inferior a 3 meses contratados pela sociedade Elecnor Chile S.A. E Elecnor do Brasil, S.A., que incorrem numa taxa de juros de mercado.

Esta epígrafe inclui em 31 de dezembro de 2018 um valor aproximado de 106 milhões de euros proporcionado pelos parques eólicos, fotovoltaicos e pelas concessionárias (96 milhões de euros a 31 de dezembro de 2017).

## 13. PATRIMONIO NETO

#### a) Capital social-

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o capital social da Elecnor, S.A. estava representado por 87.000.000 ações ordinárias ao portador de €0,10 de valor nominal cada uma, totalmente subscritas e integralizadas.

As ações da Elecnor, S.A. têm cotação no mercado contínuo espanhol.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a composição dos acionistas da Sociedade controladora, bem como sua participação, era a seguinte:

	% Participação	
	2018	2017
Cantiles XXI, S.L.	52,76%	52,76%
Bestinver Gestión, S.A., S.G.I.I.C.	4,76%	4,76%
Outros (*)	42,48%	42,48%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Todos eles com % de participação inferior a 3%.

## b) Ajustes de avaliação patrimonial-

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2018 e de 2017 é o seguinte:

	Milhares de euros							
	31.12.16	Contratação	Varição no valor de mercado	Liquidação de derivativos	31.12.17	Varição no valor de mercado	Liquidação de derivativos	31.12.18
Por integração global -								
Cobertura de fluxos de caixa:								
Swaps de taxas de juros (IRS) (Nota 15)	(29.653)	-	892	6.192	(22.569)	(4.548)	4.963	(22.154)
Outras coberturas contábeis	-	(19.622)	-	-	(19.622)	18.583	-	(1.039)
Seguros de taxa de câmbio (Nota 15)	(4.107)	2.313	-	4.442	2.648	(4.455)	(2.764)	(4.571)
Preço da energia	-	-	-	-	-	(3.729)	-	(3.729)
Outros	1.636	-	-	-	1.636	-	-	1.636
	(32.124)	(17.309)	892	10.634	(37.907)	5.851	2.199	(29.857)
Imposto diferidos por ajustes de avaliação patrimonial (Nota 19)	6.693	(694)	(223)	(2.431)	3.345	3.258	(178)	6.425
Total ajustes en patrimonio por valoración por método de integración global	(25.431)	(18.003)	669	8.203	(34.562)	9.109	2.021	(23.432)
Sociedades puesta en equivalencia patrimonial	(52.510)	-	1.591	8.802	(42.117)	(4.013)	8.203	(37.927)
Minoritários	6.145	9.615	575	(900)	15.435	(9.106)	(550)	5.779
<b>Total ajustes de avaliação patrimonial pelo avaliação</b>	<b>(71.796)</b>	<b>(8.388)</b>	<b>2.835</b>	<b>16.105</b>	<b>(61.244)</b>	<b>(4.010)</b>	<b>9.674</b>	<b>(55.580)</b>

O capítulo "Outras coberturas contábeis" correspondem à designação de uma relação de cobertura realizada pelo Grupo à dívida em UF que o grupo Celeo Redes tem, cuja moeda funcional é o dólar. O risco coberto nesta relação de cobertura é a variabilidade ao valor em USD dos fluxos de receita futuros denominados em UF, e a transação coberta são as receitas previstas altamente prováveis em UF. O instrumento de cobertura é o componente de moeda estrangeira da dívida financeira denominada em UF em relação ao total da dívida.

## c) Outras Reservas-

Em 31 de dezembro, os valores das reservas não distribuíveis são os seguintes:

	Milhares de euros	
	2018	2017
Reserva legal	1.743	1.743
Reserva fundo de comércio	722	825
Reserva de capitalização	3.149	1.756
Reserva de redenominação em euro	15	15
Reserva para ações próprias (Nota 3.n)	21.884	21.232
<b>Total</b>	<b>27.513</b>	<b>25.571</b>

## Reserva legal-

De acordo com o artigo 274 do Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital espanhola, deve destinar-se um valor igual a 10% do lucro do exercício à reserva legal até esta atingir, pelo menos, 20% do capital social. Esse limite já foi alcançado.

A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital na parte de seu saldo que ultrapassar 10% do capital já aumentado. A não ser para a finalidade acima mencionada, e enquanto não ultrapassar 20% do capital social, esta reserva poderá ser destinada apenas à compensação de perdas, e desde que não existam outras reservas disponíveis suficientes para esse fim.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade controladora tem dotada esta reserva com o limite mínimo estabelecido pelo Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital.

#### Reserva pelo fundo de comércio-

A reserva por fundo de comércio foi dotada em conformidade com o artigo 273.4 do Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital, que estabelecia que, em todo caso, devia-se dotar uma reserva indisponível equivalente ao fundo de comércio que aparecia no balanço, destinando-se para tal efeito uma cifra do lucro que representava, no mínimo, 5% do montante do citado fundo de comércio. Se não houver lucro, ou este for insuficiente, deverão ser utilizadas reservas de livre disposição. Essa reserva está disponível livremente a partir de 1 de janeiro de 2016 pelo importe que exceda o valor contábil líquido do fundo de comércio que aparece no balanço da Sociedade controladora.

#### Reserva de capitalização-

A reserva de capitalização foi dotada em conformidade com o artigo 25 da Lei do Imposto sobre Sociedades, que estabelece que a reserva seja dotada no valor do direito à redução da base tributável do exercício. O direito à redução da base tributável ascende a 10% do acréscimo dos fundos próprios, conforme é definido no referido artigo, sem que em nenhum caso possa ultrapassar do montante de 10% da base tributável positiva do período tributável prévia à redução e à integração à qual se refere o ponto 12 do artigo 11 da Lei e à compensação de bases tributáveis negativas. Não obstante, em caso de a base tributável ser insuficiente para aplicar a redução, as quantias pendentes podem ser objeto de aplicação nos períodos tributários que finalizem nos dois anos imediatos e sucessivos ao encerramento do período tributário em que se tiver gerado o direito à redução, junto com a redução que possa corresponder no referido exercício e com o limite indicado. A reserva é indisponível e está condicionada a que se mantenha o acréscimo de fundos próprios durante um prazo de 5 anos contados do encerramento do período tributário ao que a redução corresponder, a não ser que existam perdas contábeis.

#### d) Ações próprias-

Segundo a ata da Assembleia Geral dos Acionistas de 16 de maio de 2017, se autoriza o Conselho de Administração para a aquisição de ações próprias da Sociedade controladora por ela mesma ou pelas sociedades controladas, autorizando a aquisição de, no máximo, o número de ações que a Lei ou as disposições legais de cumprimento obrigatório prevejam a cada momento e que, atualmente, somado às já possuídas pela Sociedade controladora, não exceda 10% do seu capital social, por um preço de aquisição mínimo do valor nominal das ações e um preço máximo que não exceda 30% do seu valor de cotação em Bolsa, e por um prazo de cinco anos, deixando sem efeito a autorização concedida na Assembleia Geral dos Acionistas de 23 de maio de 2012.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade controladora possui ações próprias por um valor que chega a 21.884 milhares de euros e 21.232 milhares de euros, respectivamente, registradas na epígrafe "Ações próprias" do patrimônio líquido a demonstração da situação financeira consolidada.

O detalhamento e o movimento das ações próprias durante o exercício de 2017 e 2018 é o seguinte:

	Nº de ações
Ações próprias em 31 de dezembro de 2016	2.464.032
Aquisição de ações próprias	275.341
Venda de ações próprias	(428.723)
Ações próprias em 31 de dezembro de 2017	2.310.650
Aquisição de ações próprias	124.061
Venda de ações próprias	(98.215)
Ações próprias em 31 de dezembro de 2018	2.336.496

A compra e venda das ações próprias representou, em 31 de dezembro de 2018, valores de 1.563 milhares de euros e 1.245 milhares de euros, respectiva e aproximadamente (3.124 milhares de euros e 4.908 milhares de euros, respectiva e aproximadamente em 31 de dezembro de 2017), obtendo uma mais valia de 334 milhares de euros que foi registrada diretamente na epígrafe de reservas (mais valia de 1.027 milhares de euros em 2017).

A totalidade das ações próprias que a Sociedade controladora mantinha em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 representavam 2,69 % e 2,66 %, respectivamente, do total de ações que compõem o capital social da Elecnor S.A. nas referidas datas.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 continua constituída a correspondente reserva indisponível para ações próprias no valor das ações da Elecnor, S.A. em carteira nas referidas datas.

#### e) Participações não controladoras-

A composição da rubrica “Patrimônio Líquido - Participações não controladoras” do passivo da demonstração da situação financeira consolidada anexa durante os exercícios de 2018 e de 2017 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2018	2017
Elecven Construcciones, S.A.	12	97
Sociedad Aragonesa de Estaciones Depuradoras, S.A.	1.333	1.282
Elecnor Argentina, S.A.	-	2
Ventos Do Sul Energia, S.A.	12.824	12.981
Parque Eólico Malpica, S.A.	498	434
Galícia Vento, S.L.	524	1.774
Páramo de Poza, S.A.	2.674	2.639
Parques Eólicos Palmares, S.A.	5.807	7.124
Ventos do Litoral Energia, S.A.	5.174	6.193
Ventos da Lagoa, S.A.	5.172	5.836
Eoliennes de L’erable, SEC.	8.921	10.658
Ventos dos Índios Energia, S.A.	3.749	4.335
SubGrupo Celeo Redes	284.944	325.664
Betonor, Ltda.	338	507
Grupo Elecnor Angola	243	541
Outros	199	(30)
	<b>332.412</b>	<b>380.037</b>

Durante o exercício de 2017 o Grupo procedeu à compra de 30% do subgrupo Enerfin Enervento pelo valor de 29 milhões de euros, sendo o valor aproximado das Participações minoritárias na data de compra de 20 milhões de euros. Esta transação representou um impacto no patrimônio líquido do Grupo de aproximadamente 9 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2017, o mencionado valor a pagar encontrava-se pendente de pagamento registrado na epígrafe de Outros passivos circulantes da demonstração da situação financeira consolidada e tinha sido pago no exercício 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o fundo de investimentos APG possui 49% do Subgrupo Celeo Redes.

O movimento havido durante os exercícios de 2018 e de 2017 nesta rubrica da demonstração da situação financeira consolidada é detalhado a seguir:

	Milhares de euros
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>430.354</b>
- Participação nos lucros/(perdas)	24.618
- Variação no valor de mercado dos instrumentos de cobertura (*)	(9.290)
- Dividendos distribuídos	(2.758)
- Diferenças de conversão (**)	(50.995)
- Redução de capital	(4.873)
- Aumento de capital	9.879
- Variação de quotas	(19.911)
- Outros	3.013
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>380.037</b>
- Participação nos lucros/(perdas)	37.688
- Variação no valor de mercado dos instrumentos de cobertura (*)	9.656
- Dividendos distribuídos	(5.698)
- Diferenças de conversão (**)	(38.164)
- Redução de capital	(51.261)
- Variação de quotas	158
- Outros	(4)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>332.412</b>

(\*) Referem-se às variações na avaliação dos Swaps de cobertura que o Grupo Elecnr utiliza (Nota 15).

(\*\*) Referem-se, principalmente, às diferenças de conversão geradas no subgrupo Celeo Redes por suas participações no Brasil.

A informação relacionada com as participações não controladoras significativas em sociedades controladas, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é apresentada a seguir (a informação financeira é discriminada antes de efetuar as eliminações intragrupo):

	2018	
	Milhares de euros	
	SubGrupo Celeo Redes	Eoliennes de L'Erable
Ativo circulante	188.222	7.723
Ativo não circulante	1.229.880	180.225
Passivo circulante	82.314	18.189
Passivo não circulante	841.076	151.521
Receitas ordinárias	65.697	26.791
Resultado do exercício	57.665	1.044
Resultado global total	16.775	1.350

	2017	
	Milhares de euros	
	SubGrupo Celeo Redes	Eoliennes de L'Erable
Ativo circulante	195.825	11.224
Ativo não circulante	1.200.613	192.253
Passivo circulante	64.957	17.716
Passivo não circulante	766.298	159.004
Receitas ordinárias	65.910	30.153
Resultado do exercício	37.069	1.497
Resultado global total	(47.696)	(326)

#### f) Diferenças de conversão-

As diferenças de conversão acumuladas no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 2017 de cada uma das moedas significativas são as seguintes:

	Milhares de euros	
	2018	Reexpresso 2017 (Nota 2.h)
Diferenças de conversão		
Brasil	(221.755)	(176.525)
Argentina	-	(3.493)
Canadá	(7.892)	(7.833)
Chile	593	4.246
EUA	1.012	(329)
Outros	(864)	171
<b>Total</b>	<b>(228.906)</b>	<b>(183.763)</b>

## 14. DÍVIDA FINANCEIRA

Como parte fundamental de sua estratégia, o Grupo possui uma política de máxima prudência financeira. A estrutura de capital objetivo está definida por esse compromisso de solidez e pelo objetivo de maximizar a rentabilidade do acionista.

No entanto, determinados projetos, basicamente a construção e a exploração de parques eólicos e de suas correspondentes linhas de interligação elétrica e subestações, bem como de infraestruturas de distribuição elétrica e centrais de tratamento de águas residuais que o Grupo explora em regime de concessão, das quais o mesmo é titular, são financiadas, na maior parte, mediante empréstimos sindicados em regime de "Project Finance". Em virtude desses empréstimos, as sociedades controladas, titulares dos referidos projetos, assumem determinadas limitações à distribuição de dividendos, a qual está sujeita ao cumprimento de certas condições, como a constituição de uma nova conta de reserva para o serviço da dívida. Do mesmo modo, essas sociedades controladas deverão manter um quociente de Fundos Alheios/Recursos Próprios e uma estrutura de recursos próprios determinados.

A quantificação da estrutura de capital objetivo, excluído o efeito dos projetos financiados pelo financiamento sem recurso, é estabelecida como relação entre o financiamento líquido e os do patrimônio líquido, de acordo com o quociente:

$$\frac{\text{Dívida financeira líquida}}{\text{Dívida financeira líquida} + \text{Patrimônio Líquido}}$$

A dívida financeira líquida inclui as seguintes rubricas da demonstração da situação financeira consolidada (após ser eliminado o efeito da dívida financeira líquida dos projetos financiados através do financiamento sem recurso):

	Milhares de euros	
	2018	2017
Passivo não circulante – Dívida financeira	256.665	395.502
Passivo circulante – Dívida financeira	204.764	133.220
Ativos financeiros circulantes – Outros investimentos financeiros	(71.853)	(53.192)
Numerário e outros ativos líquidos equivalentes	(251.188)	(252.846)
<b>Dívida financeira líquida</b>	<b>138.388</b>	<b>222.684</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, Passivos não circulantes e circulantes – Dívida financeira corresponde, principalmente, ao total da Dívida financeira e Derivados do quadro seguinte, excluindo-se a totalidade dos empréstimos concessões, Empréstimos sindicados parques eólicos, Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis (concessões e fotovoltaicos), juros incorridos associados a parques eólicos e fotovoltaicos, Derivados associados a Parques eólicos, fotovoltaicos e concessões, 19 milhões pelos contratos de Forfaiting da matriz e adicionando 6,2 milhões de euros de empréstimos concedidos por entidades públicas que gerem uma taxa de juros e que se encontrem registrados dentro da epígrafe de Outros passivos não circulantes e circulantes da demonstração da situação financeira consolidada anexa (7 milhões em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, Ativos financeiros circulantes e Numerário e outros ativos líquidos equivalentes, corresponde

ao total de Numerário e outros ativos líquidos equivalentes da demonstração da situação financeira consolidada anexa, excluindo a tesouraria dos projetos financiados através do financiamento sem recurso no valor aproximado de 106 milhões de euros (96 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) (ver nota 12.b).

A evolução e a análise deste quociente são feitas de forma contínua, efetuando-se, além disso, estimativas de futuro do mesmo como fator fundamental e limitativo na estratégia de investimentos e na política de dividendos do Grupo.

A composição das epígrafes "Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis, Passivos financeiros com instituições de crédito e Instrumentos financeiros derivativos" do passivo não circulante e do passivo circulante das demonstrações da situação financeira consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 anexas é a seguinte:

	Milhares de euros			
	2018		2017	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Empréstimos e créditos sindicados	226.159	-	348.950	-
Empréstimos concessões	178.606	21.298	242.088	23.550
Empréstimos sindicados parques eólicos	291.847	33.836	285.787	34.381
Empréstimos com garantia pessoal	3.381	2.112	5.743	2.231
Empréstimos com garantia hipotecária	5.832	691	11.627	2.145
Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis-promissórias	-	155.022	99.574	-
Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis -linhas e concessões	634.043	23.752	501.874	11.969
Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis-fotovoltaicos	35.185	1.803	36.922	1.806
Outras dívidas	17.662	1.640	8.919	281
Linhas de créditos com garantia pessoal	-	40.002	-	23.547
Títulos pendentes de vencimento	-	159	-	-
Juros incorridos não pagos				
Parques eólicos, fotovoltaicos e concessões	-	1.915	-	-
Resto	551	1.892	-	2.285
Dívidas por arrendamento mercantil (Nota 9)	6.432	1.394	7.595	1.640
Instrumentos derivativos de cobertura (Nota 15):				
Parques eólicos, fotovoltaicos e concessões	2.254	4.459	2.424	1.140
Resto	9.159	2.110	6.653	-
<b>Total</b>	<b>1.411.111</b>	<b>292.085</b>	<b>1.458.582</b>	<b>204.549</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, todos os passivos financeiros do Grupo correspondem a passivos financeiros a custo amortizado, exceto os derivativos de cobertura que se encontram avaliados pelo seu valor justo.

As características principais dos passivos financeiros decorrentes da emissão de obrigações e valores negociáveis e passivos financeiros com entidades de crédito mais relevantes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são as seguintes:

2018

Tipo	Sociedade	Moeda	Taxa de juros	Ano de vencimento	Valor nominal	Circulante	Não Circulante
<b>Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis</b>							
	Elecnor, S.A.	EUR	-	2019	300.000	154.816	-
	Celeo Redes Operación Chile, S.A.	USD	4%	22/06/2047	518.214	8.167	500.461
	Celeo Fotovoltaico, S.L.U	EUR	3,95%	31/12/2031	41.600	1.803	35.185
	Cantareira Transmissora De Energia, S.A.	BRL	IPCA + 6,91%	15/08/2032	22.661	1.756	20.088
	Celeo Redes Transmissora De Energia, S.A.	BRL	CDI + 0,75%	31/12/2023	128.034	13.829	113.494
<b>Dívidas com instituições de crédito</b>							
<i>Empréstimos e créditos sindicados</i>							
	Elecnor, S.A.	EUR	Euribor + diferencial	19/07/2024	400.000	-	226.159
<i>Empréstimos concessões</i>							
	Sociedad Aragonesa De Estaciones Depuradoras, S.A						
		EUR	Euribor + 2,8%	31/12/2026	15.500	1.000	8.314
	Sociedad Aragonesa De Aguas Residuales, S.A.U.						
		EUR	0,779%	05/12/2026	23.000	1.418	11.044
	Integracao Marhense Transmisora de Energia, S.A.						
		BRL	TJLP + 2,42%	15/02/2029	26.512	2.998	20.699
	Cantareira Transmissora de Energia, S.A.						
		BRL	TJLP + 2,12%	15/02/2029	96.724	10.587	98.693
	Encruzo Novo Transmissora de Energia, LDTA						
		BRL	TJLP + 2,42%	05/10/2026	11.983	914	6.551
	Pedras Trasmisora de Energia, S.A.						
		BRL	TJLP+2,21%	27/12/2023	6.120	506	5.348
	Caiua Transmissora de Energia, S.A.						
		BRL	TJLP + 1,97%	15/02/2028	19.171	1.726	12.923
	Coqueiros Transmissora de Energia, S.A.						
		BRL	TJLP + 2,58%	15/07/2024	2.972	518	1.840
	Linha de Transmissao Corumba, LDTA						
		BRL	TJLP + 2,28%	15/02/2028	20.755	1.631	13.194
<i>Empréstimos sindicados parques eólicos</i>							
	Parque Eólico Malpica, S.A.						
		EUR	Euribor + 2%	24/06/2024	11.950	1.006	9.804
	Ventos Do Litoral Energia, S.A.						
		BRL	TJLP + 2,34 %	15/07/2029	32.008	2.104	19.832
	Ventos Do Indios Energia, S.A.						
		BRL	TJLP + 2,45%	15/02/2032	28.787	2.441	23.484
	Parque Eólico Palmares, S.A.						
		BRL	TJLP + 2,34 %	31/07/2029	34.819	2.345	20.920
	Ventos Do Lagoa, S.A.						
		BRL	TJLP + 2,34 %	15/02/2029	34.177	2.193	20.102
	Ventos Do Sul, S.A.						
		EUR	TJLP + Diferencial	15/07/2019	105.373	6.017	-
	Ventos Do Sul, S.A.						
		BRL	Euribor anual + diferencial	30/09/2022	14.543	3.541	10.201
	Parque Eoliennes de L'Erable, SEC						
		CAD	5,015%	31/03/2033	165.618	7.020	121.599
	Parque Eoliennes de L'Erable, SEC						
		CAD	7,123%	18/04/2033	35.000	651	21.083
	Galicia Vento, S.L.						
		EUR	1,75% + Euribor	31/12/2024	38.500	4.563	31.376
	Aerogeneradores del Sur, S.A.						
		EUR	1,75% + Euribor	31/12/2024	16.500	1.955	13.446
						<b>235.505</b>	<b>1.365.840</b>

2017

Tipo	Sociedade	Moeda	Taxa de juros	Ano de vencimento	Limite	Circulante	Não Circulante
<b>Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis</b>							
	Elecnor, S.A.	EUR	-	2018	250.000	99.423	-
	Celeo Redes Operación Chile, S.A.	USD	4%	22/06/2047	518.214	11.969	501.874
	Celeo Fotovoltaico, S.L.U.	EUR	3,95%	31/12/2031	41.600	1.806	36.922

**Dívidas com instituições de crédito***Empréstimos e créditos sindicados*

	Elecnor, S.A.	EUR	Euribor + diferencial	19/07/2022	500.000	-	348.811
--	---------------	-----	-----------------------	------------	---------	---	---------

*Empréstimos concessões*

<i>Sociedad Aragonesa De Estaciones</i>							
	Depuradoras, S.A.	EUR	EUR +2,8%	31/12/2026	15.500	929	9.314
	Sociedad Aragonesa De Aguas Residuales, S.A.U.	EUR	0,779%	05/12/2026	23.000	1.384	12.419
	Integracao Marhense Transmissora Energia, S.A.	BRL	TJLP + 2,42%	15/02/2029	36.290	3.380	26.488
	Cantareira Transmissora De Energia, S.A.	BRL	TJLP + 2,12%	15/02/2029	96.724	-	114.732
	Encruzco Novo Transmissora De Energia, LDTA	BRL	TJLP + 2,42%	05/10/2026	13.500	1.053	8.326
	Vila Do Conde Transmissora De Energia, S.A.	BRL	TJLP+3%	15/04/2019	47.975	4.544	1.506
	Pedras Transmissora De Energia, S.A.	BRL	TJLP+2,21%	27/12/2023	6.894	602	2.449
	Caiua Transmissora De Energia, S.A.	BRL	TJLP + 1,97%	15/02/2028	21.598	1.896	16.359
	Coqueiros Transmissora De Energia, S.A.	BRL	TJLP+2,58%	15/07/2024	7.367	633	2.633
	Linha De Transmissao Corumba, LDTA	BRL	TJLP + 2,28%	15/02/2028	23.382	1.879	15.281
	Linha De Transmissao Triangulo, LDTA	BRL	TJLP + 2,34%	04/10/2022	364.534	7.250	32.581

*Empréstimos Sindicados Parques Eólicos*

	Parque Eólico Malpica, S.A.	EUR	3,75%	24/06/2024	11.950	916	10.755
	Ventos Do Litoral Energia, S.A.	BRL	TJLP+2,34 %	15/08/2029	36.060	2.355	24.554
	Ventos Do Indios Energia, S.A.	BRL	TJLP+2,45%	15/02/2032	32.430	1.440	29.887
	Parque Eólico Palmares, S.A.	BRL	TJLP+2,34 %	31/07/2029	39.226	2.624	26.034
	Ventos Do Lagoa, S.A.	BRL	TJLP+2,34 %	15/02/2029	38.503	2.455	24.955
	Ventos Do Sul, S.A.	BRL	TJLP+ Diferencial	15/07/2019	118.710	11.560	6.732
	Ventos Do Sul, S.A.	EUR	Euribor anual + diferencial	30/09/2022	16.386	3.103	12.484
	Parque Eoliennes De L'Erbale, SEC.	CAD	5,015%	31/03/2033	165.893	9.491	128.616
	Parque Eoliennes De L'Erbale, SEC.	CAD	5,02%	30/04/2033	23.225	437	21.770

**171.129 1.415.482**

O detalhamento por vencimentos da dívida anterior é o seguinte para os exercícios 2018 e 2017:

Dívidas com vencimento em	Milhares de euros
	<b>31.12.18</b>
2020	72.269
2021	70.673
2022	90.786
2023 e seguintes	1.177.383
<b>Total</b>	<b>1.411.111</b>

Dívidas com vencimento em	Milhares de euros
	31.12.17
2019	101.073
2020	112.295
2021	146.493
2022 e seguintes	1.098.721
<b>Total</b>	<b>1.458.582</b>

### Empréstimos e créditos sindicados-

Com data de 21 de julho de 2014, a Elecnor formalizou um Contrato de financiamento sindicado no valor de 600 milhões de euros com um grupo de 19 instituições financeiras, que substituiu os 401 milhões de euros dispostos na data de refinanciamento sindicado assinado em 2012. Esse financiamento foi estruturado em duas partes: uma parte empréstimo por 300 milhões de euros com amortizações parciais, e uma parte linha de crédito revolving com um limite de 300 milhões de euros e vencimento em julho de 2019.

Com data de 2 de julho de 2015, a Elecnor assinou uma primeira Novação deste Contrato, subscrito por 18 das 19 entidades acreditadas, com o objetivo de alterar as condições financeiras (reduzindo a margem aplicável) e aumentar o prazo de financiamento.

Com data de 29 de junho de 2016, a Elecnor assinou uma segunda Novação deste Contrato, subscrito por 17 das 18 entidades acreditadas. Bankinter cedeu 22 milhões de euros, dos quais 16 milhões foram subscritos por Abanca e 6 milhões por Kutxabank, enquanto que Credit Agricole cedeu 25 milhões de euros integralmente a Abanca.

Com data de 31 de outubro de 2017, a Elecnor assinou uma segunda Novação deste Contrato, subscrito por 16 das 17 entidades acreditadas. Essa novação implicou:

- uma redução no limite disponível da parte crédito (B) do financiamento sindicado até o limite de 200 milhões de euros
- uma nova parte na escalada da margem aplicável em função do coeficiente da Dívida financeira líquida EBITDA,
- A ampliação do prazo de financiamento, atrasando um ano a data de cada uma das amortizações parciais e a data de devolução da parte crédito, cujo vencimento passa para julho de 2022.

Em 14 de novembro de 2018, a Elecnor assinou uma quarta novação desse contrato, que foi assinado por 14 das entidades acreditadas (a perda de duas das entidades é motivada por fusões entre elas). Nessa novação foram acordadas:

- uma amortização antecipada voluntária de parte do empréstimo (parte A) por um montante de 100 milhões de euros, portanto o limite total dessa parte passou a ser de 200 milhões de euros.
- a prorrogação do prazo do financiamento, prorrogando em dois anos a data de vencimento do financiamento, que passa para julho de 2024.

A Sociedade analisou se existem alterações importantes das condições, sendo em todos exercícios inferior a 10%, pelo que se concluiu que não ocorre um cancelamento dos passivos originais.

Em relação à cobertura do risco de juros, antes da Notação existiam swaps vinculados que cobriam 100% do calendário do empréstimo. Após essa quarta novação, decidiu-se cobrir o risco de juros de 70% do notional adicional decorrente da Novação. Para isso foram contratados 8 swaps novos de tipo IRS, com um notional inicial de 3,5 milhões e um notional máximo de 126 milhões de euros e um novo basis swap. Em 31 de dezembro 2018, existem 39 swaps de tipo IRS e 5 basis swaps atribuídos principalmente à cobertura do juro para o empréstimo sindicado e uma parte menor à cobertura de risco de juro das emissões de notas promissórias no MARF (Mercado Alternativo de Renda Fixa). Os vencimentos dos swaps, bem como as datas de liquidação dos juros, coincidem com as dos contratos de financiamento aos quais estão atribuídos.

Sobre esse financiamento sindicado incide uma taxa de juros indexado à Euribor do prazo do período de juros escolhido pelo credenciado (1, 3 ou 6 meses) mais um diferencial, o qual se encontra indexado ao nível do rácio Dívida Financeira Líquida/(EBITDA + Dividendos de Projetos). A Sociedade se comprometeu a cumprir durante a duração do contrato de financiamento bancária diferentes rácios ((Dívida financeira líquida/EBITDA), (EBITDA /Despesas financeiras líquidas) e

(Dívida financeira líquida/Fundos Próprios)), que se calculam sobre a base dos correspondentes valores consolidados do Grupo Elecnor. O não cumprimento pode ser a causa da rescisão do contrato, embora, em 31 de dezembro de 2018, todos os índices vinculados a esse financiamento sejam atendidos.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo disposto do contrato de financiamento sindicado chega a 235 milhões de euros, o que corresponde a 200 milhões de euros da parte do empréstimo e 35 milhões de euros da parte do crédito (355 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017, 300 milhões de euros correspondentes à parte do empréstimo e 55 milhões de euros à parte de crédito).

O contrato de financiamento sindicado acima referido, parte empréstimo e parte crédito, constitui uma taxa de juros média de 2,13% e 1,39%, tendo gerado, em 2018, a título de juros, 6.319 milhares de euros, considerando-se o efeito das coberturas no valor de 2.831 milhares de euros (7.462 milhares de euros de juros no exercício 2017, que incluía a despesa financeira por coberturas no valor de 2.771 milhares de euros) que a Sociedade tem registrados na epígrafe "Despesas financeiras" da demonstração de resultados do exercício 2018 anexa.

Além disso, em 31 de dezembro de 2018, a parte de crédito gerou, a título de comissões por disponibilidade de gastos financeiros, o importe de 736 milhares de euros (1.077 milhares de euros em 2017).

#### **Empréstimos sindicados parques eólicos-**

Para os empréstimos obtidos em reais, a taxa de juros aplicável é resultado da adição de uma margem de mercado sobre a taxa de juros variável a longo prazo do país ("TJLP"). Nestes empréstimos existe a obrigação de manter uns coeficientes de cobertura da dívida dentro de determinados limites, bem como depositar em uma conta reserva um valor monetário que cubra pelo menos três mensalidades de pagamento do capital e dos juros. Na opinião dos Administradores da Sociedade controladora não ocorreu nenhum problema em relação ao cumprimento dos contratos.

Em garantia do empréstimo da sociedade controlada P.E. Malpica S.A. constituiu um direito real de penhor sobre as ações da respectiva sociedade controlada e, adicionalmente, sobre as indenizações, compensações e/ou sanções que possam ser geradas a favor da mesma, em relação aos contratos de execução de obra e de gestão da exploração e sobre todas as contas de tesouraria dessa sociedade. Em relação à Ventos do Sul Energia, S.A., à Parques Eólicos Palmares, S.A., à Ventos da Lagoa, S.A. e à Ventos do Litoral, S.A., Ventos dos Índios estas sociedades assinaram com as instituições financeiras uma garantia fiduciária sobre o imobilizado tangível.

Do mesmo modo, as sociedades controladas assumiram, em virtude desses empréstimos, diversas limitações à liberdade de alienação de suas imobilizações tangíveis e de distribuição de dividendos. Essas restrições estão sujeitas ao cumprimento de certas condições, como a manutenção do quociente de cobertura da dívida estipulado nas escrituras dos empréstimos de financiamento e da constituição da conta de reserva para o serviço da dívida (Nota 11).

Os Administradores consideram que todas as condições estabelecidas pelos empréstimos sindicados assinados estão sendo cumpridas, e que o financiamento em regime de "Project Finance" irá sendo atendido normalmente com as receitas geradas pela atividade de cada projeto.

#### **Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis-promissórias-**

A Elecnor, S.A. começou o exercício de 2018 com um saldo emitido em notas promissórias no Mercado Alternativo de Renda Fixa (MARF) de 100 milhões de euros. As novas emissões do exercício de 2018 somaram 658 milhões de euros e os vencimentos 603 milhões de euros, por isso o saldo vivo em 31 de dezembro de 2018 é de 155 milhões de euros (1.550 títulos de 100.000 euros de valor nominal unitário).

A Elecnor, S.A. começou o exercício de 2017 com um saldo emitido em notas promissórias no Mercado Alternativo de Renda Fixa (MARF) de 73 milhões de euros. As novas emissões do exercício do 2017 somaram 662 milhões de euros e os vencimentos 635 milhões de euros, pelo que o saldo vivo em 31 de dezembro de 2017 foi de 100 milhões de euros (1.000 títulos de 100 milhares de euros de valor nominal unitário).

Os programas de notas promissórias em vigor durante os exercícios de 2018 e 2017 contemplam um limite máximo de emissões vivas em cada momento de 300 milhões de euros e 250 milhões de euros, respectivamente.

Essas notas promissórias geraram, no exercício 2018, a título da soma de juros e comissões de distribuição, 1.276 milhares de euros (1.418 milhares de euros no exercício 2017), que o Grupo tem registrados na epígrafe "Despesas financeiras" da demonstração de resultados consolidada anexa.

#### **Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis -linhas e concessões-**

Em 11 de maio de 2017, o Grupo Elecnor formalizou a emissão de obrigações de projeto para o financiamento de linhas de transmissão no Chile que substituiu o financiamento bancário anterior que tinha associado a várias operações de hedge para se proteger contra a possível variação ascendente nas taxas de juros variáveis. Nesse momento inicial, essas operações de cobertura contratadas estavam associadas às futuras necessidades de financiamento destas sociedades, por isso o cancelamento da dívida anterior não implicou uma ruptura da relação de cobertura com base na estratégia da mesma desenvolvida na documentação inicial. O Grupo mantém como "Ajustes de avaliação patrimonial" o valor justo destes instrumentos financeiros no momento do refinanciamento, transferindo-o para a demonstração de resultados consolidada no decorrer do financiamento.

Esta emissão de bônus, no montante total de 593,9 milhões de dólares e com vencimento em 2047 (emissão a 30 anos), está composta de duas partes: uma parte em dólares americanos no valor de US\$379 milhões, a uma taxa de juros fixa anual de 5,2%, e uma parte local chilena em Unidades de Fomento (UF), no valor de UF 5.410.500 (aproximadamente US\$214 milhões), a uma taxa de juros fixa anual de 2,99%.

Os fundos provenientes desta emissão de bônus contam com a garantia dos projetos e foram destinados ao refinanciamento (cancelamento antecipado do financiamento existente) dos projetos de linhas de transmissão no Chile, e o restante, para outros fins corporativos da sociedade emissora ou de seus sócios.

#### **Empréstimos com garantia pessoal-**

Durante os exercícios de 2018 y 2017 a Elecnor não contratou os novos empréstimos bancários com garantia pessoal.

#### **Outras dívidas-**

Outras dívidas em 31 de dezembro de 2017 correspondem inteiramente a um financiamento de 9.200 milhares de euros, celebrado em 18 agosto de 2017 entre Elecnor, S.A. e o fundo European Energy Efficiency Fund, S.A., SICAV-SIF, com vencimento no ano de 2031, relacionado à cessão de futuros direitos creditórios da Companhia.

Além disso, em 13 de março de 2018, o Grupo celebrou um contrato de financiamento por meio de uma política de transferência de recebíveis com o fundo Efficiency Solutions por um montante de 11.500 milhares de euros e vencimento final em junho de 2027.

Essas dívidas acumularam 782 milhares de euros no exercício 2018 a título de juros.

#### **Resto de financiamento-**

O Grupo Elecnor contratou, no exercício de 2007, um empréstimo com garantia hipotecária para a aquisição de um galpão industrial em Valência para desenvolver sua atividade de fabricação de módulos solares (Nota 9). O saldo pendente de vencimento desse empréstimo ascende a 6.512 milhares de euros, aproximadamente, em 31 de dezembro de 2018 (7.208 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Elecnor, S.A., excluindo-se a parte B do financiamento sindicado, mantém abertas com diferentes instituições 7 linhas de crédito com um limite máximo total de 111 milhões de euros, sendo o valor disposto de 38,6 milhões de euros e 19 milhões de euros, respectivamente. Nas linhas de crédito bilaterais incide uma taxa de juros indexada ao EURIBOR/LIBOR acrescida de um diferencial de mercado, e a maioria vence em um ano ou em até três anos com renovações tácitas anuais.

Todas as linhas de financiamento anteriores têm uma garantia pessoal.

Esse financiamento bancário gerou, durante o exercício 2018, juros no valor de 1.280 milhares de euros aproximadamente, que o Grupo tem registrados na epígrafe "Despesas financeiras" da demonstração de resultados consolidada anexa (3.026 milhares de euros aproximadamente em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo Elecnor não tem dívidas com instituições de crédito indexadas a uma taxa de juros fixa por um valor significativo, salvo pelo efeito das operações de cobertura que são descritas na Nota 15.

## 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Grupo Elecnor utiliza instrumentos financeiros derivativos para cobrir os riscos aos que estão expostas suas atividades, operações e fluxos de caixa futuros decorrentes das variações das taxas de câmbio e das taxas de juros, as quais afetam os resultados do Grupo. O detalhamento das composições dos saldos que registram a avaliação de derivativos das demonstrações da situação financeira consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é o seguinte:

	Milhares de euros					
	2018			2017		
	Ativo não circulante (Nota 11)	Passivo não circulante (Nota 14)	Passivo circulante (Nota 14)	Ativo não circulante (Nota 11)	Passivo não circulante (Nota 14)	Passivo circulante (Nota 14)
<b>COBERTURA DE TAXA DE JUROS</b>						
Cobertura de fluxos de caixa:						
Swaps de taxas de juros	109	-	7.626	2.159	1.036	-
9.077						1.140
<b>COBERTURA DE TAXA DE CÂMBIO</b>						
Cobertura de fluxos de caixa:						
Seguros de câmbio	-	871	3.787	681	-	4.031
-						-
<b>COBERTURA DE PREÇO DE ENERGIA</b>						
	-	-	-	3.729	-	-
						-
	109	871	11.413	6.569	1.036	4.031
						9.077
						1.140

### Taxa de câmbio-

O Grupo Elecnor utiliza instrumentos de cobertura da taxa de câmbio principalmente para suavizar o possível efeito negativo que as variações nas taxas de câmbio possam significar nos fluxos de caixa futuros correspondentes a dois tipos de transações:

- Pagamentos correspondentes a contratos de obra e fornecimento cuja moeda é diferente da moeda funcional.
- Cobranças correspondentes a contratos de obra cuja moeda é diferente da moeda funcional.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o valor nominal total objeto de cobertura da taxa de câmbio é o seguinte:

Moedas	31.12.2018	31.12.2017
Milhares de Dólares americanos	7.019	3.203
Milhares de Dólares australianos	-	157.010
Milhares de Pesos chilenos	65.187.988	12.660.875
Milhares de Libras esterlinas	-	297
Milhares de Euros	4.893	-

Do total de nominais cobertos em 31 de dezembro de 2018:

- 4.893 milhares de euros correspondem a seguros de vendas de dólares australianos para cobrir futuros fluxos de pagamentos a fornecedores em dólares americanos e euros (87.249 milhares de euros em 2017),
- 84.025 milhares de euros correspondem a compras de pesos chilenos contra dólares para cobrir o risco de pagamentos a fornecedores em pesos chilenos (16.259 milhares de euros em 2017),
- 6.220 milhares de euros correspondem às vendas de dólares americanos para cobrir as cobranças nessa moeda (18.440 milhares de euros em 2017).

O valor da contrapartida em euros do valor nominal objeto de cobertura da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2018 ascende a 95.138 milhares de euros, aproximadamente (127.788 milhares de euros aproximadamente em 2017).

Está previsto que o vencimento desses seguros de câmbio coincida com a corrente real de pagamentos e cobranças que estão cobrindo, sendo o risco de variações nos fluxos de caixa esperados baixos.

#### Taxa de juros-

O Grupo Elecnor realiza operações de cobertura de taxa de juros de acordo com sua política de gestão de riscos. Essas operações visam suavizar o efeito que a variação nas taxas de juros pode ter sobre os fluxos de caixa futuros de determinados créditos e empréstimos indexados a uma taxa de juros variável, associados ao financiamento corporativo da Sociedade controladora e aos financiamentos dos projetos. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o valor nominal total dos passivos objeto de cobertura de taxa de juros é de 339.265 milhares de euros e 324.621 milhares de euros, respectivamente.

A seguir é mostrado o detalhamento dos vencimentos dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	31.12.18					Total
	Milhares de euros					
	Vencimento					
	2019	2020	2021	2022	2023 e seguintes	
Cobertura de taxa de câmbio:						
Venda de USD (*)	7.019	-	-	-	-	7.019
Compra de pesos chilenos (*)	7.743.919	24.537.131	32.906.939	-	-	65.187.989
Compra de Euros	4.893	-	-	-	-	4.893
Cobertura de taxas de juros	1.119	593	504	229	93	2.538
Cross currency swap:						
Fluxo em USD (*)	11.600	-	-	-	-	11.600

(\*) Dados expressos na moeda estrangeira correspondente.

	31.12.17					Total
	Milhares de euros					
	Vencimento					
	2018	2019	2020	2021	2022 e seguintes	
Cobertura de taxa de câmbio:						
Venda de AUD (*)	134.367	-	-	-	-	134.367
Venda de USD (*)	20.396	-	-	-	-	20.396
Compras de GBP (*)	177	120	-	-	-	297
Compra de Pesos chilenos (*)	10.706.825	1.954.050	-	-	-	12.660.875
Cobertura de taxas de juros	850	770	690	250	1.107	3.667
Cross currency swap:						
Fluxo em GBP (*)	4.500	-	-	-	-	4.500
Fluxo em USD (*)	42.500	-	-	-	-	42.500

(\*) Dados expressos na moeda estrangeira correspondente.

O vencimento dos valores nominais dos diferentes instrumentos financeiros derivativos acima descritos, sem incluir os de cobertura de taxa de câmbio, é o seguinte:

	31.12.18					
	Milhares de euros					
	Vencimento					
	2019	2020	2021	2022	2023 e seguintes	Total
Cobertura de taxas de juros	48.146	54.294	71.585	17.118	148.122	339.265

	31.12.17					
	Milhares de euros					
	Vencimento					
	2018	2019	2020	2021	2022 e seguintes	Total
Cobertura de taxas de juros	2.077	37.028	46.852	81.951	156.713	324.621

Os swaps de taxas de juros têm, no máximo, o mesmo valor nominal, ou inferior, que os principais vivos dos empréstimos cobertos e o mesmo vencimento que as datas de liquidações de juros dos empréstimos que estão cobrindo.

Em relação às coberturas de taxas de câmbio quanto às taxas de juros, nos exercícios de 2018 e de 2017 não ocorreu nenhuma circunstância que exija a modificação da política de contabilidade de coberturas, inicialmente adotada, na hora de contabilizar os derivativos. Durante os exercícios de 2018 e 2017 o Grupo Elecnor não manteve derivativos que não cumpram as condições para serem considerados cobertura contábil.

#### Avaliação-

O valor de mercado dos diferentes instrumentos financeiros é calculado através dos seguintes procedimentos:

- O valor de mercado dos derivativos cotados num mercado organizado é a sua cotação no encerramento do exercício.
- No caso dos derivativos não negociáveis em mercados organizados o Grupo Elecnor utiliza, para avaliá-los, as avaliações enviadas pelas instituições financeiras, bem como as hipóteses baseadas nas condições de mercado na data de encerramento do exercício. Mais especificamente, o valor de mercado dos swaps de taxa de juros é calculado através da atualização pela taxa de juros de mercado da diferença de taxas do swap, enquanto o valor de mercado dos contratos de taxa de câmbio no futuro é determinado descontando os fluxos futuros estimados utilizando as taxas de câmbio futuras existentes no encerramento do exercício.

Esse procedimento também é utilizado para avaliar o mercado dos empréstimos e créditos existentes devido às operações de permuta financeira denominadas "cross currency swaps", mediante as quais o Grupo e o banco intercambiam as correntes de um empréstimo expresso em euros pelas correntes de outro empréstimo expresso em dólares (canadenses/americanos) ou libras, liquidando-se a diferença que resultar no vencimento. No encerramento do exercício, o Grupo converte o empréstimo em dólares (mais os juros incorridos) à taxa de câmbio de encerramento e o compara com o empréstimo em euros (mais os juros incorridos), registrando o valor líquido (a diferença) nas rubricas "Outros ativos circulantes", "Ativos financeiros não circulantes" ou "Dívida financeira", dependendo do saldo devedor ou credor e de seu vencimento, sendo gerado como contrapartida uma receita ou uma despesa por diferenças de câmbio.

As principais características dos "cross currency swaps" em vigor em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são as seguintes:

	Milhares de euros	
	2018	2017
Valor Nominal em Moeda Estrangeira (USD)	11.600	42.500
Valor Nominal em Moeda Estrangeira (GBP)		4.500
Contravalor em euros	10.279	41.098
Valor justo no encerramento do exercício	(510)	291

Os contratos em vigor em 31 de dezembro de 2018 tinham a data de início estabelecida nos dias 20 e 21 de dezembro de 2018, sendo sua data de vencimento, em todos os casos, em janeiro de 2019.

Os contratos em vigor em domingo, 31 de dezembro de 2017 tinham a data de início estabelecida nos dias 28, 29 e sábado, 30 de dezembro de 2017, sendo sua data de vencimento, em todos os casos, em janeiro de 2018.

Esses instrumentos financeiros não foram designados como de cobertura, de forma que o Grupo registra, no encerramento de cada exercício, a variação em seus valores justos diretamente na conta de resultados consolidada correspondente.

## 16. PROVISÕES

O detalhamento de provisões para riscos e gastos e sua classificação entre circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é o seguinte

	Milhares de euros			
	2018		2017	
	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante
Litígios e responsabilidades	14.418	26.353	13.959	24.831
Desmontagem	15.415	206	16.286	-
Outros	161	41.470	473	24.161
<b>Total</b>	<b>29.994</b>	<b>68.029</b>	<b>30.718</b>	<b>48.992</b>

O movimento e composição das epígrafes "Provisões para riscos e despesas" da demonstração da situação financeira consolidada durante os exercícios de 2018 e 2017 é o seguinte:

	Milhares de euros			
	Litígios e responsabilidades	Desmontagem	Outros	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>38.079</b>	<b>4.966</b>	<b>6.476</b>	<b>49.521</b>
Dotações com débito nas perdas e ganhos (Nota 21)	6.427	11.651	17.075	35.153
Reclassificação	(59)	-	2.892	2.833
Diferenças de conversão	(1.200)	(331)	(31)	(1.562)
Aplicação	(3.057)	-	(1.734)	(4.791)
Reversões (Nota 21)	(1.400)	-	(44)	(1.444)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>38.790</b>	<b>16.286</b>	<b>24.634</b>	<b>79.710</b>
Dotações com débito nas perdas e ganhos (Nota 21)	16.255	91	25.309	41.655
Reclassificação	2.079	455	2.681	5.215
Diferenças de conversão	(985)	(9)	6	(988)
Aplicação	(10.812)	-	(9.502)	(20.314)
Reversões (Nota 21)	(4.556)	(1.202)	(1.497)	(7.255)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>40.771</b>	<b>15.621</b>	<b>41.631</b>	<b>98.023</b>

O Grupo realiza uma estimativa da avaliação dos passivos gerados por litígios e semelhantes. Com exceção de determinados passivos nos que se pode estimar que a saída dos fluxos será a curto prazo, o Grupo não pode estimar com confiabilidade o momento exato da saída dos fluxos, e, portanto, não inclui nos mesmos efeito de atualização.

O Grupo, por suas atividades, se encontra exposto a numerosas reclamações e litígios. A rubrica "Provisões para litígios e responsabilidades" do quadro anterior inclui a melhor estimativa do Grupo sobre possíveis penalidades

e outras contingências em relação à execução de diferentes projetos desenvolvidos, principalmente, no exterior. Os Administradores estimaram que a provisão dotada cobre de forma razoável os prováveis desembolsos que ocorrerão no futuro decorrentes de fatos passados.

Provisões por desmantelamento, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, incluem a provisão para o parque eólico que o Grupo possui no Canadá e a provisão por desmantelamento da Elecnor Perú, S.A.C. relativa aos custos estimados necessários para restaurar os terrenos e as vias afetadas no desenvolvimento do projeto de construção do Gasoducto Sur Peruano.

## 17. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E FATURAMENTO ANTECIPADO

Em 31 de dezembro de 2018, essa epígrafe da demonstração da situação financeira consolidada corresponde inteiramente a adiantamentos de clientes (faturação antecipada no valor de 332.313 milhares euros e adiantamentos de clientes no valor de 39.129 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, o valor correspondente à faturação antecipada está registrado na epígrafe "Passivos por contratos com clientes" da demonstração da situação financeira consolidada.

O faturamento antecipado é composto pelas faturas emitidas por conta, de acordo com as condições temporárias estipuladas nos contratos de obra atualmente em andamento.

Os adiantamentos de clientes se referem, basicamente, aos valores pagos por antecipado pelos clientes antes de ser iniciada a execução dos respectivos contratos. Esses adiantamentos vão sendo descontados do faturamento efetuado durante a prossecução desses contratos.

## 18. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento e composição das epígrafes "Ativos por impostos diferidos" e "Passivos por impostos diferidos" da demonstração da situação financeira consolidada durante os exercícios de 2018 e 2017 é o seguinte:

	31.12.16		Transferências			31.12.17		Transferências			31.12.18	
			Crédito/débito na conta de resultados	Crédito/débito na reserva de avaliação de ativos e y passivos	Diferenças de conversão			Crédito/débito na conta de resultados	Crédito/débito na reserva de avaliação de ativos e passivos	Diferenças de conversão	Outros (*)	
<b>Impostos diferidos ativos:</b>												
Avaliação de instrumentos												
financeiros derivativos (Nota 15)	9.403	25	(5.236)	(1.497)	(291)	2.404	105	32	2.220	(35)	-	4.726
Imobilizado tangível/intangível	9.719	(37)	(1.270)	-	6	8.418	253	558	-	(1)	-	9.228
Créditos fiscais	23.118	2.726	(1.517)	-	(1.703)	22.624	19	10.737	-	(620)	(460)	32.300
Deduções e bonificações												
pendentes de aplicar	5.463	432	1.132	-	(301)	6.726	(385)	2.270	-	(290)	-	8.321
Perdas sucursais exterior	8.365	-	(8.029)	-	-	336	-	(354)	-	-	-	(18)
Provisões não dedutíveis (Nota 16)	23.378	(450)	10.493	-	(874)	32.547	(540)	4.147	-	(480)	1.282	36.956
Outros impostos diferidos ativos	18.981	(2.803)	18.319	-	(1.352)	33.145	(8.664)	(17.881)	-	(736)	4.821	10.685
	<b>98.427</b>	<b>(107)</b>	<b>13.892</b>	<b>(1.497)</b>	<b>(4.515)</b>	<b>106.200</b>	<b>(9.212)</b>	<b>(491)</b>	<b>2.220</b>	<b>(2.162)</b>	<b>5.643</b>	<b>102.198</b>
<b>Impostos diferidos passivos:</b>												
Imobilizado tangível/intangível	35.201	(25)	167	-	(2.253)	33.090	(2)	1.635	(145)	(497)	-	34.081
Fundo de comércio	2.244	-	301	-	-	2.545	-	(772)	-	-	-	1.773
Avaliação de instrumentos												
financeiros derivativos (Nota 15)	149	-	-	1.035	(47)	1.137	-	-	(804)	(5)	-	328
Outros impostos diferidos passivos	49.790	25	6.885	-	(5.722)	50.978	(5.584)	4.028	399	(4.600)	-	45.221
	<b>87.384</b>	<b>-</b>	<b>7.353</b>	<b>1.035</b>	<b>(8.022)</b>	<b>87.750</b>	<b>(5.586)</b>	<b>4.891</b>	<b>(550)</b>	<b>(5.102)</b>	<b>-</b>	<b>81.403</b>

(\*) Corresponde principalmente ao efeito fiscal dos ajustes no patrimônio líquido por aplicação da NIIF 15 e 9.

Os ativos e passivos por impostos diferidos cujo prazo de realização ou de reversão for inferior a 12 meses são pouco significativos.

Os capítulos "Impostos diferidos ativos – Imobilizado tangível/intangível" e "Impostos diferidos passivos – Imobilizado tangível/intangível" do quadro anterior incluem, principalmente, as diferenças temporárias surgidas como consequência das diferenças entre o valor contábil e fiscal de diferentes elementos do imobilizado tangível e do ativo intangível, bem como as diferenças temporárias derivadas das diferenças entre a amortização contábil e fiscal destes elementos do ativo não circulante (Notas 8 e 9).

Os capítulos "Impostos diferidos ativos – Créditos fiscais" e "Impostos diferidos ativos – Deduções e bonificações pendentes de aplicar" do quadro anterior incluem, respectivamente, os créditos fiscais por bases tributáveis negativas e deduções pendentes de compensação por parte de diversas sociedades do Grupo que foram ativadas por serem considerados pelos Administradores da Sociedade controladora recuperáveis com as receitas previstas que serão obtidas pelas mesmas nos próximos exercícios.

O capítulo "Impostos diferidos ativos – Provisões não dedutíveis" do quadro anterior inclui, principalmente, o impacto fiscal dos ajustes ao resultado contábil como consequência de diferentes provisões que não se consideraram dedutíveis no momento do seu registro contábil (Notas 12.a e 16).

Os capítulos "Impostos diferidos ativos – Outros impostos diferidos ativos" e "Impostos diferidos passivos – Outros impostos diferidos passivos" do quadro anterior inclui, principalmente, o impacto fiscal de diferentes receitas e despesas cujo efeito fiscal não coincide com o momento de seu registro contábil, bem como as diferenças temporárias surgidas como consequência das diferenças entre o valor contábil e fiscal de determinados ativos, principalmente ativos financeiros (Nota 11). Do mesmo modo, no exercício 2017 se incluiu nesse capítulo o ativo por imposto diferido correspondente ao ajuste pelo efeito da correção de receitas com relação a uma obra em andamento na Venezuela, de acordo com os critérios descritos na Nota 12, que foi aplicado na estimativa do imposto de sociedades do exercício 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os créditos fiscais por bases tributáveis negativas ativadas, bem como os ativos e passivos por impostos diferidos por entidades/subgrupos são detalhados a seguir:

2018			
Milhares de euros			
	Créditos fiscais	Ativo por imposto diferido	Passivo por imposto diferido
Elecnor, S.A.	15.655	42.861	3.878
Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.A.	3.421	4.487	61
SubGrupo Celeo	1.818	9.927	60.704
SubGrupo Enerfín	8.441	19.165	12.377
Audeca, S.L.U.	-	-	3.228
Elecnor do Brasil, Ltda	429	4.166	-
IQA Operations Group, Ltd	-	-	-
Elecnor Chile, S.A.	2.272	10.915	-
Resto	264	10.677	1.155
<b>Total</b>	<b>32.300</b>	<b>102.198</b>	<b>81.403</b>

2017			
Milhares de euros			
	Créditos fiscais	Ativo por imposto diferido	Passivo por imposto diferido
Elecnor, S.A.	1.641	40.830	3.714
Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.A.	3.476	4.671	-
SubGrupo Celeo	2.280	18.959	58.713
SubGrupo Enerfín	7.282	18.228	20.512
Audeca, S.L.U.	-	139	3.697
Elecnor do Brasil, Ltda	3.374	5.644	-
IQA Operations Group, Ltd	-	698	-
Elecnor Chile, S.A.	4.152	13.243	-
Resto	419	3.788	1.115
<b>Total</b>	<b>22.624</b>	<b>106.200</b>	<b>87.750</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhamento das bases tributáveis negativas em milhares de euros não ativadas das entidades/grupos fiscais mais significativos, bem como a sua data de validade, é como segue:

2018	Bases tributáveis negativas a compensar não ativadas	Ano de validade
Celeo Redes, S.L.U.	4.147	sem vencimento
Celeo Concesiones e Inversiones, S.L.U.	1.442	sem vencimento
Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.A.	3.128	sem vencimento
Elecnor do Brasil, Ltda	-	sem vencimento
MontElecnor, S.A.	14.806	2020 - 2021
Elecnor Argentina, S.A.	-	2019 - 2021
IQA Operations Group, Ltd	6.802	sem vencimento
Elecnor Inc	38.761	sem vencimento
	<b>69.086</b>	

A partir do presente exercício a sociedade filial Belco consolida-se com a Elecnor Inc para fins fiscais.

2017	Bases tributáveis negativas a compensar não ativadas	Ano de validade
Celeo Redes, S.L.U.	3.964	sem vencimento
Celeo Concesiones e Inversiones, S.L.U.	2.643	sem vencimento
Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.A.	3.381	sem vencimento
Elecnor do Brasil, Ltda	-	sem vencimento
MontElecnor, S.A.	15.896	2020 - 2021
Elecnor Argentina, S.A.	1.760	2019 - 2021
IQA Operations Group, Ltd	6.150	sem vencimento
Elecnor Inc	40.815	sem vencimento
	<b>74.609</b>	

## 19. IMPOSTO SOBRE LUCROS

As empresas espanholas do Grupo Elecnor têm os seguintes exercícios fiscais pendentes de fiscalização pelas autoridades fiscais dos principais impostos que lhes são aplicáveis:

Imposto	Exercícios abertos
Imposto sobre Sociedades (*)	2014 – 2017
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2015 – 2018
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	2015 – 2018
Seguridade Social	2015 – 2018
Rendimentos sobre o Capital Móvel	2015 – 2018
Não residentes	2015 – 2018

(\*) O prazo para a apresentação do imposto sobre sociedades é de 25 dias de calendário após seis meses depois da conclusão do período tributável, portanto o imposto sobre sociedades correspondente ao exercício 2018 não estará aberto a inspeção até 25 de julho de 2019.

As atividades de inspeção realizadas pela Delegação Central de Grandes Contribuintes da Agência Tributária na Sociedade controladora, cujo início ocorreu por meio de notificação datada de 1 de julho de 2016, foram concluídas durante o presente exercício 2018.

Essas ações de inspeção cobrem os seguintes impostos e períodos:

- Imposto sobre sociedades dos exercícios 2011 a 2013,
- Imposto sobre o valor acrescentado para os períodos fiscais de 06/2012 a 12/2014,
- Retenções e pagamentos por conta de rendimentos de trabalho pessoal e atividades profissionais para os períodos fiscais de 06/2012 a 12/2014,
- Retenções e pagamentos por conta de rendimentos de capital móvel nos períodos fiscais de 06/2012 a 12/2014,
- Retenções e pagamentos por conta de rendimentos de capital móvel para os períodos fiscais de 06/2012 a 12/2014 e
- Retenções na conta sobre o imposto de não residentes para os períodos fiscais de 06/2012 a 12/2014.

As atividades de inspeção foram concluídas no exercício 2018 com a assinatura de atos em conformidade que envolveram um pagamento total de 10.915 milhares de euros a título de taxas de imposto, juros de mora e, quando adequado, sanções, cuja despesa foi reconhecida na demonstração de resultados consolidada anexa; bem como com a subscrição de atos que não estejam em conformidade cujos acordos de liquidação pressupõem uma obrigação de pagamento no valor total de 14.208 milhares de euros.

Contra os acordos de liquidação decorrentes das atas subscritos em desacordo, a Sociedade controladora apresentou, em 28 de dezembro de 2018, reclamações Econômico-Administrativas perante o Tribunal Administrativo-Econômico

Central, que, tendo sido objeto de suspensão da obrigação de pagamento enquanto os procedimentos são processados, ficaram pendentes de processamento administrativo na data da formulação dessas demonstrações financeiras, sem que o processo tenha sido manifestado e concedido o processamento de realização de alegações pelo Tribunal Econômico-Administrativo Central.

Perante essa situação, os Administradores da Sociedade controladora, em colaboração com os seus consultores fiscais, consideram que, embora existam argumentos relevantes para apoiar a posição da Sociedade controladora, seguindo um critério de prudência, decidiram pela provisão neste exercício, de uma parte dos montantes reivindicados nos acordos de liquidação contestadas relativos a discrepâncias de interpretação em operações vinculadas, ao considerar que poder-se-ia produzir uma estimativa parcial dos argumentos seguidos pela inspeção nessa matéria por entidades de revisão administrativa ou pelos tribunais judiciais.

Além do acima exposto, o Grupo não possui atualmente processos de inspeção abertos.

No entanto, o direito da Administração para verificar ou investigar as matérias coletáveis negativas compensadas ou pendentes de compensação, as deduções por dupla tributação e as deduções para incentivar determinadas atividades aplicadas ou pendentes de aplicação expira 10 anos após o dia seguinte àquele em que termina o prazo estabelecido para a apresentação da declaração ou autoliquidação correspondente ao período fiscal em que foi gerado o direito a indenização ou aplicação. Após esse período, o Grupo deve acreditar as bases tributáveis negativas ou deduções por meio da liquidação ou autoavaliação e da contabilidade, com acreditação do seu depósito durante o período acima mencionado no Registro Comercial.

O quadro que é apresentado a seguir estabelece a determinação da despesa gerada pelo Imposto sobre Sociedades nos exercícios de 2018 e de 2017, que é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2018	2017
<b>Resultado consolidado antes de impostos</b>	<b>169.036</b>	<b>131.349</b>
Despesas não dedutíveis	5.339	8.473
Receitas não computáveis (**)	(14.722)	(78.677)
Resultado líquido de sociedades integradas pelo método de equivalência (Nota 10)	3.831	(587)
Outros	(1.208)	585
Créditos fiscais não ativados aplicados	(7.664)	(6.364)
Bases tributáveis negativas não ativadas (***)	24.853	33.381
<b>Resultado contábil ajustado</b>	<b>179.465</b>	<b>88.160</b>
Imposto bruto calculado pela taxa tributária em vigor em cada país (*)	56.762	31.167
Deduções da quota por incentivos fiscais e outras	(782)	(728)
Regularização da despesa por Imposto sobre Sociedades do exercício anterior	1.643	(523)
Ativação bases tributáveis de exercícios anteriores	-	(2.204)
Efeito mudança alíquota em impostos diferidos	270	(1.897)
Depreciação de créditos fiscais ativados nos exercícios anteriores	-	8.532
Outros ajustes	(807)	1.157
<b>Despesa gerada por Impostos sobre os ganhos</b>	<b>57.086</b>	<b>35.504</b>

(\*) As diferentes sucursais e sociedades estrangeiras controladas consolidadas pelo método de consolidação global calculam a despesa por Imposto sobre Sociedades, bem como as quotas resultantes dos diferentes impostos que lhe são aplicáveis, em conformidade com suas correspondentes legislações, e de acordo com as taxas tributáveis em vigor em cada país.

(\*\*) As receitas não computáveis relativas ao exercício de 2018 e 2017 incluem os ajustes ao resultado contábil por receitas por alienação de participações financeiras que são isentas de tributação (Notas 2.f).

(\*\*\*) Corresponde em 2018 principalmente às sociedades Proyectos Eléctricos Agua Prieta, SAPI de CV, pelo valor de 5,4 milhões de euros, IQA Operations Group, Ltd, pelo valor de 1,3 milhões de euros, Celeo Redes Brasil, S.A., pelo valor de 5,9 milhões de euros, e Subgrupo Enerfin, pelo valor de 5,4 milhões de euros (Belco Elecnor Electric, INC, pelo valor de 4,5 milhões de euros, IQA Operations Group, Ltd, pelo valor de 2,8 milhões de euros, Celeo Redes Brasil, S.A., pelo valor de 5,9 milhões de euros, e Elecnor Perú, S.A., pelo valor de 10 milhões de euros em 2017).

A Lei 27/2014, de 27 de novembro de 2014, do Imposto sobre Sociedades, aprovada em 28 de novembro de 2014 e que significou uma completa revisão da anterior norma reguladora do referido Imposto, entrou em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2015. Entre as numerosas alterações normativas introduzidas pela mencionada norma nova, destaca-se a não dedutibilidade fiscal das perdas por deterioração de carteira e a isenção para evitar a dupla tributação sobre dividendos e rendas derivadas da transmissão de valores representativos dos fundos próprios de entidades residentes e não residentes em território espanhol, bem como a alteração da taxa tributária, que passou a ser de 28% para 2015 e de 25% para 2016 e seguintes.

A seguir são detalhados os principais componentes da despesa incorrida por Impostos sobre os ganhos nos exercícios de 2018 e de 2017:

	Milhares de euros	
	2018	2017
<b>Imposto circulante</b>		
Do exercício	56.511	41.410
Ajustes de exercícios anteriores	1.643	(523)
Outros ajustes	(807)	1.157
<b>Imposto diferido</b>		
Valor da despesa (receita) por impostos diferidos relacionado com o nascimento e a reversão de diferenças temporárias	(261)	(6.539)
<b>Despesa gerada por Impostos sobre os ganhos</b>	<b>57.086</b>	<b>35.505</b>

Do mesmo modo, a seguir é detalhada a quantia e a data de validade das diferenças temporárias dedutíveis, perdas ou créditos fiscais para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos na demonstração de resultados consolidada em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em milhares de euros):

<b>Bases tributáveis negativas a compensar</b>	<b>31.12.18</b>
Ano de validade:	
2019	11
2020	4.780
2021	10.134
2022	1.130
2023	645
2026	142
2027	111
Sem vencimento	62.386
<b>Total</b>	<b>79.339</b>

<b>Bases tributáveis negativas a compensar</b>	<b>31.12.17</b>
Ano de validade:	
2019	1.914
2020	8.273
2021	11.153
2022	830
2023	213
2026	142
Sem vencimento	65.134
<b>Total</b>	<b>87.659</b>

<b>Créditos fiscais por deduções e outros itens a aplicar</b>	<b>31.12.18</b>
Ano de validade:	
2027	622
2028	890
2029	451
2030	124
2031	141
Sem vencimento	2.278
<b>Total</b>	<b>4.506</b>

<b>Créditos fiscais por deduções e outros itens a aplicar</b>	<b>31.12.17</b>
Ano de validade:	
2018	141
2027	622
2028	890
2029	451
2030	124
2031	141
Sem vencimento	2.146
<b>Total</b>	<b>4.515</b>

As bases tributáveis negativas a compensar e os créditos fiscais por deduções e outros itens a aplicar acima descritos foram gerados por diferentes sociedades pertencentes ao Grupo Elecnr e a sua recuperabilidade futura está condicionada à obtenção de bases tributáveis positivas suficientes por parte das próprias sociedades que os geraram.

Como consequência das diferentes interpretações que possam ser feitas à norma fiscal em vigor, poderiam existir determinados passivos de carácter contingente que não são susceptíveis de quantificação objetiva. No entanto, segundo a opinião dos Administradores da Sociedade controladora, a possibilidade de que em futuras inspeções sejam materializados esses passivos contingentes nas sociedades do Grupo é remota, e, em qualquer caso, a dívida tributária que pudesse derivar deles não afetaria significativamente as demonstrações financeiras do Grupo Elecnr.

## 20. GARANTIAS COMPROMETIDAS COM TERCEIROS E CONTINGÊNCIAS

### Garantias comprometidas com terceiros-

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o risco por avais recebidos e fianças de licitação, boa execução ou garantia de obras, correspondentes, principalmente, à Sociedade controladora, e o seu detalhamento, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2018	2017
De execução de obras	570.845	596.037
De adiantamentos de contratos:		
Em vigor	175.649	196.839
Pendentes de cancelar	69	67.304
Em garantia de obras	190.176	329.450
De licitação de obras	52.899	60.356
Outros	31.385	71.325
<b>Total</b>	<b>1.021.023</b>	<b>1.321.311</b>

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade controladora teria avais prestados no valor de 64 milhões de euros ao cliente Bungala em duas linhas diferentes. Estes são os montantes mais relevantes entre os avais restantes. Em 31 de dezembro de 2018, não existe qualquer aval de valor individualmente relevante.

O montante de avais restante e de avais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é composto por numerosos avais de valor pouco significativo de modo individual, relacionados, todos eles, com a atividade normal do Grupo.

Os Administradores da Sociedade controladora estimam que os passivos que possam ser originados pelos avais prestados, se houver, não significariam perdas significativas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

### Contingências-

Em 31 de maio de 2017 a CNMC notificou a Sociedade controladora do início, junto com outras 15 empresas, de um processo sancionador por uma possível infração no âmbito da construção e manutenção de sistemas de eletrificação e de equipamentos eletromecânicos em linhas ferroviárias, anunciando-o, em 31 de agosto de 2018, a sua Proposta de Resolução, na qual propõe uma sanção de 24,7 milhões de euros. A Sociedade controladora apresentou as suas alegações em 2 de outubro de 2018, solicitando a sua nulidade. Atualmente, esse arquivo encontra-se a aguardar que o Conselho da CNMC formule a sua resolução no prazo máximo de 19 de março de 2019. Nessas circunstâncias, com as informações disponíveis até a data da elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas e com base nas avaliações dos consultores jurídicos da Sociedade controladora, os Administradores da Sociedade controladora consideram que existem argumentos válidos para impugnar o desempenho da inspeção da CNMC, estimando que nenhum pagamento será necessário e, portanto, não reconheceu nenhuma provisão nesse sentido.

## 21. RECEITAS E DESPESAS

### Valor líquido do volume de negócios-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2018 e de 2017 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2018	2017
Contratos de construção e prestação de serviços	2.118.034	2.172.046
Venda de bens e energia	155.023	144.740
<b>Total</b>	<b>2.273.057</b>	<b>2.316.786</b>

A discriminação do volume de negócios do Grupo para os exercícios de 2018 e 2017, tanto por área geográfica como por produto, é apresentada a seguir:

Por Áreas Geográficas	Milhares de euros	
	2018	2017
Nacional	985.681	938.520
Exterior	1.287.376	1.378.266
<b>Total</b>	<b>2.273.057</b>	<b>2.316.786</b>

### Por Atividades

Eletricidade	768.021	758.149
Geração de energia	629.956	682.961
Telecomunicações e espaço	252.914	254.975
Construção, meio ambiente e água	169.725	189.666
Manutenção	160.396	151.757
Instalações	165.821	132.145
Gás	102.594	107.805
Ferrovias	23.630	39.328
<b>Total</b>	<b>2.273.057</b>	<b>2.316.786</b>

### Aprovisionamentos-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2018 e de 2017 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2018	2017
Compras de matérias-primas e outros aprovisionamentos	1.076.342	1.130.800
Trabalhos realizados por outras empresas	14.773	15.202
Variação de estoques comerciais, matérias-primas e outros estoques	1.105	2.652
<b>Total</b>	<b>1.092.220</b>	<b>1.148.654</b>

### Outras despesas operacionais-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2018 e de 2017 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2018	2017
Arrendamentos	67.155	57.412
Reparação e conservação	20.958	27.918
Serviços profissionais independentes	90.662	82.953
Transportes	6.842	16.585
Prêmios de seguro	11.066	10.014
Serviços bancários	8.857	9.112
Publicidade e propaganda	1.891	1.815
Fornecimentos	30.959	35.908
Tributos	41.291	39.487
Outras despesas	89.056	75.384
<b>Total</b>	<b>368.737</b>	<b>356.588</b>

#### Despesas com pessoal-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2018 e de 2017 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2018	2017
Salários e ordenados	463.309	468.040
Indenizações	5.779	12.276
Seguridade Social a cargo da empresa	98.560	92.828
Outras despesas sociais	41.908	46.910
<b>Total</b>	<b>609.556</b>	<b>620.054</b>

Em 31 de dezembro de 2017 estava pendente de pagamento o valor de 7.831 milhares de euros do montante anterior de indenizações que tinha sido pago no exercício 2018.

Além disso, em 31 de dezembro de 2018, a epígrafe de "Outros passivos circulantes" inclui um valor aproximado de 20 milhões de euros, correspondente a remunerações pendentes de pagamento (21 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017).

#### Amortizações e provisões-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2018 e de 2017 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2018	2017
Dotações para amortizações de imobilizado tangível (Nota 9)	62.478	61.083
Dotações para amortizações de ativos intangíveis (Nota 8)	6.464	6.032
Variação de provisões para riscos e despesas (Nota 16)	34.400	18.288
Variação de deteriorações de contas a receber (Nota 12)	22.491	4.571
Deterioração fundo de comércio (Nota 7)	-	2.899
Outros	(13.821)	1.002
<b>Total</b>	<b>112.012</b>	<b>93.875</b>

A epígrafe "Outros" em 31 de dezembro de 2018 corresponde principalmente às aplicações das provisões registradas pelo Grupo nesta epígrafe, considerando a despesa com os pagamentos provisionados em 31 de dezembro de 2017 devido à sua natureza na demonstração de resultados consolidada.

**Receias financeiras-**

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2018 e de 2017 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2018	2017
Receitas de outros valores negociáveis e créditos com terceiros	3.382	14.741
Outras receitas financeiras e receitas semelhantes (notas 11 y 12)	105.301	65.851
<b>Total</b>	<b>108.683</b>	<b>80.592</b>

Durante o exercício 2018 foi capitalizado um valor de 2,2 milhões de euros diretamente como maior valor do ativo (11,7 milhões de euros em 2017) a título de juros, sendo a taxa de capitalização de 6% aproximadamente em ambos os exercícios.

**Despesas financeiras-**

O detalhamento deste saldo das contas de resultados consolidadas dos exercícios de 2018 e de 2017 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2018	2017
Despesas financeiras de emissão de obrigações e outros valores negociáveis	29.115	19.565
Despesas financeiras com instituições de crédito (*)	60.123	68.051
Outras despesas financeiras	9.708	3.815
	<b>98.946</b>	<b>91.431</b>

(\*) Derivados principalmente dos "Project finance" dos parques eólicos, das sociedades concessionárias, dos empréstimos sindicados da Elecnor, S.A. e dos Swaps de taxa de juros (IRS) (Notas 14 e 15).

As despesas financeiras se referem, quase totalmente, como a aplicação do método da taxa de juros efetiva aos passivos financeiros na categoria de passivos financeiros a custo amortizado.

**22. INTERESSES EM NEGÓCIOS CONJUNTOS**

No exercício de 2018 e de 2017 o balanço e a demonstração dos resultados das Uniões Temporárias de Empresas, nas quais participam a Elecnor, S.A. ou suas sociedades controladas, são incorporados pelo método de consolidação proporcional nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, de acordo com o disposto na NIC 31.

A relação das Uniões Temporárias de Empresas (UTE), a percentagem de participação do Grupo, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, bem como o valor da obra executada em 2018 e em 2017 e a carteira de encomendas no encerramento, são incluídos no Anexo II destas demonstrações financeiras consolidadas.

A contribuição dos negócios conjuntos para as diferentes epígrafes da demonstração da situação financeira e da demonstração de resultados (consolidadas) em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 anexas foi a seguinte:

ATIVO	Milhares de euros		PASSIVO	Milhares de euros	
	2018	2017		2018	2017
Imobilizado intangível	-	35	Resultado exercício	12.623	24.287
Imobilizado tangível	2.720	3.219	Dívidas com instituições de crédito	937	-
Imobilizado financeiro	152	28	Credores no longo prazo	42	7.459
Inventários	10.491	7.264	Credores e dívidas no curto prazo	98.972	143.519
Devedores	58.320	105.111			
Investimentos financeiros temporários	(982)	3.018			
Tesouraria	41.578	53.210			
Ajustes por periodização	295	3.380			
<b>Total</b>	<b>112.574</b>	<b>175.265</b>	<b>Total</b>	<b>112.574</b>	<b>175.265</b>

Conta de Resultados	Milhares de euros	
	2018	2017
Valor líquido volume de negócios	148.524	250.397
Aumento do estoque de produtos acabados e em elaboração	(24)	-
Aprovisionamentos	(100.782)	(183.999)
Receitas acessórias	3.005	(342)
Despesas com pessoal	(12.285)	(12.454)
Serviços externos	(18.095)	(18.841)
Tributos	(2.060)	(2.215)
Perdas por deterioração e variação de provisões por operações comerciais	(962)	(1.222)
Outras despesas de gestão	(750)	(144)
Dotação para a amortização	(1.282)	(645)
Deterioração e resultado por alienação de imobilizado	59	26
Excesso de provisões	2	2
Receias financeiras	1.034	477
Despesas financeiras	(6.405)	(4.144)
Diferenças de câmbio	3.897	499
Impostos estrangeiros	(1.253)	(3.108)
<b>Total</b>	<b>12.623</b>	<b>24.287</b>

## 23. CARTEIRA DE ENCOMENDAS

A carteira de encomendas pendente de executar em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 pela Sociedade controladora, excluídas as Uniões Temporárias de Empresas (Nota 22) e detalhada por linhas de negócio, é a seguinte:

Por Áreas Geográficas	Milhares de euros	
	2018	2017
Nacional	363.388	319.310
Exterior	922.596	1.167.944
<b>Total</b>	<b>1.285.984</b>	<b>1.487.254</b>
<b>Por Atividades</b>		
Eletricidade	488.849	313.103
Geração de Energia	442.738	892.920
Telecomunicações e espaço	129.509	76.905
Construção, meio ambiente e água	48.778	36.035
Manutenção	40.671	44.622
Instalações	29.457	15.502
Gás	30.701	35.168
Ferrovias	75.281	72.999
<b>Total</b>	<b>1.285.984</b>	<b>1.487.254</b>

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 a carteira de encomendas pendente de executar pelas sociedades controladas ascende a 943.041 milhares de euros (673.455 milhares de euros em 2017), basicamente relacionada com as realizadas para empresas do setor elétrico.

## 24. INFORMAÇÃO SOBRE O PERÍODO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES. DISPOSIÇÃO FINAL SEGUNDA DA LEI 31/2014, DE 3 DE DEZEMBRO

As informações sobre os adiamentos de pagamento elaborados a fornecedores pelas sociedades consolidadas espanholas são as seguintes:

	2018	2017
	Dias	
Período médio de pagamento a fornecedores	64	61
Rácio das operações pagas	71	66
Rácio das operações pendentes de pagamento	43	42
	Montante em Milhares de euros	
Total pagamentos realizados	802.457	811.700
Total pagamentos pendentes	210.708	195.010

Os dados expostos no quadro anterior sobre pagamentos a fornecedores fazem referência a credores comerciais por dívidas com fornecedores de bens e serviços, de modo que incluem os dados relativos às ementas "Credores comerciais e outras contas a pagar - Dívidas por compras ou por prestação de serviços".

## 25. INFORMAÇÕES SOBRE FUNCIONÁRIOS

O número médio de pessoas empregadas no decorrer dos exercícios de 2018 e de 2017, distribuído por categorias e sem incluir os negócios conjuntos, foi o seguinte:

Categorias	Número médio de funcionários	
	2018	2017
Diretoria	153	158
Executivo	906	941
Técnico	2.258	2.343
Base	10.264	10.653
<b>Total</b>	<b>13.581</b>	<b>14.095</b>

Do quadro de funcionários médio do Grupo durante 2018 e 2017, 5.866 e 6.219 pessoas, respectivamente, possuíam contratos de caráter eventual.

Da mesma forma, a distribuição por sexos no final dos exercícios de 2018 e 2017, detalhada por categorias, do quadro de funcionários e dos Administradores, sem incluir os negócios conjuntos, é a seguinte:

Categorias	31.12.18		31.12.17	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Conselheiros	13	2	13	1
Diretoria	136	20	127	20
Executivo	689	238	644	244
Técnico	1.409	900	1.318	922
Base	10.044	453	9.403	466
<b>Total</b>	<b>12.291</b>	<b>1.613</b>	<b>11.505</b>	<b>1.653</b>

O número médio de pessoas empregadas pela Sociedade controladora, com deficiência maior ou igual a 33%, detalhado por categorias, é o seguinte:

Categorias	2018	2017
Executivo	6	4
Técnico	5	7
Base	32	29
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>40</b>

A Elecnor, S.A. fechou o exercício de 2018 com um quadro de funcionários de 7.981 pessoas na Espanha (7.347 em 2017), das quais 43 são portadoras de deficiência, o que significa um 0,54% do quadro de funcionários na Espanha. Elecnor, S.A., tem concedida a excepcionalidade através de medidas alternativas. As compras realizadas no Centro Especial de Emprego e certificadas durante o exercício de 2018 ascenderam a 2.539 milhares de euros, o que equivaleria a uma contratação adicional de 1,93% do quadro de funcionários com deficiência. Com tudo isso, seria um total de 2,47%, superando assim a quota de cumprimento obrigatório (2%).

## 26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### 26.1. Saldos e transações do Grupo com partes relacionadas

As condições das transações com as partes relacionadas são equivalentes às que ocorrem em transações feitas em condições de mercado. As transações efetuadas pelo Grupo com as sociedades participadas não consolidadas por consolidação global ou proporcional, e com as sociedades não incluídas no perímetro de consolidação durante o exercício de 2018 e de 2017, são as seguintes:

**Exercício 2018**

	Milhares de euros	
	Vendas e outras receitas operacionais	Receitas financeiras
<b>Pelo método da equivalência patrimonial:</b>		
Dioxipe Solar, S.L.	5.416	-
Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	9.882	-
Gasoducto de Morelos, SAPI de CV	597	2.605
Morelos EPC, SAPI de CV	6.751	-
<b>Total</b>	<b>22.646</b>	<b>2.605</b>

**Exercício 2017**

	Milhares de euros	
	Vendas e outras receitas operacionais	Receitas financeiras
<b>Pelo método da equivalência patrimonial:</b>		
Dioxipe Solar, S.L.	5.011	-
Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	9.600	-
Gasoducto de Morelos, SAPI de CV	502	1.649
Morelos EPC, SAPI de CV	1.573	3.583
<b>Total</b>	<b>16.686</b>	<b>5.232</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a composição dos saldos a receber e a pagar a estas sociedades participadas não consolidadas por consolidação global ou proporcional, e com as sociedades não incluídas no perímetro de consolidação, decorrentes das operações anteriores, é a seguinte:

	Milhares de euros					
	2018			2017		
	Contas a receber	Contas a pagar		Contas a receber	Contas a pagar	
	Outros investimentos financeiros (Nota 11)	Devedores comerciais, empresas vinculadas	Credores comerciais, empresas coligadas e vinculadas	Outros investimentos financeiros (Nota 11)	Devedores comerciais, empresas vinculadas	Credores comerciais, empresas coligadas e vinculadas
<b>Pelo método da equivalência patrimonial:</b>						
Cosemel Ingeniería, A.I.E.	-	-	5	-	-	5
Dioxipe Solar, S.L.	-	3.923	-	-	7.573	-
Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	138	2.210	-	131	2.227	-
Gasoducto Morelos S.A.P.I. de CV	16.176	152	20	29.655	2.173	-
Brilhante Transmisora de Energía, S.A.	-	-	-	-	-	-
Morelos EPC, SAPI de CV	-	-	-	-	361	(37)
Jaurú Transmissora de Energia, S.A.	-	-	-	-	212	-
Morelos O&M	-	58	-	-	53	-
<b>Outras sociedades:</b>						
Centro Logístico Huerta del Peñón, S.L.	-	-	-	-	-	-
Enertel, S.A.	-	-	-	-	45	1
Cantiles XXI, S.L. (Nota 5)	-	-	-	-	-	2.499
Outros	-	6	9	-	1	6
	<b>16.314</b>	<b>6.349</b>	<b>34</b>	<b>29.786</b>	<b>12.645</b>	<b>2.474</b>

Elecnor, S.A. concluiu em 2013 a construção das plantas termosolares para Dioxipe Solar, S.L. e Aries Solar Termoeléctrica, S.L. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não resta nenhum montante de pagamento à Elecnor, S.A. por parte das sociedades em função dos contratos de construção. Tudo o que está pendente de cobrança de ambas as sociedades no encerramento de ambos os exercícios é devido aos contratos de prestação de serviços por manutenção.

Em 31 de dezembro de 2018 a sociedade Bestinver Gestión, S.A., S.G.I.I.C. tem uma participação significativa na Elecnor, S.A., Sociedade controladora do GRUPO Elecnor. Durante o exercício não foi realizada nenhuma transação com a referida sociedade, nem há saldos pendentes de cobrança ou pagamento em 31 de dezembro de 2018.

## 26.2. Remunerações do Conselho de Administração

### a) Remunerações e outros proventos do Conselho de Administração-

Durante o exercício de 2018, os membros do Conselho de Administração da Sociedade controladora receberam remunerações no valor de 4.937 milhares de euros por todos os itens (6.971 milhares de euros no exercício de 2017). Essas remunerações incluem as decorrentes da sua qualidade de pessoal direto.

A Sociedade controladora satisfaz um valor de 4,1 milhares de euros, aproximadamente, a título de seguros de vida contratados a favor dos membros antigos ou atuais do Conselho de Administração (4 milhares de euros no exercício de 2017).

Do mesmo modo, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Sociedade controladora não tinha contraídas obrigações em matéria de pensões, nem garantias com os membros antigos ou atuais do referido Órgão de Administração, bem como nenhum crédito concedido.

Em 31 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração da Sociedade controladora é composto por 15 membros, sendo dois deles mulheres (14 membros, um deles mulher no exercício 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor satisfeito pela Sociedade controladora, a título de prêmio de seguro de responsabilidade civil de todos os administradores ou de algum deles, por danos ocasionados por atos ou omissões no exercício do cargo não foi significativo.

### b) Situações de conflito de interesse dos Administradores-

Os Membros do Conselho de Administração da Elecnor, S.A., e as pessoas ligadas aos mesmos, não incorreram em nenhuma situação de conflito de interesse que devesse ser objeto de comunicação, de acordo com o disposto no Artigo 229 do TRLSC.

### c) Transações alheias ao negócio ordinário ou em condições diferentes de mercado realizadas pelos Administradores-

Durante o exercício de 2018 e 2017 os Administradores da Sociedade não realizaram com esta nem com sociedades do Grupo operações alheias ao negócio ordinário ou em condições diferentes às de mercado.

## 26.3. Remunerações da Alta Diretoria

As funções da Diretoria Executiva são desenvolvidas principalmente pelo Conselheiro Delegado da Sociedade controladora.

## 27. HONORÁRIOS POR SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES DE CONTAS

A empresa auditora (KPMG Auditores, S.L.) das demonstrações financeiras do Grupo faturou durante os exercícios concluídos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 honorários líquidos por serviços profissionais, de acordo com o detalhamento a seguir:

Descrição	Milhares de euros	
	2018	2017
Por serviços de auditoria	269	276
Por outros serviços de Verificação contábil	115	106
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>382</b>

Os valores incluídos no quadro anterior incluem a totalidade dos honorários relativos aos serviços realizados durante os exercícios de 2018 e 2017, independentemente do momento de sua faturação.

Outros serviços de verificação contábil correspondem à revisão limitada de demonstrações de resultados intermédias e relatórios de procedimentos acordados sobre o cumprimento de convênios e procedimentos acordados sobre controle interno da informação financeira, prestados por KPMG Auditores, S.L. a Elecnor e suas sociedades controladas durante o exercício terminado em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Por outro lado, outras entidades afiliadas a KPMG International faturaram ao Grupo durante os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 honorários líquidos por serviços profissionais de acordo com o detalhamento seguinte:

Descrição	Milhares de euros	
	2018	2017
Por serviços de auditoria	381	429
Por outros serviços de Verificação contábil	45	126
Por serviços de assessoria fiscal	69	35
Por outros serviços	2.436	1.080
<b>Total</b>	<b>2.931</b>	<b>1.670</b>

Por outro lado, outros auditores faturaram ao Grupo durante os exercícios concluídos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 honorários líquidos por serviços profissionais, de acordo com o detalhamento a seguir:

Descripción	Milhares de euros	
	2018	2017
Serviços de Auditoria	579	509
Por outros serviços de Verificação contábil	32	-
Serviços de Assessoria Fiscal	678	373
Outros serviços	270	207
<b>Total</b>	<b>1.559</b>	<b>1.098</b>

## 28. LUCROS POR AÇÃO

Os lucros básicos por ação correspondentes aos exercícios de 2018 e de 2017 são os seguintes:

	2018	2017
Lucro líquido atribuível (Milhares de euros)	74.263	71.227
Número de ações totais em circulação	87.000.000	87.000.000
Menos – Ações próprias (Nota 13 d)	(2.336.496)	(2.310.650)
Número médio ponderado de ações em circulação	84.663.504	84.689.350
Lucros básicos por ação (euros)	0,88	0,84

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Elecnor, S.A., Sociedade controladora do Grupo Elecnor, não emitiu instrumentos financeiros nem outros contratos que dão direito ao seu possuidor a receber ações ordinárias da Sociedade.

Como conseqüência, os lucros diluídos por ação coincidem com os lucros básicos por ação. los beneficios diluidos por acción coinciden con los beneficios básicos por acción.

## 29. INFORMAÇÃO AMBIENTAL

O respeito pelo meio ambiente e a sustentabilidade fazem parte da cultura e dos valores essenciais da Elecnor. A Sociedade tem um compromisso responsável com a proteção do ambiente e com a eficiência no consumo de recursos energéticos. O Sistema de Gestão Ambiental da Elecnor define uma sistemática para identificar, avaliar e registrar os aspectos ambientais originados das atividades da empresa, a fim de determinar quais deles são significativos e aplicar os mecanismos de correção mais eficazes para minimizar o seu alcance.

Em 2018, a Elecnor adaptou a sua Certificação Multisite às últimas modificações feitas às normas ISO 9001:2015 e 14001:2015. Trata-se de um certificado único para todas as organizações da Elecnor Infraestructuras que contém a abrangência das diferentes atividades e de todos os centros de trabalho que até agora estavam certificados em cada uma delas de forma individual.

O certificado para a Gestão da Qualidade (ER-0096/1995) e para a Gestão Ambiental (GA-2000/0294) inclui as seguintes áreas do Grupo:

- Subdireção Geral Grandes Redes.
- Subdireção Geral Energia.
- Subdireção Geral Instalações e Redes: Diretoria Centro e Delegações Norte, Diretoria Nordeste, Diretoria Leste, Diretoria Sul, Elecnor Meio Ambiente, Elecnor Segurança, Área 3, Equipamento, Design e Interiores, e Elecnor Infrastrutture S.R.L. (Itália); Ehis Construcciones y Obras; e Aplicaciones Técnicas de la Energía y Jomar Seguridad.

Do mesmo modo, se mantêm os certificados de Gestão do Meio Ambiente das seguintes filiais:

- Audeca, (GA-1999/0134)
- Deimos, (ES 028048-2)
- Hidroambiente, (SGI 1201167/12)
- Enerfín, (GA-2003/0416)

A Elecnor renovou o certificado AENOR Meio Ambiente CO<sub>2</sub> Verificado segundo a norma ISO 14064-1. Através dessa verificação, a Elecnor obtém um apoio independente e rigoroso da quantificação de suas emissões de GEE em suas atividades, visando melhorar sua gestão ambiental e energética.

A Elecnor renovou o certificado de inscrição no Registro Nacional da Pegada de Carbono (Registro Nacional de Huella de Carbono), compensação e projetos de absorção de dióxido de carbono do Gabinete Espanhol de Alterações Climáticas (OECC, Oficina Española de Cambio Climático) do Ministério para a Transição Ecológica, obtendo o selo REDUZCO, sendo o 4º ano consecutivo em que se reduz a Pegada de Carbono.

A certificação pela AENOR do Sistema de Gestão Energética foi renovada (GE-2013/0033) de acordo com a norma UNE-EN ISO 50001:2011.

Adicionalmente, desenvolveu-se em 2018 uma Estratégia de Alteração Climática para reduzir o seu impacto, aumentar a sua resiliência e aproveitar as oportunidades que resultarem das alterações climáticas, para com isso crescer como Grupo de maneira sustentável.

Por fim, a Elecnor tomou-se parte do ranking internacional de sustentabilidade CDP, obtendo a qualificação B, o que implica um reconhecimento internacional da sua estratégia para combater a mudança climática, uma vez que isso significa que a Elecnor em 2018 foi vista ao mais alto nível de "Management" ou gestão da mudança climática.

## Anexo I: Dados de empresas

(Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2018	Sede	Auditor	Atividade	% de participação Direta ou Indireta
<b>Sociedades participadas consolidadas</b>				
<b>Por consolidação global</b>				
Elecncr,S.A.				
Aplicaciones Técnicas de la Energia, S.L.U. (ATERSA)	ESPAÑA	Deloitte	Energia solar	100,00%
Area 3 Equipamiento y Diseño Interiorismo, S.L.U.	ESPAÑA	***	Obras de design de interiores	100,00%
Audeca, S.L.U.	ESPAÑA	KPMG	Restauração e reflorestamento do meio natural e exploração de estradas.	100,00%
Barcaldine Remote Community Solar Farm PTY, LTD(*)	AUSTRÁLIA	ESV	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	20,00%
Betonor,S.L.	ANGOLA	***	Sem atividade	51,00%
Celeo Concesiones E Inversiones, S.L.U.	ESPAÑA	KPMG	Gestão e administração de empresas	100,00%
Corporacion Electrade, S.A.	VENEZUELA	***	Construção e montagem	100,00%
Deimos Space, S.L.U.	ESPAÑA	KPMG	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%
Ehisa Construcciones y Obras, S.A.U.	ESPAÑA	Luis Ruiz Apilanez	Construção e montagem	100,00%
Elecldal, URL	ARGÉLIA	***	Construção e montagem	100,00%
Elecdor ,S.A.	EQUADOR	Batallas & Batallas Auditores	Construção e montagem	100,00%
Elecn, S.A.	HONDURAS	***	Construção e montagem	100,00%
Elecfance,SASU	FRANÇA	Excelia Conseil	Estudo e realização de atividades elétricas	100,00%
Elecnr Argentina , S.A.	ARGENTINA	SMS	Construção e montagem	100,00%
Elecnr Australia PTY LTD	AUSTRÁLIA	ESV	Gestão e administração de empresas	100,00%
Elecnr Chile, S.A.	CHILE	Armando Vergara Gutierrez	Construção e montagem	100,00%
Elecnr de México, S.A.	MÉXICO	KPMG	Construção e montagem	100,00%
Elecnr Do Brasil , L.T.D.A.	BRASIL	KPMG	Construção e montagem	100,00%
Elecnr Energie and Bau, GmbH	ALEMANHA	***	A mais ampla atividade comercial com base em engenharia, projeto, construção, montagem, reparação, movimento e conservação de toda classe de obras, instalação de qualquer tipo, particularmente eficiência energética e renováveis.	100,00%
Elecnr Infrastrutte e Aerospaziale,S.R.L.	ITÁLIA	***	Construção e montagem	100,00%
Elecnr Peru, S.A.C	PERÚ	KPMG	Construção e montagem	100,00%
Elecnr Seguridad, S.L.U.	ESPAÑA	***	Instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios	100,00%
Elecnr South Africa (PTY) LTD	ÁFRICA DO SUL	***	Construção e montagem	100,00%
Elecnr, INC	EUA	RP&B	Instalações	100,00%
Electrolneas de Ecuador, S.A.	EQUADOR	Batallas & Batallas Auditores	Construção e montagem	100,00%
Elecven Construcciones, S.A.	VENEZUELA	Deloitte	Construção e montagem	100,00%
Enertel, S.A. de C.V.	MÉXICO	KPMG	Construção e montagem	99,99%
Grupo Elecnr Angola	ANGOLA	***	Atividades nas áreas das obras públicas e construção civil	55,00%
Hidroambiente, S.A.U.	ESPAÑA	KPMG	Atividades de meio ambiente	100,00%
IDDE,S.A.U.	ESPAÑA	***	Comercial	100,00%
IQA Operatios Group LTD	ESCÓCIA	KPMG	Instalações elétricas	100,00%

**Anexo I: Dados de empresas (Milhares de euros)**

EXERCÍCIO DE 2018	Sede	Auditor	Atividade	% de participação Direta ou Indireta
<b>Sociedades participadas consolidadas</b>				
<b>Por consolidação global</b>				
Jomar Seguridad, S.L.U.	ESPAÑA	***	Venda, instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios e segurança	100,00%
MontEcnor, S.A.	URUGUAI	Ernst & Young	Construção e montagem	100,00%
Omninstal Electricidade, S.A.	PORTUGAL	KPMG	Construção e montagem	100,00%
Parque Solar Porton, SAS(****)	COLÔMBIA	***	Geração de Energia	100,00%
Sociedad Aragonesa De Aguas Residuales,S.A.U.	ESPAÑA	KPMG	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	100,00%
Stonewood Desarrollos,S.L.	ESPAÑA		Comercial	100,00%
<b>CELEO CONCESIONES E INVERSIONES,S.L.U.</b>				
Celeo Energía S.L.(*)	ESPAÑA	***	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc.	100,00%
Celeo Redes,SLU(*)	ESPAÑA	KPMG	Gestão e administração de empresas	51,00%
Celeo Termosolar,S.L.	ESPAÑA	KPMG	Construção e subsequente exploração de usinas termosolares.	100,00%
Helios Inversión Y Promoción Solar,S.L.U.(*)	ESPAÑA	***	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100,00%
Tramperase,S.L.(*)	ESPAÑA	***	Promoção	100,00%
<b>CELEO ENERGIA,SLU</b>				
Celeo Energía Brasil,LTDA(*)	BRASIL	***	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc.	100,00%
Celeo Energía Chile,SPA(*)	CHILE	KPMG	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc.	100,00%
Celeo Luz de Mexicali I, S.A. de C.V.(*)(****)	MÉXICO	***	Promoção, produção de energia	100,00%
Celeo Luz de Mexicali II, S.A. de C.V.(*)(****)	MÉXICO	***	Promoção, produção de energia	100,00%
<b>CELEO REDES BRASIL,S.A.</b>				
Caiua Transmissora De Energia,S.A.(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26,01%
Cantareira Transmissora De Energia,S.A.(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26,01%
Celeo Redes Transmissao de Energia,S.A.(*)(****)	BRASIL	KPMG	Participação em outras sociedades nacionais u estrangeiras e participar de consorcios	51,00%
Coqueiros Transmissora De Energia, S.A.(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Encruzo Novo Transmissora De Energia,S.A.(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Integração Maranhense Transmissora De Energia,S.A.(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26,01%
Linha De Transmissao Corumba,S.A.(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
LT Triangulo,S.A.(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%

## Anexo I: Dados de empresas (Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2018	Sede	Auditor	Atividade	% de participação Direta ou Indireta
<b>Sociedades participadas consolidadas</b>				
<b>Por consolidação global</b>				
Pedras Transmissora De Energía, S.A.(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Serra De Ibiapa Transmissora de Energía,S.A.	BRASIL - SITE*(****)	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Vila Do Conde Transmissora De Energia SA(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
<b>CELEO REDES CHILE LTDA</b>				
Celeo Redes Operación Chile,S.A.(*)	CHILE	KPMG	Exploração de instalações de aproveitamento energético	51,00%
<b>CELEO REDES OPERACIÓN CHILE,S.A.</b>				
Alto Jahuel Transmisora de Energia,S.A.	CHILE	KPMG	Promoção, construção e exploração de instalações de energia elétrica	50,99%
Charrua Transmisora De Energia,S.A.	CHILE	KPMG	Montagem, instalação, exploração de Nova Linha , 2 x 5 Charrúa – Ancoa	51,00%
Diego de Almagro Transmisora de Energía,S.A.(*)	CHILE	KPMG	Promoção, construção e exploração de instalações de energia elétrica	51,00%
<b>CELEO REDES,S.L.</b>				
Celeo Redes Brasil,S.A.(*)	BRASIL	KPMG	Promoção, construção e exploração de instalações de energia elétrica	51,00%
Celeo Redes Chile Ltda(*)	CHILE	KPMG	Exploração de instalações de aproveitamento energético	51,00%
<b>CORPORACION ELECTRADE</b>				
Electrade Investment, Ltda(*)	BARBADOS	***	Venda de materiais	100,00%
<b>DEIMOS SPACE,S.L.U.</b>				
Deimos Atlantic Launchers,S.A.(*)	ITÁLIA	***	Transporte espacial, lançamento de satélite e de veículos espaciais	100,00%
Deimos Castilla la Mancha, S.L.U.(*)	ESPAÑA	KPMG	Desenvolvimento de software, engenharia e assistência técnica no ramo da teledeteção	100,00%
Deimos Engenharia, S.A.	PORTUGAL	ESAC Espírito Santo & Associados	Prestação de serviços em áreas de telecomunicações, energia aeronáutica e espacial	100,00%
Deimos Space UK,Limited(*)	INGLATERRA	James Cowper Kreston	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%
S.C. Deimos Space,S.R.L. (*)	ROMÊNIA	***	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%
<b>Elecnor AUSTRALIA</b>				
Green Light Contractors PTY, LTD(*)	AUSTRÁLIA	ESV	Construção de um parque fotovoltaico	100,00%
<b>Elecnor INC</b>				
Belco Elecnor Electric, INC(*)	EUA	RP&B	Instalações elétricas	100,00%
Elecnor Hawkeye, LLC(*)	EUA	***	Instalações elétricas	100,00%

**Anexo I: Dados de empresas (Milhares de euros)**

EXERCÍCIO DE 2018	Sede	Auditor	Atividade	% de participação Direta ou Indireta
<b>Sociedades participadas consolidadas</b>				
<b>Por consolidação global</b>				
<b>ELECTROL, S.A.</b>				
Zogu,S.A.(*)	EQUADOR	Batallas & Batallas Auditores	Construção e montagem	100,00%
<b>ENERFÍN ENERGY CO OF CANADA</b>				
Lambton Enerwind General Partner Inc (Gp)(*)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
Lambton Enerwind Limited Partnership (Sec)(*)	CANADÁ	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
<b>ENERFÍN ENERGY COMPANY OF CANADA, INC</b>				
Investissements Eoliennes de L'Érable, INC.(*)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
Investissements Eoliennes de L'Érable, SEC.(*)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
<b>ENERFÍN ENERVENTO EXTERIOR, S.L</b>				
Eolica La Vela(*)	COLÔMBIA	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Eolica Los Lagos(*)	CHILE	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Eolica Musichi(*)	COLÔMBIA	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Gran Sul Geração de Energia(*)(***)	BRASIL	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Guajira Eolica I,S.A.S.(*)	COLÔMBIA	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Guajira Eolica II,S.A.S.(*)	COLÔMBIA	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Parques Eólicos Palmares,S.A.(*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de concessões de serviços transmissores de energia elétrica	80,00%
Prairie Winds General Partner(*)	CANADÁ	***	Gestão e administração de empresas	70,00%
Prairie Winds Limited Partner(*)	CANADÁ	***	Promoção de parques eólicos	25,00%
Rio Norte I Energia,*(*)(***)	BRASIL	***	Gestão e administração de empresas	100,00%
Rio Sul 1 Energia,Ltda(*)	BRASIL	Deloitte	Gestão e administração de empresas	100,00%
Rio Sul 2 Energia,Ltda(*)	BRASIL	***	Gestão e administração de empresas	100,00%
Ventos da Lagoa,S.A.(*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Ventos do Litoral Energia,S.A.(*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Ventos do Sao Fernando I Energia(*)(***)	BRASIL	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Ventos do Sao Fernando II Energia(*)(***)	BRASIL	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Ventos do Sul, S.A.(*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Ventos Dos Indios Energia,S.A.(*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Vientos De Panaba, S.A. de CV(*)	MÉXICO	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Vientos de Sucilá,S.A. de CV(*)	MÉXICO	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Vientos De Yucatan S.A. De Cv(*)	MÉXICO	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
<b>ENERFÍN ENERVENTO,S.L.U.</b>				
Aerogeneradores del Sur, S.A.(*)	ESPANHA	Deloitte	Construção, exploração e aproveitamento dos recursos eólicos	100,00%
Eólica Montes de Cierzo, S.L.(*)	ESPANHA	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Eólica Páramo de Poza, S.A.(*)	ESPANHA	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	70,00%

## Anexo I: Dados de empresas (Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2018	Sede	Auditor	Atividade	% de participação Direta ou Indireta
<b>Sociedades participadas consolidadas</b>				
<b>Por Integración Global</b>				
Galicia Vento, S.L.(*)	ESPAÑA	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	90,60%
Parque Eólico Malpica,S.A.(*)	ESPAÑA	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	95,55%
<b>ENERFÍN SOCIEDAD DE ENERGÍA,S.L.</b>				
Enerfera, S.R.L.(*)	ITÁLIA	***	Construção, exploração e aproveitamento dos recursos eólicos	100,00%
Enerfín Developments British Columbia,Inc(*)	CANADÁ	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Enerfín do Brasil Sociedad de Energía LTDA(*)	BRASIL	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Enerfín Energy Company INC(*)	EUA	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Enerfín Energy Company of Canada, INC(*)	CANADÁ	***	Gestão e administração de empresas	100,00%
Enerfín Enervento Exterior,S.L.(*)	ESPAÑA	Deloitte	Gestão e administração de empresas	100,00%
Enerfín Enervento,S.L.U.(*)	ESPAÑA	***	Administração e assessoria	100,00%
Enerfín Québec Services,INC(*)	CANADÁ	***	Gestão e administração de empresas	100,00%
Enerfín Sociedad de Energía,S.L.U.	ESPAÑA	Deloitte	Gestão e administração de empresas	100,00%
Parque Eólico Cofrentes,S.L.U.(*)	ESPAÑA	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
<b>ENERFÍN SOCIEDAD DE ENERGÍA,S.L.</b>				
Eoliennes de L'Érable, SEC.(*)	CANADÁ	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	51,00%
<b>EOLIENNES DE L'ERABLE COMMANDITAIRE</b>				
Eoliennes De L'Erable Commandite Inc(*)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
<b>HELIOS INVERSION</b>				
Celeo Fotovoltaico,S.L.U.(*)	ESPAÑA	KPMG	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100,00%
<b>HIDROAMBIENTE,S.A.</b>				
Sdad Aragonesa De Estaciones Depuradoras,S.A.(*)	ESPAÑA	KPMG	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	60,00%
<b>INVESTISSEMENTS EOLIENNES DE L'ÉRABLE SEC</b>				
Eoliennes L'Erable Commanditaire Inc(*)	CANADÁ	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
<b>Método de la Participación (Nota 10)</b>				
<b>Elecnor,S.A.</b>				
Cosemel Ingenieria,Aie	ESPAÑA	***	Promoção, comercialização e desenvolvimento de atividades de instalações e eletrificações ferroviárias de alta velocidade	33,33%
<b>GASODUCTO DE MORELOS, S.A.P.I.</b>				
(Sdad Anónima Promotora de Inversión) DE C.V.	MÉXICO	Deloitte	Exploração e manutenção do gasoduto Morelos	50,00%
Morelos Epc S.A.P.I. De Cv	MÉXICO	Deloitte	Construção, engenharia e fornecimento do gasoduto Morelos	50,00%
Morelos O&M, Sapi,Cv	MÉXICO	***	Manutenção do gasoduto Morelos	50,00%
Sdad. Aguas Residuales Pirineos,S.A.	ESPAÑA	***	Construção e exploração de usinas do Plano especial de depuração	50,00%
<b>CELEO REDES BRASIL,S.A.</b>				
Brilhante II Transmissora De Energia SA(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	25,50%

**Anexo I: Dados de empresas (Milhares de euros)**

EXERCÍCIO DE 2018	Sede	Auditor	Atividade	% de participação Direta ou Indireta
<b>Sociedades participadas consolidadas</b>				
<b>Por consolidação global</b>				
Brilhante Transmissora De Energia SA(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços de transmissões de energia elétrica	25,50%
Jauru Transmissora De Energia, S.A.(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços de transmissões de energia elétrica	16,99%
<b>CELEO TERMOSOLAR</b>				
Aries Solar Termoelectrica, S.L. (*)	ESPAÑA	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar termoelétrica	55,70%
Dioxipe Solar, S.L.(*)	ESPAÑA	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar termoelétrica	55,00%
<b>ENERFÍN ENERVENTO EXTERIOR, S.L</b>				
Woolsthorpe Holding Pty Ltd(*) (***)	AUSTRALIA	***	Gestão e administração de empresas	50,00%
Woolsthorpe Holding Trust(*) (***)	AUSTRALIA	***	Gestão e administração de empresas	50,00%
<b>ENERFÍN ENERVENTO, S.L.U.</b>				
Parque Eólico La Gaviota, S.A.(*)	ESPAÑA	Ernst & Young	Exploração de instalações de aproveitamento energético	37,33%
<b>ENERFÍN SOCIEDAD DE ENERGÍA, S.L.</b>				
Gestión de Evacuación La Serna, S.L. (Gelaserna) (*) (***)	ESPAÑA	***	Promoção de parques eólicos	15,00%

(\*) Sociedades participadas indiretamente pela Elecnor, S.A.

(\*\*\*) Sociedades não obrigadas legalmente a submeter as suas demonstrações financeiras a auditoria.

(\*\*\*\*) Sociedades incorporadas ao perímetro de consolidação no Exercício de 2018.

## Anexo I: Dados de empresas

(Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2017	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta o Indireta
<b>Sociedades participadas consolidadas</b>				
<b>Por consolidação Global</b>				
Elecnr,S.A.				
Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.L. (ATERSA)	ESPAÑA	Deloitte	Energia solar	100,00%
Area 3 Equipamiento y Diseño Interiorismo, S.L.U.	ESPAÑA	***	Obras de design de interiores	100,00%
Audeca, S.L.U.	ESPAÑA	KPMG	Restauração e reflorestamento do meio natural e exploração de estradas.	100,00%
Barcaldine Remote Community Solar Farm PTY, LTD(*)	AUSTRÁLIA	ESV	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	20,00%
BETONOR,S.L.	ANGOLA	***	Sem atividade	51,00%
Celeo Concesiones E Inversiones,S.L.U.	ESPAÑA	KPMG	Gestão e administração de empresas	100,00%
Celeo Termosolar,S.L.	ESPAÑA	KPMG	Construção e subsequente exploração de usinas termosolares.	100,00%
Corporacion Electrade, S.A.	VENEZUELA	***	Construção e montagem	100,00%
Deimos Engenharia, S.A.	PORTUGAL	ESAC Espirito Santo Associados	Prestação de serviços em áreas de telecomunicações, energia aeronáutica e espacial	100,00%
Deimos Space, S.L.U.	ESPAÑA	KPMG	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%
Ehisa Construcciones y Obras, S.A.	ESPAÑA	Luis Ruiz Apilanez	Construção e montagem	100,00%
Elecdal, URL	ARGÉLIA	***	Construção e montagem	100,00%
Elecdor ,S.A.	EQUADOR	Batallas & Batallas Auditores	Construção e montagem	100,00%
Elecen, S.A.	HONDURAS	***	Construção e montagem	100,00%
Elecfrance,SASU	FRANÇA	Excelia Conseil	Estudo e realização de atividades elétricas	100,00%
Elecnr Argentina , S.A.	ARGENTINA	SMS	Construção e montagem	99,89%
Elecnr Australia PTY LTD	AUSTRÁLIA	ESV	Gestão e administração de empresas	100,00%
Elecnr Chile, S.A.	CHILE	Armando Vergara Gutierrez	Construção e montagem	100,00%
Elecnr de Mexico, S.A.	MEXICO	KPMG	Construção e montagem	100,00%
Elecnr Do Brasil , L.T.D.A.	BRASIL	KPMG	Construção e montagem	100,00%
Elecnr Energie and Bau, GmbH	ALEMANHA	***	A mais ampla atividade comercial com base em engenharia, projeto, construção, montagem, reparação, movimento e conservação de toda classe de obras, instalação de qualquer tipo, particularmente eficiência energética e renováveis.	100,00%
Elecnr Montagens Eletricas.Ltda.	BRASIL	***	Construção e montagem	100,00%
Elecnr Peru, S.A.	PERU	KPMG	Construção e montagem	100,00%
Elecnr Seguridad, S.L.	ESPAÑA	***	Instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios	100,00%
Elecnr South Africa (PTY) LTD	ÁFRICA DO SUL	***	Construção e montagem	100,00%
Elecnr, INC	EUA	RP&B	Instalações	100,00%
Electrolneas de Ecuador , S.A.	EQUADOR	Batallas & Batallas Auditores	Construção e montagem	100,00%
Elecven Construcciones, S.A.	VENEZUELA	Deloitte	Construção e montagem	100,00%
Enerfín Sociedad de Energía,S.L.	ESPAÑA	Deloitte	Gestão e administração de empresas	99,99%
Enertel, S.A. de C.V.	MEXICO	KPMG	Construção e montagem	99,99%

**Anexo I: Dados de empresas (Milhares de euros)**

EXERCÍCIO DE 2017	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
<b>Sociedades participadas consolidadas</b>				
<b>Por consolidação Global</b>				
Grupo Elecnor Angola	ANGOLA	***	Atividades nas áreas das obras públicas e construção civil	55,00%
Hidroambiente, S.A.U.	ESPANHA	KPMG	Atividades de meio ambiente	100,00%
IDDE,S.A.	ESPANHA	***	Comercial	100,00%
IQA Operativos Group LTD	ESCÓCIA	KPMG	Instalações elétricas	100,00%
Jomar Seguridad, S.L.U.	ESPANHA	***	Venda, instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios e segurança	100,00%
Montagens Elétricas Da Serra, Ltda	BRASIL	***	Construção e montagem	100,00%
MontElecnor, S.A.	URUGUAI	Ernst & Young	Construção e montagem	100,00%
Ominstal Electricidade, S.A.	PORTUGAL	KPMG	Construção e montagem	100,00%
Rasacaven ,S.A.	VENEZUELA	Deloitte	Construção e montagem	96,99%
Sociedad Aragonesa De Aguas Residuales,S.A.U.	ESPANHA	KPMG	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	100,00%
Vilhena Montagens Elétricas,Ltda	BRASIL	***	Construção e montagem	100,00%
<b>CELEO CONCESIONES E INVERSIONES,S.L.U.</b>				
Celeo Energía S.L.(*)	ESPANHA	***	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc.	100,00%
Celeo Redes,SLU(*)	ESPANHA	KPMG	Gestão e administração de empresas	51,00%
Helios Inversión Y Promoción Solar,S.L.U.(*)	ESPANHA	***	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100,00%
<b>CELEO ENERGIA,S.L.</b>				
Celeo Energía Brasil,LTDA(*)	BRASIL	***	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc.	100,00%
Celeo Energía Chile,SPA(*)	CHILE	KPMG	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc.	100,00%
<b>CELEO REDES BRASIL,S.A.</b>				
Caiua Transmissora De Energia,S.A.(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26,01%
Cantareira Transmissora De Energia,S.A.(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26,01%
Coqueiros Transmissora De Energia, S.A.(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Encruzo Novo Transmissora De Energia,Ltda(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Integração Maranhense Tranmissora De Energia,S.A.(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26,01%
Linha De Transmissao Corumba,Ltda(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
LT Triangulo,S.A(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%

## Anexo I: Dados de empresas (Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2017	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
<b>Sociedades participadas consolidadas</b>				
<b>Por consolidação Global</b>				
Pedras Transmissora De Energía, S.A.(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
Vila Do Conde Transmissora De Energia SA(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%
<b>CELEO REDES CHILE Ltda</b>				
Celeo Redes Operación Chile,S.A.(*)	CHILE	KPMG	Exploração de instalações de aproveitamento energético	51,00%
<b>CELEO REDES CHILE OPERACIÓN ,S,A</b>				
Alto Jahuel Transmisora de Energia,S.A.	CHILE	KPMG	Promoção, construção e exploração de instalações de energia elétrica	51,00%
Charrua Transmisora De Energia,S.A.	CHILE	KPMG	Montagem, instalação, exploração de Nova Linha , 2 x 5 Charrúa – Ancoa	51,00%
Diego de Almagro Transmisora de Energía,S.A.(*)	CHILE	KPMG	Promoção, construção e exploração de instalações de energia elétrica	51,00%
<b>Celeo Redes,S.L.U.</b>				
Celeo Redes Brasil,S.A.(*)	BRASIL	KPMG	Promoção, construção e exploração de instalações de energia elétrica	51,00%
Celeo Redes Chile Ltda(*)	CHILE	KPMG	Exploração de instalações de aproveitamento energético	51,00%
<b>Corporación Electrade</b>				
Electrade Investment, Ltda(*)	BARBADOS	***	Venta de materiais	100,00%
<b>Deimos Space, S.L.U.</b>				
Deimos Castilla la Mancha, S.L.U.(*)	ESPAÑA	KPMG	Desenvolvimento de software, engenharia e assistência técnica no ramo da teledeteção	100,00%
Deimos Space UK,Limited(*)	INGLATERRA	KPMG	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%
S.C. Deimos Space,S.R.L. (*)	ROMÊNIA	***	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%
<b>Elecnor FINANCIERA ,S.L.</b>				
Parque Eólico Malpica,S.A.(*)	ESPAÑA	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	95,55%
<b>Elecnor Australia</b>				
Green Light Contractors PTY, LTD(*)	AUSTRÁLIA	ESV	Construção de um parque fotovoltaico	100,00%
<b>Elecnor Inc</b>				
Belco Elecnor Electric, INC(*)	EUA	RP&B	Instalações elétricas	100,00%
Elecnor Hawkeye, LLC(*)	EUA	***	Instalações elétricas	100,00%

**Anexo I: Dados de empresas (Milhares de euros)**

EXERCÍCIO DE 2017	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
<b>Sociedades participadas consolidadas</b>				
<b>Por consolidação Global</b>				
<b>Electrol, S.A.</b>				
Zogu,S.A.(*)	EQUADOR	Batallas & Batallas Auditores	Construção e montagem	100,00%
<b>ENERFÍN ENERVENTO EXTERIOR,S.L.</b>				
Eólica la Vela (*) (****)	COLÔMBIA	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Eólica los Lagos (*) (****)	CHILE	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Eólica Musichi (*) (****)	COLÔMBIA	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Guajira Eólica I,S.A.S.(*)	COLÔMBIA	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Guajira Eólica II,S.A.S.(*) (****)	COLÔMBIA	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Parques Eólicos Palmares,S.A.(*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de concessões de serviços transmissores de energia elétrica	80,00%
Río Sul 1 Energia,LTDA(*)	BRASIL	Deloitte	Gestão e administração de empresas	100,00%
Río Sul 2 Energia,LTDA(*)	BRASIL	***	Gestão e administração de empresas	100,00%
Ventos da Lagoa,S.A.(*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Ventos de Cabo Verde I, S.A.(*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos de Cabo Verde II, S.A.(*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos de Cabo Verde III, S.A.(*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos de Granjas Vargas Energía,S.A.(*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos de Granjas Vargas II Energía,S.A.(*)	BRASIL	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Ventos do Litoral Energía,S.A.(*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Ventos do Sul, S.A.(*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
Vientos de Yucatán S.A. de C.V.(*) (****)	MEXICO	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Ventos dos Índios Energía,S.A.(*)	BRASIL	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%
<b>ENERFÍN ENERGY CO OF CANADA, INC</b>				
Lambton Enerwind General Partner INC (GP)(*)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
Lambton Enerwind Limited Partnership (SEC)(*)	CANADÁ	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
Investissements Eoliennes de L'Érable, INC.(*)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
Investissements Eoliennes de L'Érable, SEC.(*)	CANADÁ	***	Administração e assessoria	100,00%
<b>ENERFÍN SOCIEDAD DE ENERGÍA,S.L.</b>				
Elecnor Financiera ,S.L.(*)	ESPAÑA	***	Administração e assessoria	100,00%
Enerfera, S.R.L.(*)	ITÁLIA	***	Construção, exploração e aproveitamento dos recursos eólicos	100,00%
Enerfin do Brasil Sociedad de Energía LTDA(*)	BRASIL	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Enerfin Energy Company INC(*)	EUA	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Enerfin Energy Company of Canada, INC(*)	CANADÁ	***	Gestão e administração de empresas	100,00%

## Anexo I: Dados de empresas (Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2017	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
<b>Sociedades participadas consolidadas</b>				
<b>Por consolidação Global</b>				
Enerfín Enervento Exterior,S.L.(*)	ESPAÑA	Deloitte	Gestão e administração de empresas	100,00%
Enerfín Enervento,S.A.(*)	ESPAÑA	Deloitte	Gestão e administração de empresas	100,00%
Enerfín Québec Services,INC(*)	CANADA	***	Gestão e administração de empresas	100,00%
EnerfínDevelopments British Columbia,Inc(*)	CANADA	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%
Parque Eólico Cofrentes,S.L.U.(*)	ESPAÑA	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Sdad Eólica Corrales de Herrera,S.L.(*) (****)	ESPAÑA	***	Promoção de parques eólicos	100,00%
<b>ENERFÍN, ENERVENTO,S.A.</b>				
Aerogeneradores del Sur , S.A.(*)	ESPAÑA	Deloitte	Construção, exploração e aproveitamento dos recursos eólicos	100,00%
Eólica Montes de Cierzo , S.L.(*)	ESPAÑA	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
Eólica Páramo de Poza , S.A.(*)	ESPAÑA	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	70,00%
Galicia Vento, S.L.(*)	ESPAÑA	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	90,60%
<b>EOLIENNES DE L'ÉRABLE COMANDITAIRE, INC</b>				
Eoliennes de l'Érable Commandité INC(*)	CANADA	***	Administração e assessoria	100,00%
Eoliennes de L'Érable, SEC.(*)	CANADA	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	51,00%
<b>Helios Inversión Y Promoción Solar,S.L.U.</b>				
Celeo Fotovoltaico,S.L.U.(*)	ESPAÑA	KPMG	Promoción construcción y explotación de parques fotovoltaicos	100,00%
<b>Hidroambiente, S.A.U.</b>				
Everblue Private Limited(*)	INDIA	***	Atividades de meio ambiente	100,00%
Sdad Aragonesa De Estaciones Depuradoras,S.A.(*)	ESPAÑA	KPMG	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	60,00%
<b>INVESTISSEMENTS EOLIENNES DE L'ÉRABLE SEC</b>				
Eoliennes l'Érable Commanditaire INC(*)	CANADA	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%
<b>Zogu,S.A.</b>				
CLN,S.A.(*)	VENEZUELA	***	Sem atividade	100,00%
<b>Sociedades participadas consolidadas</b>				
<b>Pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)</b>				
<b>Controlada da:</b>				
<b>Elecnr,S.A.</b>				
Cosemel Ingeniería,Aie		***	Promoção, comercialização e desenvolvimento de atividades de instalações e eletrificações ferroviárias de alta velocidade	33,33%

**Anexo I: Dados de empresas (Milhares de euros)**

EXERCÍCIO DE 2017	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta
<b>Sociedades participadas consolidadas</b>				
Pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)				
Controlada da:				
Gasoducto de Morelos, S.A.P.I. (Sdad Anónima Promotora de Inversión) de C.V.				
Morelos EPC S.A.P.I. de CV	MEXICO	Deloitte	Exploração e manutenção do gasoduto Morelos	50,00%
Morelos O&M, SAPI,CV	MEXICO	***	Manutenção do gasoduto Morelos	50,00%
Sdad. Aguas Residuales Pirineos,S.A.	ESPAÑA	***	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	50,00%
<b>CELEO REDES BRASIL,S.A.</b>				
Brilhante II Transmissora De Energia SA(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	25,50%
Brilhante Transmissora De Energia SA(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	25,50%
Jauru Transmissora De Energia,S.A.(*)	BRASIL	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	16,99%
<b>Celeo Termosolar,S.L.</b>				
Aries Solar Termoelectrica,S.L. (*)	ESPAÑA	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar termoelétrica	55,70%
Dioxipe Solar,S.L.(*)	ESPAÑA	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar termoelétrica	55,00%
<b>Elecnor FINANCIERA ,S.L.</b>				
Parque Eólico La Gaviota,S.A.	ESPAÑA	Ernst & Young	Exploração de instalações de aproveitamento energético	37,33%

(\*) Sociedades participadas indiretamente pela Elecnor, S.A.

(\*\*\*) Sociedades não obrigadas legalmente a submeter as suas demonstrações financeiras a auditoria.

(\*\*\*\*) Sociedades incorporadas ao perímetro de consolidação no Exercício de 2017.

## Anexo II: Relação de UTEs Integradas

	Porcentagem de participação	(Milhares de euros)			
		2018		2017	
		Produção realizada 2018	Carteira não ocorrida 2018	Produção realizada 2017	Carteira não ocorrida 2017
UTE PUENTE MAYORGA	50,00%	--	--	--	--
UTE ELNR-CONSTUCSA E. HIDROGENO	50,00%	--	--	--	--
UTE PARQUESUR OCIO	90,00%	--	--	--	--
UTE INSTALACIONES ELÉCTRICAS SINCROTRÓN ALBA	50,00%	--	--	--	--
UTE CAMPO ARAÑUELO	50,00%	--	--	--	--
UTE MUVIM	30,00%	--	--	--	--
UTE ROTA HIGH SCHOOL	50,00%	--	--	--	--
UTE Elecnor OSEPSA	50,00%	2	--	--	--
UTE CAN COLOMER	50,00%	--	--	--	--
UTE VILLASEQUILLA - VILLACAÑAS	21,00%	543	--	--	218
UTE AVELE	22,00%	--	--	--	--
UTE AVELE 2	22,00%	--	--	--	--
AEROPUERTO LANZAROTE SAMPOL-Elecnor UTE	50,00%	--	--	--	--
UTE NIÑO DE ORO	100,00%	--	--	--	--
UTE EXPLOTACION ZONA 07-A	60,00%	1.039	--	947	--
CONSÓRCIO Elecnor DYNATEC	100,00%	1.535	4.683	400	6.628
UTE ZONA P-2	50,00%	--	--	--	--
UTE SUBESTACION JUNCARIL	50,00%	(25)	--	--	--
UTE AEROPOLIS	50,00%	--	--	--	--
UTE CASA DE LAS ARTES	50,00%	--	--	--	--
UTE 2ª FASE NIÑO DE ORO	100,00%	--	--	--	--
UTE SSAA EIX DIAGONAL	50,00%	--	--	--	--
UTE MARINA BAIXA	40,00%	--	--	--	--
UTE AUDIO BARAJAS	50,00%	--	--	--	--
UTE LOS CARAMBOLOS	100,00%	--	--	--	--
UTE CENTRO DE PROSPECTIVA RURAL	100,00%	--	--	--	--
UTE CENTRO MAYORES BAENA	100,00%	--	--	--	--
UTE TARAZONA	100,00%	--	--	--	--
UTE TERMINAL DE CARGA	50,00%	--	--	--	--
UTE PCTH	100,00%	--	--	--	--
UTE LED MOLLET	70,00%	--	--	--	--
UTE VIA LA CARTUJA	20,00%	--	--	--	--
UTE GALINDO	100,00%	--	--	--	--
UTE DESVIOS LAV Sevilla	28,85%	--	--	734	--
UTE MTO. SEG. Y EMERG. MADRID	100,00%	--	--	--	--
UTE AMPLIACION MUSEO MORERIA	100,00%	--	--	--	--
UTE FIGUERES WIFI	50,00%	--	--	7	--
UTE PLANTA RSU ACAHUALINCA	70,00%	--	--	--	--
UTE CENTRO OUPACIONAL FERROL	50,00%	--	--	--	--
UTE Elecnor ONILSA	85,00%	--	--	--	--
UTE SAN CRISPIN	100,00%	122	--	305	305
UTE UBE LA ISLA	100,00%	40	--	103	103
UTE EXPLOTACION ZONA P2	50,00%	641	650	592	600
UTE AS SOMOZAS	50,00%	--	--	1	--

	Porcentagem de participação	(Milhares de euros)			
		2018		2017	
		Produção realizada 2018	Carteira não ocorrida 2018	Produção realizada 2017	Carteira não ocorrida 2017
UTE SAN JERONIMO	100,00%	37	--	107	107
UTE JARDINES MOGAN	100,00%	805	--	1.069	1.069
UTE URBANIZACION PEDRO III	100,00%	--	--	--	--
UTE Elecnor-ONDOAN SERVICIOS	50,00%	899	900	789	--
UTE Elecnor - DEIMOS SIPA	100,00%	--	--	204	--
UTE COMUNICACIONES SANT CUGAT	100,00%	--	--	--	--
UTE VENCILLON	100,00%	--	--	--	--
UTE PATRIMONIO SEGURIDAD	66,66%	480	500	395	--
UTE ESPACIOS VERDES SAN VICENTE DEL RASPEIG	100,00%	334	--	812	--
UTE PLAZAS COMERCIALES T4	100,00%	--	--	--	--
UTE BT HOSPITAL DE ZAMORA	50,00%	--	--	276	297
UTE TRANVIA OUARGLA	49,50%	6.961	2.545	33.547	24.303
UTE ENERGIA GALICIA	20,00%	18.238	28.451	4.727	46.690
UTE AEROPUERTO DE PALMA	100,00%	--	--	13	--
GROUPEMENT INTERNATIONAL SANTE POUR HAITI	100,00%	5.241	2.658	10.178	3.700
UTE MANCOMUNIDAD DE DURANGO	60,00%	4	--	19	--
UTE ENERGIA GRANADA	33,34%	62	356	32	418
UTE MOBILIARIO HUCA	100,00%	--	--	--	--
UTE ANILLO GALINDO	25,00%	1.193	--	2.213	--
UTE SICA BCN	100,00%	--	--	644	--
UTE DEINOR NOAIN	100,00%	--	--	--	--
CONSORCIO NUEVA POLICLÍNICA DE CHITRE	100,00%	3.611	821	985	2.459
CONSORCIO NUEVA POLICLÍNICA DE CHEPO	100,00%	1.203	125	1.024	1.522
UTE ADEC LOCALES CERCANIAS	100,00%	--	--	--	--
UTE CRA ENAGAS	100,00%	--	--	--	--
UTE CAMPO DE VUELO TF NORTE	100,00%	--	--	--	102
UTE MATIKO	20,00%	--	--	4.609	--
UTE VOPI4-ELNR CA L'ALIER	50,00%	1.589	440	2.222	1.638
UTE REUBIC EQUIP NAV BARAJAS	100,00%	38	--	--	38
UTE MANTENIMIENTO AVE ENERGIA	12,37%	15.933	103.002	15.720	118.935
UTE ASEGOP IBIZA	65,00%	54	38	1.437	92
UTE Elecnor BUTEC BELLARA	60,00%	54.397	26.597	49.106	90.638
UTE AVELE3	22,00%	--	--	--	--
UTE AVELE4	22,00%	--	--	--	--
UTE EDARES SEGOVIA	70,00%	73	--	144	--
UTE VIGILANCIA BOADILLA	100,00%	--	--	--	--
UTE SICA	100,00%	71	425	1.178	496
UTE CASTELFLORITE	100,00%	--	--	--	135
UTE MANTENIMIENTO AEROPUERTO DE PALMA	50,00%	1.822	--	1.795	250
UTE CUETO DEL MORO	25,00%	--	--	--	--
UTE Elecnor ALGHANIM	60,00%	285	3.201	2.822	3.287
UTE MANTENIMIENTO VALEBU	50,00%	366	2.087	350	2.453
UTE EMBARQUE DESEMBARQUE T4	100,00%	20	--	--	20
UTE CONTAR	100,00%	53	--	118	40
UTE INST. RECERCA SANT PAU	50,00%	999	282	3.852	532
UTE INST. MERCAT DE SANT ANTONI	60,00%	3.589	102	6.284	606
UTE TUNELES ABDALAJIS	100,00%	471	397	450	927

	Porcentagem de participação	(Milhares de euros)			
		2018		2017	
		Produção realizada 2018	Carteira não ocorrida 2018	Produção realizada 2017	Carteira não ocorrida 2017
UTE TORRENTE - XATIVA	50,00%	--	--	1.294	--
UTE EMPALME II	50,00%	3.942	--	14.991	43.014
UTE CENTRO LOG. IBEREBRO	41,90%	6	--	1.880	--
UTE AEROPUERTO TERUEL	50,00%	--	--	--	--
UTE NAVE SESTAO	50,00%	(246)	--	492	--
UTE ENERGIA GALICIA MANTENIMIENTO	20,00%	1.599	31.626	1.562	48.698
UTE URDULIZ BARRIA	50,00%	--	--	609	33
UTE TERMINAL DE CARGA TF NORTE	50,00%	165	1	1.483	166
UTE URBANIZADORA RIODEL	50,00%	--	--	--	--
UTE OFICINAS IBEREBRO	100,00%	760	--	5.722	--
UTE FIRA PAVELLO 2	70,00%	--	--	20	8
Elecnor TARGET LLC, JV	60,00%	4.975	5.388	27.284	10.362
UTE LINEA 1	20,00%	--	--	1.345	--
UTE INSTALACIONES LOIOLA	50,00%	--	--	531	4
UTE CEIP SOBRADIEL	100,00%	695	--	2.167	459
UTE TERMINAL E	50,00%	1.961	80	13.631	1.805
UTE QUEVEDO	50,00%	52	3	160	55
UTE HERNANI-IRUN	50,00%	2.136	1.998	758	4.134
UTE ACTUAC ETAPS CYII LOTE2	50,00%	144	160	155	304
UTE CARPIO Y POLLOS	50,00%	130	82	125	212
UTE METRO SAN INAZIO	100,00%	--	--	--	--
UTE CAMPO DE VUELOS ASTURIAS	100,00%	421	868	346	1.302
UTE BIOMASA HUERTA DEL REY	50,00%	596	15	1.524	612
UTE MOPAEL	80,00%	4.527	1.576	2.897	6.103
UTE OFICINAS GENCAT	60,00%	16.411	11	7.488	1.584
UTE UYUNI-YUNCHARA	49,00%	21.623	--	25.339	55.521
UTE MEGAFONIA AENA	70,00%	34	--	390	33
UTE MANTENIMIENTO SIGMA AENA	100,00%	199	249	213	448
UTE LINEA 8	20,00%	--	--	1.094	--
UTE RENFE AGENTE UNICO	100,00%	889	1.498	1	2.387
UTE RENFE CCTV	100,00%	704	4.316	2	5.020
UTE UCA	100,00%	216	--	1	3.049
UTE SIPA AENA	100,00%	510	--	1	2.116
JV Elecnor AL OWN	70,00%	13.769	913	18.857	14.682
UTE BILBOPORTUA	50,00%	407	353	314	760
UTE BIZKAIKO ARGIAK	23,00%	556	--	3.700	457
Elecnor AND RAY, J.V.	60,00%	1.536	--	6.536	778
UTE MANTENIMIENTO LOTE 1	50,00%	1.648	587	896	2.235
UTE ILSSA Elecnor	100,00%	--	--	1.217	--
UTE Elecnor - EIFFAGE	50,00%	28.516	15.456	4.027	43.973
UTE LINEA 5	20,00%	3	244	6.833	247
UTE TIL TIL	100,00%	13.484	--	59.527	21.277
UTE EDAR LAGUNA DE NEGRILLOS	80,00%	338	150	242	487
UTE CIP ARCOSUR	100,00%	1.235	--	784	1.115
UTE PORTUKO ARGIAK	23,00%	1.388	501	2	1.888
UTE E&C M.I. BUSTURIA AUXILIAR	51,00%	824	721	612	642

	Porcentagem de participação	(Milhares de euros)			
		2018		2017	
		Produção realizada 2018	Carteira não ocorrida 2018	Produção realizada 2017	Carteira não ocorrida 2017
UTE PARQUE FOTOVOL. CARRODILLA	100,00%	281	--	148	269
UTE URBANITZACIÓ MERCAT DE SANT ANTONI	60,00%	3.094	11	165	2.656
UTE ING PUY DU FOU	50,00%	186	274	81	459
UTE SICA 2018-2021	100,00%	339	--		
UTE ELECTRIFICACIÓN VILAFRANCA	90,00%	503	2.993		
UTE TREBALLS PREVIS 1 CAMP NOU	45,00%	7.709	3.899		
UTE CLINICA EUGIN BALMES	50,00%	373	4.377		
UTE SALAS VIP AEROP BCN	100,00%	290	7.876		
JV TAFILAH	70,00%	4.713	18.490		
UTE ACCESOS BANCO DE ESPAÑA	100,00%	0	619		
VARIANTE PAJARES UTE	20,00%	0	0		
CONSORCIO CHIELEC DOMINICANA	100,00%	3.005	131		
UTE CASSETAS AEROPUERTO DE MALAGA	100,00%	263	716		
UTE AMPLIACIÓN TRANVÍA VITORIA	50,00%	0	535		
UTE ALSTOM RENOVABLES-Elecnor II	25,64%	--	--	--	--
UTE OVERTAL - Elecnor	24,00%	--	--	53	--
UTE ENERGÍA LÍNEA 9	20,00%	5.011	1.500	5.795	1.150
S.E.I. UTE (Elecnor,S.A.-TERRES)	50,00%	--	--		
UTE REMOLAR	23,51%	--	--	--	--
UTE AGENTE URBANIZADOR SECTOR 13 DE LA PLAYA DE TAVERNES	50,00%	--	--	--	--
UTE SERRANO - Elecnor CANSALADES	40,00%	0	113	--	114
UTE Elecnor GONZALEZ SOTO	50,00%	35	--	12	--
TERMINAL ALICANTE, UTE	20,00%	--	--		
UTE VILLAGONZALO, Z - 3	35,00%	--	--	--	--
UTE LLANERA Elecnor SECTOR TULELL	50,00%	--	--	--	--
UTE TARAGUILLA	25,00%	--	--	--	--
UTE BINACED	50,00%	--	--	--	--
UTE SAICA	50,00%	--	--	--	--
UTE ROEA EBRO	34,00%	--	--	--	--
UTE CALETA OLIVIA	100,00%	--	--	1.248	--
UTE ENARSA EAR-BMSA	50,00%	--	--	38	--
CONSORCIO UTE ELECDOR ELECTROL	100,00%	--	--	--	--
CONSORCIO ELECVEN ELECDOR	100,00%	2.598	--	16.109	1.919
UTE AERONAVE TIERRA	20,00%	1.712	--	--	--
UTE MELIALABS	55,00%	56	--	--	--
UTE DEIMOS -IECISA	50,00%	339	--	--	--
UTE NAVENTO DEIMOS, EXPEDIENTE 2017-02371	27,46%	155	--	--	--
AUCOSTA CONSERVACION UTE	50,00%	1.468	629	1.360	1.215
CONSERVACIÓN MAQUEDA UTE	50,00%	1.728	1.258	1.984	1.678
CORDOBA NORTE II UTE	50,00%	820	873	995	1.693
PARQUE PATERNA UTE	50,00%	158	1.087	--	--
HUELVA SURESTE II UTE	50,00%	1.111	388	1.230	1.196
MADRID NOROESTE UTE	50,00%	--	--	(8)	--
MANZANARES UTE	60,00%	1.114		3.380	808
MANZANARES II UTE	50,00%	979	6.692	--	--
PONTESUR UTE	50,00%	1.509	1.621	1.750	3.131

	Porcentagem de participação	(Milhares de euros)			
		2018		2017	
		Produção realizada 2018	Carteira não ocorrida 2018	Produção realizada 2017	Carteira não ocorrida 2017
PONTEVEDRA SUR UTE	50,00%	--	--	(17)	--
PONTENORTE UTE	50,00%	321	3.319	--	--
TALAVERA UTE	50,00%	1.313	7.828	--	--
PUERTO GANDIA UTE	50,00%	--	--	44	--
LEÓN-3 UTE	80,00%	2.584	1.025	2.708	1.680
UTE MURCIA-SAN JAVIER	50,00%	97	--	302	102
SMA OLVEGA UTE	60,00%	711	5.283	607	5.000
GUADIX-BAZA UTE	51,00%	492	1.006	526	1.498
UTE SIERRA ESPUÑA	65,00%	(72)	--	287	--
UTE SIERRA BURETE	65,00%	76	--	167	15
UTE HOSPITAL REINA SOFIA	20,00%	749	1.904	230	2.653
C.S. ANTONIO GARCÍA	20,00%	386	22	--	408
SEVILLA A66 UTE	50,00%	468	7.474	--	--
BURGUILLO UTE	50,00%	419	108	--	--
RIBERAS II UTE	50,00%	--	--	21	--
UTE PEDRERA	50,00%	--	--	--	--
UTE ULTZANUETA	50,00%	--	--	--	--
UTE KARRANTZA	41,50%	--	--	--	--
ACCIONA INFRAESTRUCTURAS-Elecnor HOSPITAL DAVID, S.A.	25,00%	10.189	(3.781)	19.218	6.408
PROYECTOS ELECTRICOS AQUAPRIETA, SAPI DE CV	50,00%	(3.161)	--	11.014	(3.792)
DUNOR ENERGIA	50,00%	57.132	21.443	119.762	57.644

(\*) Informação fornecida a 100%, sem ter em conta as eliminações.

## Anexo III

## Elecnor, S.A. e Sociedades Controladas

Informação Financeira Resumida das sociedades consolidadas pelo método de equivalência patrimonial  
31 de dezembro de 2018 (Em Milhares de euros)

	Gasoducto de Morelos, S.A. Promotora de Inversión de C.V.	Dioxipe Solar, S.L.	Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	Brilhante Transmissora de de Energia, S.A.	Jauru Transmissora de Energia, S.A.	Morelos EPC, S.A.P.I. de CV
<b>Informação da demonstração da situação financeira</b>						
Ativos não circulantes	270.571	243.699	450.215	68.727	107.719	-
Passivos não circulantes	167.090	214.643	402.429	15.817	46.342	-
Passivos financeiros não circulantes	126.877	210.680	388.189	11.737	42.054	-
<b>Total ativos líquidos não circulantes</b>	<b>103.481</b>	<b>29.056</b>	<b>47.786</b>	<b>52.910</b>	<b>61.377</b>	-
Ativos circulantes	30.223	8.376	17.017	4.915	7.899	8.213
Numerário e equivalentes ao numerário	15.705	1.852	3.648	1.864	3.012	7.307
Passivos circulantes	97.878	15.044	21.022	4.345	7.064	-
Passivos financeiros circulantes	9.778	10.481	18.172	2.536	4.570	-
<b>Total ativos líquidos circulantes</b>	<b>(67.655)</b>	<b>(6.668)</b>	<b>(4.005)</b>	<b>570</b>	<b>835</b>	<b>8.213</b>
<b>Ativos líquidos</b>	<b>35.826</b>	<b>22.388</b>	<b>43.781</b>	<b>53.480</b>	<b>62.212</b>	<b>8.213</b>
Porcentagem de participação	50%	55%	56%	50%	66%	50%
Participação em ativos líquidos	17.913	12.313	24.386	26.740	41.060	4.107
Fundo de comércio	-	-	-	-	-	-
Valor contábil da participação	17.913	24.025	34.360	30.761	26.357	4.107
<b>Informação da conta de resultados</b>						
Receitas ordinárias	34.827	28.260	58.674	13.384	15.777	5.186
Depreciação e amortização	(12.596)	(12.081)	(24.992)	(2.578)	(3.850)	-
Receitas por juros	-	-	-	236	364	-
Despesas por juros	(12.192)	(11.436)	(24.842)	(1.448)	(5.171)	-
Despesa (receita) por imposto sobre os ganhos	(3.996)	44	1.775	(1.220)	(754)	730
Resultado do exercício das atividades contínuas	4.525	(7.088)	(7.615)	6.475	1.305	(1.184)
Despesa (receita) por imposto sobre os ganhos das atividades interrompidas	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício das atividades interrompidas	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado do exercício</b>	<b>4.525</b>	<b>(7.088)</b>	<b>(7.615)</b>	<b>6.475</b>	<b>1.305</b>	<b>(1.184)</b>
<b>Outro resultado global</b>	<b>3.750</b>	<b>1.973</b>	<b>4.018</b>	<b>(5.582)</b>	<b>(7.855)</b>	<b>(74)</b>
<b>Resultado global total</b>	<b>8.275</b>	<b>(5.115)</b>	<b>(3.597)</b>	<b>893</b>	<b>(6.550)</b>	<b>(1.258)</b>
Dividendos recebidos	-	-	-	3.338	-	7.335

## Anexo III

## Elecnr, S.A. e Sociedades Controladas

Informação Financeira Resumida das sociedades consolidadas pelo método de equivalência patrimonial  
31 de dezembro de 2017 (Em Milhares de euros)

	Gasoducto de Morelos, S.A. Promotora de Inversión de C.V.	Dioxipe Solar, S.L.	Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	Brilhante Transmissora de de Energía, S.A.	Jauru Transmissora de Energía, S.A.	Morelos EPC, S.A.P.I. de CV
<b>Informação da demonstração da situação financeira</b>						
Ativos não circulantes	278.851	255.529	473.085	80.185	134.849	-
Passivos não circulantes	198.731	218.714	416.312	19.799	53.226	42
Passivos financeiros não circulantes	134.198	216.087	409.016	15.929	51.541	-
<b>Total ativos líquidos não circulantes</b>	<b>80.120</b>	<b>36.815</b>	<b>56.773</b>	<b>60.386</b>	<b>81.623</b>	<b>(42)</b>
Ativos circulantes	65.574	12.611	17.110	3.493	6.414	34.612
Numerário e equivalentes ao numerário	21.808	5.592	3.532	1.270	1.788	3.656
Passivos circulantes	120.142	19.661	22.711	4.617	12.861	10.387
Passivos financeiros circulantes	5.309	10.542	17.938	2.858	5.313	-
<b>Total ativos líquidos circulantes</b>	<b>(54.568)</b>	<b>(7.050)</b>	<b>(5.601)</b>	<b>(1.124)</b>	<b>(6.447)</b>	<b>24.225</b>
<b>Ativos líquidos</b>	<b>25.552</b>	<b>29.765</b>	<b>51.172</b>	<b>59.262</b>	<b>75.176</b>	<b>24.183</b>
Porcentagem de participação	50%	55%	56%	50%	33%	50%
Participação em ativos líquidos	12.776	16.371	28.503	29.631	24.808	12.092
Fundo de comércio	-	-	-	-	-	-
Valor contábil da participação	13.776	27.309	40.112	32.043	23.652	12.091
<b>Informação da conta de resultados</b>						
Receitas ordinárias	36.616	26.949	60.511	15.082	17.846	9.616
Depreciação e amortização	(13.124)	(11.581)	(24.992)	(3.099)	(4.046)	-
Receitas por juros	-	-	-	335	902	-
Despesas por juros	(11.711)	(11.581)	(25.415)	(2.104)	(6.130)	-
Despesa (receita) por imposto sobre os ganhos	(6.889)	(771)	(2.014)	(1.369)	(1.008)	(3.202)
Resultado do exercício das atividades contínuas	1.079	(3.395)	(7.086)	3.282	1.957	(481)
Despesa (receita) por imposto sobre os ganhos das atividades interrompidas	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício das atividades interrompidas	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado do exercício</b>	<b>1.079</b>	<b>(3.395)</b>	<b>(7.086)</b>	<b>3.282</b>	<b>1.957</b>	<b>(481)</b>
<b>Outro resultado global</b>	<b>(1.050)</b>	<b>(5.705)</b>	<b>(10.966)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado global total</b>	<b>29</b>	<b>(9.100)</b>	<b>(18.052)</b>	<b>3.282</b>	<b>1.957</b>	<b>(481)</b>
Dividendos recebidos	-	-	-	3.060	-	7.165





## Relatório de gestão

## 1. INTRODUÇÃO

O Grupo Elecnor alcançou em 2018 um **lucro líquido consolidado**<sup>(1)</sup> de **74,3 milhões de euros**, o que representa um aumento de **4,3%** em relação ao exercício anterior (71,2 milhões de euros).

Este aumento do lucro reflete a evolução favorável dos negócios do Grupo: Infraestruturas e Concessões. É destaque a evolução positiva das atividades desenvolvidas pela matriz na Espanha e os seus estabelecimentos permanentes em outros países, como os das filiais do Grupo que operam em mercados exteriores (Estados Unidos, Brasil, Chile, Austrália...). Os resultados sólidos em moeda local alcançados pelas filiais mencionadas compensaram o efeito negativo no lucro líquido consolidado da desvalorização das taxas de câmbio médias do Real brasileiro, do dólar australiano e do dólar americano em relação ao exercício anterior.

A Elecnor continua seu processo de internacionalização, mantendo sua posição de liderança no mercado nacional, no qual continua sendo uma empresa de referência nos setores em que opera. Com isso, do valor de negócios alcançado no exercício 2018 (2.273,1 milhões de euros) 57% tem origem no exterior. Seguindo essa tendência, a **carteira de contratos pendente de execução**, que chega a 2.229 milhões de euros, cresce 3,2% em relação aos 2.160 milhões de euros de 31 de dezembro de 2017. 80% dela tem origem no exterior.

Por sua vez, a margem bruta de exploração, **EBITDA**<sup>(2)</sup>, alcançou **338,6 milhões de euros**, o que representa um crescimento de 3,7 % em relação ao EBITDA alcançado durante o exercício anterior.

É importante, além disso, destacar a evolução positiva da Dívida Corporativa do Grupo, exemplificada na seguinte tabela, na qual é possível comprovar que a Dívida Líquida Corporativa diminuiu 38% face ao encerramento do exercício anterior.

	2018	2017
Dívida Líquida Corporativa <sup>(3)</sup>	138	223
Ebitda	338	327
<i>Ebitda com recurso</i> <sup>(4)</sup>	122	148
<i>Ebitda sem recurso</i> <sup>(5)</sup>	216	179
Coefficiente Dívida/Ebitda com recursos + Div projetos	0,95	1,31
Dívida Financeira Líquida Consolidada <sup>(6)</sup>	1.280	1.268
<i>Com recurso</i>	138	223
<i>Sem recurso</i>	1.142	1.045
Ebitda	338	327
Coefficiente Dívida Financeira Líquida Consolidada / Ebitda	3,78	3,88

Durante o exercício produziu-se uma série de fatos relacionados com a **contratação**, o **financiamento** e de **caráter corporativo**, e sem a sua consideração a visão geral do Grupo ficaria incompleta.

(1) Sendo o **Lucro líquido consolidado** o Resultado do Exercício atribuído aos Acionistas da Sociedade Controladora.

(2) Sendo o **EBITDA** a Margem Bruta de Exploração que se calcula como: Margem de Exploração + Amortizações + Uniformização em Vendas em concessões Brasil como resultado da aplicação da CINIIF 12 (EBITDA a 31/12/18=151,9+112,0+74,7=338,6; EBITDA a 31/12/17= 181,7+93,9+50,9=326,5)

(3) Sendo a **Dívida Líquida Corporativa** a **Dívida Financeira Líquida** explicada na Nota 14 do Relatório consolidado deste exercício.

(4) Com recurso: diferença entre o total da magnitude explicada e a considerada sem recurso

(5) Sem recurso: pertencem às sociedades controladoras cujo financiamento é garantido pelos projetos canalizados através de tais sociedades, não estando garantidos, portanto, de forma corporativa

(6) Sendo a **Dívida Financeira Líquida Consolidada**: Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis + Passivos financeiros com instituições de crédito + Instrumentos financeiros derivados (do Passivo não circulante e do Passivo circulante da Demonstração da Situação Financeira Consolidada) - Investimentos em empresas relacionadas à CP - Instrumentos financeiros derivados - Numerário e outros ativos líquidos equivalentes (do Ativo circulante da Demonstração da Situação Financeira Consolidada) + Empréstimos concedidos por instituições públicas (Nota 14); DFNC a 31/12/18=669+730+11+181+105+7-2-1-427+6=1.280; DFNC a 31/12/17=539+911+9+113+90+1+0-4-398+7= 1.268

Em relação à **contratação**, os negócios de Infraestruturas e de Concessões registraram uma evolução positiva durante este exercício.

No negócio das **Infraestruturas**, a Elecnor mantém a sua posição de liderança no mercado nacional de serviços para as grandes operadoras, principalmente de eletricidade e telecomunicações. O desenvolvimento das energias renováveis intensificou a atividade da Elecnor no **setor elétrico**, no qual já está consolidada como um dos principais atores do mercado. No mesmo sentido, a evolução positiva do setor das telecomunicações impulsionou a atividade da Elecnor na **implementação e manutenção de redes fixas (FTTH) e móveis (4G)** das grandes operadoras de telecomunicações.

No mercado internacional, o crescimento da Elecnor define-se por:

- O bom ano da companhia nos **Estados Unidos**, onde já fatura mais de 204 milhões de dólares e com projetos como a restauração das infraestruturas elétricas de Porto Rico, após a sua destruição provocada pelos furacões que arrasaram a ilha no ano passado.
- O reforço da presença na **África** com a adjudicação da montagem eletromecânica da central hidrelétrica de Nachtigal e do contrato para a estabilização de uma rede de alta tensão, ambas nos Camarões.
- O desenvolvimento de energias renováveis com o quarto parque eólico que implementa na **Jordânia**, o terceiro no **Chile**, o segundo parque eólico na **Mauritânia** e o primeiro no **Panamá**.
- O crescimento na **Itália** das atividades de eletricidade e telecomunicações.
- A contratação na **Austrália** do parque solar fotovoltaico Bungala Three (cuja implementação está pendente para 2019), que, com 100 MW, somados aos 274 MW dos seus predecessores (Bungala One e Bungala Two), criará o Bungala Solar, o maior projeto fotovoltaico desenvolvido até a data neste país e o maior construído pela Elecnor com essa tecnologia de geração de energia.

O negócio de **Concessões**, protagonizado pela atividade da filial **Celeo Redes no Brasil e Chile**. A filial brasileira adjudicou, por um lado, a venda de energia de seis projetos fotovoltaicos localizados no Estado do Piauí que representam um investimento de 181 milhões de euros, e, por outro lado, a construção e operação de uma linha de transmissão e três subestações por 254 milhões de euros. Por sua vez, a Celeo Redes Chile, em consórcio com a Celeo Redes, conseguiu a construção, operação e manutenção de dois novos projetos de transmissão elétrica por um valor de 466 milhões de dólares. A Elecnor será responsável pela execução-chave no que diz respeito a esses projetos.

Em relação à **Enerfín**, a filial eólica do Grupo Elecnor há 20 anos no Brasil, destaca-se a assinatura de dois contratos de compra e venda de energia para dois novos parques eólicos no estado do Rio Grande do Norte, o que permitirá iniciar a construção dos seus primeiros projetos eólicos nessa área do país com um total de 142 MW. Essa região possui um grande potencial eólico, motivo pelo qual a Enerfín pretende continuar ampliando a sua atividade nessa localidade, sendo o próximo passo adicionar mais 23 MW com um projeto para venda de energia no mercado livre.

Quanto à **estratégia financeira** do Grupo:

- Elecnor assinou uma **novação do Contrato de Financiamento Sindicado** que formalizou no ano 2014, e que já possuía três novações nos anos de 2015, 2016 e 2017 que ampliaram o prazo e melhoraram as condições originais. A novação estende o vencimento por dois anos, até julho de 2024. Por outro lado, a Elecnor optou por uma amortização antecipada voluntária de 100 milhões de euros da parte do empréstimo, coerente com a sua estratégia de desendividamento e que foi possível graças ao cumprimento do seu objetivo de geração de caixa. Essa amortização permitirá reduzir os custos financeiros, mantendo os limites de financiamento suficientemente folgados. O financiamento passa a ter um limite de 400 milhões de euros, repartidos entre uma parte de empréstimo de 200 milhões e uma parte de crédito de 200 milhões. A novação foi subscrita por as catorze entidades participantes no financiamento.
- A Elecnor publica um **Programa de notas promissórias de divisas cruzadas no MARF, com um valor de até 300 milhões de euros**, que lhe permitirá financiar-se em euros e USD, em prestações de até 24 meses, otimizando os custos de financiamento do circulante. Este programa é uma fonte de financiamento alternativa ao financiamento bancário, com custos vantajosos com relação a ele. O objetivo é continuar impulsionando projetos nas áreas de engenharia, desenvolvimento e construção de infraestruturas, energias renováveis e novas tecnologias, tanto na Espanha como nos mercados internacionais.

- A Elecnor, S.A. e o Fundo SUSI Energy Efficiency (SEEF) estabeleceram um acordo para o **financiamento de uma carteira de projetos de eficiência energética no valor de 14 milhões de euros**. A particularidade dessa operação é o fato de ter sido composta para cinco clientes públicos. Esse sistema de financiamento abrangerá os projetos de iluminação pública de mais de 41.500 luminárias LED de alta eficiência energética em Castilla La Mancha, Castilla y León, Madrid, Galicia e Astúrias.
- O Grupo, por meio das suas filiais Galicia Vento, S.L. e Aerogeneradores del Sur, S.L., formalizou um empréstimo sob a modalidade “Project Financing” por um valor de 55 milhões de euros, com vencimento no exercício 2024, fato que valoriza esses Parques Eólicos Espanhóis, visto que já tinham devolvido os seus financiamentos iniciais.
- A 20 de dezembro, assinou-se o financiamento do projeto São Fernando I (parque eólico 100% participado pela Enerfín) com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com prazo de 20 anos e com um limite de R\$ 266.874.000, que começará a ser disponibilizado durante o mês de junho do exercício 2019.
- A Elecnor, pela sua sociedade participada brasileira Celeo Redes Transmissão de Energia, S.A., acordou uma emissão de bônus de projeto destinada às suas linhas de transmissão no Brasil. A emissão de bônus, com um valor de 565 milhões de reais brasileiros, acarreta juros equivalentes ao rendimento dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”) mais um diferencial anual de 0,75%.

Os fundos provenientes desta colocação contam com a garantia dos projetos Vila do Conde Transmissora de Energia (“VCTE”) e LT Triângulo (“LTT”) e serão destinados ao refinanciamento (cancelamento antecipado do financiamento existente nesses projetos) e ao investimento noutros projetos.

- No que diz respeito aos projetos fotovoltaicos de São João do Piauí, a 26 de dezembro conseguiu-se o encerramento financeiro com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). O valor desse financiamento, que chega aos 404,9 milhões de reais brasileiros, começará a ser disponibilizado em meados de 2019 e estará totalmente amortizado em dezembro de 2038.

O Grupo Elecnor aborda os seus projetos de investimento de acordo com o “Project Financing” tal como está descrito no ponto 6.1.2 deste relatório. Por outro lado, financia o seu Equity com os recursos que geram os negócios que compõem o Grupo.

Em relação aos **marcos de carácter corporativo**, é de salientar que, no passado mês de dezembro, a Celeo Redes Brasil encerrou a participação do Grupo Isolux nas sociedades concessionárias de Linhas de Transmissão no Brasil. A operação consiste na venda, por parte da Isolux Energia e Participações, S.A., de 33,3% e de 100% daquilo que detinha nas sociedades concessionárias Jaurú Transmissora de Energia, S.A. (JTE) e Cachoeira Paulista Transmissora de Energia, S.A. (CPTE) respectivamente. Para essa aquisição, a Celeo Redes pagou 46,65 milhões de euros.

## 2. MODELO DE NEGÓCIO E CONTEXTO

### 2.1. Modelo de negócio

A Elecnor é uma corporação espanhola de carácter global, que está presente em mais de 50 países, com dois grandes negócios que se complementam e enriquecem mutuamente:

- **Infraestruturas:** execução de projetos de engenharia, construção e serviços, com atividade especial nos setores de eletricidade, geração de energia, gás, telecomunicações e sistemas, ferrovias, manutenção, instalações, construção, água, meio ambiente e espaço.
- **Concessional:** operação de serviços, através do investimento em sistemas de transporte de energia, energia eólica e termossolar e outros ativos estratégicos.

## 2.2. Contexto econômico

O Fundo Monetário Internacional (FMI) considera que a economia mundial crescerá 3,5% em 2019 e prevê 3,6% para 2020, o que representa menos 0,2 e 0,1 pontos percentuais, respectivamente, que o ritmo de crescimento de 2018.

As revisões em baixa são modestas, mas os analistas do FMI acreditam que os riscos de que se produzam reduções mais importantes aumentaram nos últimos meses de 2018. Durante a maior parte do ano passado, os mercados financeiros das economias avançadas pareciam ter permanecido imunes às tensões comerciais, mas na última parte do exercício produziram-se interações, o que levou a um agravamento das condições financeiras e ao aumento dos riscos para o crescimento mundial. O agravamento das condições financeiras será particularmente dispendioso devido aos altos níveis da dívida, tanto do setor público como do privado. O abrandamento está sendo, em janeiro de 2019, mais rápido do que o previsto em outubro de 2018. O comércio e o investimento diminuirão, a produção industrial fora dos Estados Unidos desacelerou e a estagnação dos índices de gerentes de compras é um novo sinal de que o ímpeto está em declínio. Segundo os analistas, não estamos necessariamente perante uma desaceleração importante, mas é preciso ter em conta os diversos riscos que estão aumentando.

Os especialistas realizaram uma ligeira revisão em baixa do crescimento das **economias avançadas**, devido principalmente à redução das previsões para a zona do Euro. Para essas economias prevê-se uma desaceleração do crescimento de 2,3% em 2018 para 2% em 2019 e 1,7% em 2020. A Alemanha registra as reduções mais importantes devido às dificuldades na produção do setor automobilístico e a uma menor procura externa, provocando o declínio do crescimento no ano vigente. Na Itália, os riscos soberanos e financeiros — e as suas interligações — também estão freando ainda mais o crescimento. A Europa continuará sentindo os efeitos da incerteza originada pela resolução definitiva do Brexit e pelos riscos financeiros italianos.

Nos **Estados Unidos** a expansão continuará, apesar de tudo apontar para uma lentidão causada pela retirada do estímulo fiscal. Prevê-se uma diminuição do crescimento do PIB, que em 2019 será de 2,5%. Ainda é cedo para se conhecerem as conseqüências reais de um encerramento prolongado do governo federal, mas não serão positivas.

Para a **economia espanhola**, o FMI mantém a sua previsão de crescimento do PIB de 2,2% em 2019 e de 1,9% em 2020, o que converte o país no único da União Europeia em que os especialistas confirmam as previsões adiantadas em outubro sem as reduzir. Entre 2015 e 2018, o grau elevado de abertura e presença internacional da economia espanhola permitiu que esta se beneficiasse de um ambiente claramente favorável ao crescimento e ao emprego. Os especialistas preveem que 2019 será pior que os quatro anos anteriores, principalmente porque os países mais importantes do mundo, com os quais a Espanha se relaciona mais, crescerão menos, tal como indica o World Economic Outlook (WEO). A Espanha ressentirá os efeitos da estagnação da Alemanha, principalmente na indústria automobilística, e da incerteza sobre o desenlace do Brexit, visto que a Grã-Bretanha gera mais do que a quinta parte das receitas espanholas provenientes do turismo e é um dos países com os quais se mantém um excedente comércio. A França e a Itália também crescerão menos do que em 2018.

A estagnação não é exclusiva das economias avançadas. O FMI prevê que a atividade nas **economias de mercados emergentes e em desenvolvimento** diminuirá ligeiramente para 4,5% em 2019 e que recuperará para 4,9% em 2020. A previsão para 2019 foi revista em baixa (0,2 pontos percentuais) em relação à de outubro, devido sobretudo à grande recessão prevista para a Turquia e à significativa redução do crescimento no México em 2019–2020 como conseqüência de um menor investimento privado. Esse aumento previsto para 2020 baseia-se na recuperação prevista para a Argentina – depois de uma recessão em 2019 – e a Turquia. As perspectivas do FMI para as economias emergentes e em desenvolvimento refletem os obstáculos provocados pela queda dos fluxos de capital após a subida das taxas de juros nos Estados Unidos e as desvalorizações das taxas de câmbio.

Na **América Latina**, o World Economic Outlook (WEO) prevê um aumento do crescimento nos próximos anos: de 1,1% em 2018 para 2% em 2019 e 2,5% em 2020. Em ambos os casos, 2 décimas, menos do que o previsto em outubro. As perspectivas apontam para um menor crescimento no México, devido ao menor investimento privado e confirmam uma grave recessão – mais que em 2018 – na Venezuela. As previsões atenuam-se graças à melhoria das perspectivas para o Brasil, focado numa recuperação gradual desde a crise de 2015-2016.

Em relação à **África**, prevê-se que continue em 2019 a recuperação econômica da África subsariana, apesar de a situação ser diversificada. O World Economic Outlook (WEO) estima que a zona crescerá 3,8% em 2019, em oposição aos 3,1% de 2018. A Angola, fortemente dependente dos preços do petróleo, registrou uma certa recuperação em 2018, que continuará em 2019, mas sem atingir os níveis anteriores à crise das matérias-primas de 2014. O acordo estabelecido com o FMI parece trazer a esperança de um certo impulso no crescimento em 2019, depois de ter encerrado 2018 com crescimento zero. Em 2016 e 2017 registrou crescimentos negativos superiores a -2%. O FMI estima que os países que não dependem dos seus recursos naturais continuarão a crescer com vigor em 2019. No Camarões, as previsões do Banco Mundial apontam para a continuação do forte crescimento (3,8% de crescimento real do PIB em 2018). Para o Senegal, o Banco Africano de Desenvolvimento espera um crescimento da atividade econômica entre os 3,8% e os 4%, o que representa 2 e 4 décimos a mais do que em 2018.

**A Austrália e as economias asiáticas** encerraram 2018 com um crescimento conjunto de 5,2% e esperam crescer 5,1% e 5,2%, respectivamente, em 2019 e 2020.

O **panorama mundial** apela às autoridades para que atuem de imediato de forma a neutralizarem a desaceleração do crescimento e se preparem para um abrandamento. Para o FMI, a cooperação entre países para resolver o quanto antes as divergências comerciais é prioritária. O Fundo defende que o pedido do G-20 na cúpula de Buenos Aires para reformar a Organização Mundial do Comércio deve ser posto em prática o quanto antes. Também apela à implementação de políticas de crescimento para assegurar que a dívida pública se mantenha numa trajetória sustentável, sem deixar de proteger os mais desfavorecidos, ao mesmo tempo que apela à normalização prudente das políticas monetárias. A cooperação multilateral será ainda mais importante se o crescimento mundial diminuir de forma mais drástica, sendo fundamental que as instituições multilaterais, como o FMI, possuam os recursos suficientes para lidar com os riscos crescentes.

### 3. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS VALORES DO PERÍODO

#### 3.1. Mudanças significativas nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas em 2018 são iguais aos que foram aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício 2017, exceto nos detalhes que se indicam a seguir. Não existe nenhum princípio contábil ou critério de avaliação que, tendo um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas, não tenha sido aplicado na sua elaboração.

A 1 de janeiro de 2018 entraram em vigor as normas internacionais NIIF 9 Instrumentos Financeiros e a NIIF 15 Receitas de Contratos com Clientes, que na fase inicial de aplicação surtirão efeito sobre o Patrimônio do Grupo, tal como se explica na Nota 2 Bases de Apresentação no ponto b) Adoção das Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF).

Os principais efeitos da implementação dessas normas traduzem-se em:

- Redução dos ganhos acumulados pela reversão das receitas reconhecidas procedentes de alterações de contratos com clientes e pendentes de aprovação por estes por um valor de 19,4 milhões de euros, líquido de efeito fiscal (NIIF 15 Receitas de Contratos com Clientes).
- Aumento das perdas acumuladas por reconhecimento das perdas esperadas de 4,5 milhões de euros, líquido de efeito fiscal (NIIF 9 Instrumentos Financeiros).
- Aumento dos ganhos acumulados para refletir os passivos financeiros que tenham registrado alguma alteração não substancial à taxa de juros efetiva original de 4,2 milhões de euros, líquido de efeito fiscal (NIIF 9 Instrumentos financeiros).

### 3.2. Dados consolidados

#### Grupo Elecnor

Em 31 de dezembro de cada ano e em milhões de Euros

Dados sobre resultados	2018	2017	Var (%)
Resultado do exercício atribuível aos acionistas da Sociedade Controladora	74,3	71,2	4,3%
Resultado antes dos Impostos e Minoritários	169,0	131,3	28,7%
EBITDA <sup>(2)</sup>	338,6	326,5	3,7%

#### Volume de negócio

Vendas	2.273,1	2.316,8	-1,9%
Nacional	985,7	938,5	5,0%
Internacional	1.287,4	1.378,3	-6,6%

#### Grupo Elecnor – Informação por Segmentos

Em 31 de dezembro de cada ano e em milhões de Euros

Dados sobre resultados	2018	2017	Var (%)
Negócio de Infraestruturas	65,1	62,3	4,5%
Negócio Concessional	25,4	24,0	5,7%
Corporação	-13,0	-15,1	-13,9%
Operações entre Segmentos	-3,2	0,0	-
<b>Resultado atribuível à Sociedade Controladora</b>	<b>74,3</b>	<b>71,2</b>	<b>4,3%</b>

#### Volume de negócio

Negócio de Infraestruturas	2.096,1	2.119,4	-1,1%
Negócio Concessional	222,1	232,0	-4,3%
Corporação	-	-	-
Operações entre Segmentos	-45,1	-34,6	30,3%
<b>Vendas</b>	<b>2.273,1</b>	<b>2.316,8</b>	<b>-1,9%</b>

#### 3.2.1. Resultado do exercício atribuível aos acionistas da Sociedade controladora

O **lucro depois de impostos** alcançado pelo Grupo Elecnor em 2018 foi de 74,3 milhões de euros, o que representou um **acréscimo de 4,3 %** em relação ao exercício anterior (71,2 milhões de euros). Esse aumento foi fundamentado nos negócios do Grupo: Infraestruturas e Concessões.

O bom comportamento do **Negócio de Infraestruturas** se explica fundamentalmente por:

- Uma evolução favorável do Mercado Espanhol de Infraestruturas, seguindo a tendência positiva dos últimos exercícios, nas atividades de eletricidade, geração de energia e telecomunicações.
- O resultado dos projetos de construção de transmissão no **Brasil** que compensam o impacto negativo da desvalorização da taxa de câmbio média do Real brasileiro em relação ao exercício anterior. Entre os principais projetos encontram-se: o desenvolvimento de linhas de transmissão e subestações no Brasil, assim como as linhas de transmissão de gás.
- A construção de dois parques fotovoltaicos na **Austrália**, que a Elecnor está executando sob a modalidade "chave na mão" (EPC). O segundo destes é o maior projeto fotovoltaico desenvolvido até então neste país e será o maior executado pela Elecnor com essa tecnologia de geração elétrica.
- A finalização da construção de uma planta solar fotovoltaica no **Chile**, que incluem a engenharia, o fornecimento da montagem e a colocação em funcionamento, assim como as infraestruturas de evacuação de Alta Tensão.
- A melhoria da atividade e o resultado da filial estado-unidense **Hawkeye**.

- As tarefas de construção de uma planta solar fotovoltaica na **Bolívia**.
- A ampliação do parque eólico que Elecnor está construindo para o **Ministério de Energia jordaniano**.

Também se observa um aumento nos resultados do **Negócio Concessional**. No mercado espanhol, o aumento deve-se ao bom comportamento do preço da energia no mercado de produção, apesar de se tratar de um exercício de menor recurso eólico face ao exercício 2017. No mercado internacional, a entrada em funcionamento de novas linhas de transmissão (linha de Canteira no Brasil e Charrúa-Ancoa no Chile), assim como a melhor gestão da venda da produção eólica, contribuem para a melhoria dos resultados.

Por último, e como parte de sua estratégia, o Grupo mantém uma constante política de contenção e controle de gastos que, no atual momento, está reforçada pelo desenvolvimento de diversos projetos de digitalização para a melhoria da eficiência dos processos de negócio, alguns dos quais foram colocados durante o exercício, dos quais se esperam retornos em um curto período de tempo.

### 3.2.2. EBITDA

Em termos de **EBITDA**, calculado a partir do Resultado de Exploração mais as dotações por amortizações e previsões, neutralizando o efeito da aplicação da CINIIF 12, relativa a Contratos de Concessão de Serviços às linhas de transmissão operadas pelo Grupo no Brasil, o Grupo Elecnor alcançou 338,6 milhões de euros, o que representa um **crecimento de 3,7%** face ao EBITDA alcançado no exercício anterior (326,7 milhões de euros). Com base na interpretação da norma, são reconhecidas como receitas de exploração apenas aquelas relativas aos serviços de manutenção e exploração das referidas linhas de transmissão, motivo pelo qual, para utilizar um dado sem o efeito originado pela CINIIF 12 para esse valor, esse EBITDA foi contabilmente eliminado.

Essa evolução positiva do EBITDA explica-se pelos mesmos fatores anteriormente descritos na evolução do resultado do exercício.

### 3.2.3. Volume de negócio

O volume de vendas conseguido pelo Grupo Elecnor em 2018 foi de **2,273,1 milhões de euros**, o que, em comparação com os 2,316,8 bilhões alcançados no ano anterior, representa **uma redução de 1,9%**. A desvalorização da moeda dos países nos quais o grupo opera em relação ao exercício passado, como Brasil, Estados Unidos e Chile, é o principal motivo dessa redução.

Em todo caso, o Grupo Elecnor continua a apostar nos mercados estrangeiros como motores de crescimento para os próximos exercícios, mantendo a posição de liderança no mercado espanhol.

### 3.2.4. Resultado da sociedade controladora do Grupo, Elecnor, S.A.

Em relação à sociedade controladora do Grupo, a Elecnor, S.A. obteve um Resultado de Operacional menor do que em 2017, devido principalmente ao fato de os projetos realizados no exterior que mais contribuíram para o resultado consolidado (na Austrália, Estados Unidos, Brasil, Chile...), terem sido canalizados por filiais e não por Estabelecimentos Permanentes, como aconteceu em anos anteriores, procurando a otimização dos recursos de que o grupo dispõe.

Pelo lado positivo, o resultado financeiro aumentou. Recebeu-se um valor superior de dividendos das filiais: 47 milhões de euros face aos 26 milhões de euros em 2017.

O resultado financeiro positivo faz com que o Resultado Antes de Impostos seja 12% superior ao do exercício anterior (59,9 em 2018 face aos 53,3 em 2017), ainda que este aumento não seja transferido para o Lucro Depois dos Impostos, tal como é descrito nas notas das Demonstrações Financeiras

Desta forma, a matriz do Grupo alcançou em 2018 um Lucro Depois dos Impostos de **44,1 milhões de euros** (48,5 milhões de euros em 2017).

### 3.2.5. Carteira

No encerramento de 2018, a carteira de contratos pendente de executar se elevava a **2.229 milhões de euros**. Por mercados, a carteira de origem internacional se situou em **1.775 milhões de euros** (80% do total), enquanto a contabilizada no mercado nacional é de **454 milhões de euros**, isto é, 20% da carteira total.

Assim, a carteira total apresenta um crescimento de 3,2% face ao resultado do encerramento do exercício 2017 (2.160 milhões de euros).

### 3.2.6. Período Médio de Pagamento

O Período Médio de Pagamento a fornecedores da sociedade matriz do Grupo Ecnor, S.A., calculado segundo a Disposição Adicional Terceira da Lei 15/2010 de 15 de julho, é de 66 dias. O Período Médio de Pagamento a fornecedores do Grupo, calculado da mesma forma, é de 64 dias.

### 3.3. Cifra de Negócio por atividades

Em 31 de dezembro de cada ano e em milhares de Euros

Atividades	2018	2017	Varição
Eletricidade	768,0	758,1	1,3%
Geração de Energia	630,0	683,0	-7,8%
Telecomunicações e Espaço	252,9	255,0	-0,8%
Construção, meio ambiente e água	169,7	189,7	-10,5%
Manutenção	160,4	151,7	5,7%
Instalações	165,8	132,2	25,4%
Gás	102,6	107,8	-4,8%
Ferrovias	23,7	39,3	-39,7%
	<b>2.273,1</b>	<b>2.316,8</b>	<b>-1,9%</b>

Mais uma vez, a atividade principal em termos de valores de negócios foi a **Eletricidade**, com 768 milhões de euros, cerca de 1,3% superior à de 2017 devido tanto ao mercado espanhol como às filiais no exterior (principalmente nos Estados Unidos). Seguindo de perto está a **Geração de Energia**, com 630 milhões de euros, cerca de 7,8% menos do que em 2017 devido ao impacto da desvalorização do Real Brasileiro e do Dólar Americano, bem como a finalização de projetos de grandes usinas de geração de energia. Destaca-se o aumento, face ao exercício anterior, da atividade das **Instalações**, na qual se enquadra parte da produção dos Estados Unidos.

## 4. INFORMAÇÃO BURSÁTIL

	2018	2017
Preço da ação na data de encerramento (€)	13,20	13,29
Volume total títulos (milhões)	4,3	9,5
Total efetivo negociado (milhões €)	53,9	109
Número de ações (milhões)	87	87
Capitalização bursátil (milhões €)	1.148,4	1.156,2
PER	15,5	16,2
Rentabilidade por dividendo	2,6%	3,1%

Os títulos da Ecnor enceraram com um preço de **13,20 euros por ação**, o que representa um retrocesso de 0,68% em relação ao final de 2017, um desempenho melhor do que o observado no Ibex-35, que sofreu um retrocesso de 14,97%.

O volume efetivamente negociado ascendeu a 53,9 milhões de euros. A capitalização bursátil, por sua vez, situou-se em 1.148,4 milhões de euros.

No que diz respeito à rentabilidade por dividendos, esta chegou a **2,6%**, em comparação com os 3,1% de 2017.

## 5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DO CAPITAL

Como parte fundamental de sua estratégia, a Elecnor mantém uma política de prudência financeira. A estrutura de capital é determinada pelo compromisso de solvência e pelo objetivo de maximizar a rentabilidade do acionista.

## 6. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Elecnor está exposta a determinados riscos financeiros, que gere através do agrupamento de sistemas de identificação, medição, limitação de concentração e supervisão. O gerenciamento e a limitação dos riscos financeiros são efetuados coordenadamente entre a Diretoria Corporativa e as diversas Unidades de Negócio e Filiais que compõem o Grupo. As operações ligadas à gestão dos riscos financeiros são aprovadas ao mais alto nível de decisão e conforme as normas, políticas e procedimentos estabelecidos.

### 6.1. Risco de mercado (fundamentalmente por risco de taxa de câmbio, taxa de juros e outros riscos de preço)

#### 6.1.1. Risco de taxa de câmbio

O risco de mercado pelo risco de taxa de câmbio é consequência das operações que o Grupo efetua nos mercados internacionais no decorrer dos seus negócios. Uma parte das receitas e custos com aprovisionamentos está denominada em moeda diferente da moeda funcional. Por esse motivo, poderia existir o risco de as flutuações nas taxas de câmbio destas moedas em relação a moeda funcional afetarem os resultados do Grupo.

Com o objetivo de gerir e minimizar este risco, a Elecnor utiliza estratégias de cobertura, dado que o objetivo é gerar lucros apenas através do desenvolvimento das atividades ordinárias que ela desempenha, e não através da especulação sobre as flutuações na taxa de câmbio.

Os instrumentos utilizados para conseguir essa cobertura são, basicamente, o endividamento indexado na moeda de cobrança do contrato, seguros de câmbio e operações de permuta financeira, através das quais a Elecnor e a Instituição Financeira trocam as correntes de um empréstimo expresso em euros pelas correntes de outro empréstimo expresso em outra moeda, bem como a utilização de "cesta de moedas" para cobrir financiamentos mistos indexados em diferentes moedas.

#### 6.1.2. Risco da taxa de juros

As variações nas taxas de juros alteram o valor justo daqueles ativos e passivos nos quais incide uma taxa de juros fixa, bem como os fluxos futuros dos ativos e passivos indexados a uma taxa de juros variável. A Elecnor dispõe de financiamento externo para a realização das suas operações, fundamentalmente no que respeita à promoção, construção e exploração dos parques eólicos, projetos termossolares e concessões de infraestruturas elétricas, e que são realizadas sob a modalidade de "Project Finance". Este tipo de contratação exige que sejam fechados contratualmente os Riscos de Juros através da contratação de instrumentos de cobertura de taxas.

Tanto para os financiamentos do tipo "Project Financing" como para os financiamentos corporativos o endividamento é em sua maioria contratado a taxas de juros variáveis, utilizando, conforme o caso, instrumentos de cobertura para minimizar o risco de juros do financiamento. Os instrumentos de cobertura, que se destinam, especificamente, a dívida financeira e que têm, no máximo, os mesmos valores nominais e as mesmas datas de vencimento que os elementos cobertos, são,

basicamente, swaps de taxas de juros (IRS), cuja finalidade é ter um custo de juros fixo para os financiamentos inicialmente contratados a taxas de juros variáveis. De qualquer modo, as coberturas de taxa de juros são contratadas com um critério de eficiência contábil.

## 6.2. Outros riscos de preços

Do mesmo modo, o Grupo está exposto ao risco de que os seus fluxos de caixa e resultados sejam afetados, entre outras questões, pela evolução do preço da energia. Nesse sentido, para gerir e minimizar este risco, o Grupo utiliza, pontualmente estratégias de cobertura.

## 6.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é mitigado mediante a política de manter tesouraria e instrumentos altamente líquidos e não especulativos no curto prazo, como a aquisição temporária de Letras do Tesouro com pacto de recompra não opcional e depósitos em dólares em muito curto prazo, através de instituições de crédito importantes para poder cumprir seus compromissos futuros, bem como a contratação de facilidades creditícias comprometidas por um valor suficiente para suportar as necessidades previstas.

## 6.4. Risco de crédito

O principal Risco de Crédito é atribuível às contas a cobrar por operações comerciais, na medida em que uma contraparte ou um cliente não responder às suas obrigações contratuais. Para mitigação deste risco, opera-se com clientes com um apropriado histórico de crédito; além disso, dada a atividade e os setores nos quais opera, a ElecNR conta com clientes de alta qualidade creditícia. No entanto, em vendas internacionais a clientes não recorrentes, são utilizados mecanismos como a carta de crédito irrevogável e a cobertura de apólices de seguros para garantir a cobrança. Adicionalmente, é efetuada uma análise da solidez financeira do cliente e são incluídas no contrato condições específicas, que visam garantir a cobrança do valor.

No caso dos parques eólicos, a energia gerada, de acordo com o quadro regulatório elétrico em vigor, é vendida no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), cobrando as receitas do operador do mercado OMIE, com um sistema de garantia de pagamentos e da Comissão Nacional de Energia e proficiência (CNMC), entidade reguladora dos mercados energéticos da Espanha, dependente do Ministério da Indústria. Por sua vez, Ventos do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A., Ventos do Litoral Energia, S.A. e Ventos dos Índios Energia, S.A. (Brasil) assinaram contratos de venda da energia elétrica que gerarão por um período de 20 anos com as companhias de distribuição elétrica brasileiras correspondentes. Do mesmo modo, Éoliennes de L'Érable tem celebrado um contrato de venda da energia elétrica que gerar por um período de 20 anos com a companhia elétrica canadense Hydro-Québec.

Por sua vez, quanto às linhas de transmissão, mais especificamente as que prestam seus serviços no Brasil em regime de concessão, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) tem a responsabilidade de coordenar as cobranças e pagamentos do sistema, e indica mensalmente à Concessionária as sociedades que deverão pagar-lhe: geradoras, grandes consumidoras e transmissoras conectadas ao sistema. Essas sociedades depositam, previamente à sua conexão ao sistema, uma garantia que será executada em caso de não pagamento, sendo imediatamente desconectadas do sistema, e a obrigação de pagamento é, neste momento, distribuída entre o resto de usuários do sistema. Deste modo, a concessionária tem a cobrança garantida pelo sistema elétrico nacional. A respeito disso, nos anos durante os quais o Grupo operou nestas linhas, não se produziu nenhuma falta de pagamento por parte dos usuários das linhas.

Em relação às linhas de transmissão do Chile, estas pertencem ao sistema de transmissão nacional (antes denominado troncal), no qual o Coordenador Elétrico Nacional (CEN) é o responsável por coordenar o fluxo de pagamentos às empresas transmissoras. Até dezembro do ano 2018 se aplica o regime no qual as responsáveis por efetuar o pagamento às empresas transmissoras são as empresas geradoras. A partir do ano 2019 se incorporarão as empresas distribuidoras às responsáveis por efetuar os pagamentos, pelo que a partir dessa data se conta com uma carteira de pagadores mais diversificada. A garantia de cobrança do sistema de transmissão nacional se sustenta em um Procedimento do CEN que estabelece que, diante de eventuais faltas de pagamento por parte de um coordenado (empresa sujeita a

coordenação por parte do CEN), esse incumpridor é desligado do sistema, repartindo a obrigação de pagamento pelas demais empresas coordenadas.

Elecnor trata sempre de tomar todas as medidas que vêm sendo adotadas para mitigar esse risco, e realiza análises periódicas da sua exposição ao risco creditício, realizando as correspondentes correções valorativas por depreciação.

### 6.5. Risco Regulatório

Quanto ao Risco Regulatório e, particularmente, àquele que diz respeito às energias renováveis, a Elecnor faz um acompanhamento pormenorizado que visa registrar adequadamente seu impacto na demonstração de resultados consolidada.

## 7. MEIO AMBIENTE

O compromisso com a proteção e respeito ao meio ambiente e a eficiência no consumo de recursos energéticos são denominadores comuns nas atividades da Elecnor, fazendo parte da cultura e dos valores da organização.

Os mecanismos de controle ambiental implantados atualmente na companhia se baseiam em Sistemas de Gestão Ambiental e Gestão Energética certificados de acordo com as Normas ISO 14001:2004 e ISO 50001.

O Sistema de Gestão Ambiental da Elecnor define uma sistemática para identificar, avaliar e registrar os aspectos ambientais originados das atividades do Grupo, a fim de determinar quais são significativos.

Em termos globais, a nossa estratégia em matéria de Gestão Ambiental se rege pelos seguintes princípios de atuação:

- A busca permanente do equilíbrio entre a rentabilidade econômica e a proteção do Meio Ambiente, propiciando enfoques para que ambos os conceitos se reforcem mutuamente.
- Considerar o aspecto ambiental nas decisões quanto a investimento em novos projetos e atividades que o Grupo esteja estudando fazer.
- O envolvimento dos funcionários, através das devidas ações de formação e de sensibilização.
- Promover também o envolvimento dos demais grupos de interesse (acionistas, clientes, fornecedores e a sociedade em geral) na procura conjunta de soluções úteis para o desafio da preservação do meio ambiente e dos recursos energéticos.

Na Informação não financeira deste Relatório expõem-se os objetivos, estratégias e iniciativas desenvolvidas em 2018 de acordo com a Gestão ambiental do Grupo.

## 8. RECURSOS HUMANOS

### Quadro de funcionários Grupo Elecnor (\*)

Em 31 de dezembro de cada ano	2018	2017	Variação
Nacional	8.837	8.130	8,7%
Internacional	5.052	5.014	0,8%
	<b>13.889</b>	<b>13.144</b>	<b>5,7%</b>

(\*) Os Conselheiros que não fazem parte do quadro do Grupo não são incluídos neste cálculo

As pessoas constituem o principal ativo de Elecnor, que baseia sua estratégia geral em valores como o talento, a transparência e o trabalho em equipe em condições de máxima segurança. Por isso, a prevenção de riscos no trabalho é um denominador comum em todas as atividades que são realizadas no Grupo. O compromisso com a prevenção faz parte da sua cultura. É um compromisso que vai além das normas legais e das exigências dos clientes, com objetivos exigentes e muito claros: zero acidentes e zero tolerância quanto à falta de cumprimento das medidas preventivas estabelecidas pela empresa.

No encerramento do exercício de 2018, o quadro de funcionários do Grupo havia aumentado em 745 pessoas (5,7%), até ficar situado em **13.889 funcionários**. No mercado espanhol, o aumento foi de 8,7%, principalmente nas atividades das infraestruturas e telecomunicações. No exterior, o aumento geral é de 0,8%. Destaca-se o aumento do quadro no Brasil e na Itália e a diminuição na Angola, Chile e República Dominicana, devido à finalização de projetos.

## 9. PD&I

As iniciativas desenvolvidas ao longo de 2018 centraram-se na melhoria contínua das ferramentas corporativas e em incrementar o número dos projetos inovadores executados e a realizar. A finalidade de essas ações é trazer melhorias aos atuais serviços, produtos e processos da Elecnor, assim como explorar novos modelos de negócio. Atuações:

- Lançamento da edição 2018 da convocatória interna de financiamento de projetos INNOVA. Financiamento de 4 novos projetos.
- Realização de uma oficina técnica com a Nem Solutions sobre a indústria 4.0.
- Atualização das linhas estratégicas de PD&I com o objetivo de aumentar o número de projetos inovadores centrados em melhorias construtivas e na gestão de plantas.
- Preparou-se em conjunto com os colaboradores (fabricantes de baterias) toda a documentação necessária para a realização de um projeto subvencionado pelo CDTI.
- Fazer da PD&I um fator de melhoria da competitividade empresarial.

Melhorias planejadas para 2019:

- Realização de novas oficinas técnicas em colaboração com empresas tecnológicas.
- Aumento do número de projetos com clientes e colaboradores.
- Criação de uma mesa de trabalho onde estejam representadas todas as subdireções gerais e as direções de negócio da Elecnor. Mesa de especialistas de PD&I.

## 10. FATOS SIGNIFICATIVOS POSTERIORES AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Entre 31 de dezembro de 2018 e a formulação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas não houve fatos que pudessem representar uma alteração significativa na imagem fiel dessas demonstrações financeiras.

## 11. PERSPECTIVAS DO EXERCÍCIO DE 2019

### 11.1. Contexto econômico

Tal como é explicado no ponto 2.2. Contexto econômico deste relatório, as perspectivas para o próximo ano são de crescimento a nível mundial, apesar de os especialistas terem feito a revisão em baixa das perspectivas de crescimento, tanto das economias avançadas como das referentes aos mercados emergentes e em desenvolvimento. A economia espanhola mantém o crescimento previsto no início do ano, sendo a única da União Europeia que não registra um comprometimento das expectativas de crescimento.

## 11.2. Grupo Elecnor

Para o exercício de 2019, partindo da hipótese de que o quadro regulatório se mantém estável tanto para as energias renováveis quanto em matéria fiscal, está previsto que o Grupo Elecnor continue no caminho do crescimento sólido e sustentado dos últimos anos.

A Elecnor mantém sua aposta no crescimento nos mercados internacionais, baseado nos projetos que tem em carteira nos mesmos, mas que exigem um período de amadurecimento plurianual. Por sua vez, e com a prudência a que obriga a atual situação, a recuperação do mercado nacional parece confirmar-se, o que deveria contribuir para cumprir os objetivos de crescimento estabelecidos. Diante desse cenário, o Grupo prossegue com a melhoria contínua de suas estruturas gerais e produtivas, adequando-as ao volume de atividade dos diferentes negócios desenvolvidos na Espanha e no exterior, o que aumentará a rentabilidade, produtividade e competitividade dos referidos âmbitos.

Com tudo isso, e apoiados na sólida carteira de projetos pendentes de executar explicado no ponto 3.1.4., o Grupo Elecnor encara o exercício de 2019 com o propósito de obter valores, tanto de volume de negócio quanto de resultados, superiores aos conseguidos ao longo do exercício de 2018.

## 11.3. Entrada em vigor da nova norma

### NIIF 16 Arrendamentos

A 1 de janeiro de 2019 entra em vigor a NIIF 16 sobre Arrendamentos. Esta norma elimina o modelo de contabilidade dual para arrendatários que diferencia os contratos de arrendamento financeiro, registrados no balanço, dos arrendamentos operativos para os quais não se exige o reconhecimento das quotas de arrendamento futuras. Em vez disso, é desenvolvido um modelo único, dentro do balanço, que é semelhante ao arrendamento financeiro atual. O Grupo Elecnor estima que o impacto dessa nova norma representará um maior valor de ativo por Ativos por Direito de Uso e um maior valor dos passivos financeiros entre 20-30 milhões de euros, não tendo um impacto significativo no seu patrimônio líquido.

### IFRIC 23 sobre a Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

Essa interpretação será aplicada aos períodos anuais de apresentação dos relatórios que comecem a partir de 1 de janeiro de 2019. Introduce um guia acerca de como se deve medir e reconhecer a incerteza relacionada com os tratamentos do imposto sobre a renda pela utilidade e perda fiscal, as bases e taxas de impostos, bem como as perdas e créditos fiscais não utilizados. O Grupo está analisando os potenciais impactos que essa interpretação pode representar para as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

## 12. CAPITAL SOCIAL E AQUISIÇÃO DE AÇÕES PRÓPRIAS

Em 31/12/18 o capital social da Elecnor, S.A. está representado por 87 milhões de ações de 10 cêntimos de euro cada uma, integralmente subscritas e pagas, o que representa um capital social de 8,7 milhões euros.

As ações da Elecnor, S.A. têm cotação na modalidade SIBE (Sistema de Interconexão Bursátil) do mercado contínuo, que é onde se concentra a negociação das ações das empresas mais representativas da economia espanhola e com maior volume de contratação.

Em 31 de dezembro de 2018 a Elecnor contava com uma carteira com 2.310.650 ações próprias. Ao longo do ano de 2018 foram adquiridos 124.061 títulos, tendo-se procedido à alienação de outros 98.215. Com tudo isso, em 31 de dezembro de 2018 se chegou a um total de 2.336.496 ações próprias, o que representa uma percentagem de carteira de ações próprias de 2,7%.

## 13. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No que respeita à informação relativa às operações com partes relacionadas, reportamo-nos ao discriminado nas notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018, conforme estabelecido no artigo 15 do Real Decreto 1362/2007.

## 14. RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A falta de cumprimento das obrigações legais e a partir do modelo circularizado pela CNMV, o Conselho de Administração da Elecnor, S.A. elaborou um Relatório Anual de Governança Corporativa correspondente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse documento está disponível no site da Comissão Nacional do Mercado de Valores.

## 15. INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

### 15.1. Introdução

A presente seção do Relatório de Gestão cumpre os requisitos estabelecidos na Lei 11/2018, de 28 de dezembro, no que diz respeito à informação não financeira e diversidade (procedente do Real Decreto-Lei 18/2017, de 24 de novembro).

Nesse âmbito, inclui-se a informação sobre as atividades e os principais impactos econômicos, sociais e ambientais do Grupo Elecnor, bem como os aspectos considerados relevantes para os principais grupos de interesse da empresa no exercício 2018. O processo de elaboração seguiu como referência o padrão internacional Global Reporting Initiative (GRI).

A informação contida neste Relatório abrange a totalidade do Grupo, exceto nos casos em que se indica o contrário, por exemplo quando se refere apenas o âmbito espanhol. Em relação aos dados do meio ambiente, a informação abrange apenas aqueles países nos quais a organização mantém uma presença permanente.

Durante 2018, o Grupo Elecnor realizou uma análise das questões materiais para a empresa e para os grupos de interesse a fim de definir os assuntos relevantes em termos de sustentabilidade e priorizar os conteúdos incluídos nesta seção do Relatório de Gestão.

Nesse sentido, numa primeira fase realizou-se uma análise externa para identificar as questões de maior relevância para os grupos de interesse. Para isso, foi feita uma análise de notícias e da norma relativa às questões de sustentabilidade (principalmente a Lei 11/2018), juntamente com um benchmarking sobre as matrizes de sustentabilidade de clientes e empresas do setor, publicadas nos seus Relatórios de Sustentabilidade ou Relatórios Integrados.

Após a delimitação dos assuntos materiais, a segunda fase consistiu na priorização de tais questões por parte de elementos chave da organização, isto é, por aqueles identificados pela empresa como responsáveis pela relação com algum dos principais grupos de interesse do Grupo. Adicionalmente, contou-se com a participação da responsável de planejamento estratégico. Posteriormente, a relação de questões materiais priorizadas foi validada pelo principal responsável executivo do Grupo.

Como resultado do processo, foram delimitadas as seguintes questões materiais, discriminadas de acordo com o seu nível de criticidade.

Questões materiais	Criticidade
1 Saúde e segurança no trabalho de funcionários/contratadores	Alta
2 Ética e Compliance	Alta
3 Atração, retenção de talento e desenvolvimento do capital humano	Alta
4 Gestão da igualdade e da diversidade	Alta
5 Conciliação	Alta
6 Clientes. Qualidade do serviço	Alta
7 Desenvolvimento de energias renováveis	Alta
8 Oportunidades de negócio	Alta
9 Gestão de riscos	Alta
10 Cibersegurança	Alta
11 Gestão financeira	Alta
12 Transformação digital	Alta
13 Comunicação/Transparência	Alta
14 Investimento sustentável	Alta
15 Boa Administração	Alta
16 Tecnologia e inovação	Alta
17 Gestão de intangíveis	Alta
18 Gestão ambiental/Eficiência dos recursos	Média
19 Direitos Humanos (ODS)	Média
20 Gestão da cadeia de fornecimento	Média
21 Quadro regulatório estável	Média
22 Participação em Índices de sustentabilidade	Média
23 Gestão do impacto e diálogo com as comunidades locais	Média
24 Biodiversidade	Média
25 Negócios inclusivos	Média
26 Estratégias e impactos da mudança climática	Média
27 Transição energética	Média
28 Pegada hídrica	Média
29 Economia circular	Média
30 Inclusão de critérios sociais e ambientais na contratação pública	Média

- Alta
- Média
- Baixa

## 15.2. Modelo de Negócio

No ponto 2 deste Relatório de Gestão encontra-se a informação sobre o Modelo de Negócio da empresa. E no ponto 11 a que diz respeito às Perspectivas do exercício 2019.

### Objetivos estratégicos

Na Elecnr, todas as estratégias de negócio visam gerar valor de uma forma sustentável para os seus grupos de interesse.

Neste sentido, os eixos principais deste quadro estratégico são:



## 15.3. Gestão dos riscos não financeiros

A Elecnr está exposta a diversos fatores de risco de matriz não financeira, vinculados tanto aos setores como aos países nos quais opera. Entre esses riscos, o Grupo, no âmbito do seu Sistema de Compliance, identificou as situações em que, e em virtude do estabelecido pelo atual Código Penal espanhol e normas locais equivalentes, as pessoas jurídicas podem ser penalmente responsabilizadas por certos crimes cometidos pelos seus funcionários ou por determinadas partes relacionadas. Assim, o Grupo conta com os controles necessários para assegurar uma prevenção adequada e gestão dos riscos que possam surgir dessas eventuais situações.

Devido à própria natureza desses riscos, na medida em que acarretam uma potencial responsabilidade penal, os possíveis impactos da sua eventual materialização que poderiam surgir para as organizações teriam um efeito tanto a curto como a longo prazo, motivo pelo qual o Grupo, como já foi mencionado, coloca uma ênfase especial na sua gestão preventiva.

Os principais riscos associados a esses crimes potencialmente atribuíveis a pessoas jurídicas e que poderiam eventualmente afetar o Grupo são descritos abaixo:

Tipo de risco	Impacto
Cidadãos estrangeiros e tráfico de seres humanos	Impor trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas equiparáveis e ajudar pessoas a permanecerem ilegalmente
Suborno e Corrupção	Incitar a de imparcialidade ou obter favores impróprios mediante a entrega ou a promessa de presentes, favores...
Recursos naturais e meio ambiente	Incumprimento de leis, disposições ou normas
Fazenda Nacional e Seguridade Social	Defraudar a Fazenda ou a Seguridade Social (incluindo a distorção da contabilidade) e obter subvenções, ajudas ou fundos de forma indevida
Lavagem de dinheiro	Utilizar, realizar transações ou ocultar a origem ilícita de bens de origem criminosa
Financiamento de terrorismo	Realizar atividades com bens ou valores com conhecimento de que serão utilizados em atividades de terrorismo
Fraude e Mercado e consumidores	Enganar com a intenção de obter lucro, alterar os preços, divulgar, revelar ou ceder segredos da empresa e utilizar informação privilegiada
Propriedade industrial e intelectual	Explorar bens abrangidos por direitos de propriedade industrial e/ou intelectual sem o consentimento do proprietário
Descoberta e revelação de segredos	Descobrir segredos ou violar a privacidade ou utilizar dados privados sem autorização
Danos informáticos	Apagar, alterar... dados informáticos ou prejudicar o funcionamento dos sistemas
Financiamento ilegal de partidos políticos	Realizar doações ou contribuições a partidos políticos ou semelhantes violando a legislação

Para cada um dos riscos identificados, a Elecnor conta com controles específicos, entre os quais se encontram o Código de Ética e a Política de Conformidade, auditorias internas e externas periódicas do Sistema Integrado de Gestão, Procedimento de Gestão e Controle de Pagamentos, Política de Seleção, o canal do Código de Ética, o Sistema de Avaliação de Fornecedores etc.

#### 15.4. Gestão ética e cumprimento normativo

##### Cultura corporativa

No centro da gestão ética do Grupo Elecnor estão os valores de confiabilidade, compromisso e esforço, orientação ao cliente, solvência e inovação, nos quais se apoiam todas as ferramentas voltadas não só para o cumprimento da legislação vigente, mas também para garantir um estilo corporativo responsável nas suas relações com os seus grupos de interesse: acionistas, funcionários, clientes, fornecedores, concorrentes e representantes sociais.

**Missão:** A Elecnor nasceu com a missão de contribuir para o progresso econômico e tecnológico, para o bem-estar social e para o desenvolvimento sustentável dos mercados em que opera por meio do desempenho de todas as suas atividades. Para isso, o Grupo procura consolidar-se no mercado como uma empresa de referência, altamente competitiva, em contínuo crescimento e com presença internacional.

**O objetivo** é serem reconhecidos pela qualidade das suas ações, o valor da sua equipe humana, a responsabilidade social, a sua vocação de atendimento ao cliente, solvência técnica e financeira e pelos seus valores.

##### Valores:

- Confiabilidade
- Compromisso e esforço
- Orientação para o cliente
- Solvência
- Inovação

## Sistema de Conformidade

O Grupo Elecnor promove de forma permanente que todas as ações se realizem com os mais elevados padrões de ética. Este compromisso tem o seu máximo expoente no Código de Ética do Grupo.

A Elecnor aplica o princípio de tolerância zero diante das más práticas em matéria de ética e integridade, e espera de seus funcionários e pessoas com as que se relaciona uma conduta alinhada com os princípios deste Código, normas em que se baseia e políticas e procedimentos que o desenvolvem.

Neste sentido, por meio do Código, o Grupo Elecnor e cada um de seus funcionários assume o compromisso, explícito também na sua Política de Compliance, de desenvolver as suas atividades de acordo com as leis em vigor nos territórios e países nos quais atua, assim como o cumprimento e a defesa dos direitos humanos e o respeito pelos direitos laborais, atuar com diligência e profissionalismo, integridade, qualidade, cuidado do meio ambiente, prevenção de riscos laborais e responsabilidade social.

O Sistema de Conformidade do Grupo Elecnor se enquadra nos mencionados princípios e valores e na permanente melhoria de suas práticas e procedimentos de gestão, com o objetivo de reforçar a sua Governança Corporativa.

O alcance deste Sistema é o conjunto de países em que a Elecnor e suas sociedades filiais e participadas atuam, sem prejuízo das adaptações necessárias em função das singularidades existentes nesses países.

Os principais elementos do Sistema são os seguintes:

### **Código de Ética**

Estabelece expressamente que todos os funcionários têm a obrigação de informar sobre todas as práticas irregulares das que tenham tido conhecimento ou foram testemunhas, e coloca à sua disposição um Canal do Código de Ética específico para o envio dessas comunicações.

### **Política de Conformidade**

Se apresenta como um desenvolvimento parcial do Código de Ética e como o eixo de referência do Sistema de Conformidade.

Determina os comportamentos esperados dos funcionários da Elecnor e das pessoas físicas ou jurídicas que se relacionam habitualmente com a companhia para garantir a plena conformidade com a legalidade.

### **Manual do Sistema de Gestão da Conformidade**

Documento interno que regula o funcionamento do Sistema de Conformidade e que ampara o seu projeto e estrutura.

Identifica e estabelece as distintas responsabilidades, objetivos e atuações de prevenção, resposta, monitoração e relatório no âmbito da Conformidade.

### **Comitê de Conformidade**

Órgão colegiado em dependência orgânica e funcional da Comissão de Auditoria. Tem entre suas atribuições a atualização, supervisão, vigilância, formação e controle do Sistema de Conformidade e, em suma, de assegurar o seu correto funcionamento.

### **Catálogo de Delitos e Comportamentos de Risco e Controles**

Relação estruturada dos comportamentos de risco identificados que podem ocasionar a execução de um delito ou descumprimento e dos procedimentos, protocolos e controles estabelecidos para sua prevenção e gestão adequadas.

Serve de base para a revisão e atualização permanentes do Sistema de Conformidade.

### **Relatório Anual de Conformidade**

Relatório anual elaborado pelo Comitê de Conformidade acerca da situação do Sistema, atuações desempenhadas, etc.

A Elecnor conta com um procedimento que permite a todos os seus funcionários comunicar confidencialmente, de boa fé e sem medo de retaliação, condutas irregulares nas matérias contempladas no Código, normas em que se baseia, políticas e procedimentos que o desenvolvem ou na legislação vigente. Para esse efeito, o seguinte endereço de e-mail [codigoetico@elecnor.com](mailto:codigoetico@elecnor.com) e a caixa postal nº 26-48080 encontram-se operacionais.

Os funcionários da organização podem, igualmente, esclarecer dúvidas ou propor melhorias nos sistemas de controle interno existentes na organização.

Durante 2018 não foram recebidas denúncias relacionadas com os direitos humanos, corrupção, suborno ou lavagem de dinheiro.

As quatro denúncias recebidas no decorrer do exercício e gerenciadas pelo Comitê de Conformidade referem-se, principalmente, a questões relacionadas com o contexto laboral. Essas denúncias estavam solucionadas no encerramento do exercício.

Principais atuações realizadas durante o exercício 2018:

- **Obtenção da Certificação pela norma UNE-ISO 37001 do Aenor - Sistemas de gestão antissuborno pelo seu Sistema de Gestão antissuborno/corrupção.** É um padrão internacional que se configura como a mais moderna e exigente expressão a nível global de sistemas de gestão para a prevenção do suborno e Compliance em geral. Desta forma, a Elecnor tornou-se a primeira empresa do setor na Espanha a obter essa certificação e uma das primeiras empresas a nível nacional e internacional, reconhecendo-se o compromisso do Grupo com a permanente melhoria das suas práticas e procedimentos de gestão, posicionando a organização como uma referência nesse âmbito.
- Trabalhou-se com o objetivo de obter, a **Certificação do alinhamento do Sistema de Compliance do Grupo com os requisitos da norma UNE 19601 - "Sistema de gestão de compliance penal"**, norma espanhola publicada em maio de 2017 e inspirada nos requisitos da norma UNE-ISO 37001 supracitada. Essa norma estabelece os requisitos para se implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão de compliance penal com o objetivo de prevenir a prática de crimes no seu seio e reduzir o risco penal pela promoção de uma cultura de ética e de conformidade. No início do ano de 2019, será obtida a certificação nessa norma.
- No âmbito da **formação**, foram realizadas distintas sessões presenciais de formação específica sobre o tema da Conformidade, assim como formação online sobre o mesmo tema a um grupo de aproximadamente 600 pessoas. Desta forma, nos últimos anos, um grupo de aproximadamente 800 pessoas do Grupo recebeu formação específica sobre Conformidade, incluindo a diretoria executiva, a diretoria, as chefias intermédias e o pessoal que desempenha funções de suporte, assessoria e controle, tanto da Elecnor, S.A. como das filiais do Grupo, tanto na Espanha como a nível internacional.

Além disso, o Presidente do Comitê de Conformidade partilhou com as novas incorporações os principais elementos do Sistema de Conformidade e as principais mensagens, princípios e valores do Grupo.

- **Atualização de uma cláusula específica no tocante ao Código de Ética e Anticorrupção nas Condições Gerais de Compra na qual os fornecedores** se comprometem a adotar um comportamento, em suas relações com o Grupo, em conformidade com os mais altos padrões de ética, identificados no Código de Ética do Grupo Elecnor.
- **Acompanhamento do processo de homologação dos fornecedores** de aspectos relacionados com o seu compromisso com o desenvolvimento e melhoria dos seus respectivos sistemas de conformidade.
- **Revisão do procedimento que engloba tanto a deteção e avaliação da oportunidade como a negociação e assinatura do contrato para projetos singulares** de forma a melhorar a sua estrutura, sistematização, avaliação de riscos, a coordenação entre departamentos e a revisão e acompanhamento do processo por parte dos responsáveis por assessoramento e supervisão.
- **Elaboração do Plano de Implementação do Sistema de Conformidade**, com o objetivo de continuar o processo de implementação do Sistema de Conformidade nas diversas filiais e organizações do Grupo: Elecnor do Brasil, Elecnor Chile, Enerfín do Brasil, Celeo Redes Chile e Celeo Redes Brasil, Angola, Itália e na filial Deimos.

- **O Conselho de Administração da Elecnor aprovou** que, em todas as reuniões do Conselho de Administração, Comissão Executiva, Comitê Executivo e outros comitês significativos, **conste da ordem de trabalhos uma secção dedicada aos aspectos de conformidade**. Essa secção na ordem de trabalhos foi posta em prática neste exercício.

Durante **2019** continuar-se-á a apostar nos seguintes objetivos:

- Consolidação e desenvolvimento, lançamento e implementação de iniciativas que promovam os princípios e os valores corporativos e a cultura de conformidade, tanto a nível interno como externo.
- Continuação do processo de implementação e consolidação do Sistema de Conformidade nas diversas filiais e organizações do Grupo.
- Completa implementação e consolidação das melhorias introduzidas nos diversos processos ao longo do ano de 2018.

É importante assinalar que o grupo é desde o ano de 2017 **"Socio Signatory" do Pacto Mundial das Nações Unidas**, fortalecendo o alinhamento da sua estratégia empresarial com os seus 10 princípios e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente relacionados com a defesa dos direitos humanos e a luta contra a mudança climática.

### Transparência Fiscal

A Elecnor realizou a sua melhor estimativa de distribuição dos resultados obtidos por países, bem como dos pagamentos realizados no que toca ao imposto circulante por países, com os dados disponíveis no momento da elaboração destas Demonstrações Financeiras Para essa distribuição de países aplicaram-se os mesmos critérios utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas, distribuindo, de igual forma, as homogeneizações e as eliminações dos resultados mandatórios para a apresentação da Demonstração de Resultados Consolidada.

A Elecnor, na sua aposta pela transparência e comunicação, transmite as seguintes informações:

### Lucros obtidos por país

Dados em milhares de euros

País	Lucro Depois dos Impostos	País	Lucro Depois dos Impostos
Alemanha	-82,1	Honduras	277,3
Angola	19.713,8	Itália	-1.073,4
Argélia	-1.329,7	Jordânia	2.226,3
Argentina	1.564,0	Kuwait	48,6
Austrália	600,7	Libéria	109,1
Bolívia	936,9	Marrocos	-121,9
Brasil	38.323,5	Mauritânia	-187,5
Camarões	6,7	México	-6.971,0
Canadá	-733,3	Noruega	130,5
Chile	11.130,3	Omã	-296,9
Colômbia	-1.274,2	Panamá	36,1
Equador	-851,8	Paraguai	1,0
El Salvador	-40,6	Peru	608,1
Emirados Árabes Unidos	-459,5	Portugal	-273,9
Espanha	1.367,8	República Dominicana	-74,2
Estados Unidos da América	10.145,7	Senegal	-54,3
França	242,5	África do Sul	-453,3
Gana	-890,7	Uruguai	416,0
Grã-Bretanha	-1.258,7	Venezuela	2.459,2
Guatemala	-6,7	<b>Total</b>	<b>74.262,3</b>
Haiti	352,0		

### Impostos sobre os lucros

A estimativa dos pagamentos do Imposto de Sociedade nos países em que o Grupo desenvolve as suas atividades, detalhados na tabela que se segue, corresponde, em grande parte, à liquidação final dos impostos vencidos durante o exercício 2017, bem como os pagamentos dos impostos vencidos durante 2018, os quais serão definitivamente liquidados durante o exercício 2019.

Dados em milhares de euros

País	Montante	País	Montante
Alemanha	0,0	Honduras	125,5
Angola	136,8	Itália	0,0
Argélia	1.736,1	Jordânia	1.271,8
Argentina	-25,3	Kuwait	63,5
Austrália	4.477,9	Marrocos	8,6
Bolívia	258,6	Mauritânia	186,8
Brasil	18.067,4	México	5.406,0
Camarões	19,7	Noruega	0,0
Canadá	148,6	Omã	212,1
Chile	-219,3	Panamá	341,1
Colômbia	4,6	Paraguai	0,0
Equador	667,1	Peru	1.462,9
El Salvador	0,0	Portugal	389,7
Espanha	16.861,9	República Dominicana	1.247,0
Estados Unidos da América	48,1	Senegal	0,8
França	-0,8	Uruguai	213,5
Gana	0,9	Venezuela	41,5
Grã-Bretanha	-290,6	<b>Total</b>	<b>52.862,5</b>
Guatemala	0,0		

### Subvenções públicas recebidas

Dados em milhares de euros

País	Subvenção
Espanha	1.944,0
Canadá	116,5
Grã-Bretanha	387,6
Portugal	926,6
Romênia	1,9
<b>Total</b>	<b>3.376,6</b>

## 15.5. Nossas pessoas

### Perfil do quadro

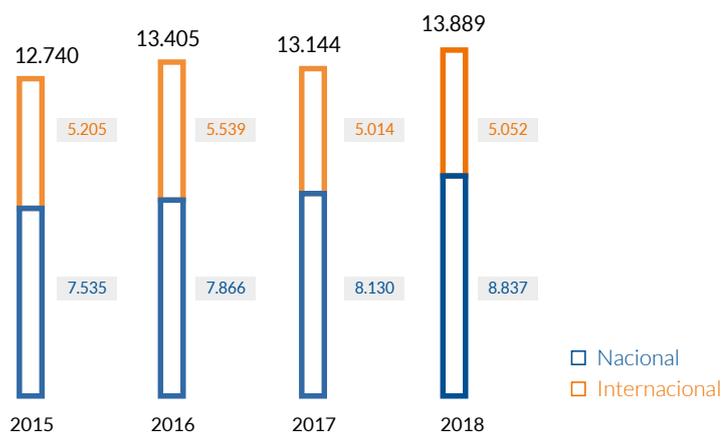
Quando do encerramento do exercício 2018, o quadro do Grupo Elecnor contava com 13.889 funcionários, o que representa um aumento de 5,67% face ao exercício anterior (13.144 funcionários). O aumento provém principalmente do mercado espanhol, que adicionou mais 707 pessoas.

O Grupo Elecnor conta com um perfil internacional, multicultural e diversificado, estando presente em cinco continentes. O quadro encontra-se configurado em **peçoal de Estrutura e peçoal de Obra**. O Grupo, com o objetivo de oferecer

um emprego de qualidade, aumentou a percentagem dos contratos indefinidos, alcançando 60% no final de 2018, face aos 55% do exercício 2017.

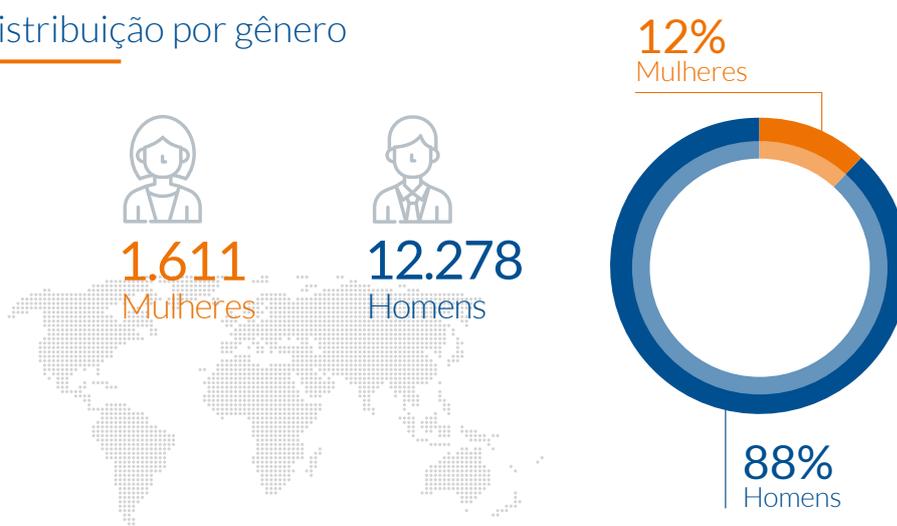
Em seguida expõem-se os principais dados do quadro aquando do encerramento de 2018.

### Evolução do quadro



O quadro do Grupo Elecnr está composto pelo pessoal de Estrutura e pessoal de Obra, representando, em 2018, 28% e 72%, respectivamente. Em relação à distribuição por gênero, no quadro de Estrutura, 31% eram mulheres e 69%, homens. É importante destacar que, em conformidade com a trajetória histórica de gênero do setor, o pessoal de Obra é maioritariamente masculino, com as mulheres representando apenas 4% deste grupo. Desta forma, é importante representar o pessoal de Estrutura e o seu detalhamento por gênero.

### Distribuição por gênero



### Detalhamento do quadro



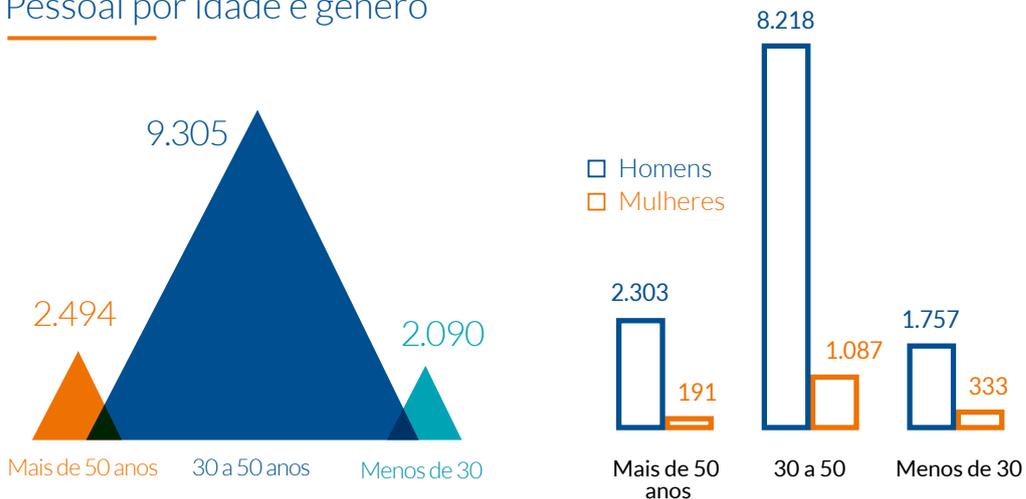
### Pessoal de Estrutura por gênero

### Categoria profissional e gênero



\* A categoria profissional "Base" é composta majoritariamente por homens pelo fato de corresponder principalmente ao pessoal de Obra.

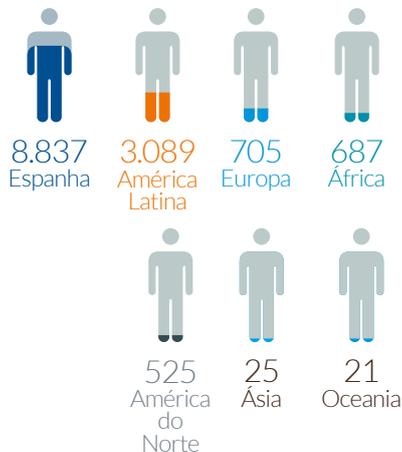
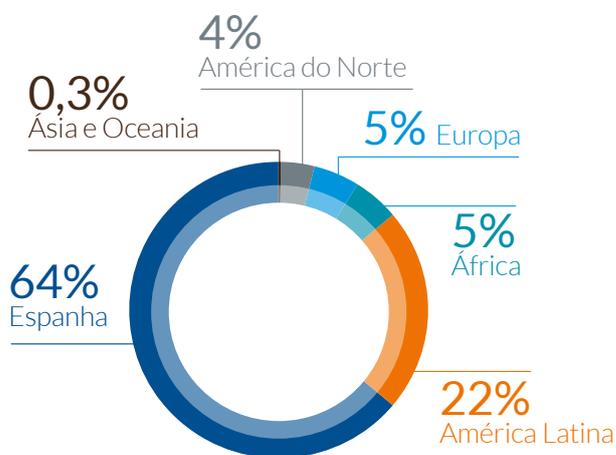
### Pessoal por idade e gênero



Pessoal por país	2018
<b>Espanha</b>	<b>8.837</b>
<b>Europa</b>	<b>705</b>
Reino Unido	265
Itália	287
Noruega	1
Portugal	138
Romênia	14
<b>América do Norte</b>	<b>525</b>
Canadá	6
Estados Unidos da América	519
<b>América Latina</b>	<b>3.089</b>
Argentina	80
Bolívia	1
Brasil	1.970
Chile	336
Equador	16
Honduras	47
México	66

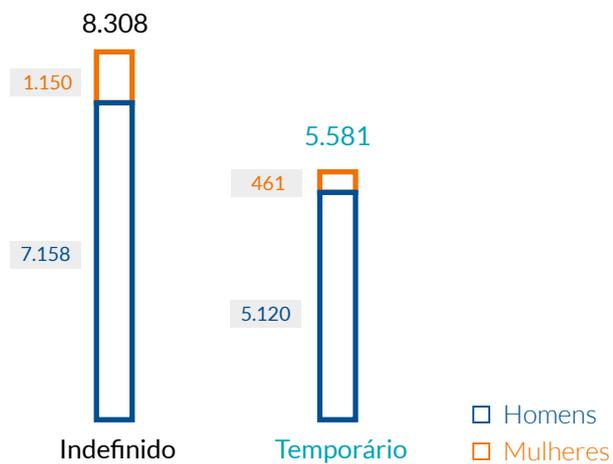
Pessoal por país	2018
Panamá	45
Paraguai	1
Peru	8
República Dominicana	221
Uruguai	237
Venezuela	61
<b>Ásia</b>	<b>25</b>
Jordânia	22
Omã	3
<b>África</b>	<b>687</b>
Angola	629
Argélia	1
Camarões	26
Gana	15
Mauritânia	16
<b>Oceania</b>	<b>21</b>
Austrália	21
<b>Total</b>	<b>13.889</b>

## Pessoal por áreas geográficas

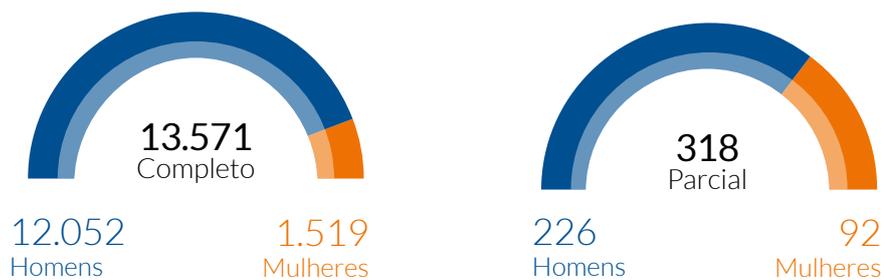


Tipo de contrato e pirâmide etária	2018
<b>Indefinido</b>	<b>8.308</b>
Mais de 50 anos	1.758
30 a 50	5.577
Menos de 30	973
<b>Temporal</b>	<b>5.581</b>
Mais de 50 anos	736
30 a 50	3.728
Menos de 30	1.117
<b>Total</b>	<b>13.889</b>

### Tipo de contrato e sexo



### Tipo de emprego e sexo



Quadro do Grupo Elecnor por tipo de contrato e categoria profissional	2018
<b>Indefinido</b>	<b>8.308</b>
Diretoria	156
Executivo	830
Técnico	1.493
Base	5.829
<b>Temporal</b>	<b>5.581</b>
Diretoria	0
Executivo	97
Técnico	816
Base	4.668
<b>Total</b>	<b>13.889</b>

Quadro do Grupo Elecnor por tipo de emprego e categoria profissional	2018
<b>Completo</b>	<b>13.571</b>
Diretoria	156
Executivo	917
Técnico	2.250
Base	10.248
<b>Parcial</b>	<b>318</b>
Diretoria	0
Executivo	10
Técnico	59
Base	249
<b>Total</b>	<b>13.889</b>

Quadro Grupo Elecnor por tipo de emprego e idade	2018
<b>Completo</b>	<b>13.571</b>
Mais de 50 anos	2.310
30 a 50	9.229
Menos de 30	2.032
<b>Parcial</b>	<b>318</b>
Mais de 50 anos	184
30 a 50	76
Menos de 30	58
<b>Total</b>	<b>13.889</b>

O número de horas de absentismo\* no mercado nacional situou-se nas 646.257 horas, o que representa um coeficiente de absentismo de 3,8%.

\* Horas de absentismo incluindo a totalidade de ausências/horas reais trabalhadas

\* Não foi possível consolidar os dados de absentismo dos restantes países, no entanto a organização está trabalhando nesse aspecto para o próximo ano.

**Demissões na Espanha por sexo e idade\***

	Homens	Mulheres
Mais de 50 anos	50	5
30 a 50	163	29
Menos de 30	38	1

**Demissões na Espanha por categoria profissional e sexo\***

	Homens	Mulheres
Diretoria	5	0
Executivo	13	1
Técnico	41	17
Base	192	17

\* Não foi possível consolidar os dados dos restantes países, no entanto a organização está trabalhando nesse aspecto para o próximo ano.

**Treinamento, gestão de habilidade e competências**

Com o objetivo claro de implantar, promover e desenvolver todo o talento existente na organização, durante este exercício continuamos a trabalhar na consolidação a nível nacional do Sistema de Gestão Integral de Recursos Humanos, que abrange os aspectos de seleção, desempenho e compensação, desenvolvimento e formação. Nos próximos anos será implementado nos demais países.

Na gestão do desempenho, o esforço estava orientado para a definição do modelo de competências que marca o estilo de ser e fazer as coisas na Elecnor para fornecer um canal direto de comunicação entre avaliador e avaliado, para fomentar uma cultura de excelência, orientação para resultados e melhoria contínua. De forma que esse sistema de avaliação seja uma fonte de informação objetiva e rigorosa que assegure a equidade das decisões.



Durante 2018, 2.485 pessoas participaram na Espanha. O desenvolvimento desse processo fornece à organização informações relevantes, objetivas e transparentes para poder estabelecer os planos de remuneração, treinamento e desenvolvimento.

Foram oferecidos diferentes itinerários formativos concebidos para fortalecer as quatro competências:

- Prevenção/Cumprimento normativo/Políticas internas
- Trabalho em equipe/Colaboração/Clima de trabalho
- Relação transversal/Transparência/Visão de Grupo
- Relação Cliente (externo ou interno)/Capacidade de influência/Aceitação

## Indicadores de Treinamento

A aposta do Grupo pelo treinamento tem se mantido ao longo dos anos. Estes são os principais indicadores neste aspecto para Espanha:

### Horas de treinamento por categoria profissional\*

Categoria profissional	2018 Horas
Gestores e técnicos	41.647
Administrativos ou pessoal de escritório	16.979
Chefes de obra	17.199
Operários	157.580
<b>Total Espanha</b>	<b>233.406</b>
<b>Horas de treinamento/funcionário na Espanha</b>	<b>26,4</b>

\* Não foi possível consolidar os dados dos restantes países, no entanto a organização está trabalhando nesse aspecto para o próximo ano.

## Conciliação

Ainda que atualmente não exista uma política formal para facilitar a desconexão trabalhista, a empresa encoraja que, nos cargos em que for possível, sejam implementadas práticas que facilitem a conciliação, tais como evitar reuniões de trabalho de última hora, horários flexíveis, treinamento em matéria de igualdade, dia intensivo no verão ou, quando apropriado, reduções no horário de trabalho, aplicando todas as medidas definidas nas diferentes regras de aplicação.

Por sua vez, a Elecno, S.A. e as suas filiais nacionais dispõem de um "Plano de compensação flexível" que o pessoal de estrutura com contrato fixo pode acessar. Dentro do referido plano estão previstos seguro de saúde, vale refeição, cartão de transporte, treinamento, informática e creche.

Além disso, existe um programa de subsídio escolar ao qual podem aceder todos os funcionários da Elecno e filiais nacionais que tenham filhos com idades entre os 4 e os 16 anos. Em 2018 foram beneficiadas 1.797 pessoas.

## Igualdad y diversidad

O Grupo conta com um Plano de Igualdade que reflete o seu compromisso com a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e a não discriminação nos seus princípios de atuação.

A Elecno compromete-se com a igualdade de oportunidades, conforme refletido no seu código de conduta: "tanto nos processos de seleção como no desenvolvimento das carreiras profissionais dos seus funcionários, a Elecno aplica critérios de não discriminação e igualdade de oportunidades. Mais precisamente, critérios como a raça, cor, nacionalidade, origem social, idade, sexo, estado civil, orientação sexual, ideologia, religião ou parentesco são excluídos como fatores de avaliação profissional. Apenas serão utilizados como elementos de diferenciação profissional entre as pessoas critérios como o mérito, o esforço, os resultados de desempenho, o treinamento, a experiência e o potencial futuro. A promoção da igualdade de tratamento tem uma seção especial para o equilíbrio entre homens e mulheres, como é evidente nos procedimentos de recrutamento, na promoção profissional, no treinamento e nas condições gerais de trabalho".

No encerramento de 2018, o Grupo contava com 13.889 funcionários, sendo que 28% correspondia à Estrutura e 72% à Obra. No quadro da Estrutura, 31% eram mulheres e 69% eram homens. Na Obra, 4% eram mulheres e 96% eram homens. Seguindo a linha da trajetória histórica de gênero do setor, os homens têm uma maior presença no Grupo, sendo um fator importante que os funcionários da Obra sejam maioritariamente do sexo masculino. Por sua vez, o pessoal da Estrutura mostra mais equilíbrio entre homens e mulheres.

O compromisso expresso no Plano de Igualdade é enquadrado em torno de vários eixos, determinando as ações previstas para cada um deles: treinamento, retribuição, comunicação, seleção, conciliação, melhorias na proteção social e proteção contra o assédio.

Além disso, o Grupo possui uma Política de Compliance e controles internos para garantir que não existe discriminação.

Deste modo, este ano trabalhamos em colaboração com o Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais no projeto para obter o certificado "Igualdade na empresa", com as seguintes ações:

- Compilação de toda a documentação da empresa relativamente a questões de igualdade.
- Avançar num compromisso da Diretoria Executiva da empresa com a conquista de uma igualdade real e efetiva.
- Reuniões com os membros dos sindicatos com experiência em questões de igualdade.
- Renovação do Plano de Igualdade.
- Estudo de igualdade na empresa em termos de salário e em matéria funcional/grupo profissional.
- Estudos sobre o estado da conciliação na empresa.
- Estudo de possíveis medidas de igualdade/conciliação para introduzir na empresa.
- Criação de diretrizes em matéria de comunicação.
- Criação de diretrizes em matéria de seleção.
- Criação de um protocolo contra o assédio sexual.

Foram realizadas duas reuniões do Comitê de Acompanhamento do Plano de Igualdade durante o ano de 2018.

Está disponível o endereço para correspondência [igualdad@elecnor.com](mailto:igualdad@elecnor.com) para que os funcionários possam enviar qualquer tipo de sugestão ou solucionar um conflito, entre outras questões.

### Diversidade nos Órgãos de Governança

A 22 de novembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou a "Política de Seleção de Conselheiros e Diversidade do Conselho de Administração", que pode ser acessada na web corporativa e que inclui todas as medidas adotadas em relação à seleção de conselheiros, políticas de diversidade de gênero, idade, experiência etc. Além disso, a empresa estabeleceu como objetivo para 2020 a recomendação de que o número de conselheiras representadas no Código de Boa Governança seja de pelo menos 30% do número total de membros do Conselho. A propósito, em 2018 a empresa nomeou uma segunda Conselheira Independente. Cabe mencionar que a Comissão de Nomeações e Remunerações analisa regularmente a situação da Política de Seleção de Conselheiros e Diversidade do Conselho de Administração com a finalidade de melhorar esse aspecto. Atualmente não existem conselheiros com qualquer deficiência.

Representação da mulher em postos diretivos	2018
% Mulheres em postos diretivos	12,82%
% Mulheres no Conselho de Administração *	13,33%

\*Conselho de dezembro do ano da informação

### Deficiências

Elecnor, S.A. na Espanha conta com um total de 43 pessoas com alguma deficiência, correspondendo a 0,54%. Paralelamente, e em cumprimento da Lei Geral de Direitos das Pessoas com Deficiência e de sua Inclusão Social (Ley General de Derechos de las Personas con Discapacidad y de su Inclusión Social, LGD), a Elecnor recorreu a medidas alternativas com a contratação de diferentes serviços no valor de 2,5 milhões de euros.

Atualmente, a nível do Grupo, não existe uma política formal sobre a acessibilidade universal.

## Política de remuneração

Relativamente ao Sistema de Gestão Integral dos Recursos Humanos na Elecnor, o aspecto da remuneração tem como principal objetivo retribuir de forma justa, recompensando e reconhecendo os méritos.

Durante o ano de 2018, foram realizados estudos de equidade interna e competitividade externa por meio de inquéritos salariais.

### Remuneração média por sexo, idade e categoria profissional\*

Em seguida serão apresentados em detalhe os dados referentes ao quadro da Espanha.

Idade	Diretoria		Executivo		Técnico		Base	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<30	-	-	41.436	26.872	25.418	24.210	18.534	19.016
Entre 30 e 50	88.987	86.142	46.668	44.856	31.828	27.061	20.502	20.255
>50	128.453	96.348	57.416	55.444	34.380	29.554	22.045	20.318

Na análise de remuneração não se encontram refletidos 183 funcionários por serem reformados parciais e/ou representantes do comércio com remunerações parciais

\*Não foi possível consolidar os dados dos restantes países, no entanto a organização está trabalhando nesse aspecto para o próximo ano.

### Disparidade salarial\*

A política salarial da Elecnor renumera igualmente homens e mulheres que ocupam cargos de igual responsabilidade.

A tabela a seguir mostra o coeficiente da disparidade salarial que representa a diferença salarial por categoria profissional entre homens e mulheres na Espanha:

	Coeficiente
Diretoria	15,06%
Executivo	5,77%
Técnico	15,20%
Base	3,23%

A diferença salarial demonstrada pelos resultados está associada ao ambiente setorial, causada, principalmente, pela trajetória histórica de gênero do setor, que dá origem a uma maior média de idade dos homens em relação às mulheres, o que, por sua vez, resulta numa maior presença de homens em cargos de maior responsabilidade da empresa. Deste modo, na categoria Técnico, a diferença deve-se à maior presença de mulheres nas funções de apoio ao negócio administrativas e de homens nas execuções de projetos.

\*Não foi possível consolidar os dados dos restantes países, no entanto a organização está trabalhando nesse aspecto para o próximo ano.

## Órgãos de Governança

Com a data 15 de março de 2017 e a proposta da Comissão de Nomeações e Remunerações, o Conselho de Administração aprovou a Política de Remunerações correspondente aos exercícios 2017, 2018 e 2019, que se encontra disponível na web corporativa.

A remuneração auferida no exercício 2018 para o Conselho de Administração foi de 4.937 milhares de euros\*. Essas remunerações incluem as decorrentes da sua qualidade de pessoal diretivo. A remuneração média dos Conselheiros situou-se nos 202.150 euros.

A remuneração média discriminada por sexo é a seguinte:

Remuneração média dos Conselheiros: 202.777 euros

Remuneração média das Conselheiras<sup>\*\*</sup>: 194.000 euros

\* Esse valor inclui a remuneração do Conselheiro Delegado pelas suas funções executivas. A remuneração de todos os Conselheiros encontra-se discriminada no Relatório Anual de Remuneração dos Conselheiros da empresa.

\*\* Uma das duas Conselheiras não incorre em todo o exercício.

### Condições de trabalho. Saúde e Segurança no trabalho

No âmbito do Sistema Integrado de Gestão, com os vetores de Meio Ambiente, Qualidade, Prevenção, Gestão Energética e Gestão de PD&I, desenvolve-se um vasto conjunto de atividades para eliminar ou minimizar as situações de risco que as pessoas que desenvolvem projetos do Grupo possam enfrentar. Entre eles, destacam-se os seguintes:

- Controles das condições nas quais os trabalhos são executados, por meio de inspeções de segurança e auditorias internas de obra.
- Informação e treinamento em matéria de segurança e saúde para todos os trabalhadores.
- Reuniões de acompanhamento e conscientização.
- Campanhas de sensibilização e mudanças de comportamento.

Essas e as outras atividades previstas no Sistema foram reforçadas durante esse exercício com a implementação de diferentes medidas nos projetos "Transformação Digital" e "Excelência em Segurança".

Por outro lado, mais de 90% dos trabalhadores estão representados em comitês formais de saúde e segurança. Esses comitês existem a nível do centro de trabalho na Espanha ou no centro de trabalho/obra em muitos dos países do mercado internacional. É no âmbito desses comitês que se chegam a acordos sobre equipamentos de proteção, procedimentos de trabalho etc.

Índice de Freqüência*				Índice de Gravidade**			
2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
11,3	10,5	8,5	4,6	0,44	0,24	0,26	0,16

\* Índice de Freqüência= (número de acidentes com baixa sem contar in itinere/horas trabalhadas) x 10<sup>6</sup>

\*\* Índice de Gravidade= (número de dias perdidos/horas trabalhadas) x 10<sup>3</sup>

### Índices desglosados por sexo

	Hombres	Mujeres
Índice de Freqüência	5,3	0,0
Índice de Gravidade	0,2	0,0
Índice de doenças profissionais*	0,2	0,0

\* Índice de doenças profissionais= (número de doenças profissionais/horas trabalhadas) x 10<sup>6</sup>

Uma vez que a maioria dos funcionários da obra são do sexo masculino, não é possível determinar os índices de sinistralidade em mulheres.

Em 2018, o Índice de Freqüência do Grupo obteve um valor de 4,6 face aos 8,5 de 2017, e o Índice de Gravidade ficou nos 0,16 comparado aos 0,46 de 2017. Com relação às doenças profissionais, foram registrados 6 casos (todos em homens), sendo 4 deles afeções musculoesqueléticas e 2 casos de malária em funcionários expatriados na África.

Neste exercício, o Índice de Freqüência no mercado nacional ficou nos 5,8 comparado aos 12,1 de 2017 (sendo o valor mais baixo obtido na história da empresa), e o Índice de Gravidade nos 0,23, comparado aos 0,41 de 2017, não tendo havido acidentes fatais durante 2018. Os acidentes na Espanha passaram de 192 para 99.

No mercado externo, o Índice de Freqüência atingiu o valor de 2,8, estando em 2017 nos 4,5, enquanto o Índice de Gravidade ficou nos 0,05, face aos 0,52 de 2017, não tendo havido acidentes fatais durante o exercício.

### Principais iniciativas no exercício

Foram realizadas no total 1.008 auditorias internas de obra como medida de controle por parte de um Departamento de Auditorias Internas de Obra independente que permite realizar uma análise profunda da situação de segurança das obras.

Além disso, foram feitas mais de 51.800 inspeções de segurança em todo o Grupo, que resultaram em mais de 50.134 medidas corretivas.

Foram também realizadas 17 auditorias internas e externas na Elecnor, Atersa, Audeca, Ehisa, Enerfín e Jomar Seguridad de acordo com as exigências da OHSAS 18001, com resultado satisfatório. Da mesma forma, foi realizada a auditoria externa legal obrigatória para todas as empresas integradas no Serviço de Prevenção Conjunto, com resultados satisfatórios.

Conscientes da importância do treinamento nesta matéria, se continuou com as atividades programadas. Assim, foram desenvolvidas ações na Espanha para um coletivo geral de 20.933 participantes, a maioria dos quais participou em mais de uma ação formativa. O total de horas de treinamento na área de Prevenção de Riscos Laborais na Espanha subiu para 120.484 horas, o que representa um aumento de 22% em relação a 2017, havendo outras áreas de formação tecnológica e de gestão, que também têm um grande impacto na Prevenção, mas não são contabilizadas neste total (qualificações/autorizações elétricas, operadores de maquinaria etc.).

Foi desenvolvida uma campanha especial no Dia Internacional de Segurança e Saúde no Trabalho para conscientizar os trabalhadores.

Por último, se está trabalhando em duas grandes linhas de atuação que permitirão seguir avançando até o objetivo zero acidentes:

- **Projeto Excelência em Segurança** com o objetivo de avaliar continuamente a situação em matéria de segurança e implementar as melhores ferramentas para reduzir o índice de acidentes. Dentro desse projeto, existe um capítulo dedicado especialmente a reduzir ao máximo os acidentes de trânsito, que constituem uma das principais causas de acidentes graves e fatais no Grupo.
- **Projeto de Transformação Digital**, centrado na Prevenção, que permitirá melhorar o trabalho do dia a dia, eliminando tarefas burocráticas e permitindo aos técnicos de segurança e às áreas de liderança dedicar esse tempo para ter mais presença na obra, treinamento etc.

Dentro do projeto "Excelência em Segurança" existe uma linha de ação específica para as subcontratadas. Em 2018, deu-se continuidade às ações de controle nas empresas subcontratadas, realizando com ela reuniões de coordenação e informação.

No que diz respeito à vigilância da saúde, em termos gerais, os profissionais da Elecnor não desenvolveram atividades com incidência ou risco elevados de doenças profissionais. Nas atividades em que houver a possibilidade de desenvolver uma doença profissional (trabalhos em centrais nucleares, com amianto, fitossanitários etc.), são tomadas as medidas preventivas necessárias e a monitorização da saúde realiza um controle dos parâmetros fisiológicos que permitem detectar a existência de um problema no desenvolvimento de tarefas que possam prejudicar a segurança e a saúde dos trabalhadores. Não houve nenhum caso significativo.

Os trabalhadores da Elecnor que desenvolvem os seus trabalhos em áreas onde existem doenças endêmicas locais (malária, dengue, febre amarela, febre tifoide, aids etc.) são inoculados com vacinas, caso existam, ou com medidas preventivas ou profiláticas, promovidas com as campanhas correspondentes de informações sobre elas.

Da mesma forma, são realizadas em diferentes países iniciativas como campanhas relacionadas com a luta contra a aids e doenças venéreas, ações e campanhas relacionadas com hábitos saudáveis (doenças cardiopulmonares, musculoesqueléticas, alimentação saudável e equilibrada etc.), escolas secundárias... Com caráter piloto, foi implementado um programa de fisioterapia em Madrid e Logroño para prevenir o aparecimento de lesões musculoesqueléticas.

### Diálogo social

Na Espanha, 100% do quadro de funcionários está coberto pelos convênios coletivos. Nos restantes países onde o Grupo está presente, só existe legislação comparável na Argentina, Brasil, Estados Unidos, Uruguai, Jordânia e Itália, sob as quais estão amparadas as nossas pessoas.

Além disso, a Elecnor conta com os Departamentos de Recursos Humanos, que garantem o cumprimento e a aplicação da legislação vigente em todo o Grupo.

Por outro lado, os centros de trabalho com quadros de funcionários entre 10 e 49 trabalhadores têm Delegados de Funcionários, sendo os Comitês da Empresa os órgãos de representação nos centros de trabalho com mais de 50 trabalhadores. Tanto os Delegados de Pessoal como os membros do Comitê são nomeados por eleições sindicais, para as quais se apresentam sindicatos e grupos independentes. Atualmente, o sindicato maioritário é o CCOO, para além de outros sindicatos (UGT, ELA, LAB, CGT, ESK, CSIF e grupos independentes).

A gestão das relações de trabalho no Grupo é realizada com base nos convênios coletivos provinciais do setor. Para determinadas casuísticas, são assinados acordos específicos com coletivos específicos. Os mais notáveis assinados em 2018 são um acordo de aspectos gerais assinado com a representação dos trabalhadores em Cayés (Astúrias), bem como acordos assinados pela Dirección de Negocio Sur para regular aspectos relacionados com o tempo de deslocamento.

### 15.6. Rumo à excelência

A Elecnor conta com um Sistema Integrado de Gestão que engloba os aspectos de Meio Ambiente, Qualidade, Prevenção de Riscos Laborais, Gestão Energética e Gestão de PD&I.

Esse Sistema de Gestão é configurado em torno dos seguintes critérios principais, a partir dos quais são estabelecidos compromissos específicos e linhas de ação por áreas: cumprimento estrito da legislação aplicável e outros requisitos que a Elecnor subscreve nos mercados em que atua; o conhecimento preciso da natureza e magnitude dos impactos ambientais, as exigências dos clientes e os riscos para o trabalhador das atividades e produtos da Elecnor e a melhoria da competitividade através da PD&I que permite atribuir valor e diferenciar-se da concorrência.

A Política do Sistema Integrado de Gestão se encontra disponível na Web corporativa [www.elecnor.com](http://www.elecnor.com).

Durante o ano de 2018 foram realizadas as auditorias externas, mantendo e ampliando a Certificação Multisite de acordo com as normas ISO 9001:2015 e 14001:2015. Trata-se de um certificado único para todas as organizações da Elecnor Infraestructuras que contém a abrangência das diferentes atividades e de todos os centros de trabalho.

### Gestão da Qualidade

A estratégia da Elecnor em matéria de gestão da qualidade rege-se pelos seguintes aspectos:

- A gestão da satisfação do cliente, tendo como ponto de partida o entendimento das suas expectativas e conseguindo a sua plena satisfação.
- A consolidação da melhoria contínua em todos os processos da organização.
- O envolvimento de todo o quadro no desafio da qualidade, melhorando a integração do know-how no sistema de qualidade e otimizando a gestão dos processos produtivos.

Durante o exercício foram abordadas diferentes ações orientadas tanto ao reforço da gestão da satisfação do cliente como do processo de melhoria contínua, entre as quais destacam-se:

- Realização dos inquéritos de satisfação de cliente com um índice de satisfação de 8,17 (em 10).
- Reformulação da metodologia de cálculo dos custos de não qualidade com o objetivo de melhorar os processos produtivos e minimizar os efeitos indesejados.
- Realização, com resultado positivo, das auditorias externas das subdireções gerais, direções e filiais do Grupo.
- Implementação de uma nova metodologia para a gestão de riscos e oportunidades dos diferentes processos.
- Implantação da nova plataforma para a gestão de compras.
- Certificação, segundo as novas normas ISO 9001 e ISO 14001, da Elecnor do Brasil e Elecnor.
- Início da implantação do Sistema de Gestão de Qualidade e Meio Ambiente na Elecnor Chile.
- Realização das auditorias internas correspondentes e Comitês de Acompanhamento do Sistema

### Satisfação do cliente

O objetivo da Elecnor é a melhoria permanente da satisfação do cliente. Por este motivo, tenta antecipar as suas expectativas. Uma das principais formas para conseguir isso é pela realização de inquéritos de satisfação. O número total de inquéritos realizados foi de 453.

Em 2018, foi consolidada a utilização da ferramenta informática para enviar de forma digitalizada todos os inquéritos aos clientes e, desta forma, ter um conhecimento global dos dados.

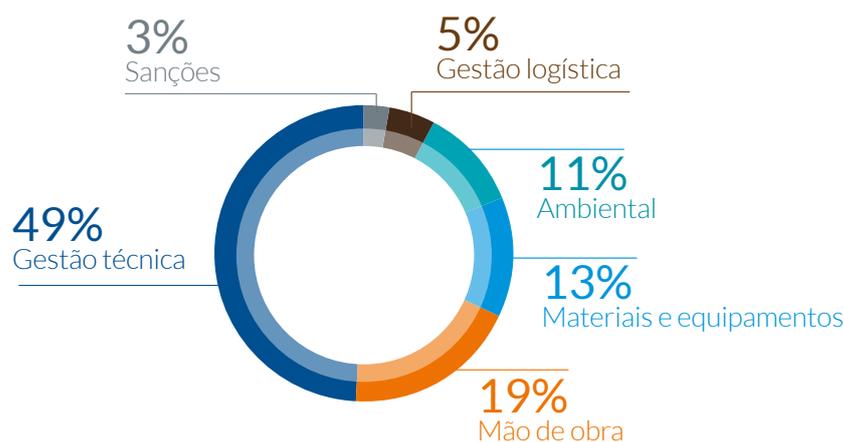
A nota média em 2018 situou-se nos 8,17 em 10. Os aspectos mais valorizados foram a formação e a capacidade técnica dos funcionários, o grau de comunicação e os cuidados mantidos, e o cumprimento dos requisitos em matéria de segurança.

### Sistemas de reclamação

Como parte do Sistema Integrado de Gestão, a Elecnor conta com uma sistemática para detectar não conformidades e oportunidades de melhoria, gerir as reclamações de clientes e fornecedores, implantar soluções, analisar suas causas e definir ações corretivas e preventivas eficazes.

Em 2018 foram registradas 75 reclamações de clientes das quais 49% diziam respeito à gestão técnica, 19% à mão de obra e 13% a materiais e equipamentos. Todas as reclamações foram corretamente geridas e encerradas antes de finalizar o exercício.

### Reivindicação por categorias



## Cadeia de fornecimento

Atualmente, os principais riscos identificados nos processos relacionados com a cadeia de fornecimento são os relativos à comunicação dos requisitos ao fornecedor, a entrega fora do prazo ou o material defeituoso. Os riscos identificados são avaliados e, em função do resultado, são estabelecidas ações para mitigar os seus efeitos.

A Elecnor dispõe de Procedimentos e Políticas que descrevem a gestão na cadeia de fornecimento, os quais são apresentados detalhadamente a seguir:

- Procedimento de compras. São definidas as condições gerais de compra que incluem os requisitos a cumprir com relação a qualidade, meio ambiente e compliance.
- Procedimento de avaliação de fornecedores de materiais/serviços. Descreve a sistemática para a gestão dos fornecedores de materiais/serviços importantes.
- Procedimento de elaboração de contratos com subcontratadas. São definidas as condições de subcontratação que incluem os requisitos de cumprimento em matéria de qualidade, meio ambiente, gestão energética e compliance.
- Código de ética. Entre os requisitos exigidos encontra-se claramente expressa a demonstração por parte do fornecedor de alguns compromissos de conduta equiparáveis aos expressos no Código de Ética da Elecnor. Esta condição é especialmente observada nos países considerados de risco por parte das organizações internacionais qualificadas para o efeito. Os funcionários da Elecnor monitorarão o respeito pela sua imagem, reputação e valores por parte de contratantes e empresas colaboradoras.

Os fornecedores do Grupo Elecnor são classificados em fornecedores de materiais e fornecedores de serviços. Atualmente, a Elecnor tem homologados mais de 3.500 fornecedores.

Em conformidade com o processo de homologação, é solicitada ao fornecedor de materiais/serviços catalogados documentação importante em matéria de Qualidade, Meio Ambiente, Gestão Energética, Prevenção de Riscos Laborais, Compliance, PD&I e qualquer documentação de caráter ético, de trabalho, social e ambiental que o fornecedor possa apresentar.

Em função dos requisitos que cumpra, é-lhe atribuída uma determinada pontuação.

Ao longo do ano de 2018, a Elecnor homologou 231 fornecedores de acordo com os critérios de homologação.

A nova plataforma para a gestão das compras inclui desde a homologação de fornecedores até a faturação. Essa ferramenta melhora o processo de homologação, uma vez que implica a avaliação contínua dos fornecedores e a obtenção de informações relevantes durante o período de negociação.

Além disso, estamos trabalhando na melhoria do controle da qualidade e meio ambiente dos fornecedores críticos da Elecnor.

Com relação à supervisão de fornecedores, durante este exercício, a Elecnor fez a reavaliação de um total de 32 fornecedores. Por meio desta reavaliação, garante-se que os fornecedores cumprem os requisitos de qualidade estabelecidos no sistema de Gestão. Até a data, não foram realizadas avaliações de acordo com critérios sociais e/ou ambientais; também não foi suspensa a relação comercial com nenhum fornecedor motivada por irregularidades nesses aspectos.

## Gestão ambiental

O compromisso com a proteção e respeito ao meio ambiente e a eficiência no consumo de recursos energéticos são denominadores comuns nas atividades da Elecnor, fazendo parte da cultura e dos valores da organização.

Os mecanismos de controle ambiental implantados atualmente na companhia se baseiam em Sistemas de Gestão Ambiental e Gestão Energética certificados de acordo com as Normas ISO 14001:2004 e ISO 50001.

O Sistema de Gestão Ambiental define uma sistemática para identificar, avaliar e registrar os aspectos ambientais originados nas atividades da Elecnor, a fim de determinar quais deles são significativos.

Deste modo, os objetivos ambientais do Grupo em 2018 para mitigar os impactos ambientais que a sua atividade gera estavam orientados para a redução e consumos de combustíveis em obras na Espanha, diminuição do consumo de energia nos escritórios, diminuição de resíduos perigosos, melhoria da implantação ambiental nas obras por meio de inspeções do SAQP (Sistema de meio Ambiente, Qualidade e Prevenção) ou de treinamento ambiental.

Por outro lado, consolidou-se a implantação e a certificação do Sistema de Gestão Energética segundo a norma UNE-EN ISO 50001:2011, reforçando-se, assim, o compromisso do Grupo com a sustentabilidade.

No que diz respeito ao meio ambiente, é importante destacar os impactos positivos do Grupo, uma vez que uma parte relevante das atividades da Elecnor tem como objetivo a proteção do ambiente, a geração de energias renováveis, o tratamento e reciclagem da água e a eficiência no consumo de recursos energéticos.

### **Luta contra a mudança climática**

A crescente expectativa de mudanças mais profundas no clima, com o aumento das temperaturas, diminuição das precipitações e eventos climáticos mais frequentes e intensos, levaram a que a mudança climática fosse colocada em primeiro lugar na agenda política, social e empresarial.

A mudança climática é um desafio sobre o qual a Elecnor vem trabalhando, especialmente no cálculo da pegada de carbono de acordo com padrões reconhecidos internacionalmente, e por meio da implementação de atuações de redução de emissões de GEE em seu âmbito de atuação. Além disso, a Elecnor realizou um diagnóstico estratégico de adaptação à mudança climática a partir das recomendações do Grupo Intergovernamental de Especialistas sobre a Mudança Climática, como o objetivo de identificar oportunidade e riscos associados a ela.

Com este ponto de partida foi desenvolvida a Estratégia de Mudança Climática da Elecnor 2030. Com dois objetivos principais e três linhas de ação, cria o quadro onde serão inseridas todas as ações do Grupo para reduzir as emissões de gases de efeito de estufa, adaptar-se aos impactos da mudança climática e aproveitar as oportunidades associadas.

A Estratégia de Mudança Climática do Grupo está centrada em dois objetivos principais:

- Mitigação: reduzir as emissões de GEE em 25% para o ano 2030 (em comparação com 2014). Anualmente, espera-se conseguir uma redução das emissões de cerca de 1,6%.
- Adaptação: assegurar a resistência do negócio de concessão da Elecnor face à mudança climática e conseguir que se situe como empresa líder do setor graças às oportunidades derivadas da mudança climática.

Estes objetivos serão alcançados por meio de uma série de ações englobadas em três linhas de ação estratégicas (pessoas, ativos e conhecimento) que contemplam 22 ações de mitigação e adaptação à mudança climática. Essas incluem aspectos como o fomento de políticas de treinamento e sensibilização que facilitem a economia e a redução do consumo energético, de papel e água por parte do quadro, a aposta em tecnologia que permita reduzir os deslocamentos desnecessários ligados à atividade, a substituição gradual de equipamentos que consomem energia e veículos da empresa por outros com menores emissões, ou a melhoria das instalações de energias renováveis, entre outros.

A Estratégia será avaliada anualmente e a cada cinco anos será realizada uma revisão em profundidade.

Atualmente, as medidas de adaptação à mudança climática que estão sendo desenvolvidas no Grupo estão orientadas para a inclusão da variável da mudança climática nos planos da organização (emergências, evacuação, previsão etc.), bem como para iniciativas de conscientização e fomento do treinamento e investigação sobre a realidade da mudança climática, impulsionadas pela Fundação Elecnor.

Por outro lado, o Grupo tem um papel importante na busca por uma sociedade com baixo nível de carbono através das energias renováveis, uma vez que executa projetos nas áreas da energia eólica, energia solar fotovoltaica e termoelétrica, centrais hidrelétricas e plantas de biomassa. A geração de eletricidade através de fontes renováveis evita a emissão de gases de efeito estufa, principais causadores das mudanças climáticas.

Concretamente, a filial eólica do Grupo, Enerfín, estimou que com os valores de produção de energia eólica de 2018 (para Espanha, Brasil e Canadá), conseguiu-se evitar a emissão de 618.197 tCO<sub>2</sub>. Por sua vez, as emissões evitadas pelos projetos de energia fotovoltaica foram estimadas nos 647.860 tCO<sub>2</sub>.

## Emissões de CO<sub>2</sub>

Elecnor conta com uma ferramenta para o cálculo da pegada de carbono que permite a cada organização relatar os dados necessários para obter as emissões de gases de efeito estufa associadas com a sua atividade. Cada organização informa sobre o consumo de eletricidade, consumo de combustíveis e uso de refrigerantes, detalhados por escritórios, armazéns, obras e plantas.

Em 2018 o Grupo Elecnor renovou o certificado AENOR Meio Ambiente CO<sub>2</sub> Verificado segundo a norma ISO 14064-1.

As emissões totais desceram 2% relativamente ao ano anterior. Essas emissões têm em conta a Dimensão 1 e 2, sendo a primeira dimensão responsável por 73% do total. A organização está trabalhando para incluir a Dimensão 3 na sua pegada de carbono futura.

Dimensão	Emissões (tCO <sub>2</sub> e)
Dimensão 1 Combustão estacionária e móvel*	45.357,24
Dimensão 2 Consumo de eletricidade	17.040,84
<b>Total</b>	<b>62.398,08</b>

\* As emissões fugitivas foram contabilizadas, mas não foram reportadas, uma vez que apenas são reportadas a cada 3 anos. Isso acontece porque sua representatividade é inferior a 1% da pegada de carbono total.

O consumo energético da Elecnor diminuiu 9% em comparação ao ano anterior. A seguir são apresentados os diferentes consumos, sendo o do óleo combustível responsável por 56% do total.

## Consumo energético (TJ)

	2017	2018	Varição
Gás natural	56,54	27,88	-51%
Gasóleo	134,42	54,13	-60%
Gasolina	22,79	37,02	62%
Óleo combustível	447,37	417,97	-7%
Biodiesel	11,52	64,48	460%
Eletricidade	145,08	148,52	2%
Outros combustíveis	5,10	1,96	-62%
<b>Total</b>	<b>822,80</b>	<b>751,96</b>	<b>-9%</b>

Dentro da organização também ocorre o consumo de outros recursos, como os representados a seguir.

## Consumo de outros recursos

Com relação a outros recursos, em 2018 foram consumidos 1.7 hm<sup>3</sup> de água, sendo esse valor 3% superior ao do ano anterior.

Em termos gerais, os consumos cresceram em 2018 face ao exercício precedente devido, fundamentalmente, ao aumento da atividade do Grupo.

### Consumo de matérias-primas

As principais matérias-primas utilizadas pela Elecnor são as seguintes: aço, cabos, isoladores, quadros elétricos, células, bombas e tubagens. Atualmente, a empresa leva a cabo iniciativas de reciclagem e reutilização com algumas delas, por exemplo os cabos e o aço.

### Iniciativas de eficiência energética

Durante o ano de 2018, foram implementadas diversas ações orientadas a economia e eficiência energética, das quais se destacam as seguintes:

- Aquisição de veículos, maquinaria e ferramentas sustentáveis e eficientes. Tanto para a compra de veículos, como para a contratação de veículos de renting, é realizado um estudo prévio do impacto energético e do meio ambiente com a finalidade de selecionar a opção mais ecológica para o meio ambiente.
- Fomento das teleconferências de forma a evitar deslocamentos. Foram instaladas 33 Chromebox em diferentes escritórios a nível internacional para facilitar o desenvolvimento das teleconferências.
- Cursos de condução ecológica a motoristas de camionetes e veículos pesados.
- Planos de conscientização em obras e escritórios.
- Substituição de lâmpadas por LED.
- Substituição de climatizadores.
- Substituição da frota, incorporando na organização novos veículos elétricos.
- Incorporação de telemetria de controle aos novos veículos para melhorar o uso da tecnologia e a forma de condução. Através deste programa obter-se-á um relatório que determinará a categoria energética de cada motorista.
- Alterações pontuais em instalações de plantas de tratamento de água para a redução de consumos elétricos, instalando máquinas com maior eficiência energética.

Além disso, a gestão energética é uma das áreas de atividade do Grupo. Aliás, a Elecnor está certificada como Empresa de Serviços Energéticos, o que lhe permite desenvolver projetos de melhoria da eficiência energética.

### Gestão de resíduos

Dentro do Sistema de Gestão Ambiental está incluído o Procedimento de Gestão de Resíduos que reflete a sistemática para a gestão dos resíduos gerados com a finalidade de assegurar uma proteção adequada da saúde humana e do meio ambiente, bem como o cumprimento da legislação aplicável.

Resíduos (kg)	2017	2018
Resíduos no perigosos	39.218.605	27.817.757
Resíduos perigosos	220.360	623.073

Os resíduos gerados na Elecnor são tratados por gestores autorizados e em conformidade com a legislação em vigor, procurando as melhores técnicas disponíveis para a reciclagem, sempre que possível.

Durante o ano de 2018 foram levadas a cabo algumas iniciativas para a diminuição de resíduos, para fomento da reciclagem e para a reutilização.

Destaca-se a campanha realizada a partir dos Serviços Gerais de Qualidade e Meio Ambiente sobre iniciativas de redução, reutilização e reciclagem.

Outros exemplos foram a campanha da “Celeo Recicla” ou da Enerfín “Pensamos em um mundo melhor”. Nesta última, reduziu-se em 30% o consumo do plástico graças à substituição de copos de plásticos descartáveis por garrafas de plástico.

Pela Audeca também se participou de campanhas de sensibilização sobre resíduos em diversos municípios.

## Gestão da biodiversidade e proteção do meio natural

Em termos gerais, as atividades desenvolvidas por Elecnor não geram impactos significativos sobre a biodiversidade, exceto os projetos que se desenvolvem em áreas protegidas e que podem afetar espécies animais e vegetais.

Nestes casos, se cumpre com as diferentes legislações dos países onde trabalha o Grupo. Adicionalmente, sempre que requerido pela avaliação ambiental do projeto, a execução conta com um plano de vigilância ambiental associado que inclui controles periódicos dos impactos e as medidas preventivas tomadas para reduzi-los. Além disso, existem iniciativas ou medidas corretivas para reduzir o impacto associado ao projeto como plantações, períodos de repouso biológico, colocação de ninhos, etc.

Desde o ponto de vista da preservação de espaços protegidos e conservação do meio natural, o Grupo opera, principalmente, através de Audeca, organização responsável pela atividade ambiental. Algumas ações são desenvolvidas dentro de espaços naturais protegidos, as quais têm como objetivo a melhoria dos referidos espaços. Se destacam a seguir algumas atuações realizadas em 2018:

- Conservação da perdiz cinzenta por meio da diversificação do seu habitat natural e o fomento da atividade pecuária tradicional no parque natural do lago de Sanabria.
- Ações de restauração nos rios Trefacio e Villarino em Cuenca.
- Manutenção do Lago de Sanabria e das lagoas de Villafafila.
- Atuações de conservação no Parque Nacional da Serra de Guadarrama.

Por outro lado, os principais impactos da atividade central da Celeo Redes no Brasil e no Chile (operação das linhas de transmissão de energia elétrica) são a supressão ou perda de vegetação. Os impactos são geridos por uma avaliação de impacto ambiental que define medidas de mitigação, reparação e compensação.

No que diz respeito aos projetos eólicos do Grupo, são realizados planos de vigilância da fauna avícola, bem como diversos controles para a conservação do ecossistema da zona afetada em função das características do meio ambiente para cada parque eólico e dos requisitos de cada província, reportando em prazo adequado os dados necessários para o referido controle.

A título de exemplo, é importante destacar que na província de Cádiz, a Aerogeneradores del Sur, S.A, sociedade titular de La Herrería e Pasada de Tejada, parques eólicos geridos pela Enerfin, são levadas a cabo medidas ambientais corretoras, entre as quais destacam-se: a paragem preventiva dos aerogeradores perante situações de risco para a fauna avícola, a vigilância contínua da fauna avícola, os períodos de reforço da vigilância quando da migração massiva de aves e controle contínuo anual da presença de carniça na área dos parques eólicos.

Os objetivos finais dessas medidas são a minimização da mortalidade de aves nos diferentes parques eólicos e o conhecimento do grau em que a referida mortalidade afeta as populações locais.

## Tecnologia e inovação

### O desafio da transformação digital

A Elecnor encontra-se imersa num projeto estratégico de transformação digital com a finalidade de atingir a mudança cultural, a melhoria dos processos, a eficiência operativa e a competitividade. Este projeto centra-se na internacionalização de um modelo de gestão inovador, com a capacidade orgânica de criar valor de forma sustentável no tempo, com a tecnologia e as pessoas como motor de mudança.

O Gabinete de Digitalização, liderado pela Diretoria Geral Financeira, é responsável por garantir o cumprimento dos objetivos estabelecidos e determinar os avanços por meio de um Índice de Digitalização.

Esse processo repercute na melhoria da qualidade do serviço, na eficiência das operações, no cumprimento e na gestão das informações.

Algumas das metas alcançadas em 2018:

- Índice de digitalização de 71%.
- Avanço na digitalização de processos transversais de negócio.
- Apresentação de iniciativas relevantes em matéria de Cumprimento, segurança e riscos cibernéticos.
- 10 meses de trabalho e 47 iniciativas em andamento.
- Geração de sinergias, redução do risco tecnológico e reforço do intraempreendedorismo dentro da organização.
- Aumento dos níveis de participação: +300 participantes, +5.000 usuários, +7.000 terceiros, 600 sessões de trabalho, +100 sessões formativas e 20 comitês celebrados.

### Gestão da inovação

A Elecnor vê a inovação como motor de progresso e garantia do futuro. O investimento em PD&I representa uma das apostas estratégicas do Grupo, uma vez que a melhoria da competitividade por meio da PD&I permite agregar valor e diferenciar-se da concorrência. As áreas tecnológicas de interesse estão relacionadas principalmente com energia, meio ambiente, água, infraestruturas, instalações e projetos singulares.

A inovação faz parte do Sistema Integrado de Gestão do Grupo. Atualmente a Elecnor S.A. e a Audeca estão certificadas em conformidade com a norma UNE 166002:2014.

As iniciativas desenvolvidas ao longo de 2018 se centraram na melhoria contínua das ferramentas corporativas e em incrementar o componente inovador dos projetos executados. A finalidade de essas ações é trazer melhorias aos atuais serviços, produtos e processos da Elecnor, assim como explorar novos modelos de negócio. A seguir são descritas as referidas iniciativas:

- Lançamento da edição 2018 da convocatória interna de financiamento de projetos INNOVA. Apresentação de 6 propostas, das quais 4 foram aprovadas.
- Realização de uma oficina técnica sobre Indústria 4.0, à qual assistiram 32 pessoas do Grupo.
- Atualização das linhas estratégicas de PD&I com o objetivo de aumentar o número de projetos inovadores centrados em melhorias construtivas e na gestão de plantas.
- Continuação da colaboração com diversas universidades e centros e institutos tecnológicos.

No decorrer do exercício 2018, o Grupo encontrava-se imerso na execução de cerca de 50 projetos de PD&I através das suas diversas sociedades.

### 15.7. Compromisso com a sociedade

No desenvolver da sua atividade o Grupo Elecnor gera um impacto direto e indireto que repercute no emprego, no desenvolvimento local, no progresso e bem-estar social, especialmente nos territórios onde opera. Dado o seu carácter de empresa global, a Elecnor contribui para a criação de valor em diversas áreas geográficas do mundo.

Além disso, devido ao trabalho que desenvolve em áreas como infraestruturas, energia e meio ambiente. A Elecnor converte-se num dos agentes chave do desenvolvimento e do progresso da sociedade ao colaborar na redução da banda energética, ao conseguir uma sociedade com níveis de carbono mais baixos ou ao garantir o acesso e a disponibilidade de energia e água, entre outros aspectos. Tudo isso alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) incluídos na agenda 2030 das Nações Unidas.

A ação social do Grupo é impulsionada maioritariamente pela Fundação Elecnor, ainda que também se realize por diversas iniciativas das restantes entidades. No decorrer do exercício 2018, a Elecnor doou um total de 467 mil euros a diferentes associações, fundações e entidades sem fins lucrativos para apoiar diversas causas sociais e desportivas. Desse montante, a Elecnor contribui com 300 mil euros para a Fundação Elecnor.

## Fundação Elecnor

A Fundação Elecnor celebrou 10 anos em 2018 mantendo o seu compromisso de valorizar o lado mais humano da engenharia por meio de ações e projetos em duas áreas principais:

- O desenvolvimento de infraestruturas de carácter social, projetando o que a Elecnor sabe fazer melhor – infraestruturas, energia e água – em benefício dos que mais precisam e do meio ambiente.
- O impulso do treinamento e da investigação para fomentar o desenvolvimento e a projeção profissional dos jovens.

Em 2018, a Fundação estava presente na Espanha, Honduras, República Dominicana, Gana, Chile, Uruguai, Angola, Nicarágua e Camarões. Nestes 10 anos, a Elecnor dotou a sua Fundação de fundos no valor de 4,9 milhões de euros. Além disso, a Fundação conseguiu mobilizar recursos no montante de 4,2 milhões de euros. Somados ambos os valores, a Fundação Elecnor liderou projetos no valor de 9,1 milhões de euros.

### Principais marcos do exercício 2018:

#### **Início do projeto em Ebolowa, Camarões**

Trata-se de um projeto colaborativo entre a Elecnor e os Salesianos de Dom Bosco. O objetivo é consolidar todas as atividades socioeducativas de Dom Bosco na localidade de Ebolowa, proporcionando eletricidade estável e de qualidade aos projetos em curso.

A eletricidade proporcionada por um sistema fotovoltaico assegurará as atividades que são realizadas no instituto técnico, o internato, o centro juvenil e o serviço de fornecimento de água grátis à vizinhança.

A colaboração da Elecnor implica, ainda, uma importante transferência de competências para os formadores do instituto técnico (ITDB). Essa capacitação dos professores permitirá a integração, no programa de estudos de eletricidade, de conceitos da energia fotovoltaica, o que abre a possibilidade de tanto desenvolver essas energias na região como de contratar alunos mais qualificados.

#### **Continuidade do Projeto Luzes para Aprender, Uruguai**

A Fundação Elecnor, a Administração Nacional de Centrais e Transmissões Elétricas (UTE) e a Organização de Estados Ibero-americanos (OEI) assinaram um acordo para dar um passo a mais na instalação de sistemas solares fotovoltaicos nas zonas rurais do Uruguai.

A assinatura dessa adenda permitirá a realocação de equipamentos de energias renováveis que tinham sido previamente instalados em escolas rurais quando estas careciam de energia e de conectividade. Das 85 escolas rurais beneficiadas originalmente com esse projeto, 35 delas foram posteriormente conectadas à rede nacional.

Os painéis solares dos centros educativos aos quais chegou a rede elétrica serão utilizados – numa primeira fase – para dar energia às residências de estudantes que frequentam algumas das escolas rurais que participaram do projeto Luzes para Aprender nos municípios de Cerro Largo e Salto.

O segundo e terceiro eixo do projeto contempla o apoio a empreendimentos comunitários e a conformação de espaços didáticos, respectivamente.

No marco do IX Seminário Internacional de Investigação sobre Educação Rural realizado no Uruguai, foi entregue uma distinção ao Projeto “Luzes para Aprender” como reconhecimento ao seu apoio à educação de crianças no meio rural.

#### **Voluntariado corporativo**

Em 2018 foi lançada uma nova edição no marco do projeto H<sub>2</sub>OME de Gove, Angola. Esse projeto já está em curso e tem a capacidade de proporcionar água potável para 10.000 pessoas por dia na província de Huambo. Os quatro voluntários

da Elecnor selecionados viajaram para Angola para contribuir com o seu talento, conhecimento e tempo a favor das pessoas que mais necessitam.

### **Curso Especialista Pós-Ciclo em Instalações Elétricas de Média e Baixa Tensão**

Celebramos 6 anos de formação de futuros profissionais dentro do marco da colaboração com o Colégio Salesianos Deusto. Nesse exercício encerrou-se a quinta edição e deu-se início à sexta edição, a qual conta com 16 participantes.

### **Programa de Prêmios e Bolsas com a Escola Superior de Industriais da Universidade Politécnica de Valencia**

Em 2018, a Elecnor celebrou 30 anos oferecendo bolsas aos alunos da UPV. Na categoria 2017-2018, cinco estudantes receberam bolsas pelos seus trabalhos de fim de mestrado. Além disso, a Fundação entregou o Primeiro Prêmio de 1.500 euros ao melhor projeto apresentado.

### **Outras iniciativas com a comunidade**

São muitas as iniciativas que se levaram a cabo nas comunidades onde o Grupo Elecnor está presente, destacando-se em especial as desenvolvidas pela filial concessionária Celeo, e a eólica Enerfin, em países como o Chile, Brasil e Canadá. A participação com as referidas comunidades materializa-se mediante ações em colaboração com administrações, organismos e instituições e por ações de patrocínio no âmbito cultural, social, desportivo e ambiental.

Têm especial relevância os programas dirigidos ao desenvolvimento social, ambiental e econômico do meio.

Um exemplo destacável é o da Enerfin no Canadá. No último mês de novembro celebraram-se cinco anos de funcionamento comercial do parque eólico de L'Érable, durante os quais, e no marco dos acordos celebrados com os municípios e comunidades onde se localiza o projeto, contribuiu-se com mais de 100.000 CAD com cerca de 30 associações e iniciativas locais. De concreto, em 2018 destacam-se, por um lado, as mais de 400 visitas guiadas turísticas e as 140 escolares ao parque eólico de L'Érable, organizadas em colaboração com o gabinete local de turismo; por outro lado, a participação em várias atividades e iniciativas nos municípios de Saint Ferdinand e Ste Sophie d'Halifax, como as festas anuais, os dias das famílias, o acampamento desportivo de verão ou a provisão para a construção de um centro para pessoas idosas com perda de autonomia.

### **Integração e respeito pelo entorno**

Em 2018, a Elecnor continuou em alguns países a executar projetos em áreas próximas a comunidades indígenas. Neste contexto, o diálogo, o respeito e uma adequada gestão dos impactos são essenciais para manter a legitimidade social e garantir a boa conclusão dos projetos. No que diz respeito às comunidades indígenas destacamos várias iniciativas da filial eólica:

#### **Canadá**

Como parte das atividades de promoção dos projetos na província de Saskatchewan foram realizadas reuniões introdutórias tanto com nações autóctones como com conselhos tribais que as representam. Os referidos encontros permitiram explorar o interesse das diferentes comunidades como possíveis investidores nos projetos que estão sendo desenvolvidos na província. Esses contatos iniciais servem de base para a consolidação de relações produtivas e frutíferas, pautadas pela transferência, o respeito mútuo e a lealdade.

#### **México**

No marco das atividades dos projetos em promoção no Estado de Yucatán, serão realizadas avaliações do impacto social nos municípios de Panabá e Sucilá, pertencentes à região indígena maia.

## Colômbia

Foi realizado o processo de consulta indígena com as comunidades Wayuu afetadas pelos projetos El Ahumado e Musichi, localizados na Península de La Guajira. Nos referidos processos foram fixadas medidas sociais para compensar e melhorar as condições de vida das diversas comunidades, tais como a realização de cursos sobre atividades relacionadas com a construção, oferta laboral para a etapa de construção, aquisição de ovinos ou a construção de espaços recreativos, culturais, educativos e instalações de abastecimento necessárias na zona.

Da parte da Celeo, filial concessionária da Elecnor, no âmbito da tramitação ambiental de seus projetos no Chile, ela deve consultar a Corporação Nacional do Desenvolvimento de Indígenas, tendo como resultado dessa consulta que nenhum dos projetos desenvolvidos em 2018 afete ou se encontre na área de influência de uma comunidade indígena.

No Brasil, a Celeo continuou as negociações para aprovar o Plano Básico Ambiental Indígena, no qual se especificam as ações de mitigação que vão ser desenvolvidas nas comunidades indígenas afetadas pelas empresas de EPE Caiuá Transmissora de Energia. O órgão competente manifestou a sua aprovação com relação ao Plano no segundo semestre de 2018, pelo que o próximo passo será a apresentação do documento às comunidades e a posterior execução das atividades.

## Canais de comunicação com os grupos de interesse

A Elecnor mantém um diálogo fluido e constante com os seus principais grupos de interesse por meio de diferentes vias de comunicação, que servem para conhecer e responder às suas necessidades e expectativas. A seguir são detalhados os principais canais de comunicação:

Grupo de interesse	Canais de comunicação
Acionistas e investidores	Reuniões da Assembleia Geral dos Acionistas Demonstrações Financeiras Consolidadas Relatório integrado Memória Fundação Elecnor Web do Grupo Canal de Apoio ao acionista Fórum de acionistas Reuniões com investidores
Clientes	Visitas periódicas Comunicações periódicas Demonstrações Financeiras Consolidadas Feiras setoriais Webs corporativas Inquéritos de satisfação Relatório integrado Memória Fundação Elecnor Redes sociais
Funcionários	Reuniões periódicas Grupos de trabalho Relatório integrado Campanhas de comunicação Jornadas e cursos de formação Webs corporativas Intranet Newsletter Canal de Ética

Grupo de interesse	Canais de comunicação
Administração Pública e organismos reguladores	<ul style="list-style-type: none"> <li>Web do Grupo</li> <li>Comunicações oficiais</li> <li>Demonstrações Financeiras Consolidadas</li> <li>Relatório integrado</li> <li>Memória Fundação Elecnr</li> <li>Redes sociais</li> </ul>
Fornecedores e colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões e grupos de trabalho</li> <li>Convenções feiras e congressos</li> <li>Auditorias</li> <li>Relatório integrado</li> <li>Web do Grupo</li> <li>Redes sociais</li> </ul>
Comunidade local	<ul style="list-style-type: none"> <li>Webs corporativas</li> <li>Webs específicas de projetos</li> <li>Memória da Fundação Elecnr</li> <li>Patrocínios e mecenato</li> <li>Projetos sociais</li> <li>Relatório integrado</li> <li>Redes sociais</li> </ul>
Meios de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicados de imprensa</li> <li>Encontros informativos</li> <li>Web do Grupo</li> <li>Demonstrações Financeiras Consolidadas</li> <li>Relatório integrado</li> <li>Memória Fundação Elecnr</li> <li>Redes sociais</li> </ul>
Centros tecnológicos e Universidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>Convênios de colaboração</li> <li>Fóruns</li> <li>Relatório integrado</li> <li>Memória Fundação Elecnr</li> <li>Web Fundação Elecnr</li> </ul>

## Participação em Associações

O Grupo Elecnor participa ativamente nas associações de referência nos setores e países onde tem atividade. As que são consideradas de maior relevância aparecem no quadro seguinte:

### Espanha

AAEF, Associação de Empresas Florestais da Andaluzia  
 ACEX, Associação de Empresas de Conservação e Exploração de Infraestrutura  
 AEDYR, Associação de Dessalinização e Reutilização da Água  
 AEE, Associação Empresarial Eólica  
 AEEFOR, Associação da Extremadura de Empresas Florestais e de Ambiente  
 AET, Associação Eólica de Tarifa  
 APECYL, Associação de Promotores de Energia Eólica de Castela e Leão  
 APPI-Almussafes, Associação de Proprietários do Parque Industrial de Almussafes  
 ASAGUA, Associação Espanhola de Empresas de Tecnologias da Água  
 ASEJA, Associação Espanhola de Empresas de Jardinagem  
 ASERPUMA, Associação de Empresas Restauradoras da Paisagem e Ambiente  
 ATC, Associação Técnica de Estradas e Associação Mundial de Estradas.  
 Comitê de Energia do Círculo de Empresários  
 EGA, Associação Eólica da Galiza  
 Plataforma enerTIC  
 ESF, Energia sem Fronteiras  
 FEMEVAL, Federação Metalúrgica Valenciana  
 ITE, Instituto Tecnológico da Energia  
 PTA, Plataforma Tecnológica da Água  
 SERFOGA, Associação de Empresas de Serviços Florestais da Galiza  
 UNEF, União Espanhola Fotovoltaica

### Brasil

ABEEOLICA, Associação Brasileira de Energia Eólica  
 ABIDIB, Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base  
 ABSOLAR, Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica  
 Câmara Oficial Espanhola de Comércio no Brasil  
 CIGRE, Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica  
 COGEN, Associação da Indústria de Cogeração de Energia

### Canadá

AQPER, Association Québécoise de Producteurs d'Énergie renouvelable  
 Câmara de Comércio do Canadá na Espanha  
 Câmara de Comércio e Indústria Bois-Francs e Érable  
 CANWEA, Canadian Wind Energy Association  
 Tecnocentro Eólico do Quebec

### México

APER, Agrupamento Peninsular de Energias Renováveis  
 AMDEE, Associação Mexicana de Energia Eólica  
 Comissão de Energia da Câmara Espanhola de Comércio no México

### EUA

AWEA, American Wind Energy Association

### Chile

ACERA, Associação Chilena de Energias Renováveis  
 CAMACOES, Câmara Oficial Espanhola de Comércio no Chile  
 CIGRE, Comitê Internacional de Grandes Redes Elétricas  
 Eléctricas A.G, Associação Gremial de Empresas Elétricas

**15.8. Índice de conteúdos requeridos pela Lei 11/2018, de 28 de dezembro**

Conteúdo	Artigo	Verificação do conteúdo da lei	Critério de reporting GRI orientativo
Descrição do modelo de negócio	Informação financeira Ponto 2. Modelo de negócio e contexto	✓	GRI 102-2 GRI 102-6
Mercados nos quais opera	Informação financeira Ponto 2. Modelo de negócio e contexto	✓	
Objetivos e estratégias	Modelo de negócio. Objetivos estratégicos.	✓	
Principais fatores e tendências que afetam a evolução futura	Informação financeira Ponto 11. Modelo de negócio e contexto	✓	
Gestão de riscos	Gestão dos riscos não financeiros	✓	GRI 102-15
Marco de reporting utilizado	Introdução	✓	GRI 102-54
Análise de materialidade	Introdução	✓	GRI 102-47
<b>Questões sociais e relativas ao pessoal</b>			
Enfoque de gestão	Nossas pessoas	✓	GRI 103
<b>Emprego</b>			
Número e distribuição de funcionários por país, sexo, idade e classificação profissional	Nossas pessoas. Perfil do quadro	✓	GRI 102-8
Distribuição de modalidades de contrato de trabalho e média anual por sexo, idade e classificação profissional	Nossas pessoas. Perfil do quadro	✓	GRI 102-8
Número de despedimentos por sexo, idade e classificação profissional	Nossas pessoas. Perfil do quadro	✓	GRI 103
Remunerações médias por sexo, classificação profissional e idade	Nossas pessoas. Política de remuneração	✓	GRI 103
Disparidade salarial	Nossas pessoas. Política de remuneração	✓	GRI 405-2
Remuneração média de conselheiros e gestores por sexo	Nossas pessoas. Política de remuneração	✓	GRI 102-38
Implantações políticas de desconexão trabalhista	Nossas pessoas. Conciliação	✓	GRI-103
Funcionários com deficiência	Nossas pessoas. Igualdade e diversidade	✓	GRI 405-1
<b>Organização do trabalho</b>			
Organização do tempo de trabalho	Nossas pessoas. Perfil do quadro	✓	GRI-103
Números de horas de absentismo	Nossas pessoas. Perfil do quadro	✓	GRI 403-2
Medidas para facilitar a conciliação	Nossas pessoas. Conciliação	✓	GRI 401-3

Conteúdo	Artigo	Verificação do conteúdo da lei	Critério de reporting GRI orientativo
<b>Segurança e Saúde</b>			
Condições de segurança e saúde no trabalho	Nossas pessoas. Saúde e Segurança	✓	GRI-103
Indicadores de sinistralidade	Nossas pessoas. Saúde e Segurança	✓	GRI 403-2
Doenças profissionais por sexo	Nossas pessoas. Saúde e Segurança	✓	GRI 403-3
<b>Relações sociais</b>			
Organização do diálogo social	Nossas pessoas. Diálogo social	✓	GRI 103
Porcentagem de funcionários cobertos por convênios coletivos por país	Nossas pessoas. Diálogo social	✓	GRI 102-41
Balanço dos convênios coletivos	Nossas pessoas. Diálogo social	✓	GRI 403-4
<b>Treinamento</b>			
Políticas implementadas no campo da informação	Nossas pessoas. Treinamento, gestão de habilidades e desenvolvimento	✓	GRI 103
Total de horas de treinamento por categoria profissional	Nossas pessoas. Treinamento, gestão de habilidades e desenvolvimento	✓	GRI 404-1
<b>Acessibilidade universal pessoas com deficiência</b>	Nossas pessoas. Igualdade e diversidade	✓	GRI 103
<b>Igualdade</b>			
Medidas para promover a igualdade de tratamento e oportunidades	Nossas pessoas. Igualdade e diversidade	✓	GRI 103
Planos de igualdade	Nossas pessoas. Igualdade e diversidade	✓	GRI 103
Política contra a discriminação	Nossas pessoas. Igualdade e diversidade	✓	GRI 103
<b>Questões ambientais</b>			
<b>Enfoque de gestão</b>	Gestão ambiental	✓	GRI 103
<b>Gestão ambiental</b>	Gestão ambiental	✓	GRI 103
<b>Medidas para prevenir a contaminação</b>	Gestão ambiental. Emissões de CO <sub>2</sub>	✓	GRI 103
<b>Economia circular, utilização sustentável dos recursos e prevenção de resíduos</b>			
Consumo de matérias-primas	Gestão ambiental. Consumos	✓	GRI 301-1
Consumo direto e indireto de energia	Gestão ambiental. Consumos	✓	GRI 302-1
Consumo de água	Gestão ambiental. Consumos	✓	GRI 303-1
Medidas para melhorar a eficiência energética	Gestão ambiental. Consumos	✓	GRI 302-4
Uso de energias renováveis	Gestão ambiental. Consumos	✓	GRI 302-1

Conteúdo	Artigo	Verificação do conteúdo da lei	Critério de reporting GRI orientativo
<b>Mudança climática</b>			
Emissões de gases de efeito estufa	Gestão ambiental. Luta contra a mudança climática	✓	GRI 305-1 GRI 305-2
Medidas para se adaptar à mudança climática	Gestão ambiental. Luta contra a mudança climática	✓	GRI 201-2
Objetivos da redução de gases de efeito estufa	Gestão ambiental. Luta contra a mudança climática	✓	GRI 305-5
<b>Biodiversidade</b>			
Medidas para preservar ou restaurar a biodiversidade	Gestão ambiental. Gestão da biodiversidade e proteção do meio natural	✓	GRI 103 GRI 304-3
Impactos causados pela atividade	Gestão ambiental. Gestão da biodiversidade e proteção do meio natural	✓	GRI 103 GRI 304-2
<b>Informações sobre o respeito dos direitos humanos</b>			
Enfoque de gestão	Gestão ética e cumprimento normativo. Sistema de Conformidade	✓	GRI 103
Aplicação de procedimentos de devida diligência	Gestão ética e cumprimento normativo. Sistema de Conformidade	✓	GRI 103
Medidas de prevenção e gestão de possíveis abusos cometidos	Gestão ética e cumprimento normativo. Sistema de Conformidade	✓	GRI 103
Denúncias de casos de violação dos direitos humanos	Gestão ética e cumprimento normativo. Sistema de Conformidade	✓	GRI 406-1
Promoção e cumprimento das disposições da OIT	Gestão ética e cumprimento normativo. Sistema de Conformidade	✓	GRI 408-1 GRI 409-1
<b>Informações relativas à luta contra a corrupção e contra o suborno</b>			
Enfoque de gestão	Gestão ética e cumprimento normativo. Sistema de Conformidade	✓	GRI 103
Medidas para prevenir a corrupção e o suborno	Gestão ética e cumprimento normativo. Sistema de Conformidade	✓	GRI 103 GRI 102-16 GRI 102-17
Medidas para lutar contra a lavagem de dinheiro	Gestão ética e cumprimento normativo. Sistema de Conformidade	✓	GRI 103 GRI 102-16 GRI 102-17
Contribuições para fundações e entidades sem fins lucrativos	Gestão ética e cumprimento normativo. Sistema de Conformidade	✓	GRI 103

Conteúdo	Artigo	Verificação do conteúdo da lei	Critério de reporting GRI orientativo
<b>Compromisso social</b>			
Enfoque de gestão	Compromisso com a sociedade	✓	GRI 103
<b>Compromissos da empresa com o desenvolvimento sustentável</b>			
Impacto da atividade da sociedade no emprego e no desenvolvimento local	Compromisso com a sociedade	✓	GRI 103 GRI 413-1
Impacto da sociedade nas populações locais e no território	Compromisso com a sociedade	✓	GRI 103 GRI 413-1 GRI 411-1
Relações com as pessoas das comunidades locais	Compromisso com a sociedade	✓	GRI 102-43
<b>Cadeia de fornecimento</b>			
Inclusão na política de compras de questões sociais, de igualdade de gênero e ambientais	Rumo à excelência. Cadeia de fornecimento	✓	GRI 308-1 GRI 414-1
Consideração nas relações com fornecedores e subcontratadas da sua responsabilidade social e ambiental	Rumo à excelência. Cadeia de fornecimento	✓	GRI 308-1 GRI 414-1
Sistemas de supervisão	Rumo à excelência. Cadeia de fornecimento	✓	GRI 308-1 GRI 414-1
<b>Consumidores</b>			
Medidas para a saúde e para a segurança dos consumidores	Rumo à excelência. Qualidade	✓	GRI 416-1
Sistemas de reclamação, queixas recebidas e resultados	Rumo à excelência. Qualidade	✓	GRI 103 GRI 416-1
<b>Informações fiscais e transferência</b>			
Lucros obtidos país por país	Gestão ética e cumprimento normativo. Transparência fiscal	✓	GRI 201-1
Impostos sobre lucros pagos	Gestão ética e cumprimento normativo. Transparência fiscal	✓	GRI 201-1
Subvenções públicas recebidas	Gestão ética e cumprimento normativo. Transparência fiscal	✓	GRI 201-4



# Júlio César Leal

Tradutor Público Juramentado e Intérprete Oficial do Governo

Matrícula JUCEB nº 023 – CGA 227.023/001-08

Tradução nº 5.176/2019, folha 517a, Livro 01-A

Eu, Júlio César Leal Pereira, Tradutor Público Oficial do Governo e Intérprete Comercial da JUCEB, em conformidade com o Decreto Federal nº 13.609 de 21 de outubro de 1943, Instrução Normativa nº 84 de 29 de fevereiro de 2000 do Depto. Nacional de Registro do Comércio (DNRC) e Resolução nº 05 de 1º de março de 2005 da Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), CERTIFICO que este documento foi traduzido do **espanhol** para o **português**, de acordo com as **cópias digitais** que me foram apresentadas no dia 28 de março de 2019, sendo esta tradução registrada sob o nº 5.176/2019, folha 517a, do livro 01-A. Constavam apostos, no documento os respectivos timbres, insígnias, carimbos e respectivas assinaturas, não sendo necessária aqui nenhuma outra assinatura senão a do tradutor. **Tradução juramentada oficial** válida em todos os Estados Federados do território nacional e no exterior.

*Tradução do documento:*

**KPMG** KPMG Asesores, S.L.  
P.º de la Castellana, 259 C  
28046 Madrid

## **Relatório de Verificação Independente da Demonstração de Informação Não Financeira Consolidada da Elecnor, S.A. e sociedades controladas do exercício de 2018**

Para os acionistas da Elecnor, S.A.:

De acordo com o artigo 49 do Código Comercial, realizamos a verificação com a abrangência de segurança limitada, da Demonstração de Informação Não Financeira Consolidada (daqui em diante, DINF) respeitante ao exercício anual encerrado em 31 de dezembro de 2018 de Elecnor, S.A. (daqui em diante, a Sociedade) e suas sociedades controladas (daqui em diante, o Grupo), que faz parte do Relatório da Administração consolidado de 2018 do Grupo anexo.

O conteúdo do Relatório da Administração consolidado inclui informação adicional à requerida pela norma comercial em vigor em matéria de informação não financeira que não foi objeto do nosso trabalho de verificação. Neste sentido, nosso trabalho limitou-se, exclusivamente, à verificação da informação contida na tabela "Índice de conteúdos exigidos pela Lei 11/2018, de 28 de dezembro" incluída no Relatório da Administração consolidado anexo.

### **Responsabilidade dos Administradores**

A elaboração da DINF incluída no Relatório da Administração Consolidado do Grupo, bem como o seu conteúdo, é responsabilidade dos administradores da Sociedade. A DINF foi preparada de acordo com os conteúdos da norma comercial em vigor, e seguindo os critérios dos *Sustainability Reporting Standards* de Global Reporting Initiative (padrões GRI) selecionados de acordo com o mencionado para cada matéria na tabela "Índice de conteúdos exigidos pela Lei 11/2018, de 28 de dezembro" do referido Relatório da Administração consolidado.

Esta responsabilidade inclui também o planejamento, implementação e manutenção do controle interno que se considerar necessário para permitir que a DINF não contenha nenhuma incorreção material, devida a fraude ou erro.

*Júlio César Leal*

Os administradores da Sociedade também são responsáveis por definir, implementar, adaptar e manter os sistemas de gerenciamento dos quais se obtém a informação necessária para a preparação da DINF.

## **Nossa independência e controle de qualidade**

---

Preenchemos os requisitos de independência, bem como os requisitos de ética do Código de Ética para Profissionais da Contabilidade emitido pelo Conselho de Normas Internacionais de Ética para Profissionais da Contabilidade (IESBA, na sigla em inglês) que está baseado nos princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional, diligência, confidencialidade e profissionalidade.

Nossa empresa aplica a Norma Internacional de Controle de Qualidade 1 (NICC 1) e mantém, em consequência disso, um sistema global de controle de qualidade que inclui políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento de exigências de ética, normas profissionais e disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A equipe de trabalho era formada por profissionais com experiência em revisões de Informação Não Financeira e, especificamente, em informação de desempenho econômico, social e ambiental.

## **Nossa responsabilidade**

---

Nossa responsabilidade é apresentar nossas conclusões num relatório de garantia independente de segurança limitada baseando-nos no trabalho realizado e que se refere exclusivamente ao exercício de 2018. Os dados respeitantes aos exercícios anteriores não estavam sujeitos à verificação prevista na norma comercial em vigor.

Realizamos nosso trabalho de revisão de acordo com os requisitos estabelecidos na Norma Internacional de Trabalhos de Garantia 3000 em vigor, "Trabalhos de Garantia diferentes da Auditoria e da Revisão de Informação Financeira Histórica" (ISAE 3000) emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Auditoria e Garantia (IAASB) da Federação Internacional de Contadores (IFAC) e com o Guia de Atuação sobre trabalhos de verificação da Demonstração de Informação Não Financeira emitida pelo Instituto de Auditores Oficiais de Contas da Espanha.

Num trabalho de garantia limitada os procedimentos realizados variam em função da natureza e do momento, e sua abrangência é menor do que os realizados num trabalho de garantia razoável; por isso a segurança proporcionada também é menor.

Nosso trabalho consistiu na preparação de perguntas à Diretoria, bem como às diversas unidades e áreas responsáveis do Grupo que participaram da elaboração da DINF, da revisão dos processos de levantamento e validação das informações apresentadas na DINF e da aplicação de certos procedimentos analíticos e testes de revisão por amostragem, descritos a seguir:

- Reuniões com o pessoal do Grupo para conhecer o modelo de negócio, as políticas e a visão de gerenciamento aplicada, os principais riscos relacionados com essas questões e obter as informações necessárias para a revisão externa.
- Análise da abrangência, relevância e integridade dos conteúdos incluídos na DINF do exercício de 2018 em função da análise de materialidade realizada pelo Grupo e descrita no capítulo "Introdução" do item de Informação não financeira do Relatório da Administração consolidado de 2018 do Grupo anexo, considerando conteúdos exigidos na norma comercial em vigor.
- Análise dos processos para levantamento e validação dos dados apresentados na DINF do exercício de 2018.
- Revisão das informações relativas aos riscos, às políticas e à visão de gerenciamento aplicados no que diz respeito aos aspectos materiais apresentados na DINF do exercício de 2018.
- Comprovação, através de testes, baseados na seleção de amostras, das informações relativas aos conteúdos incluídos na DINF do exercício de 2018 e seu adequado levantamento a partir dos dados fornecidos pelas fontes de informação.
- Obtenção de uma carta de declarações dos Administradores e da Diretoria.

## Conclusão

---

Baseando-nos nos procedimentos realizados em nossa verificação e nas evidências que obtivemos não foi visto nenhum aspecto que nos leve a pensar que a DINF da Elecnor, S.A. e das suas sociedades controladas, respeitante ao exercício anual encerrado em 31 de dezembro de 2018, não foi preparada, em todos os seus aspectos significativos, de acordo com os conteúdos da norma comercial em vigor e seguindo os critérios dos padrões GRI selecionados de acordo com o mencionado para cada matéria na tabela "Índice de conteúdos exigidos pela Lei 11/2018, de 28 de dezembro" do referido Relatório de Gerenciamento consolidado.

## Uso e distribuição

---

Este relatório foi preparado em resposta à exigência estabelecida na norma comercial em vigor na Espanha, razão pela qual poderia não ser adequado para outros propósitos e jurisdições.

KPMG Asesores, S.L.

[Assinatura]

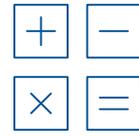
Patricia Reverter Guillot  
26 de fevereiro de 2019

E nada mais havendo a constar e, após fiel tradução do documento que me foi apresentado, aponho a minha assinatura em sinal de fé.

Salvador, 28 de março de 2019.

  
Dr. Júlio César Leal Pereira  
TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO  
JUCEB - Matr. 23  
Trad. 5176 FL. 517a Liv. 01-A





## Informação econômica da Elecnr, S.A.

# Elecnor, S.A.

## Demonstração da Situação Financeira

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Milhares de euros)

ATIVO	2018	2017
<b>Ativo não circulante</b>	<b>1.017.224</b>	<b>1.026.229</b>
<b>Ativo intangível</b>	<b>4.422</b>	<b>3.593</b>
Concessões administrativas	40	41
Fundo de comércio	722	825
Software	3.660	2.727
<b>Imobilizado</b>	<b>62.132</b>	<b>55.177</b>
Terreno e edificações,	18.821	18.789
Instalações e outro imobilizado	43.311	36.388
<b>Participações em empresas relacionadas</b>	<b>903.126</b>	<b>922.556</b>
Instrumentos de capital	876.173	887.477
Créditos a empresas relacionadas	26.953	35.079
<b>Investimentos temporários a longo prazo</b>	<b>4.684</b>	<b>4.072</b>
Instrumentos de patrimônio	1.040	-
Créditos a terceiros	12	12
Derivados	109	1.036
Outros ativos financeiros	3.523	3.024
<b>Impostos diferidos ativos</b>	<b>42.860</b>	<b>40.831</b>
<b>Ativo circulante:</b>	<b>848.310</b>	<b>800.189</b>
<b>Ativos não circulantes mantidos para a venda</b>	<b>131</b>	<b>131</b>
<b>Estoque</b>	<b>22.955</b>	<b>23.842</b>
Matérias-primas e outros aprovisionamentos	2.182	3.025
Produtos acabados de ciclo curto	811	1.324
Adiantamento a fornecedores	19.962	19.493
<b>Devedores comerciais e outras contas a receber</b>	<b>732.856</b>	<b>661.201</b>
Clientes para vendas e serviços	684.445	588.893
Clientes, empresas do grupo e associadas	20.643	46.616
Devedores diversos	3.653	5.188
Pessoal	31	33
Ativos por imposto corrente	8.581	5.295
Outros valores a receber de administrações públicas	15.503	15.176
<b>Investimentos em empresas do grupo e associadas</b>	<b>11.113</b>	<b>45.203</b>
Créditos a empresas	9.272	42.936
Outros ativos financeiros	1.841	2.267
<b>Investimentos financeiros de curto prazo</b>	<b>1.510</b>	<b>5.901</b>
Créditos a empresas	17	-
Derivados	330	563
Outros ativos financeiros	1.163	5.338
<b>Acréscimos de curto prazo</b>	<b>538</b>	<b>674</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>79.207</b>	<b>63.237</b>
Caixa	78.878	62.549
Outros equivalentes de caixa	329	688
<b>Total Ativo</b>	<b>1.865.534</b>	<b>1.826.418</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

Patrimônio Líquido e Passivo	2018	2017
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>588.743</b>	<b>570.050</b>
Fundos Próprios	593.523	573.849
Capital Social	8.700	8.700
Capital subscrito	8.700	8.700
Reservas	567.366	542.484
Reserva Legal y estatutário	1.743	1.743
Outras reservas	565.623	540.741
Ações próprias	(21.884)	(21.232)
Lucro do exercício	44.136	48.508
Dividendo por conta do exercício	(4.795)	(4.611)
<i>Ajustes de avaliação patrimonial</i>		
<i>Operações de cobertura</i>	<i>(4.780)</i>	<i>(3.799)</i>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>260.891</b>	<b>373.326</b>
Dívidas de longo prazo	257.014	369.611
Dívidas de instituições de crédito	246.839	357.726
Credores por arrendamento financeiro	4.803	5.233
Derivados	5.372	6.652
Impostos diferidos passivos	3.877	3.715
<b>Passivo circulante</b>	<b>1.015.900</b>	<b>883.042</b>
Provisões de curto prazo	60.939	44.529
Dívidas de curto prazo	203.955	126.351
Obrigações ou outros títulos	154.816	99.423
Dívidas com instituições de crédito	42.156	21.419
Credores por arrendamento financeiro	415	394
Derivados	1.428	1
Outras dívidas financeiras	5.140	5.114
Dívidas de empresas do grupo e associadas	46.832	17.771
Credores comerciais e outras contas a pagar	702.512	692.812
Fornecedores	312.262	298.958
Fornecedores, empresas do grupo e associadas	5.763	6.173
Vários credores	29.414	33.796
Pessoal	16.439	20.497
Passivos por impostos correntes	12.999	7.497
Otras dívidas com administrações públicas	31.819	33.984
Adiantamentos de clientes e faturamento antecipado	293.816	291.907
Acréscimos de curto prazo	1.662	1.579
<b>Total Patrimônio Líquido e Passivo</b>	<b>1.865.534</b>	<b>1.826.418</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

# Elecnor, S.A.

## Contas de resultados

correspondentes aos exercícios em 31 dezembro 2018 e de 2017

	2018	2017
<b>Operações continuadas</b>		
Valor líquido do volume de negócio	1.315.286	1.373.615
Vendas	1.315.286	1.373.615
Variação do estoque de produtos acabados	(513)	346
Trabalho realizado pela entidade e capitalizados	3.837	2.409
Aprovisionamentos	(685.388)	(732.287)
Compras de matérias-primas e outros provisionamentos	(305.727)	(283.919)
Trabalho realizado por outras entidades	(379.661)	(448.368)
Outras receitas operacionais	8.917	5.995
Receitas acessórias	8.173	5.367
Subvenções oficiais ao resultado	744	628
Despesas com pessoal	(387.333)	(377.371)
Salários e ordenados	(302.200)	(300.487)
Despesas sociais	(85.133)	(76.884)
Outras despesas operacionais	(217.802)	(200.746)
Serviços de terceiros	(164.269)	(170.757)
Tributos	(10.272)	(5.691)
Perdas por deterioro e variação de provisões por operações comerciais	(40.685)	(21.888)
Outras despesas operacionais	(2.576)	(2.410)
Depreciação do activo imobilizado	(9.388)	(6.790)
Deterioro e ganhos na transferencia de imobilizado	(225)	(63)
Resultados nas transferencias e outros	(225)	(63)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>27.391</b>	<b>65.108</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>50.795</b>	<b>40.438</b>
De participações em instrumentos financeiros		
- Em empresas do grupo e associadas	46.817	26.272
De títulos e valores mobiliários e outros instrumentos financeiros		
- Em empresas do grupo e associadas	3.736	2.954
- Em terceiros	242	11.212
Despesas financeiras	(17.402)	(13.955)
Por dívidas com empresas do grupo e associadas	(444)	(231)
Por dívidas com terceiros	(16.958)	(13.724)
Diferenças de câmbio	7.602	(39.722)
Deterioração e resultado por alienação de instrumentos financeiros	(8.536)	1.382
Deterioro e prejuízos	(8.809)	(1.635)
Resultado por alienação e outras	273	3.017
<b>LUCRO FINANCEIRO</b>	<b>32.459</b>	<b>(11.857)</b>
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>59.850</b>	<b>53.251</b>
Impostos sobre lucros	(15.714)	(4.743)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>44.136</b>	<b>48.508</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>44.136</b>	<b>48.508</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.







  
**elecnor**  
[www.elecnor.com](http://www.elecnor.com)